

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Elaine Mundim Bortoleto

AGORA NÓS SOMOS CAMPONESES!
A TERRITORIALIZAÇÃO DOS CAMPONESES POMERANOS E O
MONUMENTO NATURAL DOS PONTÕES CAPIXABAS

São Paulo
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Elaine Mundim Bortoleto

AGORA NÓS SOMOS CAMPONESES!
A TERRITORIALIZAÇÃO DOS CAMPONESES POMERANOS E O
MONUMENTO NATURAL DOS PONTÕES CAPIXABAS

Tese apresenta ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do Título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Larissa Mies Bombardi

São Paulo
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

B739a Bortoleto, Elaine Mundim
Agora Nós Somos Camponeses! A Territorialização dos
Camponeses Pomeranos e o Monumento Natural dos
Pontões Capixabas / Elaine Mundim Bortoleto ;
orientadora Larissa Mies Bombardi. - São Paulo, 2015.
391 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

1. Geografia Agrária. 2. Territorialização. 3.
Campesinato. 4. Identidade. 5. Modo de Vida. I.
Bombardi, Larissa Mies, orient. II. Título.

Ficha de aprovação

Autor: Elaine Mundim Bortoleto

E-mail: elainemundim@usp.br

Título: **Agora Nós Somos Camponeses! A Territorialização Dos Camponeses Pomeranos e o Monumento Natural Dos Pontões Capixabas**

Orientadora: Profa. Dra. Larissa Mies Bombardi

Tese apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Profa. Dra Larissa Mies Bombardi, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor na área de Geografia Humana.

Banca Examinadora

Prof. Dr. (a) _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. (a) _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. (a) _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. (a) _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. (a) _____ Instituição: _____

Julgamento _____ Assinatura: _____

Aprovado em: _____

Dedico:

Ao meu pai Roberto (em memória), que de alguma forma me acompanhou nesta trajetória e à minha mãe Izilda, minha irmã Evelyny e meu irmão Eleir, sem vocês esta caminhada não seria possível.

A todos os camponeses pomeranos pelo amor à terra.

AGRADECIMENTOS

Neste momento de conclusão de uma etapa tão importante em minha vida, quero expressar minha gratidão a algumas pessoas que acompanharam minha trajetória sempre me apoiando e auxiliando quando necessitei.

Com muito carinho agradeço à minha orientadora Larissa Mies Bombardi pela oportunidade, incentivo e partilha de experiência e conhecimento. Talvez não tenha ainda expressado claramente a alegria que foi receber a notícia de seu aceite para orientação. Já admirava seu trabalho mesmo antes de ser sua aluna na pós-graduação e, durante suas aulas, pude perceber sua dedicação e paixão ao tratar as questões envolvendo o campo brasileiro e àqueles que lutam pela terra e por seus modos de vida. Agradeço pela orientação, confiança, amizade e principalmente por se encantar junto a mim pelo tema da pesquisa.

Agradeço aos professores Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Marta Inês de Medeiros Marques e Valéria de Marcos pelos momentos ímpares durante as disciplinas ministradas no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, saibam que a dedicação e prazer demonstrados por vocês durante as aulas me fizeram gostar cada vez mais da Geografia e, em especial, da Geografia Agrária.

Sou imensamente grata às professoras Rita de Cássia Ariza da Cruz e Marta Inez de Medeiros Marques, pelo dedicado trabalho junto à Coordenação de Pós-Graduação em Geografia e, especialmente, pela sensibilidade em auxiliar os alunos em suas dificuldades, possibilitando a continuidade de suas trajetórias.

Agradeço também às professoras Sueli Ângelo Furlan e Marta Inez de Medeiros Marques pela leitura dedicada no momento do Exame de Qualificação pelas valiosas contribuições para o avanço do trabalho.

Como não poderia deixar de ser, agradeço ao apoio sempre recebido dos meus amigos do coração Joselita Pancine Vigna e Silvano Carlos, foi muito importante contar com o carinho e força de vocês em todos os momentos e também ao entender quando eu não podia acompanhá-los nas andanças...

vindo então para São Paulo ficar comigo um pouquinho... a vocês meu carinho sempre!

À Dona Eliza Pancine Vigna e Sr. Alzenir Vigna que sempre me receberam em sua casa em Pancas/ES me tratando como filha e cuidando de mim com tanto carinho durante os trabalhos de campo. A vocês, minha gratidão e carinho!

Também não poderia deixar de dizer o quanto sou grata ao casal Josias Lemke e Iracema Ohnesorge Lemke por me receber em sua colônia e me apresentar aos camponeses das colônias vizinhas. Sou muito grata por todo o apoio e carinho de vocês!

Arleida Lemke Tesch e Jair Tesch, vocês foram mais que amigos! Serei sempre grata por tudo que fizeram para que os campos fossem possíveis. Muito obrigada por tudo, amigos!

D. Olindina Binow Naitzel e D. Maria Binow Lictkow, vocês foram fundamentais com suas ricas histórias de vida e alegria! São muito especiais! Também as considero como queridas amigas! Muito, muito obrigada pelo carinho com que sempre me receberam!

Agradeço ao amigo Thiago Augusto de Sousa Castro pelo dedicado trabalho com os mapas e a Roberto José Moreira Hezer Vervoelt pelo auxílio com as bases para o trabalho cartográfico.

À Patrícia Stur pela gentileza em colaborar com a pesquisa ao ceder a documentação referente à criação da Unidade de Conservação, possibilitando a fundamentação documental. Sou muito grata pela ajuda e confiança!

Aos queridos amigos da Faculdade Castelo Branco (docentes, equipe de diretores e demais funcionários) por todo o apoio que recebi durante o período de docente e também posterior a este. Em especial aos queridos companheiros de viagem na van: Herbert, Nelson, Alessandro, Viviane, Arnaldo, Valente, Roni e Evaldo... saudades de todos!

À querida amiga Gleice Pereira pela força e por todos os momentos em que tão carinhosamente me acolheu em sua família.

Em especial, agradeço à querida Denise, amiga paulistana que dividiu comigo as “dores e delícias” da pesquisa. Amiga, obrigada por estar aqui!

Aos amigos que fiz aqui na USP, Hector, Márcio, Jane, Cinira, Renata e Victor, a todos vocês agradeço pela amizade, risadas e carinho. À querida Miriam Mundt Detmamm, agradeço o carinho e por mesmo longe não esquecer e ter sempre uma palavra carinhosa.

Agradeço de todo coração a toda equipe da Escola Técnica Estadual de Barueri pelo apoio e compreensão nos momentos de finalização da tese, em especial à Lucilene e Soraia.

Aos amigos Elaine Garrido, Jucélia e Reginaldo pela amizade, apoio e carinho ao me inserir nos passeios e alegres momentos de distração.

A todos da minha família, tias, primas, primos e cunhados pela torcida para que tudo desse certo e por entenderem minha ausência.

Agradeço a todos da Secretaria de Pós-Graduação em Geografia Humana pela atenção aos alunos e também à Secretaria da FFLCH, em especial à Fátima e Aline pela gentileza de sempre.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de doutorado.

Aos meus pais, Roberto e Izilda, pelos valores passados e pelo incentivo constante que me leva a valorizar cada novo momento como uma conquista nossa. À minha irmã Eveliny e meu irmão Eleir pela força nos momentos difíceis e dedicação sempre! Nada teria sentido sem vocês!

E por fim, agradeço especialmente a todos da comunidade camponesa pomerana dos Pontões Capixabas pela atenção, dedicação e alegria dispensadas em todos os encontros e conversas. A todos vocês minha gratidão por tudo!

RESUMO

A presente tese tem como objetivo analisar territorialização dos descendentes pomeranos na região de Pancas/ES e o processo de recriação/resignificação de sua identidade étnica e social e de seu modo de vida. Entende-se o território como um espaço constituído a partir de relações sociais desenvolvidas ao longo do tempo e, portanto, repleto das relações contraditórias do modo de produção capitalista, como o campesinato, que tende tanto à sua destruição como também necessita de relações não capitalistas em sua lógica, possibilitando assim, sua recriação. A comunidade de camponeses pomeranos se territorializou na área onde se localizam os Pontões Capixabas a partir de 1918, mas, desde o ano de 2002 passou a viver uma situação de conflito fundiário, pois suas terras (colônias) estavam sob ameaça de desapropriação, colocando-os em uma disputa territorial na tentativa de barrar a possível expropriação das terras e conseqüentemente do seu modo de vida tradicional frente à implantação de uma Unidade de Conservação Ambiental de Proteção Integral. Neste contexto de conflito, a consciência de classe se faz presente com mais força, levando ao “fazer-se” dessa classe social, que entendia já ter conquistado a terra de trabalho. O território é fator fundante para a recuperação e afirmação da identidade étnica e social dos imigrantes pomeranos, identidade esta perdida não só com o fim da Pomerânia enquanto nação, mas por todo o processo de expropriação e dominação que sofreram ao longo do tempo, e, recuperada com a territorialização, pois, o acesso à terra de trabalho possibilitou a continuidade de seu modo de vida, mas principalmente a manutenção da língua tradicional e a recriação enquanto camponês e pomerano.

Palavras-Chave: Territorialização. Camponês. Modo de Vida. Identidade Étnica e Social. Unidade de Conservação. Pomerano.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the territorialization of Pomeranians descendents in the region of Pancas/ES and the process of recreation/ resignification of their ethnic and social identity and their way of life. Territory is perceived as an area or space formed from social relations developed over time and, therefore, full of contradictory relations of the capitalist mode of production, e.g., the peasantry, which tends to their destruction but also needs non-capitalist relations in its logic, making possible its recreation. The community of Pomeranians peasants territorialized itself in the area where are located the Capixabas Pontoons starting from 1918, but, since 2002, they started to live a land conflict situation, because their lands (colonies) were under risk of being expropriated, putting them in a territorial dispute as an attempt to stop the possible expropriation of their land and, consequently, their traditional way of life, facing the implementation of an Environmental Conservation Unit of Integral Protection. In this conflicting context, the Class-Consciousness is present harder, leading to the shaping of this class, which believed already to have conquered the land of work. The territory was a key factor for recovering and reinforcement of ethnic and social identity of Pomeranians immigrants, whose identity was lost not only because of the end of Pomerania as a nation, but also because of the whole process of expropriation and domination that they have suffered over time, and recovered with the reterritorialization, since the access to the land of work enabled the continuation of their way of life, but, especially, the maintenance of traditional language and recreation while peasants and Pomeranians.

Keywords: Territorialization. Peasant. Lifestyle. Ethnic and social identity. Conservation Unit. Pomeranian.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do Monumento Natural dos Pontões Capixabas	18
Mapa 2: Modelo Digital de Elevação – MONA dos Pontões Capixabas.....	38
Mapa 3: Áreas Prioritárias para Conservação Ambiental.....	40
Mapa 4: Zona de Amortecimento do MONA dos Pontões Capixabas.....	42
Mapa 5: Províncias da Pomerânia (1939)	62
Mapa 6: Divisão do Território da Pomerânia pós 1945	71
Mapa 7: Localização do Município de Pancas - ES	126

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Vista Parcial dos Pães-de-Açúcar – Pontões Capixabas	19
Fotografia 2: Vista Parcial dos Pães-de-Açúcar - Pontões Capixabas.....	19
Fotografia 3: Primeira Geração de Imigrantes Pomeranos no ES - (1856 a 1873)	107
Fotografia 4: Família da 1ª Geração de Imigrantes Pomeranos no ES – (1856 a 1873)	107
Fotografia 5: Primeiras Residências.....	108
Fotografia 6: Organização da Colônia – Abertura de Áreas na Mata.....	112
Fotografia 7: Vista dos Vales dos Pontões Capixabas.....	127
Fotografia 8: Vista dos Vales dos Pontões Capixabas e sede do Município de Pancas	128
Fotografia 9: Criança Pomerana com Enxada de Brinquedo	144
Fotografia 10: Berço de Rodas para levar Crianças Pequenas para a Roça.	145
Fotografia 11: Mutirão - Momento da Construção da Residência	154
Fotografia 12: Casas Pomeranas no Litoral do Mar Báltico - Próximo a Cidade de Wolgast	156
Fotografia 13: Detalhes do Entalhe Decorativo da Residência Pomerana Tradicional - Residência da Família Romais	159
Fotografia 14: Residência Pomerana Tradicional - Família Binow Litckow	160
Fotografia 15: Residência Pomerana Tradicional - Residência da Família Haese	161
Fotografia 16: Bakoowa - Forno de Barro	165
Fotografia 17: Criação de Porcos da Colônia Binow Litckow	168
Fotografia 18: Criação de Porcos da Colônia Binow Litckow	169
Fotografia 19: Criação de Galinhas da Colônia Binow Litckow	169
Fotografia 20: Plantação de Café Próximo à Casa – Família Lemke	170
Fotografia 21: Exemplo da Paisagem Observada por Granzow em sua Viagem de Estudos ao Espírito Santo - Residência da Família Romais	175
Fotografia 22: Cartaz da Pomerfest de 2015.....	194
Fotografia 23: Desfile na Pomerfest de 2015 – Trajes Típicos Pomeranos ...	195
Fotografia 24: Desfile na Pomerfst de 2015 – Referência à Luta pela Terra..	195

Fotografia 25: Calendário da Paróquia Evangélica De Confissão Luterana...	207
Fotografia 26: Calendário da Paróquia Evangélica De Confissão Luterana...	207
Fotografia 27: Registros de Entrada de Imigrantes no Espírito Santo.....	213
Fotografia 28: Título de Cidadã Panquense – D. Maria Binow Litckow.....	214
Fotografia 29: Sr. Geraldino Romais com Livro da História dos Pomeranos .	215
Fotografia 30: Sr. Geraldino com Cavaquinho de mais de 60 Anos.....	215
Fotografia 31: Concertina – Instrumento Tradicional dos Pomeranos.....	217
Fotografia 32: D. Olindina e D. Maria no Festival de Concertina.....	218
Fotografia 33: Casal Henry Litckow e Maria Binow Litckow em Dueto.....	218
Fotografia 34: D. Olindina e D. Maria Celebrando o seu Encontro com Música	219
Fotografia 35: Família Binow Lictkow – Pai e Filho em Dueto de Concertina	220
Fotografia 36: Noivos Pomeranos – Trajes Tradicionais do Início da Colonização.....	222
Fotografia 37: O Casal Josias Lemke e Iracema Ohnesorge Lemke e Sobrinha – Trajes Usados Pós 1940	223
Fotografia 38: Noivos Pomeranos - Traje tradicional (representação)	223
Fotografia 39: Hochtijdsbirar – O convidador	225
Fotografia 40: Baile do Quebra-louças.....	227
Fotografia 41: Mesa dos Noivos.....	229
Fotografia 42: Fotografia do Casamento – Noivos e Comunidade.....	231
Fotografia 43: Cartão de Padrinho – Presente de Batizado	245
Fotografia 44: Parte do Cartão de Padrinho - Lembrança.....	246
Fotografia 45: Cemitério Pomerano – Túmulo de Cristão (Batizado) e Criança sem o Batismo.....	248
Fotografia 46: Reflorestamento Realizado pelos Camponeses pós 1975.....	253
Fotografia 47: Aspectos do Reflorestamento Realizado pelos Camponeses pós 1975	254

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Poligonal de Concessão para Lavra, Pesquisa e Licença Mineral - Pancas/ES.....	55
Figura 2: Poligonal de Concessão para Lavra, Pesquisa e Licença Mineral – Àgua Branca/ES	56
Figura 3: Croqui de Localização das Primeiras Colônias Pomeranas no Espírito Santo – Região Serrana.....	101
Figura 4: Croqui de Localização da Terra Fria e Terra Quente	105
Figura 5: Croqui do Ciclo Migratório dos Descendentes de Imigrantes para a Terra Quente	123
Figura 6: Desenho da Primeira Casa de D. Olindina e Sr. Martinho Naitzel ..	156
Figura 7: Desenho do Processo de Construção da Casa	157
Figura 8: Processo de Construção da Casa – Ferramentas e Madeira.....	158
Figura 9: Dicionário de D. Olindina Binow Naitzel – Animais e Utensílios Domésticos.....	188
Figura 10: Dicionário de D. Olindina Binow Naitzel – Ferramentas de Trabalho	189
Figura 11: Dicionário de D. Olindina Binow Naitzel – Corpo Humano.....	190

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Composição do Grupo de Trabalho – 2005 a 2006.....	271
--	-----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACESA - Associação Central da Saúde Alternativa do Espírito Santo

APA - Área de Preservação Ambiental

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros

CPT – Comissão Pastoral da Terra

ESEC - Estação Ecológica

FCB – Faculdade Castelo Branco

FUNRURAL - Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural

GPIs – Grandes Projetos de Investimentos

GT - Grupo de Trabalho

HA - Hectares

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDAF - Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo

IECL – Igreja Evangélica de Confissão Luterana

IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MONA – Monumento natural

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST)

PARNA – Parque Nacional

RBMA - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

REBIO - Reserva Biológica

REVIS Reserva de Vida Silvestre

SEAMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SNUC - Sistema Nacional Unidades de Conservação

SPVS - Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental I

UC – Unidade de Conservação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
------------------	---

Capítulo I

AGORA NÓS SOMOS CAMPONESES! NÃO SOMOS SÓ LAVRADORES, SOMOS CAMPONESES!	14
---	-----------

1.1 A Unidade de Conservação dos Pontões Capixabas – Ameaça à Territorialização Camponesa.....	17
--	----

1.2 A Concepção de Classe Social.....	21
---------------------------------------	----

1.3 Conservação Ambiental no Brasil, Conflito Fundiário e a Tomada da Terra de Trabalho – O Despertar do Camponês Pomerano da 4 ^a , 5 ^a e 6 ^a Geração, Enquanto Classe Social.....	33
---	----

Capítulo II

A BUSCA POR UM NOVO TERRITÓRIO: IMIGRAÇÃO E TERRITORIALIZAÇÃO	59
--	-----------

2.1 Expropriação do Campesinato Pomerano: Descaracterização do Modo de Vida e da Identidade	60
---	----

2.2 Contexto do Processo de Colonização no Brasil e Espírito Santo.....	87
---	----

2.3 A Territorialização na Terra Fria: As Primeiras Colônias Pomeranas no ES – A Terra e o Trabalho na Construção da Identidade Étnica e Social do Camponês Pomerano	104
--	-----

Capítulo III

A TERRITORIALIZAÇÃO POMERANA NA TERRA QUENTE/PANCAS.....	125
---	------------

3.1 A Busca pela Terra de Trabalho e a Manutenção da Campesinidade na Terra Quente/Pontões Capixabas	126
--	-----

3.2 A Vida e o Trabalho nas Colônias - Aspectos Tradicionais do Modo de Vida do Camponês Pomerano na Terra Quente	150
---	-----

Capítulo IV

MARCADORES DA IDENTIDADE ÉTNICA E SOCIAL177

4.1 A Língua e a Religião como Marcadores da Cultura Tradicional – Identidade Étnica e Social	178
---	-----

4.2 As Festas Pomeranas: Momentos de Congregação da Comunidade Camponesa.....	216
---	-----

4.3 A Moral Camponesa Pomerana: Casamento e Herança – Nascimento e Morte	240
--	-----

Capítulo V

DE PARQUE NACIONAL A MONUMENTO NATURAL: PERSPECTIVAS FUTURAS?.....250

5.1 De Parque Nacional a Monumento Natural – A Luta pela Recategorização da Unidade de Conservação	251
--	-----

5.2 Do Monumento Natural ao Fim do Conflito Fundiário? Perspectivas Futuras	275
---	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS278

REFERÊNCIAS.....287

Anexo 01-a - Decreto de Criação do Parque Nacional dos Pontões Capixabas.....	295
---	-----

Anexo 01-b - PROJETO DE LEI Nº 7.708, DE 2006 – Alteração da Categoria PARNA para MONA	299
--	-----

Anexo 02: Processo de Criação da Unidade de Conservação dos Pontões Capixabas	306
---	-----

Anexo 03: Diários de Olindina Binow Naitzel	361
---	-----

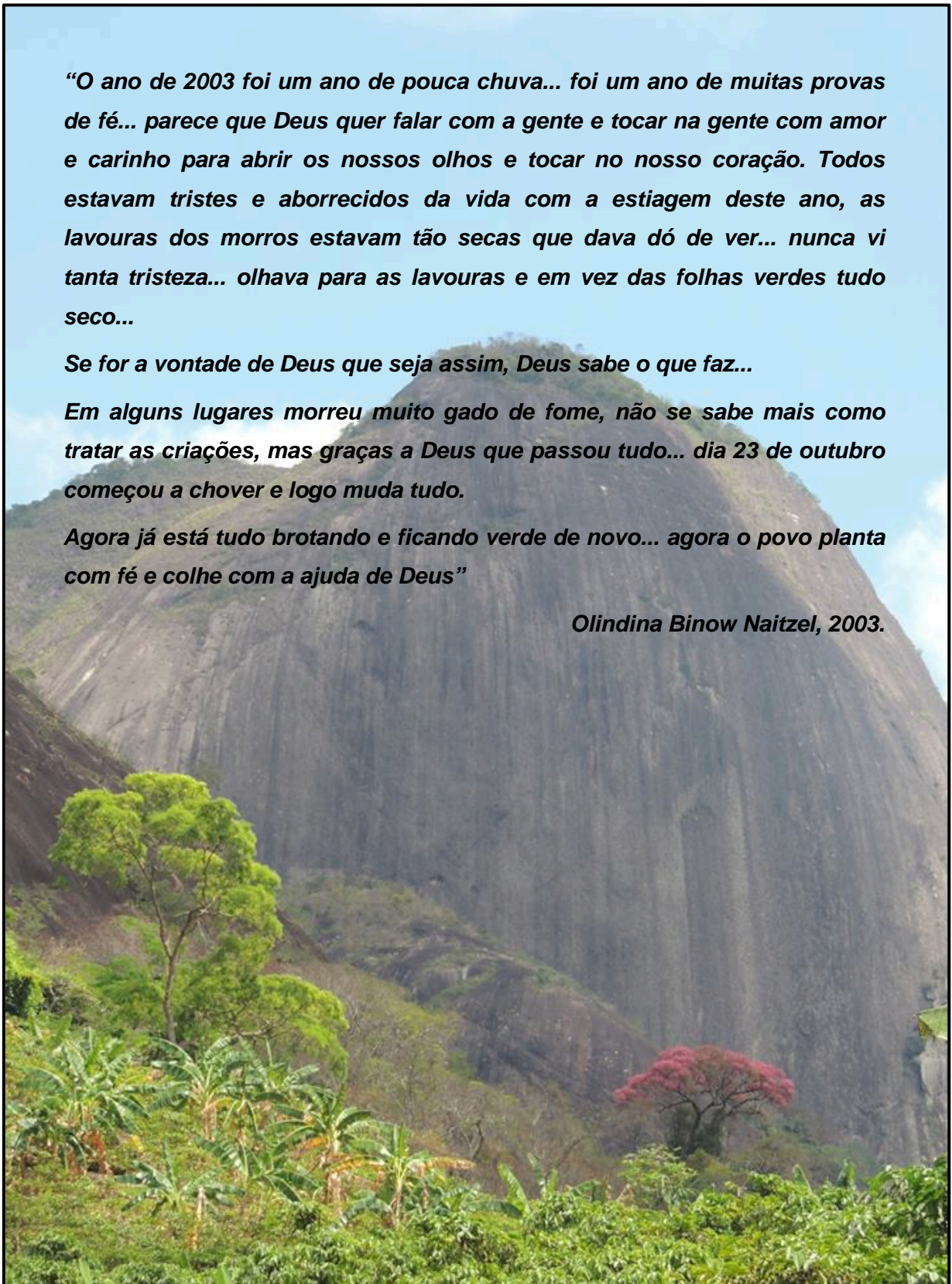
“O ano de 2003 foi um ano de pouca chuva... foi um ano de muitas provas de fé... parece que Deus quer falar com a gente e tocar na gente com amor e carinho para abrir os nossos olhos e tocar no nosso coração. Todos estavam tristes e aborrecidos da vida com a estiagem deste ano, as lavouras dos morros estavam tão secas que dava dó de ver... nunca vi tanta tristeza... olhava para as lavouras e em vez das folhas verdes tudo seco...

Se for a vontade de Deus que seja assim, Deus sabe o que faz...

Em alguns lugares morreu muito gado de fome, não se sabe mais como tratar as criações, mas graças a Deus que passou tudo... dia 23 de outubro começou a chover e logo muda tudo.

Agora já está tudo brotando e ficando verde de novo... agora o povo planta com fé e colhe com a ajuda de Deus”

Olindina Binow Naitzel, 2003.



INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de doutorado analisa a territorialização dos descendentes pomeranos na região de Pancas/ES e o processo de recriação/resignificação de sua identidade étnica e social e de seu modo de vida.

A comunidade de camponeses pomeranos se territorializou na área onde se localizam os Pontões Capixabas a partir de 1918, contudo, desde o ano de 2002 passou a viver uma situação de conflito, pois suas terras (colônias) corriam o risco de serem desapropriadas, o que os levou a uma disputa territorial na tentativa de barrar a possível expropriação das terras e, conseqüentemente, do seu modo de vida tradicional.

A área onde se localizam as colônias que compõem a comunidade pomerana, a partir de 2002, foi transformada em Parque Nacional (PARNA)¹ pelo Governo Federal, de forma abrupta, sem que houvesse, de forma adequada, uma consulta prévia à comunidade local sobre o significado da transformação do seu espaço de vida em Unidade de Conservação (UC), situação que provocou grande descontentamento e ansiedade na região, pois as 583 famílias camponesas de descendentes pomeranos, passaram a viver a incerteza da continuidade na terra, ameaçadas de expropriação de um espaço que consideram como o seu território de identificação, um território repleto de simbolismo, em que recriaram e resignificaram sua identidade como camponeses e pomeranos.

Após um período estudando questões voltadas para a temática do desenvolvimento regional e sua relação com os grandes projetos de investimento (GPIs), tema da dissertação de mestrado, ao me mudar para o estado do Espírito Santo e lecionar em cursos de Geografia da capital e do interior me vi inserida em um contexto em que as questões agrárias predominavam, são as relações do mundo camponês que faziam parte da vida dos alunos com que passei a conviver no interior do Estado. Como eles mesmos

¹ A partir de 2007, houve a mudança da categoria de Parque Nacional (PARNA) para a de Monumento Natural (MONA), também de Proteção Integral. Entretanto, a mudança de categoria da UC não resolveu o conflito fundiário surgido na região, principalmente pela forma impositiva como a gestão da área se colocou inicialmente e, também, pela ausência de um Plano de Manejo que considere e integre a comunidade local e seu modo de vida.

diziam, “são da roça”, muitos viviam e trabalhavam na roça, seja na própria terra ou como professores nas áreas rurais.

Assim, o mundo da roça, a luta com a terra e, às vezes, pela terra foi atraindo minha atenção de forma cada vez mais forte, despertando o interesse em entender esse mundo e todas suas relações, pois, me encantavam os valores demonstrados por meus alunos, todos inerentes à ética camponesa e que eu sentia muito presentes, também, em mim, devido à origem camponesa de meus pais, que mesmo tendo vivido o êxodo rural, mantiveram bastante fortes algumas características camponesas, como a reciprocidade e o amor/“afeto” pela terra, o cuidado constante com o quintal e por, até hoje, mesmo na cidade, ser necessário ter um pedacinho de terra... *não se pode viver sem mexer nas plantas.*

Tudo isto me levou a uma aproximação maior com a temática e com a área de pesquisa quando procurei conhecer quem eram aqueles camponeses que passaram a sentir-se ameaçados na própria terra e também compreender as relações que os faziam afirmar, tão veementemente, seu direito ao território como os responsáveis, até então, pela sua conservação.

O contato efetivo com a área de estudo teve início em 2003, quando lecionava no curso de Geografia da Faculdade Castelo Branco, em Colatina, e passei a presenciar a situação de angústia vivida por alguns alunos e professores, descendentes pomeranos, com a implantação do PARNA.

Diante do contexto vivido na região, dei início, junto a outros professores do curso e aos alunos, à realização de alguns trabalhos de campo com o objetivo de analisar a situação local e como os moradores estavam entendendo a transformação de suas colônias em uma área de proteção ambiental que os impedia de permanecer nas terras em que viviam desde a chegada de seus antepassados.

O contato inicial com os camponeses pomeranos e com a situação vivida por estes me instigou não só a buscar entender a problemática das Unidades de Conservação e o conflito fundiário que geram, mas a compreender o significado do território na recriação da identidade e do modo de vida desses camponeses.

A Unidade de Conservação dos Pontões Capixabas² abrange o município de Pancas e o distrito de Laginha, locais em que parte dos imigrantes pomeranos se estabeleceu posteriormente à chegada ao Espírito Santo em 1858 e que, ainda hoje, têm como população predominante os descendentes destes imigrantes, que, em sua maioria, são camponeses e mantêm a forma tradicional de reprodução social de seus antepassados ligada à *terra de trabalho*³, ou seja, baseada na pequena propriedade e no trabalho familiar.

Compreender a territorialidade da comunidade camponesa pomerana passa, primeiramente, pela compreensão de seu modo de vida e da importância do território para estes sujeitos sociais, não só no que se refere à manutenção deste, mas, especialmente, como fator de afirmação da identidade pomerana.

Neste sentido, o território é entendido, aqui, a partir da concepção de Claude Raffestin (1993), como um espaço que se constitui das relações sociais desenvolvidas num determinado espaço ao longo do tempo e que, por isso, apresenta-se com todas as relações contraditórias do modo de produção capitalista, que tende tanto a desestruturar como também necessita de relações não capitalistas, permitindo, portanto, sua recriação.

A temática território leva à reflexão sobre a centralidade imposta a este conceito na pesquisa geográfica nos últimos anos. Essa reflexão é indispensável para se entender como tal conceito ganhou novos e importantes significados, que podem até permitir, em alguns casos, a redefinição do objeto e do papel da geografia em relação aos problemas colocados pela sociedade. Giuseppe Dematteis (2007) problematiza essa centralidade ao questionar a forma como o território era e ainda é entendido por alguns pesquisadores, como algo sem atores, regido ou por leis naturais ou por leis políticas e econômicas abstratas, como algo privado de relações entre o ambiente natural e o construído.

²A Unidade de Conservação Monumento Natural dos Pontões Capixabas, além do município de Pancas e o distrito de Laginha, abrange, ainda, o município de Águia Branca, local em que predominou a colonização polonesa e que, ainda hoje, tem seus descendentes ocupados com o trabalho camponês (ver mapa 01 no capítulo I).

³A terra de trabalho, aqui, é utilizada a partir da concepção de José de Souza Martins, que entende a *terra de trabalho* em oposição à *terra de negócio*. Segundo Camerman (1980), o conceito nasce na apresentação do documento da 18ª CNBB (Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros) em 1980, período em que Martins era colaborador da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e afirmou: “[...] a expropriação da terra é uma luta contra a conversão da terra de trabalho, terra utilizada para trabalhar e produzir, em terra de exploração, terra para especular e explorar o trabalho alheio”.

A linha de análise proposta neste projeto, ao abranger o estudo dos conceitos de espaço e território e de processos como territorialização, coloca como fundamentais as categorias identidade e modo de vida para se compreender, de forma aprofundada, as relações desenvolvidas entre os sujeitos sociais e o território numa perspectiva que ultrapasse a dimensão econômica e política, privilegiada por grande parte dos autores que se dedicam ao tema território, ao incorporar a dimensão cultural como relevante na análise para a apreensão dos diferentes valores e subjetividades presentes no processo de territorialização e territorialidade dos sujeitos em questão, uma vez que esta se faz tão relevante na afirmação de uma identidade étnica que se coloca como fator de diferenciação de *um nós* perante *um outro*.

Os primeiros contatos com a área de pesquisa e seus sujeitos sociais geraram questionamentos que ajudaram na formulação de questões norteadoras da tese sendo: de que forma o território foi apreendido no processo de territorialização, bem como, quais fatores se colocaram como fundantes no desenvolvimento de relações de recriação e afirmação da identidade étnica e social dos imigrantes pomeranos, recuperando também a consciência de classe social, ou seja, camponês e pomerano e conseqüentemente, possibilitaram a manutenção de fortes marcadores étnicos e culturais como a língua tradicional e a religião luterana.

Neste sentido, ao recuperarem a concepção de classe social, assumem um novo papel no território, pois, mesmo submetidos à lógica do capital que os subordinava aos processos econômicos e políticos do período da colonização, seu papel passa a ser o do camponês que depois de longo processo de expropriação retorna à terra de trabalho e, por isso, volta a perceber-se como uma classe social, desenvolvendo relações no espaço não apenas como subordinados às lógicas diversas e contraditórias, mas também como protagonistas de sua história.

Lúcia Cavalieri (2010) destaca que:

A ética camponesa, com uma inserção específica no modo de produção capitalista, se define a partir das relações travadas por esse grupo social no interior da sociedade, com o fim de sua reprodução social. Para a compreensão do modo de vida camponês, do seu 'fazer-se' como classe social e das formas como a vida é vivida no conjunto de um tecido social mais amplo, o tripé terra/família/trabalho, composto por valores centrais de sua ética, é um fundamento que se

apresenta sempre e se rearranja continuamente de maneira diversa, orientando-se pelo costume e realizando-se nas práticas cotidianas (CAVALIERI, 2010, p. 14).

O conflito fundiário vivido pelos descendentes, com a instalação da Unidade de Conservação, evidencia, ainda mais, o papel do território na reafirmação da identidade pomerana ao apresentar um movimento de fortalecimento do sentimento identitário entre os descendentes da quarta, quinta e sexta gerações dos imigrantes manifestado no “fazer-se” desta classe que se redescobre ao longo do tempo e espaço de acordo com as lutas que empreende sobre o território.

Para a melhor compreensão das relações que compõem o tema central da pesquisa, faz-se necessário que o conjunto de informações levantadas e reflexões realizadas sejam apresentadas a partir de princípios metodológicos que se constituam em um “ponto de partida” para o entendimento das contradições presentes na sociedade, possibilitando um diálogo entre teoria e prática.

Assim, considero que diante da temática abordada, quais sejam: o processo de territorialização, o conflito fundiário frente à conservação ambiental, bem como as estratégias lançadas para a manutenção das práticas costumeiras e do modo de vida tradicional, o materialismo histórico-dialético coloca-se como método de pesquisa mais adequado para a realidade apreendida por permitir o aprofundamento de questões tão caras ao debate do campesinato brasileiro.

A pesquisa apresentada foi realizada, numa primeira fase, a partir do aprofundamento de fundamentos teórico-metodológicos sobre os temas norteadores, território, territorialização, identidade e modo de vida.

Num segundo momento, deu-se início ao trabalho de campo para observação *in loco* da área de estudo, objetivando uma maior compreensão de seus aspectos físicos e humanos e do processo de formação e produção espacial. O trabalho de campo permitiu uma maior aproximação e convivência com os sujeitos da pesquisa, possibilitando uma compreensão mais aprofundada de sua relação com o território, de sua identidade e modo de vida, bem como o impacto do conflito fundiário em suas vidas.

A análise das fontes secundárias se constituiu em levantamentos no Arquivo Público de Vitória/ES e Universidade Federal do Espírito Santo, na busca de documentos oficiais sobre a chegada dos imigrantes pomeranos ao Porto de Vitória, no final do século XIX, bem como de registros sobre a venda dos lotes e encaminhamento das famílias pomeranas às colônias iniciais localizadas na região de Santa Leopoldina, além de outras informações oficiais referentes ao processo de territorialização dos imigrantes pomeranos no estado do Espírito Santo.

Compreendendo, ainda, a etapa de busca de fontes secundárias, realizei levantamentos junto aos arquivos existentes nas Paróquias Evangélicas de Confissão Luterana, em especial, nas paróquias localizadas na região de Pancas, sobre a chegada dos imigrantes e seu processo de territorialização e desenvolvimento de relações de identidade com o novo território, e junto à Prefeitura Municipal de Pancas para seleção de documentos oficiais, não apenas em relação à territorialização da comunidade pomerana na região, mas também sobre a implantação da Unidade de Conservação em áreas do município.

Ressalto que o levantamento de fontes documentais realizou-se também junto aos membros da comunidade pomerana na busca por registros particulares (cartas, fotos, batistelos, hinários, documentos da entrada no Brasil, documentos de posse da terra etc) de sua história, tanto sobre a vida na Pomerânia, como no Espírito Santo, especialmente na região de Pancas.

Diante das especificidades dos sujeitos da pesquisa, a comunidade camponesa pomerana, optei pela metodologia da observação com pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio da memória e da história de vida, uma vez que a tradição oral faz parte dos costumes da comunidade camponesa pomerana. Segundo Ecléa Bosi (2003, p. 36), “pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturado com as percepções imediatas, como também empurra, ‘descola’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência”.

Assumem-se a memória e a história de vida como formas de encontrar respostas às inquietações suscitadas pelas fontes escritas informais (documentos informais caracterizados como diários para anotações de fatos da

comunidade) e mesmo para a história oficial, quase sempre despida da riqueza de detalhes presentes na memória.

A técnica da história oral é um recurso extremamente valioso também para os geógrafos, no sentido de que possibilita fazer uma reconstituição da formação de um dado território, permite captar a transformação do território e o longo processo de constituição-construção de cada unidade territorial (BOMBARDI, 2004, P. 36).

A utilização dessa metodologia, materializada nas entrevistas para obtenção dos relatos orais, permite a observação do inusitado. Ao conversar com as pessoas, há a possibilidade de registrar o objeto e de desconstruí-lo no seu próprio tempo, descobrindo situações novas, não no sentido de apontar o excepcional, mas de se chegar ao que era inatingível, pelas outras formas de olhar. O relato oral permite o registro do que ainda não se encontra em documentação escrita, aquilo que ainda não foi conservado e que desaparece por não ser anotado. Nas palavras de Maria Isaura P. de Queiroz (1991), a informação “não explícita”, “indizível”.

Para a análise das relações de identidade e identificação com o território e o modo de vida da comunidade camponesa pomerana dos Pontões Capixabas, foi necessário o acesso à memória do grupo para a construção do processo de desterritorialização dos antepassados destes na Pomerânia e territorialização no estado do Espírito Santo, base para entender a relação de identidade com o território, bem como para identificar os fatores que levaram a manutenção do modo de vida, permitindo a recriação simbólica do espaço de vida e da própria identidade.

Assim, além do levantamento de documentos oficiais, utilizei, da história oral, a técnica da história de vida, que permite ao pesquisador perceber o entrevistado como sujeito do processo histórico que relata, uma vez que cada sujeito conta a história sob o seu ponto de vista, de acordo com suas emoções, o que, geralmente, foi descartado pela historiografia escrita oficial.

Nesse sentido, Queiroz (1991, p. 06) define a história de vida como

o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu [...] através dela se delineiam as relações com os membros de seu grupo, de sua profissão, de sua camada social, de sua sociedade global que cabe ao pesquisador desvendar.

Ao registrar a história de fatos que foram esquecidos pela sociedade e que, de certa forma, não tiveram destaque pela história oficial, a história de vida recupera elementos que ficaram à margem da historiografia escrita oficial, mas que estão presentes na memória dos sujeitos que viveram/vivem plenamente a história não oficial.

As entrevistas realizadas a partir da perspectiva qualitativa, tendo como base a história de vida, buscou por manifestações da relação de identidade, do modo de vida e da campesinidade dos membros da comunidade em estudo.

Contudo, inicialmente, optei para que o processo investigativo e de coleta de informações se parecesse mais com uma conversa amigável e informal, uma vez que, antes de se fazer qualquer questionamento à comunidade pomerana, é necessário uma aproximação prévia, para que se explique o objetivo das entrevistas em respeito aos interlocutores, já tão inseguros e fragilizados devido ao descaso com que foram tratados com relação à criação da UC e à situação de conflito fundiário que viviam.

Neste contexto, mesmo já tendo realizado alguns trabalhos de campo na região⁴, ainda como docente da Faculdade Castelo Branco, foi necessário uma nova aproximação, pois, 'agora eu era a moça de São Paulo que queria estudar os pomeranos', como eles comentavam entre si.

O reencontro com a comunidade no primeiro trabalho de campo ocorreu em junho de 2012 e foi mediado por um membro da comunidade que, com antecedência, os comunicou sobre minha chegada e sobre a intenção das visitas. Ressalto que, nas primeiras visitas a conversa iniciou-se sem que os relatos fossem gravados, bem como evitei o uso da máquina fotográfica ao perceber o quanto estavam fragilizados e temerosos em falar sobre o conflito fundiário.

Ainda neste trabalho de campo, participei, juntamente aos membros da comunidade, da manifestação e ocupação do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF), organizada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e

⁴ Anteriormente aos trabalhos de campo desenvolvidos no período do doutorado, realizei diversas visitas à região e entrevistas com a comunidade como professora do curso de Geografia da FCB e também como orientadora de monografias de final de curso da Faculdade Novo Milênio no curso de Serviço Social.

representantes da Igreja Católica e Luterana, em que buscavam o agendamento de uma reunião com o gestor da UC.

A participação em toda a manifestação, tanto para observar as reações e percepções dos camponeses sobre o que ocorria, como para tentar uma aproximação maior com a comunidade foi muito positiva, pois, permitiu que muitos membros da comunidade me conhecessem e entendessem o porquê da minha presença.

A partir deste momento, nas visitas seguintes, fui recebida nas colônias como alguém que poderia ouvi-los e ajudá-los com o trabalho que estava escrevendo, queriam contar sua história, as memórias transmitidas pelos antepassados, acreditando que, com isso, ajudariam a fortalecer o seu direito de permanecer na terra.

O segundo e terceiro trabalhos de campo, ocorridos em 2013⁵ e 2015, respectivamente, objetivaram analisar os diferentes momentos vividos pela comunidade, constituindo-se em momentos de muita riqueza na coleta de dados e nos relatos concedidos. O último trabalho de campo foi muito significativo quanto à percepção da comunidade frente à mudança de categoria da UC para Monumento Natural e seus direitos de permanência na área.

Outro aspecto significativo está na forma de recepção da comunidade, as visitas a partir do segundo trabalho de campo, tanto para novas entrevistas, como apenas para colocá-los a par do andamento da pesquisa, eram aguardadas com ansiedade e celebradas com muita alegria, com o sentimento do reencontro de amigos.

Destaco que a coleta de testemunhos dos membros mais velhos da comunidade pomerana se fez extremamente relevante para um maior entendimento sobre a história de vida de seus antepassados na Pomerânia, bem como o processo de saída de lá e chegada ao Espírito Santo.

A recuperação das memórias dos membros mais velhos da comunidade permite a compreensão de como as relações de identidade ao território foram desenvolvidas, possibilitando a recriação simbólica do espaço de vida dos

⁵ Este trabalho de campo realizado em julho de 2013, se ateve mais à coleta de documentos secundários no Arquivo Público de Vitória, Biblioteca da Universidade Federal do Espírito Santo, paróquias da IECL, museus pomeranos, material particular dos membros da comunidade pomerana e produção das bases cartográficas.

pomeranos desterritorializados e dos que deram continuidade a essa territorialidade. Sobre esse aspecto, Thompson (1998) afirma que

a história da família pode dar ao indivíduo um forte sentimento de uma duração muito maior de vida pessoal, que pode até mesmo ir além de sua própria morte. Por meio da história local, uma aldeia ou cidade busca sentido para sua própria natureza em mudança, e os novos moradores vindos de fora podem adquirir uma percepção das raízes pelo conhecimento pessoal da história (THOMPSON, 1998, p. 21).

Para Ecléa Bosi (2003), na memória oral, “os velhos, as mulheres, os negros, os trabalhadores manuais, camadas da população excluídas da história ensinada na escola, tomam a palavra. A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios” (BOSI, 2003, p. 15).

A memória oral é instrumento importante para se conhecer e entender modos de vida diferenciados que sobrevivem com suas tradições em meio às contradições do modo capitalista de produção, além de reforçar o sentimento de identidade e de identificação de um grupo com o seu território ao transmitir conhecimentos e saberes tradicionais.

A pesquisa apresentada, além da introdução e considerações finais, foi estruturada em cinco capítulos, sendo que:

No primeiro capítulo *“Agora nós somos camponeses! não somos só lavradores, somos camponeses!”*, apresento o processo de criação da UC dos Pontões Capixabas e os fatores que levaram à criação da UC se constituírem numa ameaça a territorialização dos camponeses pomeranos. Ainda neste primeiro capítulo, abordo a concepção do campesinato enquanto classe social a partir do entendimento desta como uma classe inserida na sociedade capitalista e, como tal, sujeita às determinações e transformações do modo de produção capitalista, mas que ainda mantém aspectos relevantes que a diferem na sociedade atual, como as relações de reciprocidade e o entendimento da terra como meio para a continuidade de reprodução social.

O primeiro capítulo também aborda a questão da conservação ambiental no Brasil e como o conflito social imposto pela criação das UCs, como no caso estudado, levam ao despertar da concepção de classe social nos camponeses

que, até então, não se percebiam como uma classe no sentido da luta pelo direito a terra, pois acreditavam já ter ultrapassado esse momento.

O segundo Capítulo, “A busca por um novo território: imigração e territorialização”, apresenta o processo de expropriação e descaracterização do modo de vida e da identidade dos camponeses ainda na Pomerânia. Outro aspecto também abordado no segundo capítulo é o contexto de colonização nacional e no estado do Espírito Santo, bem como o início da colonização e territorialização pomerana na Terra Fria e a recriação social e étnica.

Esse segundo capítulo apresenta uma abordagem histórica detalhada, considerada relevante para se entender os contextos e processos vividos pelos pomeranos em seu território original e também na colonização no Espírito Santo, permitindo um aprofundamento na compreensão das relações desenvolvidas na territorialização.

O terceiro capítulo, “A territorialização pomerana na Terra Quente/Pancas”, traz a discussão sobre todo o processo de migração interna dos descendentes da 2ª e 3ª gerações, saindo das colônias da Terra Fria em direção à Terra Quente em busca de novas áreas para se territorializarem e manterem a campesinidade conquistada pelas primeiras gerações. Apresenta, ainda, questões sobre a concepção do trabalho para o camponês e aspectos do modo de vida tradicional.

No quarto capítulo, “A língua e a religião como marcadores da cultura tradicional – identidade étnica e social” busca-se evidenciar como a língua e a religião ainda se colocam como marcadores da identidade étnica e social, como elementos de alteridade entre os grupos, diferenciando-os principalmente, nos momentos em que consideram esta diferença como uma aliada na luta política.

Aspectos ligados à ética camponesa, como os momentos de reciprocidade, as festividades e questões sobre casamento e herança, nascimento e morte, também são destacados neste capítulo, pois evidenciam o quanto a ética e a moral camponesa ainda se colocam como elementos fortes e presentes no cotidiano das famílias camponesas, mesmo inseridas em uma sociedade capitalista que teima em afirmar o fim do campesinato.

O quinto capítulo, “*De parque nacional a monumento natural: perspectivas futuras?*”, aborda a luta da comunidade camponesa pela recategorização da unidade conservação, os conflitos internos surgidos e as concepções surgidas pós-recategorização. Este último capítulo apresenta também o entendimento da comunidade de que são os sujeitos da conservação e manutenção da área em que vivem e que, portanto, devem ser os principais agentes da elaboração do plano de manejo e gestão da unidade de conservação.

Capítulo I
AGORA NÓS SOMOS CAMPONESES! NÃO SOMOS SÓ
LAVRADORES, SOMOS CAMPONESES!



Fonte: Família Ohnesorge Lemke (Sr. Josias e D. Iracema).

***Mamãe, sabia que agora nós somos camponeses?
Não somos mais só lavradores!
Somos camponeses!***

A frase em destaque foi dita pelo sr. Josias Lemke à sua esposa Iracema Ohnesorge Lemke, no final de maio de 2012.

O sr. Josias Lemke (73 anos) é descendente dos pomeranos que imigraram para o estado do Espírito Santo a partir de 1872 e vive na região dos Pontões Capixabas, no município de Pancas, norte do Espírito Santo, desde seu nascimento.

A constatação compreendida em sua fala se deu a partir do conflito fundiário que passou a fazer parte de sua vida com a transformação da área em que vive em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, culminando com sua participação na passeata de ocupação da sede do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) em Pancas, no dia 30 de maio de 2012.

A passeata e ocupação do IDAF foram realizadas por lideranças do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e representantes da Igreja Católica e Luterana, e tiveram a participação dos camponeses (descendentes de pomeranos e poloneses) moradores dos Pontões Capixabas, com o objetivo de chamar a atenção da sociedade local e estadual para a problemática da transformação da área dos Pontões Capixabas, onde vivem 583 famílias camponesas, em Parque Nacional\Monumento Natural⁶. Objetivavam, também, o agendamento de reuniões no Ministério do Meio Ambiente, em Brasília, para discutir o problema fundiário vivido pelos agricultores da região dos Pontões.

A constatação do sr. Josias Lemke, assim como a de muitos outros camponeses ali presentes, de que são camponeses, mostra como o “ser camponês”, tão presente em suas práticas e essência de sua identidade, foi fortemente reincorporado ao seu modo de ser e de viver, desde que os

⁶O Parque Nacional dos Pontões Capixabas foi criado pelo Decreto não numerado, de 19 de dezembro de 2002. Em 2006 pelo Projeto de Lei Nº 7.708 o Parque Nacional foi passado à categoria Monumento Natural (anexo 01).

primeiros imigrantes chegaram ao Espírito Santo e reconquistaram o acesso a terra, constituindo-se novamente como classe social, depois de terem passado por expropriações e desterritorializações constantes, que, para a terceira, quarta e quinta gerações de descendentes era quase imperceptível o “ser camponês”, no sentido de classe social, de uma classe em constante luta pela terra, entendiam-se apenas lavradores trabalhando nas terras conquistadas pelo e para o trabalho, o que também lhes resgatou a identidade enquanto grupo, mesmo que resignificada.

O conflito fundiário vivido pelos sujeitos da pesquisa, os descendentes de pomeranos que vivem na região de Pancas, teve início em dezembro de 2002, quando toda a área dos Pontões Capixabas foi transformada em Unidade de Conservação Ambiental, na categoria Parque Nacional, à revelia dos moradores, em sua maioria pequenos agricultores familiares, entendidos aqui como camponeses. O conflito fez com que o sentimento de classe aflorasse de forma contundente, fortalecendo a identidade étnica desse grupo, que passou a reviver a história de luta e persistência de seus antepassados na busca e manutenção de seu território.

1.1 A Unidade de Conservação dos Pontões Capixabas – Ameaça à Territorialização Camponesa

Eu nasci sofrendo, criei meus filhos no sofrimento, to criando meus netos no sofrimento e a vida continua no sofrimento, porque eu convivi com o sofrimento dos meus pais, convivi a história dos meus avós. Porque pra ter essa preservação aqui custou! A gente sofreu muito! Eu era menina e andava isso tudo aqui com a mamãe pra tirar o povão que invadia aqui! A gente tinha que enfrentar a invasão na caça, na desordem do povo que invadia aqui! A gente tem uma água muito linda aqui, você deve ter visto o rio e as cachoeiras... o povo perseguia muito esse lugar... vinha gente de longe... às vezes tinha 40, 50 carros que invadiam aqui...

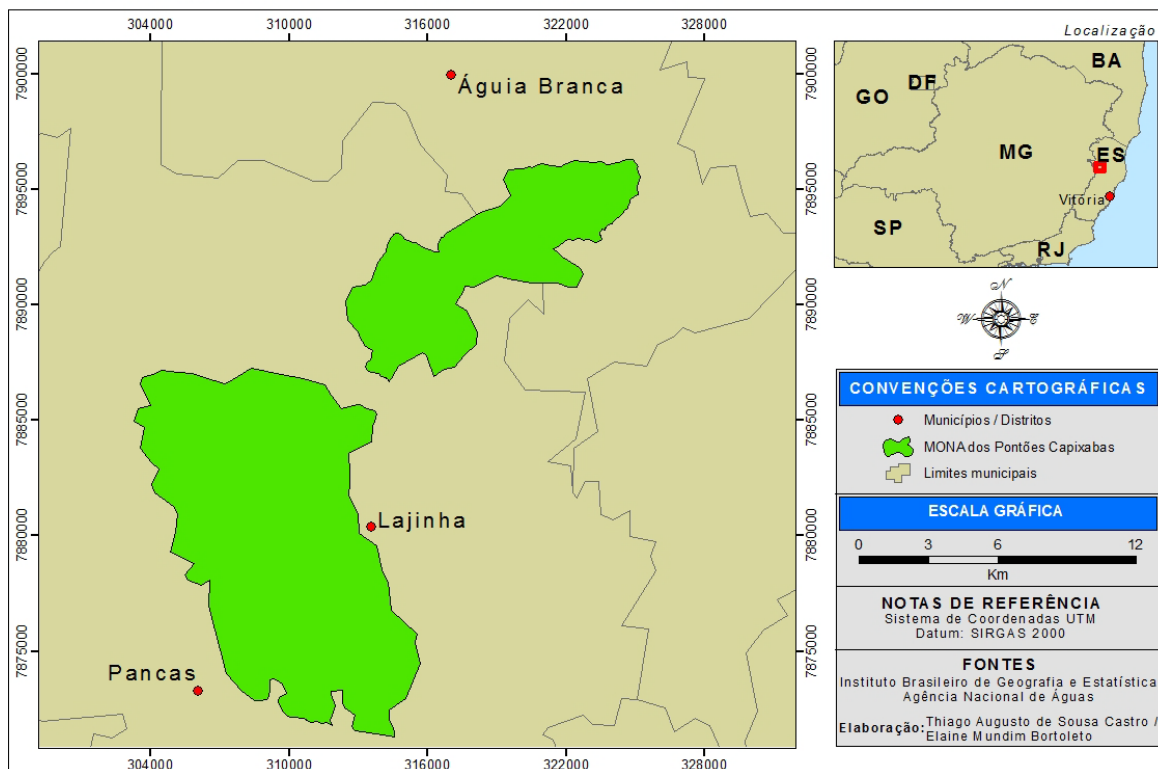
*É difícil... não tem como falar o futuro vai ser assim... essa questão do Monumento pode até acontecer de acabar, mas eu não vejo que isso acabe... essa briga nós vamos ter pelo resto da vida... é o que eu sinto... o futuro nosso vai ser esse, continuar a briga! Por isso que eu disse que eu convivi o sofrimento dos meus avós, dos meus pais, dos meus filhos e dos meus netos que também estão vendo o meu sofrimento.... O sofrimento continua... A vida continua, então, não adianta ficar desesperado porque você está dentro do viver um sofrimento... você acaba se acostumando e aprendendo a brigar até. A vida do pomerano é vida de sofrimento, já foi expulso da Pomerânia e continua sendo expulso... isso é a realidade! O que eu vejo de futuro agora é isso aí!*⁷

(Edna Vervloet)

Em 2002, foi criado o Parque Nacional dos Pontões Capixabas, abrangendo o município de Pancas/ES e o município de Águia Branca, área onde se localizam as 583 famílias de descendentes pomeranos que vivem do trabalho familiar em suas colônias (pequenas propriedades), com o objetivo de proteger a biodiversidade da área dos processos de extinção e degradação ambiental (Mapa 01).

⁷ As entrevistas com D. Edna Vervloet foram realizadas em julho de 2012.

Mapa 1: Localização do Monumento Natural dos Pontões Capixabas



A área demarcada para a Unidade de Conservação abriga relevante riqueza natural com significativos remanescentes de Mata Atlântica do estado e município, além de um conjunto de inselbergs (pães de açúcar)⁸ de grande beleza cênica, *locus* de algumas espécies endêmicas (fotografias 01 e 02).

⁸ De acordo com Guerra (2010), os pães de açúcar podem ser definidos como os “cumes arredondados e bastante abruptos, como se pode observar no Rio de Janeiro e no Espírito Santo. Neste último estado, costuma-se, também, chamar esta forma de relevo de pontão” (GUERRA, 2010, p. 462-63). Sobre os pães de açúcar, Guerra cita, ainda, a definição de Aziz Ab’ Saber: “[...] Pontões rochosos do tipo ‘pão de açúcar’, penedos ou ‘dedos de Deus’ emergem acima ou à frente dos morros do lado de maciços e escarpas granítico-gnaissicas, no Rio de Janeiro, em Teresópolis, Vitória e em alguns pontos da Serra do Mar espírito-santense, sobretudo em Pancas” (AB’ SABER, 2003, p. 149, *apud*, GUERRA, 2010).

Fotografia 1: Vista Parcial dos Pães-de-Açúcar – Pontões Capixabas



Fonte: National Geographic, 2005.

Fotografia 2: Vista Parcial dos Pães-de-Açúcar - Pontões Capixabas



Fonte: Arquivos Fotográficos do ICMBIO, 2005.

Durante o trabalho de campo, ao analisar a reação dos camponeses pomeranos, na região de Pancas, frente à implantação da Unidade de Conservação dos Pontões Capixabas, inicialmente na categoria Parque Nacional, pelo Governo Federal, verificou-se um impacto psicossocial que a criação da unidade, da forma como ocorreu, gerou entre a comunidade pomerana, o sentimento de medo e desconfiança em que, tudo passou a ser entendido como ameaça ao território de vida, espaço em que reconstruíram/resignificaram sua identidade como camponeses e povo pomerano.

Impactos estes tão fortes, que geraram, também, uma reação de proteção que levou ao fortalecimento do sentimento de identidade e da territorialidade desenvolvidos pela população pomerana da região de Pancas (ES), ao terem que lutar novamente pela manutenção do território e seu modo de vida.

Os esforços impetrados pelo Estado para a “preservação da natureza” chegaram a essa comunidade como a forma mais arbitrária de expulsão, pelo cercamento proposto por uma unidade de proteção integral e desconsideração dos sistemas de manejo da fauna e flora que os moradores já utilizavam.

Quando o Estado, adotando um modelo norte-americano, cria áreas de conservação ambiental repulsoras da população humana, contribui para a perda do etnoconhecimento, etnociência, de sistemas de manejo e da diversidade cultural (Diegues, 2004).

Para Lúcia Cavaliéri (2003):

No Brasil, não diferente de outros países, criamos áreas protegidas que passaram a ser chamadas de Unidades de Conservação (UCs), segundo um modelo inicial importado que implica na expulsão dos moradores do seu interior. Nessa concepção de conservação, o homem é visto como o grande destruidor de ecossistemas naturais. Assim, a natureza deve ser isolada de nós, mas contraditoriamente, para nós protegida [...] (CAVALIERI, 2003, p. 54).

Sobre a criação de áreas de preservação repulsoras das comunidades locais que surgem nos Estados Unidos a partir do século XIX, Diegues (2004) ressalta que:

Parte da ideologia preservacionista subjacente ao estabelecimento dessas áreas protegidas está baseada na visão do homem como necessariamente destruidor da natureza. Os preservacionistas americanos, partindo do contexto de rápida expansão urbano-

industrial dos Estados Unidos, propunham “ilhas” de conservação ambiental, de grande beleza cênica, onde o homem da cidade pudesse apreciar e reverenciar a natureza selvagem. [...] entrou em conflito com a realidade dos países tropicais, cujas florestas eram habitadas por populações indígenas e outros grupos tradicionais que desenvolveram formas de apropriação comunal dos espaços e recursos naturais. Mediante grande conhecimento do mundo natural, essas populações foram capazes de criar engenhosos sistemas de manejo da fauna e da flora, protegendo, conservando e até potencializando a diversidade biológica (DIEGUES, 1998, p. 11).

Desconsiderou-se que cada um é portador de uma riqueza da natureza e da cultura. E quando apenas comunica a essas famílias que seu lugar, sua morada, toda sua história será deslocada a favor do fechamento de uma área, o Estado reafirma o poder autoritário combatido por lutas e contestações, poder esse sempre presente nas lutas e conflitos pela terra e que verifiquei manifesto também no conflito fundiário que se desenvolveu entre os camponeses dos Pontões Capixabas com a criação da UC.

1.2 A Concepção de Classe Social

Ao definir o camponês como um sujeito social que compõe uma classe, Shanin (1979) chama atenção para a característica destes sujeitos de não se perceberem como classe e também para a dualidade de sua posição, o que leva às dificuldades de conceituação. Para Shanin (1979):

La dualidad de la posición de los campesinos en La sociedad consiste en que son, por una clase social (una de escaso ‘carácter de clase’ y en general dominada por las demás clases) y, por otra, ‘un mundo diferente’, una ‘sociedad en si misma’ muy autosuficiente, que ostenta los elementos de un padrón de relaciones sociales separado, claro y cerrado (SHANIN, 1979, p. 228).

Segundo Martins (1980), a consciência de que faz parte de uma classe social não é algo explícito no modo de vida do camponês, por este fazer parte de um contexto social e político diferente do operário que tem como “mercadoria a sua força de trabalho” enquanto o camponês:

[...] comparece perante a sociedade, perante o mercado, sozinho, dono das coisas que, quando muito, junto com a sua família, isolado e isoladamente. As suas condições individuais e familiares de trabalho isoladas, produzem também uma consciência, uma visão de mundo, que reflete, que expressa esse isolamento. Só uma força de fora do mundo do lavrador, uma força que atinja por igual a todos os

lavradores, é que pode levá-los a se unirem, a se verem como uma classe, uma força social. O capital é essa força que procura expropriar o lavrador, ou pelo menos submeter o seu trabalho, que procura divorciá-lo dos instrumentos de trabalho, da terra, [...] (MARTINS, 1980, p. 15).

Quando o Sr. Josias diz: nós *somos camponeses, não somos só lavradores*, confirma a análise de Martins (1980), pois, é quando o capital, entendido aqui na implantação de uma UC de Proteção Integral, como uma força que vem de fora e tenta expropriar o lavrador de sua terra, de seu modo de vida, com o discurso da conservação ambiental escamoteando os interesses capitalistas aí presentes através das mineradoras, das incorporadoras imobiliárias e das reflorestadoras para produção de celulose, muitas vezes mediados pelo Estado a partir dos licenciamentos ambientais ou mesmo de compensação ambiental, é que ele, o camponês, se descobre ou se (re)descobre parte de uma classe social.

Larissa Mies Bombardi (2004) destaca ainda que:

Inegavelmente há uma tendência no capitalismo em despojar as pessoas de suas terras e/ ou meios de produção. Entretanto, contraditoriamente, há também a necessidade de reprodução destas relações não capitalistas. Portanto, o campesinato ao mesmo tempo que é expulso, perdura.

É a partir desta interpretação que o campesinato é compreendido como uma classe social do capitalismo, ou seja, não produzem de forma capitalista, mas, no entanto, sua produção é necessária para a reprodução do mesmo.

O fato de, no capitalismo, ser contraditoriamente necessária a coexistência com a produção não-capitalista não explica sozinho a permanência dos camponeses. Ou seja, não apenas aqueles que já tinham acesso à terra e que nela continuam – muitas vezes apesar da pressão exterior – quanto também aqueles que a perderam, por ‘ação’ do próprio capitalismo [...] (BOMBARDI, 2004, p. 56).

Mas quem é esse sujeito social, o camponês, que muitos colocam em vias de desaparecimento, mas que ao mesmo tempo se faz tão presente na realidade do campo brasileiro, apresentando-se de variadas formas e inserido na sociedade capitalista, mesmo que de forma subordinada?

De acordo com Marta Inêz de Medeiros Marques (2008):

Entendemos o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da

extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro -, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade. [...]. O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor. O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode se apresentar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao 'descampesinamento', ora à sua reprodução enquanto camponês (MARQUES, 2008^b, p. 58-59).

Ao final o século XIX foram desenvolvidas algumas interpretações acerca do campesinato e sua continuidade. Segundo as análises marxistas sobre as relações sociais, existiriam apenas duas classes sociais no capitalismo, proletários e burgueses, e o campesinato desapareceria devido ao desenvolvimento das forças produtivas que levariam à expropriação dos meios de produção camponeses.

Assim, haveria a destruição do camponês devido ao processo de diferenciação interna, ou seja, mudanças causadas por sua inserção no mercado capitalista e as suas oscilações, o que levaria ao surgimento de duas classes distintas: camponeses ricos (pequenos capitalistas rurais) e os camponeses pobres (trabalhadores em vias de assalariamento e proletarização) (OLIVEIRA, 2007).

Outra corrente de interpretação do campesinato é aquela que entende que a coexistência de camponeses e latifúndio, ou, de relações não capitalistas de produção e modo capitalista de produção, se explica por meio da permanência de resíduos, "em vias de extinção", de relações feudais de produção na agricultura, sendo que, com a entrada do capitalismo no campo, tal coexistência deixaria de existir, pois, ou haveria a separação do camponês dos meios de produção, ocorrendo a expropriação, ou este se transformaria em produtor individual de mercadorias, sujeito ao mercado, tornando-se, ao final, somente um agricultor (OLIVEIRA, 2007).

Entretanto, segundo a terceira corrente do pensamento, o desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção cria e recria relações não capitalistas de produção, relações estas indispensáveis para sua

existência e reprodução. É nesse contexto que o campesinato se insere, como um elemento inerente a reprodução do capital, bem como as relações não capitalistas de produção, uma vez que este se configura como um modo de produção desigual e contraditório.

Pensar que, em sua reprodução, o capital transforme todas as relações de trabalho em relações assalariadas, sua forma mais característica, levaria, sim, a pensar no fim do campesinato. No entanto, como o capitalismo se configura como um modo de produção contraditório e desigual, ele possibilita que relações não capitalistas, presentes no campesinato, coexistam com relações tipicamente capitalistas, como é o assalariamento e também a apropriação dos meios de produção pelo capital (BOMBARDI, 2004).

Segundo Oliveira (1986):

O desenvolvimento do modo capitalista de produção, entendido como processo contraditório de reprodução ampliada do capital, pressupõe a criação capitalista de relações não-capitalistas de produção, uma vez que o capital, ao reproduzir-se, reproduz também de forma ampliada as suas contradições (OLIVEIRA, 1986, p. 29).

Corroborando com a análise de que o capitalismo não pode ser considerado um modo de produção que se desenvolve de forma única, do qual fazem parte apenas a burguesia e o proletariado, Martins (1996, p. 19-20) coloca que “o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução”.

As colocações de Oliveira e de Martins deixam claro que o capitalismo, por ser um modo de produção contraditório, depende da existência das relações não capitalistas e são as especificidades destas relações, presentes no campesinato, que fazem com que este continue a existir e não seja apenas um “resíduo em vias de extinção”.

É nesse sentido que Marques (1994) considera o campesinato uma classe social que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada, mas que se faz também contraditória aos interesses capitalistas e se define pelo seu modo de vida.

Contudo, é importante ressaltar que a análise do campesinato enquanto classe social integrante do modo de produção capitalista não deve levar ao

entendimento de que o campesinato é uma classe “autônoma” e não sujeita ao capitalismo e suas contradições. Os camponeses compõem as classes subalternas e, como já colocado, sofrem, de uma forma ou de outra, a exploração do capital, que nem sempre se dará de forma direta, com o assalariamento ou extração da mais-valia, mas pode ocorrer indiretamente com a sujeição de sua renda ao capital (BOMBARDI, 2004).

Com relação à exploração indireta sofrida pelo camponês, Martins (1996) afirma que:

Marx já havia demonstrado que o capital preserva, redefinindo e subordinando, relações pré-capitalistas. Provavelmente, o caso mais significativo é o da renda capitalista da terra. Sendo a terra um fator natural, sem valor porque não é resultado do trabalho humano, teoricamente não deveria ter preço. Mas, antes do advento do capitalismo, nos países europeus, o uso da terra estava sujeito a um tributo, ao pagamento da renda em trabalho, espécie ou dinheiro. Essas eram formas pré-capitalistas de renda decorrentes unicamente do fato de que algumas pessoas detinham o monopólio da terra; cuja utilização ficava, pois sujeita a um tributo. Tal renda [...] agora é um pagamento que toda a sociedade faz pelo fato de que uma classe preserva o monopólio da terra. A nova forma que ela assume é caracteristicamente capitalista, é oposta ao tributo historicamente anterior: nem os burgueses nem os proletários transferem diretamente uma parte de seus lucros ou de seus salários aos proprietários. Entretanto, a composição orgânica diferencial do capital entre agricultura e indústria encarrega-se de fazer aparecer nas mãos do proprietário a renda absoluta que aparentemente não é extraída de ninguém (Martins, 1998, p. 20).

Assim, quando o camponês, para manter ao menos a terra de trabalho, base de sua existência, é obrigado a comercializar o fruto de seu trabalho a um valor inferior ao que gastou na produção, ele está transferindo parte de sua renda para a sociedade. Como exemplo, cita-se a situação dos imigrantes pomeranos, que tiveram que se sujeitar às determinações da economia brasileira, que, no Espírito Santo, atrelou o cultivo do café ao processo de colonização, extraíndo continuamente o trabalho excedente desses camponeses, que, além da produção do café, eram responsáveis, também, pelo desenvolvimento de uma agricultura voltada aos produtos de subsistência e consumo interno.

O processo de trabalho camponês é historicamente reproduzido pelo modo de produção capitalista, mas isso não faz dele uma relação capitalista. Para Tavares dos Santos (1978, p. 23), os camponeses do sul do Brasil, assim como os do Espírito Santo, locais com processos de colonização semelhantes,

constituíram-se historicamente no modo de produção capitalista. No entanto, não são capitalistas, são, na verdade, “produtores de mercadorias e criadores de trabalho excedente”.

Segundo Bombardi (2004), são as especificidades do trabalho camponês, fundamentado no trabalho familiar, que permitem a continuidade de sua reprodução mesmo quando sujeitado e determinado pelo capital. A família é um importante eixo na definição do camponês, uma vez que é o trabalho familiar que dá sentido à unidade de produção e, conseqüentemente, à própria existência do camponês.

A classe camponesa se define a partir de seu modo de vida, constituído por um conjunto de relações e sistema de valores ligados a família, a vizinhança, a religião, às formas de organização e de produção, condições materiais de vida e de trabalho, mas principalmente a terra, o acesso a terra, é a condição fundante para a existência do camponês e manutenção do seu modo de vida, centrado no trabalho familiar, que visa, em primeiro lugar, a reprodução do grupo doméstico a partir da organização da produção (MARQUES, 1994).

Sobre a importância do trabalho familiar, Tavares dos Santos (1978) argumenta que a força de trabalho é utilizada pelo seu valor de uso, sendo considerada como uma atividade voltada à transformação de objetos. É assim que a capacidade de trabalho de cada um adquire significado para a família. Embora o autor não considere, nesse momento, o campesinato como classe social, ele afirma ainda que:

Não se realiza a separação do trabalho da pessoa do trabalhador nem a conseqüente conversão da força de trabalho em mercadoria. Cada pessoa da família camponesa desempenha um trabalho útil e concreto, segundo o momento e a necessidade. Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 33-34).

Outro aspecto importante para o camponês e intrínseco à continuidade de seu modo de vida é o território, pois é nele, no que consideram seu espaço, que se sentem livres e donos, não só de seu território, mas também de seu tempo. De acordo com Bombardi (2004, p. 59), quando se afirma que os

camponeses são donos de seu tempo, reforça-se que eles são também “[...] donos do seu território, na medida em que constroem uma unidade territorial que se diferencia daquela na qual as relações de trabalho se dão de forma tipicamente capitalista”.

Neste sentido, com base nas análises de Raffestin (1993), o território deve ser compreendido como produto das relações sociais que se estabelecem no espaço ao longo do tempo, ou seja, como interação entre o tempo, o espaço e as relações sociais. Faz-se, assim, importante a distinção entre espaço e território, uma vez que o espaço antecede o território, que se forma a partir do primeiro, transformado pela sociedade em suas diversas relações. De acordo com Raffestin (1993):

O espaço é portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, ‘dado’ como se fosse uma matéria-prima. Preexiste a qualquer ação. ‘Local’ de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar. Evidentemente, o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. [...]. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

As “imagens” representadas no território revelam as relações de produção, bem como as relações de poder empreendidas no espaço, e é a partir de sua análise que se chega à compreensão de como o território foi produzido. Contudo, é importante ter em vista que:

não se trata aqui de considerar o espaço como ponto de partida na direção daquilo que se constitui o território; pelo contrário, o território expressa as relações sociais que no espaço se estabelecem. Portanto, não é possível concebê-lo (o território) apenas como fruto da interação entre ‘homem-meio’, o que daria uma ideia de um homem ‘abstrato’, isolado, desvinculado de seu tempo e das determinações dele decorrentes. Analisar o território significa apreender as relações sociais que o determinam, o que na atualidade significa fazer uma análise que abarque o modo capitalista de produção e suas implicações, numa perspectiva de entendimento de que as relações sociais no mundo atual são por ele determinadas (BOMBARDI, 2004, p. 47)⁹.

⁹ Etges (1989) corrobora com Bombardi (2004) ao apontar que: “Para Marx, conforme estudos de Indovina & Calabi e Moraes, o território define-se não pelo domínio, mas pelo uso. É a apropriação (num sentido lato) e não a propriedade (uma relação historicamente mais limitada) que o credencia. Marx é claro ao afirmar que: ‘o que faz com que uma região da Terra seja um território de caça é o fato das tribos ali caçarem (Marx, 1981: 87). Assim, é o trabalho social que qualifica o espaço, gerando um território.

Assim, o entendimento do território, sua produção e organização, passa pela compreensão das relações sociais materializadas no espaço ao longo do tempo, conformando-o em território. Segundo Oliveira (1997):

[...] o território não pode ser entendido como equivalente, como igual ao espaço, como propõem muitos geógrafos. Nesse caminho, torna-se fundamental compreender que o espaço é uma propriedade que o território possui e desenvolve. Por isso, é anterior ao território. O território por sua vez é um espaço transformado pelo trabalho, é portanto, uma produção humana, logo espaço de luta, de luta de classes ou frações de classes. Por causa de todas as relações que envolve, inscreve-se no campo do poder, sendo pois, o lugar da luta cotidiana da sociedade pelo seu devir histórico (OLIVEIRA, 1997, p. 09).

O conceito de camponês tem sua origem ligada à realidade da idade média Europeia, realidade de que são herdeiros os pomeranos. Entretanto, a formação do campesinato brasileiro possui especificidades que devem ser consideradas para a correta compreensão da territorialidade camponesa no Brasil.

De acordo com Marques (2008^b, p. 60), o campesinato brasileiro forma-se em meio a uma sociedade que vivia na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista, sendo marcado, portanto, por uma forte mobilidade espacial (devido aos sistemas de posse precária da terra que levam a constante busca por novas terras - importante estratégia de reprodução social), diferentemente do campesinato europeu, caracterizado por forte enraizamento territorial¹⁰.

Em sua reflexão, Marques (2008^b, p. 60) faz referência à análise de Maria de Nazareth B. Wanderley (1996), que afirma que, mais que a terra, é o modo de vida camponês, o patrimônio que tem sido repassado entre as gerações.

É neste contexto que relaciono a população pomerana imigrante e a manutenção de sua campesinidade no Espírito Santo e especialmente na região de Pancas, ao considerar que, mesmo sendo oriundos de um

Este, na concepção marxista é uma construção social" (ETGES, 1989, p. 15, *apud*, BOMBARDI, 2004, p. 50).

¹⁰ Sobre as diferenças entre o campesinato europeu (russo) e brasileiro, Martins (1990, p. 15-16) afirma que: Era, como comprovava Lenin, um *campesinato estamental* baseado na propriedade comunitária e tradicional da terra. Lá, era *um campesinato que não queria sair da terra*, que queria permanecer defensivamente alheio ao capitalismo, fora e contra ele, que resistia ao processo de expropriação que poderia desenraizá-lo da comuna [...]. Aqui, ao contrário, o campesinato é uma classe, não um estamento. É um campesinato que quer entrar na terra, que, ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão.

campesinato de forte enraizamento territorial (com características um pouco diferentes do campesinato russo), ao terem sido constantemente expropriados de suas terras e, por fim, desterritorializados, também passaram a viver uma realidade de exploração e de mobilidade espacial até conseguirem se reterritorializar, reafirmando sua identidade social e étnica, bem como seu modo de vida tradicional, o que foi possível pela existência desse patrimônio transmitido entre as gerações e mantido no imaginário desses sujeitos sociais.

E. P. Thompson (1987) chama a atenção para uma melhor compreensão dessa classe que se afirma principalmente pelo seu modo de vida, sendo que, para o autor, a classe se constitui quando os sujeitos, tendo experiências comuns herdadas ou que partilharam com seus antepassados,

sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem dos [...] seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 1987, p.10).

Segundo Tresmann (2008, p. 02), como camponeses, os pomeranos “raciocinam com uma lógica diferente daquela da cidade. Vivem dos produtos da terra e, por isso, são muito ligados a ela”, ligação que se justifica pelo valor simbólico da terra que representa a possibilidade de sobreviver, de permanecer e pertencer ao território e de produzir os meios de vida.

É a busca pela terra de trabalho que motiva o camponês, a vontade de ser proprietário não se dá no sentido de possuir, de ser dono de um bem privado, mas sim no sentido de se ter acesso ao bem que permite a sobrevivência e continuidade da reprodução social da família. Para Martins (1980):

A propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque nesse caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do capital, [...]. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos do capital, [...] (MARTINS, 1980, p. 59).

Sobre a terra de trabalho, Martins (1980) considera, ainda, que:

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em *terra de negócio*, em *terra de exploração* do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em *terra de trabalho*. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem (MARTINS, 1980, p. 60).

A terra camponesa constitui, assim, a “expressão de uma moralidade, [...] algo pensado e representado no contexto de valorações éticas”, e não, simplesmente, como objeto de trabalho ou mercadoria. É sobre a terra que se faz o trabalho que constrói o patrimônio da *família*. Neste sentido, as sociedades camponesas ou tradicionais estariam estruturadas neste tripé: *terra, família e trabalho*, categorias relacionadas entre si e vistas como valores morais vinculados a princípios organizatórios próprios centrados na honra, na hierarquia e na reciprocidade. (WOORTMANN, 1990).

O autor chama atenção, ainda, para a importância das categorias *terra, família e trabalho*, ao considerar que, como categorias presentes nas sociedades camponesas, que estas devem ser “nucleantes” e “relacionadas”, pois “[...], não se pensa a terra sem pensar a família e o trabalho, assim como não se pensa o trabalho sem pensar a terra e a família” (WOORTMANN, 1990, p. 23).

Ainda com relação à lógica camponesa, Tavares dos Santos (1978) afirma que o camponês possui, em sua conformação, a “produção simples de mercadorias, em que o produtor detém a propriedade dos meios de produção”, sendo estes entendidos como terra, objetos de trabalho e demais meios de trabalho, sendo que a “comunidade” apresenta-se como uma dimensão da consciência camponesa, do ser camponês, uma vez que a sua constituição ocorre pela reconstrução da realidade social em que se insere esse sujeito histórico.

A unidade familiar/unidade de produção e consumo, a propriedade, os animais, objetos e valores que conformam o modo de vida pomerano são definidos na língua pomerana pela palavra *Land*, sendo que na língua portuguesa o uso feito pelos pomeranos da palavra *colônia* possui o mesmo significado de *Land*, ou seja, o termo *colônia* é usado para designar as terras,

as benfeitorias, residências, animais e plantações, elementos que, juntamente com o grupo doméstico, conformam a unidade básica de produção e consumo (BAHIA, 2011, p. 47).

A colônia seria tanto a terra como o produto do trabalho e esforço da família, significando a manutenção de uma forma de exploração tradicional camponesa, *a terra de trabalho e o trabalho familiar*. De acordo com Bahia (2011), o termo colono é utilizado no sentido de uma afirmação da identidade étnica e social – *imigrante camponês de origem pomerana*.

Sobre as relações simbólicas que ocorrem entre os sujeitos sociais e o território, Bonnemaïson e Cambrèzy desenvolvem importante reflexão que corrobora o entendimento das relações de identidade desenvolvidas pela população pomerana em Pancas em sua reterritorialização, de que o homem pertence a um território, mas não o possui, apenas guarda-o, habita-o e impregna-se dele, sendo que, os viventes não são os únicos a ocupar o território, os mortos estão presentes nele e marcam-no significativamente com o signo do sagrado. “Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer” (BONNEMAISON e CAMBRÉZY, 1996, p. 13-14).

É nesta perspectiva que o território é entendido pela comunidade pomerana de Pancas/ES, como parte do ser camponês e como fator essencial para sua existência, ou seja, perder o território significaria deixar de existir enquanto camponês e pomerano.

Assim, a transformação da área dos Pontões Capixabas, ou melhor, de suas comunidades e colônias, como são simplesmente denominadas pelos camponeses pomeranos, em uma UC de Proteção Integral, é entendida como uma ameaça a sua existência, pois coloca em dúvida o que há de mais fundamental para ele, a permanência na terra, na “sua terra”, que foi conquistada com trabalho para a continuidade da vida. A fala da senhora Alice, camponesa e descendente pomerana da 5ª geração que vive na área dos Pontões Capixabas, evidencia essa relação:

Alice¹¹: as terras sempre foram nossas, do meu avô passou para meu pai, que passou para os filhos e que nós agora vamos passar para os netos. Nossa relação com a terra é de muito amor e valor, porque preservamos isso a vida inteira desde a época do meu avô, porque se hoje é um lugar cuidado e bonito é porque nós cuidamos de tudo e preservamos sempre, por isso significa um pedaço de nós, por isso mexe muito com nossos sentimentos e emoções pensar em ter que sair daqui [choro]. A natureza trabalha na vida do ser humano com sua beleza, com a paz e harmonia que ela transmite, por isso eu amo a terra, amo onde vivo além do valor familiar que tem pra mim¹².

O depoimento demonstra o sentimento de identidade com o território e ao mesmo tempo a relação de cuidado estabelecida com os elementos da natureza que marcam simbolicamente a construção do território de vida.

De acordo com Ferreira (2013), as transformações territoriais ocorridas no desenvolvimento do capitalismo, geradoras de conflitos, devem ser entendidas também como a apropriação de territórios para a implantação de Unidades de Conservação, uma vez que as populações que vivem nestas áreas (principalmente nas UCs de Proteção Integral como os Parques Nacionais e Monumentos Naturais) são desconsideradas e, geralmente, expropriadas das áreas em que desenvolveram sua territorialidade.

Mesmo sabendo que essas populações tradicionais e camponesas muitas vezes auxiliam na preservação desses recursos naturais e dominam práticas de manejo por gerações, sofrem processos de expropriação de suas terras, territórios, modos de vida e, sobretudo, perdem parte da sua cultura (FERREIRA, 2013, p. 33).

A relação de identidade com o território desenvolvida pelos imigrantes pomeranos ao se territorializarem na região de Pancas explica-se pelo significado simbólico de referência que o território adquire, representando a possibilidade de continuidade da vida.

Entende-se, então, que a relação de valorização do território (uso e não propriedade) e identidade desenvolvida pela comunidade camponesa

¹¹ Entrevista realizada em março de 2007

¹² Os entrevistados que solicitaram a não divulgação de seus nomes serão identificados por nomes fictícios, já aqueles que autorizaram a divulgação de suas identidades serão identificados por nome e sobrenome.

pomerana em Pancas, só ocorreu a partir da possibilidade da territorialização desta em um novo espaço, permitindo a reprodução de seu modo de vida tradicional, condição de sua existência, tolhida (de seus antepassados) durante o processo de destituição do território da Pomerânia, quando o povo pomerano foi desterritorializado.

1.3 Conservação Ambiental no Brasil, Conflito Fundiário e a Tomada da Terra de Trabalho – O Despertar do Camponês Pomerano da 4ª, 5ª e 6ª Geração, Enquanto Classe Social

Na migração aqui pra dentro eles foram vindo por Minas Gerais e depois os mineiros foram pressionando de lá de cima aqui pra baixo... foram empurrando... porque o que sobrou para os alemães e pomeranos foi esse canto aqui do Espírito Santo que não tinha muito valor pra eles (fazendeiros mineiros) porque é muito acidentado, é pura pedreira... você olhando assim parece que nem dá pra trabalhar, só dá pra trabalhar de cabo de enxada....tem lugar que nem dá... tem que ser de caquinho... então, ficou sobrando isso aqui pra nós e a gente continua morando aqui e agora estão perseguindo a gente por causa dessas pedras!

(Josias Lemke)

O atual conflito fundiário estabelecido entre os camponeses pomeranos, a problemática ambiental e sua tensa relação com a luta pela terra, remete à fase dos Grandes Projetos de Investimento (GP/Is) do período militar, em que a expropriação era imposta com o discurso do desenvolvimento do país, agora a expropriação vem sendo imposta na maioria das vezes com o discurso da preservação ambiental, mascarando interesses financeiros.

Bombardi (2006), quando analisou a apropriação da terra no estado de São Paulo, verificou que os conflitos no campo se colocam em ordens divergentes, constituindo-se em classes sociais antagônicas, uma vez que são originadas da produção e reprodução do capital que faz parte da lógica da reprodução do campesinato. Assim, deve-se entender os camponeses como

uma classe social da sociedade capitalista e não a parte desta. Neste sentido, compreende-se que se trata da busca por uma fração e não do território na sua amplitude.

Souza *et al* (2012) destaca que essas “comunidades locais são coautoras no processo de conservação desse espaço, pela forma como desenvolveram seus modos de vida, conservando os recursos naturais, antes da criação da UC”.

Assim, o Sistema Nacional Unidades de Conservação (SNUC) não valoriza o papel das comunidades, que, a partir de seu “modo de produção e tecnologia patrimonial” baseados em saberes tradicionais, foram os grandes responsáveis para a manutenção da diversidade biológica e dos ecossistemas em períodos anteriores à criação das áreas protegidas (DIEGUES, 2004). De acordo com Diegues, percebe-se que:

[...] já é sabido que as comunidades locais a serem afetadas pela criação de unidades de conservação devem ser tratadas como aliadas e não adversárias da conservação, e que seu alijamento do processo decisório pode transformá-las, no final, em sérias adversárias de uma preservação da natureza mal concebida e mal desenvolvida. (DIEGUES, 2004, p.119).

Esta situação provocou grande descontentamento e ansiedade na região, pois as 583 famílias que vivem na área correm o risco de serem desapropriadas e desterritorializadas. O estranho, o diferente, o governo, a preservação, tudo passou a ser ameaça, ameaça principalmente ao pertencimento dessa comunidade ao seu território de vida.

A respeito da desapropriação, as respostas durante as entrevistas foram de desabafo, carregadas de sentimentos de revolta e tristeza. Tristeza por perder a morada e se ver fora de seu meio, espaço este que foi conquistado com trabalho e sentimentos de reconstrução e resignificação da identidade e do modo de vida perdido na Pomerânia, território tradicional, mas onde já não lhes era permitido o pertencimento ao lugar, a territorialização (BORTOLETO, 2010).

Mas não seria o homem elemento do Meio? Responsável por cuidar deste como reverência à vida? O ambiente é a morada da diversidade, incluindo aí a espécie humana. E, analisando as respostas dadas e a expressão de tristeza

dos camponeses quando falavam sobre a possível desapropriação, cabe questionar: não seria esta uma postura antiética? Como fica a Ética do *ethos*: morada, casa. O *meio* é, também, a morada da espécie humana que deve zelar pela integração das diversas formas de vida, e não ser retirada arbitrariamente dessa cadeia de integrações, de sua morada (Boff, 2004).

Para criação de uma unidade de conservação deve-se considerar uma série de critérios, sendo que estes têm sido objeto de sucessivos debates. No passado, a escolha de uma área era feita basicamente pelos aspectos cênicos e disponibilidade de terra¹³. Com o avanço do conhecimento sobre a diversidade biológica e da fundamentação teórica da moderna biologia de conservação, esta estratégia passou a ser criticada (Diegues, 2004).

A partir da década de 1970, houve novas propostas para a seleção de áreas prioritárias para a conservação, baseadas nos critérios de distribuição de espécies e de ecossistemas, tendo como base o novo Código Florestal de 1965, uma vez que até então se tinha como critério apenas o modelo norte americano na criação de áreas de proteção natural.

Depois de escolhido o critério para seleção da área, passa-se para a avaliação da viabilidade da criação da unidade de conservação. Técnicos especializados visitam a área para coletar dados sobre a conservação da área, presença de espécies, representatividade da região ecológica natural, complementaridade ao atual sistema de unidade de conservação, diversidade de ecossistemas, área disponível, valor histórico/cultural e antropológico, grau das pressões humanas sobre a área e situação fundiária. Somente após a análise destas informações é que se pode tomar uma decisão sobre a criação ou não da nova unidade de conservação e sobre a categoria mais indicada a ela.

Outra questão relevante com relação à criação e implantação das áreas de proteção está ligada à ideologia adotada, pois, a visão preservacionista, adotada inicialmente, e ainda presente em algumas das atuais categorias das UCs de proteção integral do Brasil, consideram o homem como aquele que

¹³O Parque Nacional de Yellowstone, criado em 1872 nos Estados Unidos foi a primeira área natural protegida no sentido moderno do termo, seguido do Parque de Yosemite em 1890. Entretanto, essas discussões com cunho preservacionistas já ocorriam desde o início do século XIX nos EUA (DIEGUES, 1998 e 2004). Diegues (1998) coloca que esse modelo de criação de áreas naturais protegidas surgiu nos EUA, em meados do século XIX e se constituiu em uma das políticas conservacionistas mais utilizadas nos demais países, dentre eles, o Brasil.

destrói a natureza e que, portanto, deve ser retirado dela retirado. Para Diegues (1998):

Parte da ideologia preservacionista subjacente ao estabelecimento dessas áreas protegidas está baseada na visão do homem como necessariamente destruidor da natureza. Os preservacionistas americanos, partindo do contexto de rápida expansão urbano-industrial dos Estados Unidos, propunham 'ilhas' de conservação ambiental, de grande beleza cênica, onde o homem da cidade pudesse apreciar e reverenciar a natureza selvagem.[...] entrou em conflito com a realidade dos países tropicais, cujas florestas eram habitadas por populações indígenas e outros grupos tradicionais que desenvolveram formas de apropriação comunal dos espaços e recursos naturais. Mediante grande conhecimento do mundo natural, essas populações foram capazes de criar engenhosos sistemas de manejo da fauna e da flora, protegendo, conservando e até potencializando a diversidade biológica (DIEGUES, 1998, p. 11).

A análise de Diegues deixa claro o quanto o preservacionismo apenas escamoteia os interesses capitalistas e a destruição causada por sua própria lógica, pois, ao propor retirar o homem de seu espaço de vida.

Entendemos que a crítica a este modelo de proteção natural relaciona-se ao “mito do mundo ou natureza selvagem”, o *wildernes*, criado por uma visão utópica de seus criadores Henry David Thoreau e John Muir (DIEGUES, 2004).

Outro momento dentro das concepções ambientalistas é a corrente conservacionista que será concebida de duas formas. Para alguns teóricos a teoria conservacionista vai ser compartimentada e separar homem e natureza e para outros vai conceber a relação entre ambos (DIEGUES, 2004 e FERREIRA, 2013).

Na visão conservacionista em que a biodiversidade não concebe a presença humana, fortalece-se a separação homem-natureza, concepção de muitos ambientalistas que se dizem contrários às visões preservacionistas devido seu cunho conservador.

Arruda e Diegues contradizem essa visão ao afirmarem: “[...] biodiversidade não é só produto da natureza, mas, em muitos casos, é produto da ação das sociedades e culturas humanas, em particular das sociedades tradicionais não industriais” (2002, p. 15).

Em seu trabalho sobre o PARNA da Serra da Canastra, Ferreira (2013) destaca a leitura de Diegues (2004) de que o objetivo inicial dos PARNAS não era a biodiversidade, essa preocupação é posterior. Por isso, é necessário entender as correntes ambientalistas, as quais concebem a ecologia e os

demais paradigmas da preservação e conservação responsáveis pelo direcionamento das políticas públicas sobre as Unidades de Conservação no Brasil.

Como já ressaltado, a lógica autoritária de criação da maioria das áreas de proteção ambiental brasileiras se fez presente também na criação da UC dos Pontões Capixabas, independentemente dos avanços nos estudos ambientais e da já conhecida importância da interação entre sociedade e natureza, ou seja, a interação entre o saber tradicional e o saber técnico-científico.

Sobre a criação de Unidades de conservação que retiram os moradores de suas terras tradicionalmente ocupadas e que, até então, desenvolviam uma relação de cuidado e conservação pautada nos conhecimentos e valores tradicionais, faz-se importante a análise de Diegues (2004), que destaca que, inicialmente, a criação dos PARNAS não teve como foco a biodiversidade.

No final dos anos 60, os ecologistas-preservacionistas, propositores dos parques sem habitantes, encontraram um forte aliado filosófico na emergente *ecologia profunda* que, com base numa visão biocêntrica, afirma que a natureza deve ser preservada, independentemente da contribuição que possa trazer aos seres humanos. A necessidade de expansão do modelo dominante de parques nacionais e de controle da população, cujo crescimento é tido como o fator mais destruidor da natureza, passou a fazer parte do dogma da *ecologia profunda*, que encontrou nos Estados Unidos terreno propício para sua expansão (DIEGUES, 2004, p. 10; Grifos do autor)

Entretanto, mesmo a biodiversidade se colocando posteriormente como objetivo a ser alcançado na criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral, como PARNAS, MONAS, REBIO, REVIS e ESEC, verifica-se que, muitas vezes, na criação das UCs, estão em jogo interesses que nada têm a ver com a proteção ambiental e, sim, interesses capitalistas, que objetivam acordos financeiros de bancos multilaterais e de grandes organizações conservacionistas, além dos interesses nacionais no ecoturismo nas grandes incorporações hoteleiras e imobiliárias (DIEGUES, 2008 e FERREIRA, 2013).

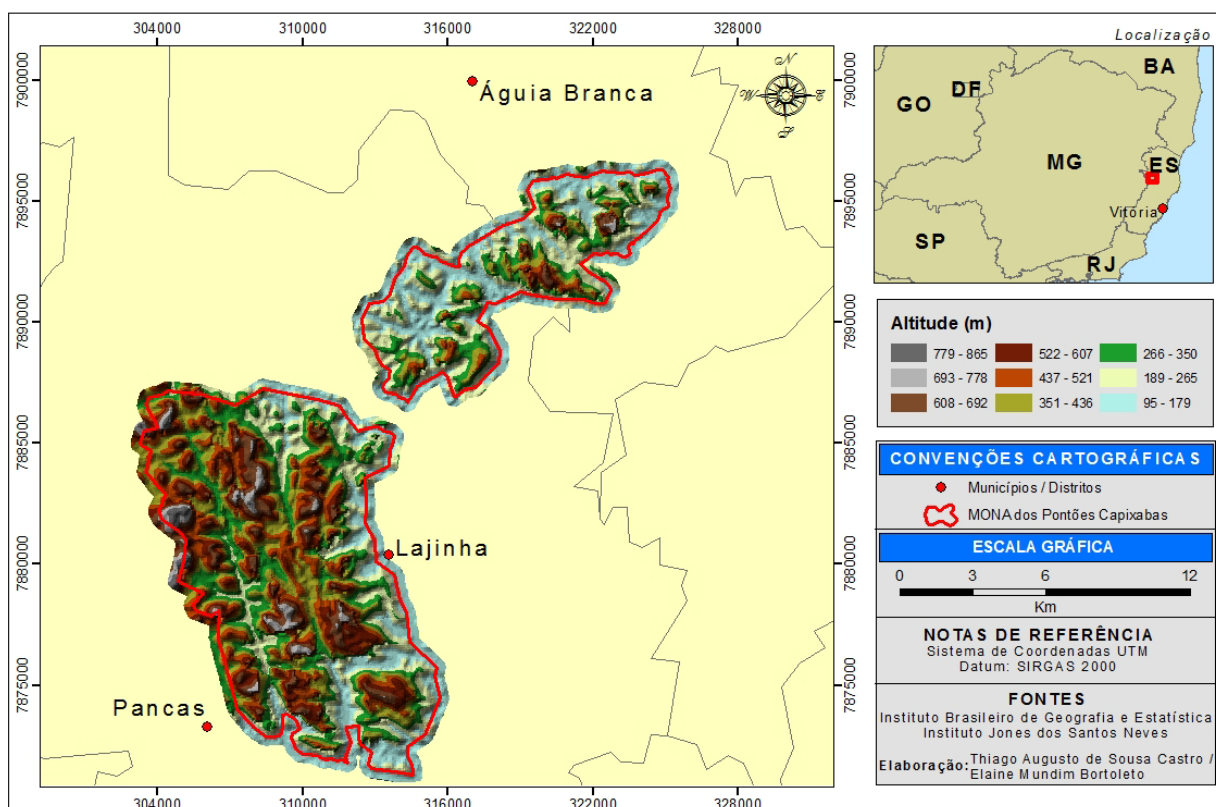
No caso da criação da UC dos Pontões Capixabas, o aspecto determinante foi a geomorfologia de aspecto singular e o potencial ecológico e biológico. O aspecto que não foi considerado de forma alguma foi a população, que não foi consultada.

O valor cultural e histórico da região que abriga famílias pomeranas, de costumes e tradições peculiares e falantes da língua nata, foi considerado irrelevante, como também sua relação com o território, a forma de valorização que empreenderam sobre este e o sentimento de identidade com o espaço, bem como os processos de desterritorialização e territorialização vividos por este povo.

A fala do sr. Josias na abertura deste item, “*e agora estão perseguindo a gente por causa dessas pedras!*”, é reveladora da percepção dos camponeses com relação aos discursos de conservação ambiental, na sua simplicidade repleta da perspicácia de quem vê nas entrelinhas, entende que não é bem a natureza que buscam proteger, mas sim os interesses capitalistas nos vários recursos que a região possui, em especial o granito.

Ao afirmar que o que sobrou para eles foi apenas “*esse canto aqui... que não tinha muito valor pra eles porque é muito acidentado, é pura pedreira... só dá pra trabalhar de cabo de enxada... e a gente continua morando aqui...*” reforça a valorização e apego ao território onde se estabeleceram, independente das dificuldades que encontraram nele (mapa 02).

Mapa 2: Modelo Digital de Elevação – MONA dos Pontões Capixabas



A descrição que o Sr. Josias faz da área dos Pontões Capixabas, evidencia que as áreas com declividade moderada apresentam possibilidade da prática agrícola, desde que se adote sistemas de cultivos em curvas de nível. Contudo, nas áreas da UC dos Pontões Capixabas, a maior parte das encostas já apresentam afloramentos granitoides que ocorrem por toda a região, assim, mesmo quando a declividade permite a agricultura nestas áreas é dificultada e às vezes inviável e, como coloca o interlocutor, o trabalho é todo manual com o uso da enxada.

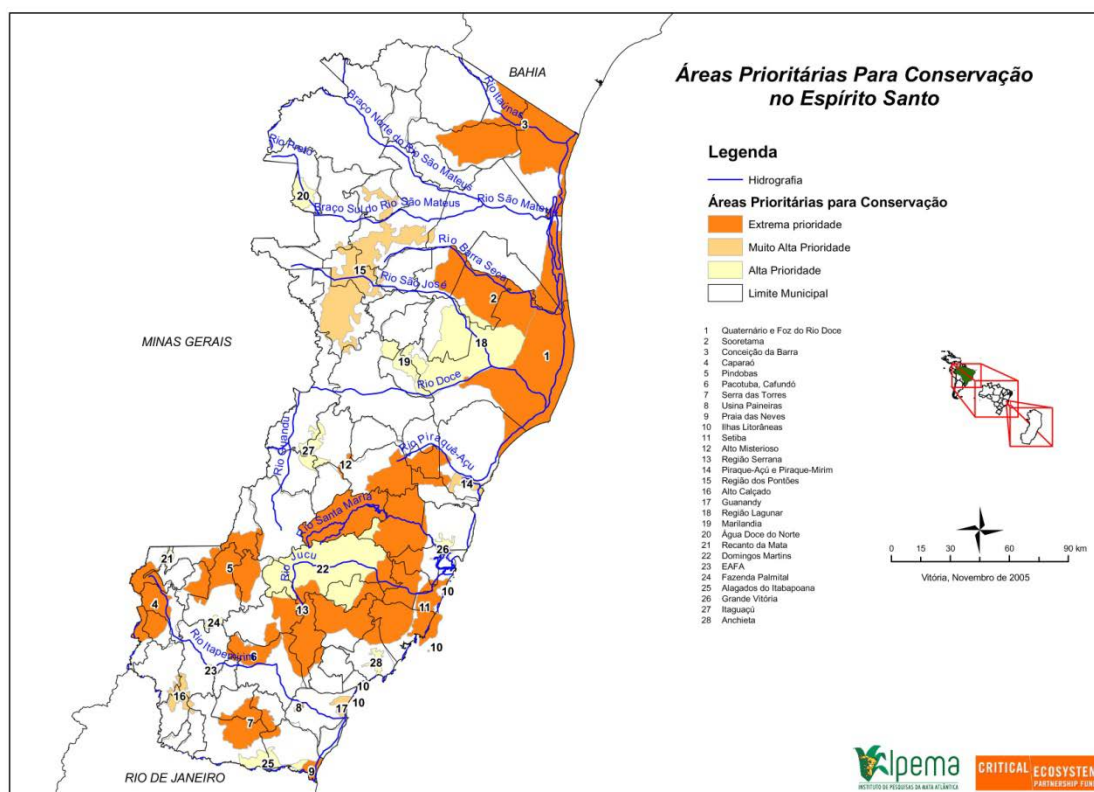
A fala *“a gente continua morando aqui e agora estão perseguindo a gente por causa dessas pedras!”* é extremamente elucidativa de que para os camponeses o território, a sua terra (colônia) não possui valor no sentido de mercadoria, mas sim como o espaço que permite a continuidade da sua reprodução social.

As demandas econômicas e políticas externas por recursos naturais tem posto os habitantes locais diante de exigências conflituosas no que se refere às suas terras e aos seus recursos. Muitas vezes apoiadas por poderosos governos ou interesses de corporações empresariais, percepções conflituosas de como a terra e seus recursos devem ser usados têm levado à substituição ou ao colapso de sistemas prévios de manejo dos recursos. A consequência é o uso ignorante e irrestrito da região (GOMEZ-POMPA & KAUS, 2000, p. 130).

Barbosa (2013) salienta que a singularidade ambiental da região dos Pontões Capixabas levou, durante a década de 1990, ao início das discussões entre entidades governamentais e não governamentais sobre a “necessidade de aumentar a proteção daquele território”. Iniciativa que, segundo a autora, vem do aumento dos impactos ambientais na área, com destaque àqueles gerados pela mineração, uma vez que toda a região conta com presença de mineradoras/graniteiras.

O interesse na criação da UC é evidenciado no mapa 03 que apresenta o conjunto de áreas consideradas como prioridade na conservação ambiental no estado.

Mapa 3: Áreas Prioritárias para Conservação Ambiental



A proposta da criação de uma Unidade de Conservação ao Ministério do Meio Ambiente foi realizada sem que houvesse uma discussão que abrangesse a sociedade local e, muito menos, sobre o tipo de proteção (a categoria da UC).

De acordo com os documentos levantados em trabalho de campo, na folha 03 do Processo 02001.0091.009139/2002-12 de criação da Unidade de Conservação dos Pontões Capixabas no IBAMA de novembro de 2002, apresenta o documento emitido pela Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA em outubro de 2002 e encaminhado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) solicitando a criação de uma Unidade de Proteção Integral nos Pontões Capixabas objetivando a proteção ambiental da região noroeste do Espírito Santo.

É significativo verificar que a arbitrariedade no processo de criação da área de proteção ambiental não se fez apenas na exclusão da participação local, mas também nas modificações que o projeto inicial foi sofrendo, pois, o Processo 02001.0091.009139/2002-12 de criação da UC dos Pontões

Capixabas aberto no IBAMA em novembro de 2002, apresentava o Memorando de número 83-02, que deu início ao processo da UC pela Diretoria de Unidades de Conservação, tinha como assunto a Criação *de um Monumento Natural nos Pontões Capixabas/ES* e não de um Parque Nacional como foi implantado a partir do decreto nº 4.340 (IBAMA, 2002; BARBOSA, 2013)¹⁴.

Mais significativo ainda é constatar, segundo documentação, que além da ausência total de participação da comunidade nas decisões iniciais, estas foram tomadas durante reunião em que o grupo de trabalho formado não faz parte da região em questão e que o grupo de apoio descrito em grande parte não sabia bem do que tratava a implantação de uma unidade de conservação (ex. Prefeituras da área da UC dos Pontões Capixabas), conforme constatei no trabalho de campo e será exposto nas entrevistas¹⁵..

Essa proposta, segundo a entidade, contaria com o apoio de outras entidades ambientalistas e de pesquisas:

Esta proposta já conta com o manifesto apoio de várias instituições, incluindo o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; a Secretaria Estadual para Assuntos do Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo; a Cia. de Polícia Ambiental/ES; a Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente/ES de forma articulada com as Prefeituras Municipais de Águia Branca, Vila Pavão, Pancas, Ecoporanga, Barra de São Francisco, São Gabriel da Palha e Nova Venécia; o IBAMA/ES; Fundação Luterana de Sementes; o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo; a Unidade de Coordenação Estadual do Projeto Corredores Ecológicos; Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica/IPEMA, entre

¹⁴ O Processo criação da UC dos Pontões Capixabas apresenta-se no anexo 02.

¹⁵ Os documentos citados abaixo fazem parte do Processo 02001.0091.009139/2002-12 de Criação do Monumento Natural Pontões Pancas e encontram-se no anexo 02.

- ❖ Carta de apoio para criação da UC do Secretário de Estado para Assuntos do Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo, em 2002;
- ❖ Moção de apoio para criação da UC com aprovação no Congresso Estadual da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente - ANAMA-ES, emitida, em 2002;
- ❖ Moção para criação da UC aprovada durante o III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, ocorrido em Fortaleza - CE em setembro de 2002.
- ❖ Cartas de apoio para criação da UC, de professora da Universidade de São Paulo (s/d)_e ex diretor do Museu Nacional emitida em 2001.
- ❖ Mapa da área de interesse para criação da UC;
- ❖ Caracterização técnica da área/carta-consulta; e
- ❖ Emails de simpatizantes á criação da UC.

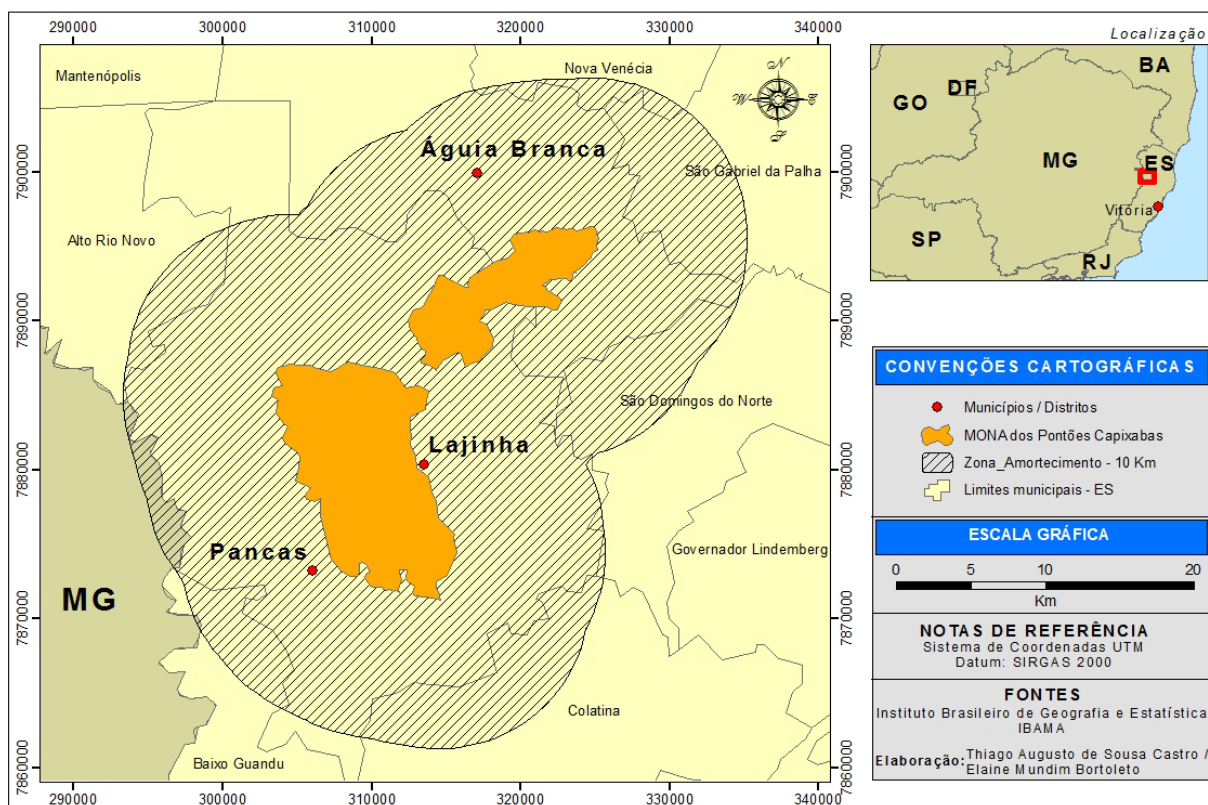
Obs: O trabalho de Cláudia Silva Barbosa "Recategorização de unidades de conservação: o discurso de uma nova territorialidade e participação social no contexto do Parque Nacional dos Pontões Capixabas – ES" de 2011 também apresenta detalhes sobre o processo de criação e recategorizaçãoda UC dos Pontões Capixabas.

outras entidades que também se manifestaram como parceiras para sua concretização (IBAMA, 2002:03).

Nenhum representante dos moradores locais fez parte do grupo de trabalho, seja individualmente ou por meio de suas associações, o que deixa claro o desrespeito com os principais interessados na questão e que existem mais interesses vinculados à implantação da Unidade de Conservação do que a própria proteção da biodiversidade.

Os passos seguintes para a criação da Unidade de Conservação de Proteção Integral, na área em que vive a comunidade camponesa pomerana, constou de um sobrevoo de helicóptero em início de novembro de 2002 com a presença de alguns técnicos do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) do Espírito Santo e de Brasília e de um deputado federal. Foi durante esse sobrevoo que demarcaram as áreas que vieram a compor o PARNA, sem, no entanto, “considerarem” que ali nos vales, entre os pontões rochosos, viviam 583 famílias camponesas tradicionais que deveriam ser os primeiros a ser informados sobre o processo de transformação de suas terras em uma UC de Proteção Integral (mapa 04).

Mapa 4: Zona de Amortecimento do MONA dos Pontões Capixabas



A aprovação do decreto nº 4.340 (em anexo) veio logo depois em dezembro de 2002, declarando que “aquelas terras” fariam parte de uma Unidade de Conservação na categoria Parque Nacional (PARNA) com área de 17.486 ha.

Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), Art.11. § 1º.,

O parque Nacional é de posse e domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei (SUNC. Lei Nº 9. 995, de julho de 2000).

Com a criação de um Parque Nacional, as famílias localizadas dentro das áreas demarcadas são obrigadas a sair de suas terras, as quais geralmente são cuidadas há gerações por seus moradores, como é o caso dos camponeses pomeranos.

Ressalta-se que no Brasil, desde o ano de 2000, o IBAMA deve seguir um roteiro metodológico na criação das Unidades de Conservação e que não é mais permitido a criação de áreas de proteção sem a consulta pública. Destacamos que na criação do PARNA dos Pontões Capixabas o aviso de consulta pública foi sim realizado pelo Diário Oficial da União como apresenta Cláudia S. Barbosa em seu trabalho:

Cópia do Diário Oficial da União nº 221 de 14 de novembro de 2002, consta na folha 52. Nesta aparece o aviso de consulta pública para a criação de algumas Unidades de Conservação, dentre elas o Parque Nacional dos Pontões Capixabas. No documento ressalta-se o estudo para criação de uma unidade de proteção integral, cujo mapa e informações poderiam ser obtidos, naquela época, por meio do site oficial do IBAMA.

Na documentação consultada, informa-se que foi dado o prazo de 15 dias para encaminhamento de sugestões por meio de e-mail ou por correspondência para a Diretoria de Ecossistemas do IBAMA em Brasília. Até a folha 90 foram anexadas cópias de e-mails aprovando a proposta. Alguns desses e-mails foram enviados por pessoas que faziam parte de entidades ambientalistas, como a SOS Mata Atlântica; a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental - SPVS; a Pró - carnívoros; o Grupo Ambientalista da Bahia; a Rede de Ongs da Mata Atlântica; o Instituto para o Desenvolvimento Ambiental; o Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica e a Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação. Ressalta-se que em nenhum dos e-mails enviados foi possível identificar o apoio proveniente de morador ou de entidade específica da região de Pontões (BARBOSA, 2013, p. 45-46).

Evidenciando que todas as normas burocráticas foram seguidas, mesmo que a curto prazo, apresento o estrato do texto do Diário Oficial da União em

que a consulta pública sobre a criação do PARNA Pontões Capixabas foi realizada, sendo que a publicação pode ser vista na íntegra, em anexo, onde constam também a criação de várias outras unidades de conservação no território nacional:

Criação de unidade de conservação na região dos Pontões Capixabas – ES - consultapontoes@sede.ibama.gov.br - Na região noroeste do Estado do Espírito Santo, entre os municípios de Pancas, Barra de São Francisco e Nova Venécia existe uma espetacular concentração de formações rochosas do tipo "pão-de-açúcar", que está sendo estudada para criação de uma unidade de conservação de proteção integral. Maiores informações sobre cada área e mapas dos limites propostos podem ser obtidas no endereço do IBAMA na internet: www.ibama.gov.br. Qualquer sugestão ou contribuição para o processo de criação destas unidades deve ser enviada por correio eletrônico para o endereço especificado em cada área ou por correspondência, para o endereço abaixo, explicitando no envelope a que unidade proposta se refere o conteúdo: IBAMA/Diretoria de Ecossistemas Coordenação Geral de Conservação de Ecossistemas Setor de Criação de Unidades de Conservação Consulta Pública SAIN-Av.L4-70818-900 BRASÍLIA–DFO prazo para recebimento de sugestões e contribuições é de 15 dias a partir da data de publicação deste documento (D.O.U., Nº 221, 14 de novembro de 2002).

Como demonstra toda documentação da consulta pública, assim como os relatos dos entrevistados, houve sim a consulta pública formal, o que não houve foi a preocupação e o cuidado por parte dos órgãos públicos em buscar estratégias mais adequadas para tratar com os moradores e assim, estes vão sendo atropelados pelos processos e padrões burocráticos que não fazem parte de seus costumes e modo de vida.

As famílias só foram informadas¹⁶ sobre o que estava acontecendo nos Pontões Capixabas depois que todo o processo já estava pronto para ser implantado, não receberam com antecedência nenhuma informação do Governo Federal, IBAMA, ou de outro órgão público sobre o processo que acontecia e seu significado.

Não foram informados sobre quais mudanças ocorreriam em suas vidas depois da criação do PARNA. Não se levou em conta os impactos que seriam causados sobre essas famílias, sobre suas vidas, como o sentimento de revolta que passou a existir entre eles:

¹⁶Como já destacado, a consulta foi feita por meio eletrônico (internet), entretanto, a maior parte das famílias não dispõem de acesso a meios de comunicação eletrônicos, sendo que muitas ainda têm dificuldades com a língua portuguesa, comunicando-se quase que apenas em pomerano.

Flávio Stur¹⁷: ... nos sentimos muito mal e humilhados, e ainda não fomos consultados de nada, o que doeu muito. Disseram que era pra preservar as pedras, nunca vi uma coisa dessas na vida. Foi muito difícil, porque esperamos ansiosos por uma solução, mas não sabemos do futuro, porque preservado já está e ficará.

Alice: ... não fomos consultados de nada! (raiva) só ficamos sabendo quando a coisa já tinha acontecido, ai ficamos sabendo que veio um avião na época do governo do FHC e demarcou a área e decretou Parque Nacional, mas ninguém veio antes pra dizer nada, depois do acontecido é que vieram aqui conversar com agente.

Fabrcio Vervloet¹⁸: A reação foi a pior possível de muita revolta, tristeza, medo em ter que sair. Porque na realidade ninguém falou nada! O pior de tudo foi esse choque que todos nós levamos, porque ficamos sabendo da boca das pessoas que moram aqui na região, então foi um passando para o outro... só assim ficamos sabendo que avião do Fernando Henrique Cardoso sobrevoou a área e viu que aqui existem espécies raríssimas de vegetação e animais e por isso nós tínhamos que sair porque eles queriam preservar a região, mas preservar não sei o que?! Porque tudo que está aí, que está bonito, fomos nós que preservamos e continuaremos.

Nos relatos, são significativas as referências ao descaso por parte dos órgãos públicos envolvidos com relação à população da área. Mesmo depois de passados quase cinco anos o sentimento presente nas falas ainda era de revolta e incredulidade com o desrespeito a que foram submetidos. Os depoimentos evidenciam como apenas após o início de implantação da UC, os moradores locais tiveram alguma explicação sobre o que estava acontecendo e o que significava o fato de a área em que viviam ser transformada em PARNA:

Fabrcio Vervloet: depois de toda confusão veio o IBAMA, governador e o vereador Cláudio Vereza para ver de perto o que estava acontecendo, mas isso só aconteceu bem depois do fato ocorrido.

¹⁷ Entrevista realizada em março de 2007

¹⁸ Entrevista realizada em março de 2007.

Alice: como falei, depois de tudo é que vieram algumas pessoas aqui pra explicar o que tinha acontecido, ninguém teve também consideração pelos nossos costumes.

Elaine: Alguém explicou o motivo de escolherem esta área para uma UC?

Flávio Stur: ... nada minha filha, não tive explicação de nada, a que tive foi das próprias pessoas que moram aqui e se informam e passaram pra mim a notícia... você acredita que ainda tem gente mais aí pro meio dessas pedras que não sabe direito o que tá acontecendo?... é tem muita gente que não sabe... não entendeu o que é isso.

No Brasil, a expulsão dos moradores das áreas de conservação ambiental tem contribuído para o aceleramento de sua degradação, devido à retirada de populações que historicamente vinham protegendo a biodiversidade considerada para a criação da UC. Para estas populações, é incompreensível que suas atividades tradicionais, como é o caso da agricultura camponesa, sejam prejudiciais à natureza frente à intenção de redes hoteleiras e facilidades turísticas projetadas para a área. De acordo com Diegues (2004):

As populações tradicionais, mediante suas práticas culturais, colaboraram e colaboram para a manutenção da diversidade biológica, desde que sejam respeitadas e mantidas suas formas tradicionais de manejo. Ora, a implantação de áreas naturais protegidas que respeitem essas práticas tradicionais podem contribuir tanto para a proteção de formas de vida humana mais compatível com a diversidade biológica, quanto para a conservação do mundo natural, seja ele “virgem”, seja já alterado por populações tradicionais (DIEGUES, 2004, p. 155).

Recentemente, no Brasil, algumas populações tradicionais começaram a resistir à expulsão e à desorganização do seu modo de vida (ex. Populações caiçaras e quilombolas) (DIEGUES, 2004). Este é o caso da comunidade camponesa pomerana que, após a comunicação sobre a criação do Parque Nacional, em dezembro de 2002, organizou-se e, desde então, empenhou-se em debates reivindicando o direito de sua permanência na área como população tradicional, com cultura e história diferenciadas que, até o momento,

eram os principais responsáveis por uma conservação que, em períodos anteriores, não foi garantida pelo Estado, solicitando a mudança da categoria da Unidade de Conservação de Parque Nacional para Área de Proteção Ambiental (APA), o que possibilitaria a continuidade de seu modo de vida, pelo qual o cuidado com os recursos naturais sempre se fez presente (BORTOLETO, 2010).

Buscando a manutenção de seu espaço de referência, de identidade, a comunidade camponesa pomerana, através da Associação dos Amigos do Parque, da Igreja Evangélica de Confissão Luterana (IECL), Igreja Católica, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), entre outras associações e instituições locais e regionais¹⁹, procurou por seus meios entender a nova realidade a que estavam inseridos, para que pudessem lutar por mudanças nas políticas de preservação impostas em seu território.

A criação de áreas naturais protegidas à revelia dos interesses da comunidade local, como foi o caso da UC Pontões Capixabas, reflete a dicotomia na relação homem/natureza que precisa ser superada pela compreensão de que cada ser humano é parte do ecossistema local e da comunidade biótica, seja em suas características naturais, seja em suas características culturais.

O conflito entre a concepção da comunidade local e do Estado evidencia a imposição sobre o território de vida desta população por parte do Estado, ao implantar uma “nova categoria espacial”, a Unidade de Conservação, que sequer fez referência aos que já viviam ali, algo que já chegou pronto e foi implantado sem que se buscasse absorver o particular, o vivido, a existência das populações locais/tradicionais e o cuidado que estas têm por sua morada. (BORTOLETO, 2010).

¹⁹ No período de organização e reivindicação de mudança da categoria da UC Pontões Capixabas, a Faculdade Castelo Branco – FCB, localizada em Colatina, formou um grupo de estudos para atuar junto as escolas locais com projetos de Educação Ambiental e também de detalhamento sobre as categorias das UCs e usos permitidos. Depois do grupo de estudos formado o IBAMA procurou a FCB para a realização de uma parceria, uma vez que o grupo tinha maior aceitação entre os moradores da UC que os técnicos dos órgãos públicos.

De acordo com Barbosa (2013) a região dos Pontões Capixabas constitui-se como um exemplo da geodiversidade²⁰ brasileira, na qual se desenvolveu uma biodiversidade típica da vegetação de montanhas no Bioma Mata Atlântica, que é considerando um dos biomas mais ricos em biodiversidade.

Em 2010 constatou-se que restavam cerca de 5% da área original desse bioma, encontrando-se subdividida em diversos fragmentos, nos quais estão inseridos cerca de 60% da população brasileira e 860 Unidades de Conservação. O estabelecimento de áreas protegidas na Mata Atlântica tornou-se uma das estratégias criadas para sua proteção, [...]. Todavia ela se mostra insuficiente dado o grau de degradação que perdura em uma região que sofre diversos tipos de pressões, ademais as econômicas. No bioma Mata Atlântica existe uma grande biodiversidade de flora e fauna, representando 40% das espécies florísticas brasileiras, que abrigam “849 espécies de aves, 370 espécies de anfíbios, 200 espécies de répteis, 270 de mamíferos e 350 espécies de peixes”, muitos em extinção (LINO *et al.*, 2012:42 e 43). Especificamente em Pontões Capixabas existem duas espécies de fauna ameaçadas, a saber: a *Panthera onça* (onça-pintada) e o *Puma concolor capricornensis* (onça-parda ou suçuarana), considerando dados provenientes da Lista das Espécies Ameaçadas com registro de ocorrência em Unidades de Conservação Federais, disponibilizada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2012)²¹ (BARBOSA, 2013, p. 41).

A autora aponta ainda que:

A proposta para proteção de Pontões abrangeria uma área de cerca de 100.000 hectares, distribuídos entre os municípios de Pancas, Vila Pavão, Nova Venécia, Águia Branca, Águia Doce do Norte, Ecoporanga e Barra de São Francisco; sendo uma parte composta por uma unidade de proteção integral em nível federal e em cujo entorno seria criada uma APA a nível estadual, entretanto não há especificação da área abrangida por cada categoria.

Em termos físicos e bióticos, no processo, foram destacadas na caracterização de Pontões, a sua beleza cênica e a relevância da área para conservação dos resquícios de Mata Atlântica e da biodiversidade a ela referente; em especial considerando-se os impactos gerados pela expansão da agropecuária e da mineração na porção noroeste do Estado. [...] foi dado destaque à questão das atividades agropecuárias como impactantes, especialmente pelo desmatamento para expansão da produção do café. A migração europeia, de alemães e de italianos, foi citada como fator de ocupação da região a partir da década de 1920 especialmente ao norte da região de Colatina. Contudo, não houve especificação quanto às diferenciações culturais e temporais em termos de apropriação do território [...]. Em relação aos impactos previstos, foram mencionados os ganhos para a conservação da biodiversidade,

²⁰ Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Serviço Geológico do Brasil-CPRM define geodiversidade como “O estudo da natureza abiótica (meio físico) constituída por uma variedade de ambientes, composição, fenômenos e processos geológicos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, águas, fósseis, solos, clima e outros depósitos superficiais que propiciam o desenvolvimento da vida na Terra, tendo como valores intrínsecos a cultura, o estético, o econômico, o científico, o educativo e o turístico.” (CPRM, 2006 *apud* SILVA, 2008, p. 12).

a ampliação de pesquisas, educação ambiental e para o ecoturismo. Não foi mencionado nenhum impacto negativo quanto à criação da unidade, nem mesmo em relação à questão das dificuldades para regularização fundiária, para reassentamento de populações ou outras relacionadas aos aspectos comunitários (Barbosa, 2013, p. 44-45 - Grifos meus).

O apontamento de Barbosa (2013) leva a considerar o quão conflituosa e arbitrária pode ser a criação das UCs e a escolha das categorias de proteção ambiental, pois, na análise do Processo de Criação da Unidade de Conservação dos Pontões Capixabas, a autora destaca que, a folha 95 do processo apresentava um mapa com a proposta de criação de um Parque Nacional com área de 17.486 ha.

Entretanto, assim como Barbosa (2013) ressalta em seu trabalho, também verificamos que não constam no processo justificativas, tanto para a diminuição da área inicialmente proposta, de cerca de 100.000 ha, como para a troca de categoria da unidade para Parque Nacional e não Monumento Natural, como proposto inicialmente e como consta como assunto de capa do processo²².

Também foi constatado durante trabalho de campo o desconhecimento sobre a proposta inicial de um Monumento Natural com área de 100.000 ha, bem como de uma mudança de categoria de MONA para PARNA, o que para os moradores locais só ocorreu em 2007 após sua organização e reivindicação.

Geraldino Romais²³: A gente ficou muito chateado aqui foi com esse último presidente da república, o Fernando Henrique Cardoso. Passou de helicóptero aqui e foi marcando as terras, mais de 5.000 pessoas dentro dessa área de São Luís, Lajinha, Águia Branca... fez o Parque dos Pontões Capixabas... a divisa passa lá do outro lado... ninguém consultou ninguém.... o que é que vai fazer, como é que vão fazer né? Nunca explicaram nada nem porque escolheram deixar só esse pedaço como Parque...fez a lei e saiu do governo... deixou o abacaxi para os outros resolverem! Aí fizemos manifesto porque ninguém podia mais vender um

²² Segundo Barbosa (2013), não foi encontrado nenhum outro documento que justificasse a medida tomada pelo IBAMA de alteração da área e categoria inicialmente proposta para a UC dos Pontões Capixabas.

²³ Entrevista realizada em janeiro de 2015.

pedacinho de terra... mexer na sua terra. Depois que ficou Monumento Natural.

Walter Haese²⁴: Na época da implantação da UC eu era o prefeito...e na verdade nós fomos todos enganados...o ex presidente Fernando Henrique Cardoso no apagar das luzes do governo dele... faltando 15 dias pra ele sair do governo ele criou esse Parque Nacional aqui em Pancas e nós fomos todos enganados porque naquela época não tinha internet direito... aqui na roça não funciona direito nem celular... é mais telefone fixo... depois que nós soubemos da tragédia... porque pra nós foi uma tragédia! No início até achamos que ia ser uma coisa boa pro município... ia incentivar o turismo... ajudar os pomeranos que sempre estiveram aqui e sempre protegeram a terra... que é uma tradição deles... ter a terra agricultável, ter a casa e ter uma área de mata... todo pomerano ainda faz isso até hoje... tem que ter uma área de mata pra quando precisar de uma madeira...de uma área nova pra descansar outra...

Quando fomos cair na realidade e aí já tinha chegado o pessoal da televisão... é que nós fomos saber o que era um Parque Nacional e aí fomos descobrir que no Parque Nacional não pode ficar ninguém morando e que nossa comunidade... nossas terras... ia ser tudo desapropriado... e iam ter que sair das terras... e não é só dentro do Parque tem o entorno também...10km do entorno que é a zona de amortecimento. Nós ficamos desesperados com isso e fomos até Brasília procurar o Governo Federal... porque quando vieram aqui demarcar a área do Parque vieram de helicóptero... dois, três helicópteros sobrevoando e a gente não sabia o que era... sempre foi comum fotografarem a área pra venderem fotografias... então achamos que era isso... e na verdade estavam era demarcando a área.

Nunca explicaram porque mudaram a o tamanho da área eu acredito que foi porque pra lá não tinha nada preservado... o que tem preservado é nessa região aqui... lá é pasto, extração de granito... o interesse do governo é onde ainda tá preservado!

²⁴ Entrevista realizada em janeiro de 2015.

Assim, é com essa ausência de justificativa para mudanças em um processo que nem se sabia ainda existir, mas que “parece” justificar interesses externos, que a comunidade camponesa pomerana passou a viver um conflito fundiário em propriedades que há 95 anos foram adquiridas por seus antepassados no processo de colonização ao norte do Espírito Santo, uma vez que a forma como a UC dos Pontões Capixabas foi criada, desde os projetos iniciais, não deixa dúvidas de que mais que os objetivos de proteção da biodiversidade local estão em jogo.

Ênio Fucks²⁵: Vindo pra cá eu tive contato com informações... antes mesmo de vir eu tive contato com dois ou mais textos sobre o Monumento, sobre a questão do Parque. Então, logo que cheguei fiz essa análise de conjuntura social, política, religiosa, sobre onde está o poder, quem tem o poder, qual o foco de cada um dos grupos e aí fiz algumas perguntas... uma delas é: Por que Pancas e Águia Branca? Nós tivemos um encontro de ambientalistas aqui em São Bento (salão da igreja luterana), que estavam falando dos Corredores Ecológicos. Depois tivemos informações de que a Vale do Rio Doce esteve nas primeiras conversas que teve aqui sobre o Parque... que tinha uma pessoa que era da Vale participando...

Assim, fiz a análise: o vale aqui (Parque), Pedra Azul no centro, toda a questão turística lá... quando começou o festival de inverno com a construção dos primeiros imóveis com algumas personalidades televisivas que construíram por lá... o que veio com isso, os colonos italianos tiveram que vender e hoje estão morando nos morros de Viana (área metropolitana de Vitória) e a terra que estava nas mãos deles, hoje com raras exceções está nas mãos de paulistas, cariocas e da alta sociedade de Vitória. Eu me dei conta de que aquilo lá (Pedra Azul) foi o maior boom imobiliário do Espírito Santo, em menos de vinte anos um hectare de terra que era comprado por algumas dezenas de mil, hoje vale milhares ou até um milhão de reais... alguns metros quadrados... não existe nenhuma área no estado que valorizou imobiliariamente tanto como a de Pedra Azul que está no entorno do Forno Grande.

²⁵ Pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana da Comunidade de Pancas e Laginha. Entrevista concedida em junho de 2012.

Elaine: O senhor acredita que a intenção aqui é a mesma? Valorização imobiliária?

Ênio Fucks: No entorno da área ficou a Pedra Agulha que é o maior ícone de toda essa couraça de rochas que tem aqui (Pontões Capixabas), então se é uma questão de preservar a beleza cênica dessas rochas, então, aí está a prova do furo, pois ela não está na área delimitada do Parque. Ainda temos as regiões de granitos de propriedade de pessoas influentes na política federal, que estão no centro do poder... que ficaram de fora da área do Parque. Não foram os colonos, os agricultores que deram essas concessões de exploração, quem deu foi o próprio governo estadual na competência do IDAF e o próprio governo federal na competência do ICMBio. Então, a gente faz a leitura de que é muito equivocada toda essa discussão de preservação, toda a discussão do trato dos recursos, pela própria contradição, pois, foram os pequenos agricultores que conservaram a água, que estão preservando a mata e que eram sistematicamente animados pelo contexto eclesial a continuarem a fazer isso. Alguns colegas como o pastor Gorg Bertlein, que em muitas queimadas chamava a atenção do pessoal em pleno culto dominical e quando sabia que alguém tinha colocado fogo ele mesmo ia à propriedade com pedaço de pau e apagava o fogo dizendo que isso era pecado.

São por essas questões que nós não entendemos porque nesse processo de criação os moradores que sempre preservaram foram excluídos do processo de discussão... na época foi dito que foi colocada uma enquete na internet, mas ninguém ficou sabendo e quando souberam viram que até nisso eles foram ludibriados, pois os moradores não têm nem telefone, nem computador, nem internet, nem acesso possível teriam porque as rochas não permitem que o sinal chegue... na comunicação que se dá através dos órgãos municipais via departamento de educação também não chegou essa informação... nem nas comunidades onde as pessoas estão morando... a própria igreja foi excluída desse processo.

O depoimento do Pastor Ênio Fucks, responsável pela paróquia de Pancas da Igreja Evangélica de Confissão Luterana (IECL), aponta que, por trás do discurso ambiental, encontram-se interesses que passam longe da

conservação e preservação de espécies de flora e fauna ameaçadas. Numa área cercada de graneiras e de interesses de grandes empresas que detém o conhecimento do potencial de seu subsolo, bem como do valor imobiliário das áreas do entorno, é passível que mais interesses que além dos da conservação ambiental possam compor este contexto.

Os apontamentos dessa fala vão ao encontro das ideias de ampliação das áreas de conservação a partir da criação de um grande corredor ecológico no norte do estado, Corredor Ecológico da Mata Atlântica, e da constituição de um Mosaico de Unidades de Conservação, também apontado do documento emitido pela RBMA, pois, como observamos no mapa das áreas prioritárias várias regiões ao norte do Rio Doce foram classificadas nos três níveis de prioridade de proteção ambiental sendo, extrema prioridade, muito alta prioridade e alta prioridade.

a área que precisa ser protegida compreende partes dos municípios de Águia Branca, Vila Pavão, Pancas, Ecoporanga, Barra do São Francisco, São Gabriel da Palha e Nova Venécia. E que o Parque dos Pontões ficou com uma área restrita, embora das mais nobres da região para efeito de proteção ambiental. Desta forma, no seu entorno, devem ser criadas unidades de conservação mais flexíveis, como Áreas de Proteção Ambiental (APAs)' [...]. O processo de criação deve ser amplamente discutido com as comunidades. Nelas podem ser desenvolvidas atividades que não degradem o meio ambiente, como o ecoturismo. As APAs a serem criadas na região noroeste teriam como centro o Parque Nacional dos Pontões Capixabas, [...]. Sua implantação gera riqueza, protegendo a biodiversidade, assegurando a água para a região [...]. As discussões sobre como a comunidade deve participar, e ter lucro, com a implantação do Parque dos Pontões devem ser estimuladas [...]. (Heloísa Dias/CNRBMA in Século Diário, maio de 2003)

No entanto, como o próprio pastor Ênio coloca, seus apontamentos mesmo tão evidentes, foram feitos a partir de leituras do contexto sócio político, do mapeamento do poder local e estadual e do próprio caráter do projeto desenvolvimentista estatal, pautado ainda, nos grandes projetos de uso intensivo dos recursos naturais, são apontamentos e não uma afirmativa devido a ausência documentos formais, que comprovem tais intenções.

O que não impede que uma análise crítica sobre os reais interesses camuflados pelo discurso da proteção ambiental seja realizada, uma vez que o que está em jogo é a continuidade de um modo de vida baseado na terra de trabalho, numa área em que o que querem preservar foi mantido pelo respeito

aos recursos naturais e pela concepção de que a terra, assim como a natureza, faz parte da manutenção da família e, conseqüentemente, da vida.

Entendo que a constituição dos Corredores Ecológicos têm objetivos bastante relevantes no tocante à conservação ambiental, contudo, questiono o quanto um projeto de tão grande porte como o pensado para o norte do Espírito Santo agregará os interesses das populações envolvidas, em especial os camponeses e não fará parte dos interesses dos grandes grupos de poder, seja para tirar proveito em detrimento das comunidades, seja para barrar o projeto. O Corredor Ecológico da Mata Atlântica (oficialmente Corredor Central da Mata Atlântica) foi idealizado para abranger os estados do Espírito Santo e Bahia, perfazendo 85 quilômetros quadrados (cerca de 50 municípios do ES) e os recursos para a implementação do projeto são do Banco Mundial.

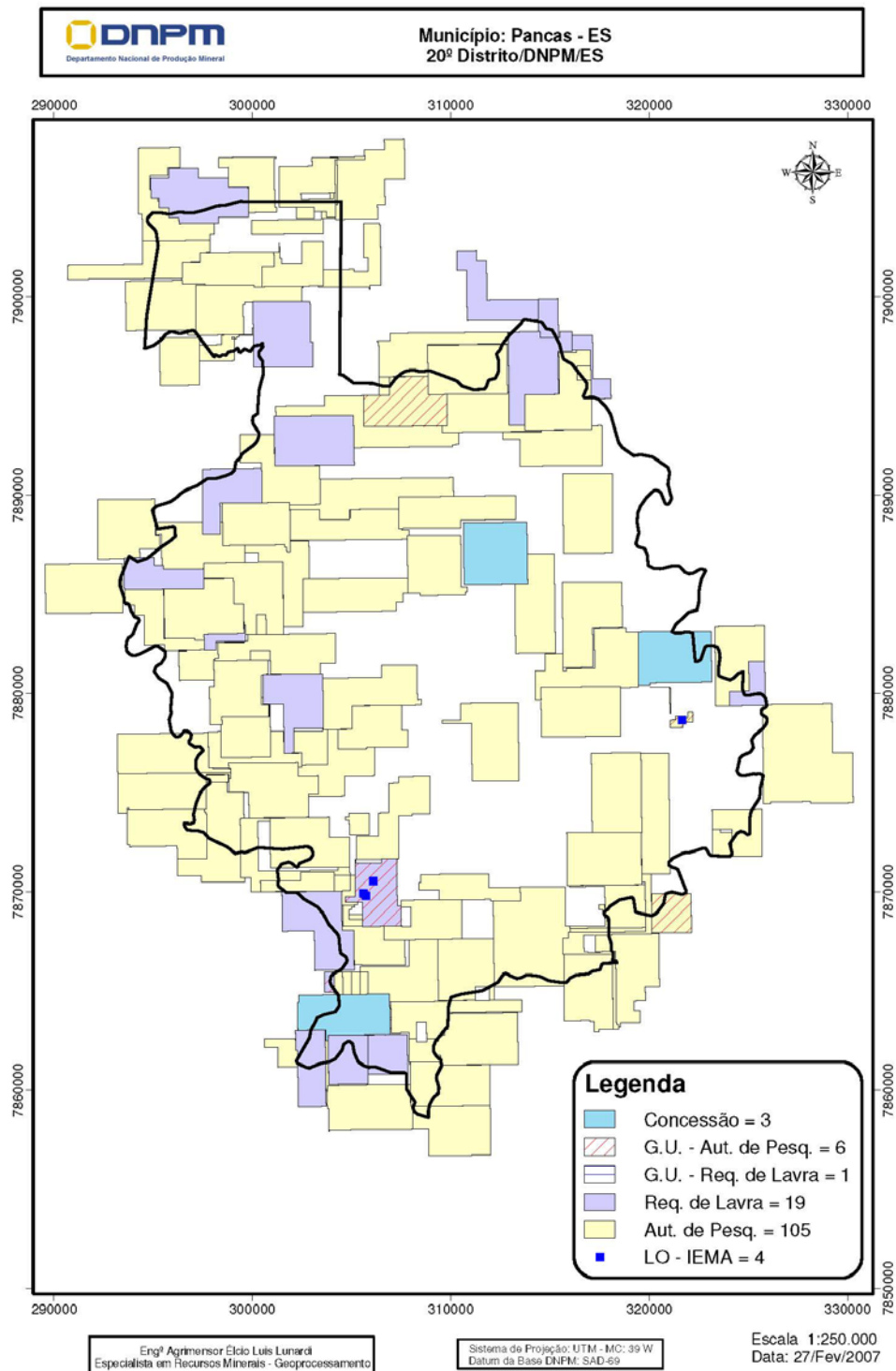
Sobre as dificuldades enfrentadas na gestão do até então PARNA, Barbosa (2013) aponta que:

Apesar das dificuldades de gestão pela qual a unidade passava, foi possível realizar algumas ações educativas, uma vez que o Parque Nacional integrava o Projeto Coletivo Educador Alto e Médio São José, em parceria com as prefeituras locais e as Faculdades Integradas Castelo Branco, para o desenvolvimento de ações de educação ambiental. A unidade também estava inserida no Projeto Corredores Ecológicos¹⁹ (MMA, 2006), que integra o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. No Projeto Corredores Ecológicos houve previsão de recursos em 2008, pelo Conselho que o gere, para elaboração do Plano de Manejo do PNPC, o que acabou por não se efetivar na prática, pois o recurso foi aplicado em outras unidades. Sem o Plano de Manejo, as atividades relacionadas com a fiscalização e o monitoramento da unidade estiveram voltadas principalmente para o desmatamento, a venda ilegal de madeira e as atividades de mineração, sendo que algumas dessas fiscalizações foram realizadas em parceria com o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Espírito Santo - IDAF. As ações de vistorias de processos de licenciamento ambiental estiveram entre as principais atividades realizadas no entorno da unidade, que conta com cerca de 700 propriedades. Estas vistorias ocorreram para o atendimento de pedidos de anuências dos produtores rurais para execução de atividades como aproveitamento de madeira e projetos de irrigação, além de empreendimentos minerários no entorno da unidade (BARBOSA, 2013, p. 52).

Barbosa chama atenção ainda sobre a questão da mineração na região, pois, mesmo com a implantação do PARNA já ocorrida, os pedidos de concessão de pesquisa na área para mineração ainda existiam até 2007, sendo que os com perímetro na área da UC foram negados, gerando

insatisfação por parte do empresariado da mineração, no entanto, a atividade mineradora nas áreas de entorno da UC, Pancas e Água Branca, continuaram ocorrendo que de mesmo de forma irregular (figura 01 e 02).

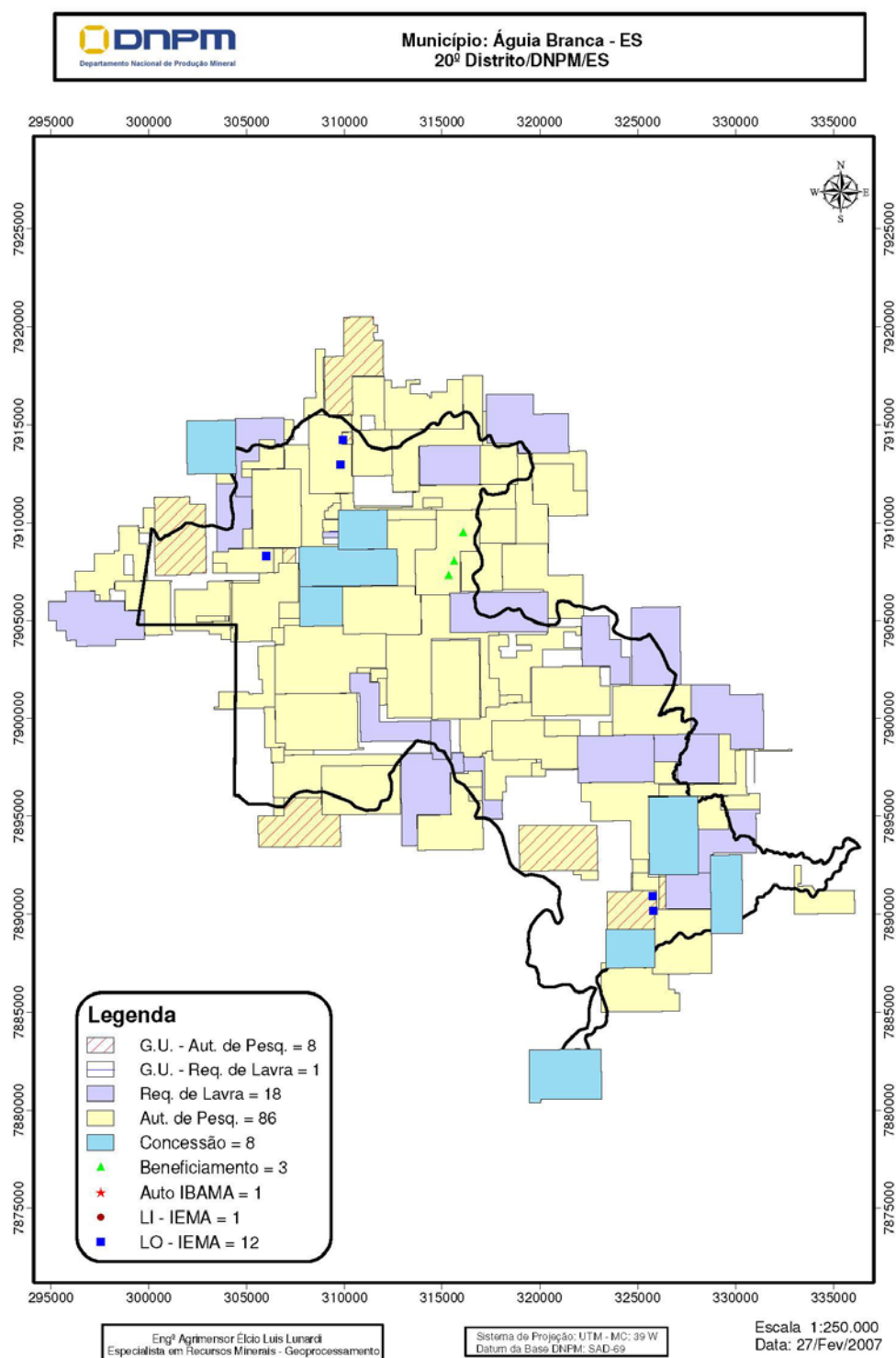
Figura 1: Poligonal de Concessão para Lavra, Pesquisa e Licença Mineral - Pancas/ES



Fonte: Arquivos do ICMBIO, 2007. Elaboração: Elcio Luiz Lunardi, 2007.

Documentos anexados no Projeto de Lei 7.708 (BRASIL, 2006) e em BARBOSA (2013).

Figura 2: Poligonal de Concessão para Lavra, Pesquisa e Licença Mineral – Águia Branca/ES



Fonte: Arquivos do ICMBIO, 2007. Elaboração: Elcio Luiz Lunardi, 2007.

Documentos anexados no Projeto de Lei 7.708 (BRASIL, 2006) e em BARBOSA (2013).

É neste sentido que se reafirma a análise de Diegues (2008) e Ferreira (2013) de que, muitas vezes, interesses destoantes da proteção dos recursos

naturais se aliam aos discursos de ambientalistas na criação de áreas de proteção ambiental, sem considerar as populações que tem seu modo de vida interrompido, seja pela desapropriação propriamente dita ou pelo sentimento de medo e insegurança gerado pelo conflito fundiário que passam a viver, quando suas áreas são transformadas em Unidades de Conservação repulsoras do homem, como é o caso do Monumento Natural dos Pontões Capixabas, que, mesmo tendo a possibilidade da permanência da população, tem instaurado o sentimento de medo e revolta devido à ausência de um plano de manejo que leve em consideração o modo de vida da comunidade.

A possibilidade de ter que deixar o espaço de vida desenvolveu na comunidade novamente o sentimento de angústia. Angústia por, de repente, ter que deixar seu meio de vida, de não ter mais sua forma de reprodução social tradicional:

Gelson Müller²⁶: ... a renda é toda baseada na agricultura, a gente vende café e banana. Ficaria muito difícil, porque agente só sabe fazer isso porque fomos criados aqui na terra, acho que nem eu e minha família sabemos fazer outra coisa.

Fabício Vervloet²⁷: ... vendemos café e coco. Acho que morreríamos todos! Uns de preocupação, outros de tristeza, depressão, como já existem aqui na região várias pessoas deprimidas com a possibilidade de sair das suas terras. Não é fácil! Porque é o que sabemos fazer, trabalhar com a terra, na agricultura.

Alice: Produzimos café, coco e banana. Nossa! seria muito triste... não consigo nem imaginar, porque é só o que sabemos fazer, nossa profissão e sustento é com o trabalho agrícola.

Com referência à importância da terra como fonte de reprodução social, do espaço de vida para a comunidade pomerana e da relação de

²⁶ Entrevista concedida em março de 2007.

²⁷ Entrevista concedida em março de 2007

pertencimento, identidade e valorização do espaço, Moraes e Costa (1999) colocam que,

as sociedades humanas, para reproduzirem as condições de sua existência, estabelecem, como visto, relações vitais com o seu espaço. [...] o desenvolvimento histórico ilustra a objetividade e a materialidade dessas relações em suas múltiplas manifestações (MORAES e COSTA, 1999, p. 121).

Os autores argumentam, ainda, que,

em qualquer época e em qualquer lugar, a sociedade, em sua própria existência, valoriza o espaço. O modo de produção entra aí, portanto, não como panacéia teórica, mas como mediação particularizadora. Cada modo de produção terá, assim, o seu modo particular de valorização. [...]. Entendida a relação sociedade-espaço como um processo de valorização, o seu movimento interno deve expressar, em essência, um permanente processo de criação de valores. (...). Contudo, o espaço, como objeto de valorização, não se confunde com outros objetos vulgares da produção material imediata. Em primeiro lugar, porque ele não é apenas um produto (objeto e resultado do trabalho), mas também imperativamente uma condição geral da produção e da existência humana (MORAES e COSTA, 1999, p. 122 - 131).

Verifica-se que o trabalho, intrínseco ao modo de produção, é condição essencial para a valorização do espaço e formação da sociedade. Desta forma, o espaço e, conseqüentemente, o território se colocam como condições essenciais para a reprodução social da comunidade camponesa pomerana.

A relação de identidade ao território desenvolvida pelos descendentes dos imigrantes pomeranos ao se territorializarem na região de Pancas explica-se pelo significado simbólico de referência que o território. Percebe-se, então, que a relação de valorização do espaço e identidade ao território só ocorreu a partir da possibilidade da territorialização em um novo espaço e do acesso à terra, condição de sua existência, possibilitando sua recriação e resignificação social e étnica, identidade esta perdida por seus antepassados no território original, devido às várias expropriações sofridas.

Capítulo II
A BUSCA POR UM NOVO TERRITÓRIO: IMIGRAÇÃO E
TERRITORIALIZAÇÃO



Fonte: Kerckhoff, Schultz, Medeiros e Medeiros, 2012.

2.1 Expropriação do Campesinato Pomerano: Descaracterização do Modo de Vida e da Identidade

*Para os primeiros a morte,
para os segundos a miséria,
para os terceiros o pão.*

(Provérbio Alemão)

É importante contextualizar historicamente o processo de formação do território da Pomerânia e a origem de seu povo para se entender a construção da sua identidade e a forte ligação com o território, que significa não só a possibilidade de sua sobrevivência e manutenção de seu modo de vida, mas também a sua continuidade enquanto povo pomerano.

As áreas próximas ao mar Báltico, entre os rios Oder e Vístula, que formavam o território da Pomerânia, inicialmente habitadas por povos germânicos que durante a Migração dos Povos, a partir de 175 da era Cristã, deslocaram-se do norte e leste mais para o sul e oeste da Europa, em direção ao Mar Mediterrâneo, foram novamente ocupadas por volta do ano 600 D.C. por povos eslavos vindos do leste e do sul em direção ao ocidente. Faziam parte desses povos os russos, os poloneses e os wendes, sendo que o grupo que passa a habitar as terras no litoral do Mar Báltico, dando origem ao povo pomerano, são os *wendes*²⁸ – os *habitantes da grande pastagem* (RÖLKE,1996).

O povo *wende*, que era nômade em princípio, quando ocupa a área que se constituiu como Pomerânia dá início à formação de povoados e passa a habitar as pequenas vilas. Segundo Retz (2005, p. 10), “a história dos *wendes* é uma história de busca do espaço que sempre lhes era negado pelos próprios eslavos (poloneses) e depois pelos alemães e nórdicos”.

²⁸ “A palavra *wende*, que originalmente foi empregada pelos germanos para denominar todos os povos eslavos, passou a designar, particularmente, os povos eslavos ocidentais, ou seja, aqueles povos que se fixaram como habitantes das regiões ao norte e leste da Germânia no século VII. Nos dias de hoje, a palavra *wende* é ainda usada pelos alemães, na maioria das vezes, para referir-se aos eslavos do Elba e, ocasionalmente, aos sórbios” (MALTZAHN, 2011, p. 83).

O nome Pomerânia é originário da língua *wende* - *Pó Morje*, significando *a terra perto do mar ou no mar* e, acrescentando o termo *land*, dos germânicos, têm-se *Pomerland* - *terra dos pomeranos* (RÖLKE, 1996).

A organização social dos wendes e que ainda se mantêm no modo de vida pomerano é a estrutura familiar patriarcal, o homem é o chefe da família e quem decide todas as situações vividas pela família.

De acordo com Rölke (1996, p. 10), registros de relatos de viajantes alemães e dinamarqueses classificavam os *wendes* (pomeranos) como um “povo hospitaleiro e perseverante, que se contenta com pouco e é amante da liberdade. [...] tem uma profunda relação com a natureza²⁹”.

Com o fim do nomadismo e fixação dos *wendes* no território que se constituiu na Pomerânia, a terra passou a ser trabalhada em conjunto, dando origem às colônias camponesas, onde pessoas de um mesmo parentesco moravam juntas (o que prevalece ainda hoje nas áreas de imigrantes pomeranos).

Para Moura (1986, p. 12), o camponês pode ser definido de diferentes formas. “Uma delas é defini-lo como cultivador de pequenas extensões de terra, às quais controla diretamente com sua família”. A autora acrescenta, ainda, que:

Vivendo na terra e do que ela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para sua mesa e para a do príncipe, do tecelão e do soldado, o camponês é o trabalhador que se envolve mais diretamente com os segredos da natureza. A céu aberto, é um observador dos astros e dos elementos. Sabe de onde sopra o vento, quando virá a primeira chuva, que insetos podem ameaçar seus cultivos, quantas horas deverão ser dedicadas a determinada tarefa. [...]. Habitado igualmente a trocar aquilo que a terra produz, seus contatos sociais podem ocorrer tanto dentro da pequena localidade em que vive, como se estender a habitantes distantes [...] (MOURA, 1986, p.09).

Desde o início da ocupação, a região foi conhecida como um lugar de comércio e, por possibilitar um fácil acesso ao mar, sempre foi muito disputada, passando por muitas guerras e conseqüentemente pela destruição do território. A Pomerânia se constituía em uma província de 38.409 Km², sendo que seu

²⁹ Rölke (1996) faz referência ao que é uma característica do pomerano no ES: preservar uma área de mata fechada em sua propriedade mesmo atualmente.

território, dividido em Pomerânia Ocidental e Pomerânia Oriental³⁰, era ocupado por aproximadamente dois milhões de habitantes que viviam do cultivo do solo (mapa 05).

Mapa 5: Províncias da Pomerânia (1939)



As terras férteis do litoral do Mar Báltico e das margens do Rio Oder eram utilizadas para o cultivo de trigo, cevada, beterraba açucareira, formação de bosques e pastagens. Já as terras em direção ao sul, mais arenosas, eram utilizadas para o cultivo de batata inglesa, centeio e pinheirais. As áreas de solo mais férteis na Pomerânia Ocidental eram cultivadas de forma intensiva, devido à proximidade com a cidade de Hamburgo, local de comercialização da produção. Além da agricultura, os pomeranos também se dedicavam à pesca (RETZ, 2005).

Ainda com relação à fertilidade do solo, produção de alimentos e condições de reprodução social dos camponeses, como ressaltado, na

³⁰ De acordo com Rölke (1996) anteriormente à Segunda Guerra Mundial território da Pomerânia era dividido em Pomerânia Ocidental e Oriental, sendo que toda a área a leste da cidade de Stettin era conhecida como Pomerânia Oriental. A maior parte dos pomeranos que migraram para o Espírito Santo a partir de 1859 é originária da Pomerânia Oriental.

Pomerânia Oriental os solos pouco férteis permitiam apenas o plantio de trigo, cevada e beterraba. As dificuldades com a produção de alimentos relacionava-se também ao clima e relevo, pois nas áreas mais altas o período de crescimento das culturas não ultrapassava cinco meses por ano. Segundo Rölke (1996):

Enquanto na Pomerânia Ocidental já se plantava culturas que cresciam no verão, na Pomerânia Oriental ainda se registravam geadas. [...]. Com apenas cinco meses à disposição para plantar aquelas culturas importantes para abastecer a propriedade durante os meses de inverno, os colonos da Pomerânia Oriental tinham enormes dificuldades para sobreviver (RÖLKE, 1996, p. 06).

Por se constituir em uma região de planície, com muitos lagos e rios e por sua posição geográfica estratégica, no litoral do Mar Báltico, o território pomerano fazia parte dos interesses dos povos vizinhos, gerando várias invasões e disputas políticas que acabavam por desorganizar a estrutura territorial e social.

As invasões no território pomerano realizadas por noruegueses, dinamarqueses e poloneses, levaram à criação de uma estrutura de proteção, por parte das famílias mais fortes, que persistiu por aproximadamente 500 anos, culminando no surgimento da figura do Duque (por volta do século X), que passou a exercer sua autoridade sobre o território e seus ocupantes (RÖLKE, 1996).

A situação de insegurança provocada pelas constantes invasões fez com que, nas vilas menores, as famílias camponesas de poucos recursos procurassem a proteção das famílias maiores e mais abastadas, que, em troca, exigiam a prestação de serviços por parte dos camponeses, agravando ainda mais a situação de servidão vivida pelo povo pomerano, iniciada com a ocupação das terras pelos latifundiários e nobres alemães (*junkers*), a partir do processo de cristianização que teve início entre 1124 e 1128, e também com a implantação do *Bauernlegen* (Confisco de Terras).

Salienta-se que era do interesse dos governantes pomeranos (nobreza) a cessão de terras aos latifundiários e nobres alemães, pois, o que interessava era agradar a classe mais abastada e, com isso, conseguir apoio financeiro para custeio das guerras, não importando se, com isso, a terra ficasse

concentrada em poucas mãos, em detrimento do camponês pomerano que se transformava em servo.

Pela defesa de seu território, os camponeses pomeranos tiveram que “lutar ora em favor de alguns, ora de outros”, sendo que, em muitas dessas ocasiões, não sabiam direito o que estava acontecendo, mas eram forçados a se aliar aos politicamente mais fortes (nobreza pomerana e *junkers alemães*) e que talvez pudessem garantir-lhes a permanência ao território. Retz (2005) aponta que:

Outros povos brigavam pela posse de suas terras e eles eram envolvidos, tendo as suas cidades e lavouras destruídas. Na luta pela sua terra, pelo seu mineral, seus povoados foram queimados, suas casas destruídas, suas lavouras incendiadas. A repetição destas cenas tornou conhecida a frase ‘Ommerland ist wieder abgebrandnt’ ou seja, ‘Pomerânia foi novamente destruída pelo fogo!’ A situação de sucessivas guerras na primeira metade do século XIX, gerou muita miséria e frustração. Apesar dessa realidade, os pomeranos sempre ofereceram resistência (RETZ, 2005, p. 11-12).

É neste sentido que se entende que o território envolve tanto uma ordem de subjetividade individual quanto coletiva, bem como a possibilidade dos grupos manifestarem articulações territoriais de resistência, em contraposição ao ‘espaço liso’ homogeneizante, imposto pela ordem social e política dominante (Guattari, 1985).

Sobre as relações que acabam por determinar a construção do território, Oliveira (1996) destaca, ainda, que o território deve ser entendido e:

[...] assumido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo de produção, distribuição, circulação e consumo, e suas articulações e mediações políticas, ideológicas, simbólicas, etc. É, pois, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção e reprodução de sua existência. São, pois, as relações sociais de produção e o processo contínuo e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. O território não é um *prius* ou um *a priori* mas a contínua luta de classes pela socialização igualmente contínua da natureza é, pois, simultaneamente, construção, destruição, manutenção e transformação. É, em síntese, a unidade dialética, portanto, contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve de forma desigual, simultânea e combinada, no interior do processo de valorização, produção e reprodução (OLIVEIRA, 1996, p.11-12).

De acordo com os levantamentos de Rölke (1996) quando se verificou, devido à história de resistência dos pomeranos (camponeses, artesãos e

demais trabalhadores) em defender seu território e aquilo que ele representava simbolicamente, que estes não seriam dominados facilmente, mesmo com a guerra entre Dinamarca e Polônia durante os séculos X e XI tendo destruído parte da Pomerânia, buscou-se, então, tentar dominar a parcela da população pomerana que não fazia parte da nobreza por outros meios, como foi o processo de cristianização empreendido pelo bispo Otto de Bamberg a pedido do duque polonês Boleslav II.

Os pomeranos mantiveram a crença nos deuses que eram cultuados pelos seus antepassados *wendes* quando se territorializaram na Pomerânia. Cultuavam suas divindades através da adoração de animais, árvores, matas, riachos e lagoas (animismo). O deus maior dos pomeranos era *Triglaw* e era comum a prática de oferendas tanto para se descobrir os planos traçados pelas divindades como para aplacar a fúria dos deuses (RÖLKE, 1996).

Com base em Rölke (1996), os templos eram enfeitados e, nos cultos às divindades, eram oferecidas as primeiras colheitas para que se pudesse contar sempre com a proteção dos deuses nas lavouras. Também era costume a realização de sacrifícios que aconteciam nos templos preparados para a ocasião.

Assim, a cristianização, pretendida inicialmente pela Polônia, teve um cunho eminentemente político e não ideológico-religioso, pois objetivava desestruturar a resistência dos camponeses e demais trabalhadores pomeranos na defesa do território ao proibir suas práticas religiosas tradicionais, como, por exemplo, o culto aos deuses em que creditavam a base de sua força e que, com seus poderes divinos, destruiriam os inimigos que ameaçavam a sua existência. É neste contexto que, ao fim da guerra entre Dinamarca e Polônia, a Polônia conseguiu a posse da cidade de Stettin, e destruiu o templo do deus *Triglaw*.

Essa primeira fase do processo de cristianização teve início em 1124, quando o Duque pomerano Wartislav recebe pacificamente o Bispo Otto de Bamberg e sua comitiva, que constrói onze igrejas e batiza 22.165 pomeranos no percurso de 85 quilômetros entre Pyritz e Wollin. A ausência de resistência por parte do Duque Wartislav devia-se ao receio de retaliações por parte dos

poloneses que detinham algumas possessões no território pomerano (RÖLKE, 1996 e JACOB, 1992).

Todavia, a conversão pacífica por parte dos pomeranos ocorreu apenas externamente e se explica pelo receio que tinham da destruição promovida pelos poloneses durante as várias invasões ao território pomerano, sendo que, internamente, mantiveram-se fiéis à fé antiga, pois voltaram a ela tão logo o Bispo Otto de Bamberg deixou a Pomerânia e sempre que a situação política permitia (RÖLKE, 1996).

A respeito das concepções e crenças presentes no mundo do camponês, Moura (1986) destaca que:

O camponês nasce, vive e morre, e para cada um desses processos existenciais ele tem concepções e práticas que tenta fazer prevalecer sobre as práticas e regras vindas da sociedade que o envolve e domina. Isto ocorre, por exemplo, com suas concepções religiosas. Envolvido de forma direta com os elementos da natureza e com as pressões da sociedade, o camponês se dirige à divindade, muitas vezes sem a mediação da igreja oficial, dispensando seus agentes especializados, como o padre e o pastor. No momento inevitável de dor ou de ameaça social, ouve a palavra, o conselho, a oração de membros da própria comunidade, que dispõem de um saber religioso reconhecido pelos demais como eficaz para essas circunstâncias (MOURA, 1986, p. 20).

Novas ameaças de invasão do território pomerano pelos poloneses fizeram com que o Duque pomerano Wartislaw procurasse o Bispo Otto de Bamberg, amigo pessoal do rei alemão Lotário da Saxônia (1125-1137), solicitando ajuda para proteger o território. Assim, o pedido de auxílio é atendido e em 1128, com o apoio do rei alemão, Otto de Bamberg empreende nova viagem de cristianização em terras pomeranas (RÖLKE, 1996).

Faz-se importante destacar que, também nesse segundo momento do processo de cristianização, o interesse não era ideológico-religioso e sim político-econômico, uma vez que o objetivo agora era impedir definitivamente que a Polônia tomasse posse de novas áreas da Pomerânia, além da abertura das fronteiras pomeranas para o comércio e cultura alemã.

Em seu estudo sobre a história da Pomerânia, o pastor Rölke chama a atenção para a estratégia de dominação da comitiva de cristianização, que:

Além do sal levado para comercializar, a comitiva constrói, a distâncias estratégicas, postos de abastecimento e venda, com infraestrutura suficiente para receber os comerciantes alemães no

seu caminho para o interior da Pomerânia. O que os poloneses não conseguem militarmente e nem através da primeira tentativa de cristianização, os alemães conseguem nesta segunda viagem do Bispo Otto. De maneira 'pacífica' e em nome de Cristo, fazem os pomeranos se tornarem comercialmente e culturalmente dependentes da Alemanha! (RÖLKE, 1996, p. 14)

A cristianização não só possibilitou uma maior abertura para o comércio alemão, mas também levou ao processo de germanização, ou seja, uma dominação ainda mais severa, já que se fez através da subjugação da cultura tradicional wende-pomerana pela cultura alemã.

A germanização foi um processo incentivado pela própria nobreza pomerana, que, por interesse em resguardar o território dos ataques poloneses, como já citado, buscou atrair latifundiários alemães (*junkers*) para ocuparem terras na Pomerânia prometendo os mesmos direitos vigentes na Alemanha, ou seja, a concessão de feudos. O processo de germanização da Pomerânia aconteceu do ano de 1128 até 1400.

Segundo Maltzahn (2011):

Os pomeranos tornaram-se, assim, de um lado, comercialmente dependentes do Sacro Império Romano da Nação Germânica, e de outro lado, culturalmente e numericamente influenciados pelos alemães, principalmente pela igreja, que na época era a maior condutora da cultura alemã para dentro da Pomerânia. Os que resistiram foram marginalizados e aos poucos foram assimilando a cultura alemã e perdendo sua identidade eslava. O clero e a nobreza alemã, assim como comerciantes, artesãos e camponeses da Baixa Saxônia, Renânia, Westfália e Turíngia foram convidados pela nobreza pomerana a se estabelecerem na Pomerânia para explorarem suas terras. Aos nobres alemães foi prometida inclusive a cessão de feudos e o clero adquiriu terras através da instalação de conventos e mosteiros que por vezes eram verdadeiros latifúndios. (MALTZAHN, 2011, p. 85)

Com a influência alemã cada vez mais presente, tanto culturalmente como numericamente, os pomeranos, aos poucos, incorporaram a cultura alemã, assumindo-a quase que totalmente. Os que tentaram resistir foram marginalizados e só lhes restou refugiarem-se na periferia das cidades, onde, longe do trabalho com a terra, característica que marca sua identidade e modo de vida, perderam sua identidade *como eslavos-wendes-pomeranos* (RÖLKE, 1996).

A partir de 1.400, a língua oficial na Pomerânia passou a ser o *Pommersch-Platt*, derivado do *baixo-alemão*, sendo então assumida por toda a população – língua oficial para comércio e cultura³¹. O *Pomerich* (considerada a língua tradicional dos pomeranos), formado a partir de línguas pertencentes à subfamília baixo-saxão, passou a ser falada apenas no âmbito familiar³². Apenas na Pomerânia Oriental algumas poucas famílias da velha nobreza continuaram falando entre si a língua *wende* até por volta do ano de 1.500.

De acordo com Rölke (1996):

Na região de Bütow, Lupow e Leba destacam-se os *Cassubios* ou *Kaschuben*, que habitam regiões mais altas e isoladas. Este grupo mais isolado consegue manter a língua *wende* até o fim do século XIX. No ano de 1588 é editado um hinário na língua *wende* e sabe-se que até por volta do ano de 1920, alguns pastores desta região ainda faziam suas pregações os cultos em *wende* e alemão (RÖLKE, 1996, p. 17).

A cultura e a língua alemãs foram quase que totalmente assumidas pela população pomerana, entretanto, as tentativas de invasões e instalação de possessões por parte de povos vizinhos continuaram ocorrendo, situação que reforçou ainda mais o domínio alemão sobre o território pomerano. Segundo Maltzahn (2011, p. 86):

As evidências, mesmo que não imprimam certeza histórica, nos permitem fazer inferências, tais como a de que os germanos (alemães), de um lado, certamente, foram motivados a se fixarem na Pomerânia pelo fato de assim poderem expandir o seu território e estabelecer uma fronteira fortificada ao leste do “Império Alemão”; os pomeranos, de outro lado, provavelmente, foram levados a acomodarem alemães em terras pomeranas com o interesse de se resguardarem contra as constantes invasões estrangeiras, principalmente, polonesas, que tanto almejavam uma saída para o mar Báltico. Apesar da aliança dos povos germânicos com a Pomerânia, o desejo de outros povos em dominar essa terra não cessou, o que constantemente trouxe-lhe novas guerras (MALTZAHN, 2011, p. 86).

³¹ “O baixo-alemão era falado em todas as regiões banhadas pelo Mar do Norte e mar Báltico, e se estendia até a foz do Rio Reno. A Baixa Saxônia é vista como região de origem do baixo-alemão. O alemão alto, como o conhecemos hoje, tem a sua origem do alemão que se falava nas regiões da Turíngia e Saxônia e remonta ao Movimento Reformatório desencadeado por Martin Lutero a partir do ano 1517. Lutero visava trazer a Bíblia para a linguagem do povo. As regiões nas quais se falava o baixo-alemão, tiveram dificuldades em ler a Bíblia na língua proposta por Lutero, tanto é que a primeira Ordem Eclesiástica Luterana da pomerânia foi escrita em pomerano” (DAMITZ, 1996, *apud* RÖLKE, 1996, p. 17).

³² Segundo Ismael Tressmann, o *Pomerich* é a língua tradicional dos pomeranos, sendo ainda utilizada e mantida pelos imigrantes pomeranos que vieram para o Brasil, especialmente pelos que vivem no Estado do Espírito Santo.

Por volta de 1479, o Duque Bogislaw X, descendente da linhagem dos *Grifos*, consegue, política e territorialmente, instaurar um período de ordem no ducado da Pomerânia, com o apoio do Sacro Império Romano Germânico, (o que foi contra os interesses de Brandenburgo) e consegue reerguer a Pomerânia por alguns anos ao centralizar toda a administração em Stettin (Szczecin), que se tornou capital administrativa da Pomerânia. A centralização da administração permitia uma maior arrecadação de impostos, o que possibilitou, por alguns anos, uma situação de prosperidade (CUNHA, 2011, p.77).

Entretanto, em 1523, Bogislaw X falece e seus filhos assumem o governo e, em 1529, assinam um Tratado com Brandenburgo, no qual a nobreza, em troca de autonomia para a Pomerânia, compromete-se a passar o território ao domínio dos brandenburgueses após a morte do último duque wende/pomerano.

De acordo com Maltzahn (2011), após o falecimento do duque Bogislaw X, vários fatores levaram à assinatura do Tratado com Brandenburgo,

A nobreza pomerana, que já vinha enfraquecida por sustentar constantemente guerras contra povos inimigos, por um lado, perde agora poder e influência através de partilhas por heranças e matrimônios, por outro lado. Além disso, a Ordem dos Cavaleiros Teutônicos, que já tinha fortificações ainda mais ao leste, nas regiões de Lauenburg e Bütow, começou agora a penetrar a Pomerânia a partir dessas possessões. O principado de Brandenburgo, ao mesmo tempo, penetra a Pomerânia pelo sul. Nesse contexto, a nobreza pomerana assina no ano de 1529 um tratado com a nobreza brandenburguesa que assegura autonomia aos pomeranos, em contrapartida esses devem passar seu território a Brandenburgo após a morte do último duque pomerano. (MALTZAHN, 2011, p. 86-87).

Em meio a tantas imposições de cunho político, econômico, cultural e religioso, mais uma transformação é imposta ao modo de vida deixada pelos antepassados wendes, a partir de 1530: o *alemão-alto* é introduzido como língua oficial da Pomerânia, juntamente com a Reforma Luterana, gerando profundas mudanças, principalmente no que se refere à questão religiosa.

Sobre a introdução da Reforma Luterana, Rölke (1996) aponta que:

No ano de 1530, Johannes Bugenhagen introduz a Reforma da Igreja na Pomerânia. Primeiro as cidades aderem à Reforma, depois a nobreza, através dos Duques da Pomerânia. Num sistema de servidão, é claro que todos tiveram que acompanhar a fé do senhor feudal! Com isso a Pomerânia se torna toda evangélica/luterana, evitando-se assim o que aconteceu em outras

partes da Europa, onde católicos e luteranos viviam em constantes conflitos (Rölke, 1996, p. 18).

A aceitação da imposição da cultura alemã, pelo povo pomerano, foi uma estratégia utilizada por este para a manutenção do seu espaço, de seu território, carregado de valores simbólicos, mas constantemente ameaçado. Contudo, a religião luterana, mesmo sendo uma imposição, foi aos poucos incorporada à vida dos pomeranos e passou a fazer parte da identidade e do modo de vida destes. A respeito da aceitação da religião luterana pelos pomeranos, Ramlow (2004) coloca que:

Por ocasião da germanização, a igreja era por excelência a grande condutora da cultura alemã para dentro das terras pomeranas, pois quem monopoliza o saber num mundo de analfabetos tem o poder de manipular. Com a adesão da nobreza alemã aos princípios da Reforma Protestante, todos os vassallos também deveriam abraçar a nova fé. Fato é que a Confissão Luterana se torna coisa séria para os pomeranos. Tanto é que nos meados do século XIX, ao virem para o Brasil, os livros que são trazidos como verdadeiras preciosidades e que orientam a vida diária são a Bíblia, que os leigos não podiam possuir antes do Movimento da Reforma e o hinário. Esses servirão para o treinamento da leitura. O Catecismo de Lutero é ensinado pelo Pastor. Como só poucos sabiam ler, decoravam-se hinos e versículos bíblicos do Hinário. A fidelidade aos ensinamentos da fé luterana faz surgir, em 1816, entre os luteranos pomeranos um movimento de preservação dos 'ensinamentos puros' de Martin Lutero. Na Pomerânia Oriental, Gustav von Below foi o mentor dos 'Amigos da Doutrina Pura'. Esse movimento contagiou toda a população, sendo responsável pelo forte senso eclesial, característico dos pomeranos oriundos da Pomerânia Oriental (RAMLOW, 2004, p. 24-25)

Em meio aos processos de mudanças culturais e religiosas, o povo pomerano continuou a sofrer com a instabilidade política e insegurança causadas pelas disputas sobre e por seu território, como, por exemplo, os conflitos entre a Suécia protestante-luterana e o Império Alemão católico, ocorridos de 1627 a 1630, durante a Guerra dos Trinta Anos – 1618-1648, que geraram fome e miséria para a população, especialmente os camponeses, seja o lado inimigo (Império Alemão) ao confiscar as colheitas, seja o lado aliado (Suécia) ao cobrar-lhes o sustento das tropas (RÖLKE, 1996).

Em 1637 morre o Duque Bogislaw XIV, último descendente da linhagem dos *Grifos*, e, conforme o Tratado assinado em 1529, Brandenburgo deveria tomar posse do território pomerano, o que não é permitido pelos suecos que mantinham tropas na Pomerânia. Em 1648, os líderes de Brandenburgo fazem um acordo com a Suécia e dividem a Pomerânia entre si, sendo que

Brandenburgo fica com a Pomerânia Oriental e a Suécia mantém seu domínio sobre a Pomerânia Ocidental e a capital Stettin (Szczecin).

No ano de 1720, o Tratado de 1529 é legitimado e a Pomerânia passa integralmente ao domínio de Brandenburgo-Prússia. Em 1806, o exército de Napoleão procura alcançar a Rússia invadindo a Pomerânia. Com a derrota de Napoleão, o mapa da Europa é remodelado pelo Congresso de Viena em 1815 e em 1817 surge a Província Prussiana da Pomerânia, que em 1871 passa a compor o Império Alemão, quando ocorre a unificação da Alemanha, sob Otto von Bismark (RETZ, 2005).

Durante a Segunda Guerra Mundial, a Pomerânia foi novamente invadida pelas tropas de Adolf Hitler, que destruiu todas as cidades e povoados, massacrando os habitantes. Com a derrota nazista, foi realizada a Conferência de Potsdam (1945) e a Pomerânia simplesmente deixou de existir, pois, dos 38.500 Km² do território pomerano, 31.301 Km² (Pomerânia Oriental) passaram para o domínio polonês e mais tarde foram incorporados pela Polônia (mapa 06).

Mapa 6: Divisão do Território da Pomerânia pós 1945



Com a criação dos dois Estados alemães em 1949, o restante do território pomerano, constituído pela Pomerânia Ocidental, foi integrado à Alemanha Oriental, passando a ser denominada de *Mecklenburg-Vorpommern* (*Mecklenburg-Pomerânia Anterior*) (RETZ, 2005).

A decisão da Conferência de Potsdam resultou na expulsão da população a leste do rio Oder e Neisse pelos soviéticos e poloneses, fazendo com que cerca de um milhão e oitocentos mil pomeranos orientais, que ainda resistiam na região, fossem obrigados a abandonar seu território de origem. De acordo com os registros, o processo de retirada dos pomeranos foi bastante agressivo, ao ponto destes serem obrigados a abandonar suas residências e pequenas propriedades sem direito a levarem seus pertences, “apenas com a roupa do corpo” (RETZ, 2005).

De acordo com dados e testemunhos contidos no livro *Letzte Tage in Pommern*, de Klaus Granzow, aproximadamente quinhentos mil pomeranos morreram a caminho da Pomerânia Ocidental³³ e restante da Alemanha.

Em 02 de dezembro de 1990, com a reunificação da Alemanha, a região que passou a ser conhecida como Pomerânia Ocidental (*Mecklenburg-Vorpommern*), até então pertencente à Alemanha Oriental, passou a integrar o atual estado alemão Mecklenburgo-Pomerânia-Ocidental da República Federal da Alemanha e a área conhecida como Pomerânia Oriental foi integrada à Polônia com o nome de Pomorze.

Verifica-se que o território tem sua dimensão enquanto representação, enquanto valor simbólico reforçado devido à necessidade da sociedade de desenvolver e manter relações com este, mesmo que essas relações sejam impedidas ou interrompidas. Para Raffestin (1993):

Toda produção do sistema territorial determina ou condiciona uma consumação deste. Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e os grupos devem assumir. Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder (RAFFESTIN, 1993, p. 161-162).

³³ Röelke (1996) aponta que no último censo da população pomerana, realizado em 1939, antes da Segunda Guerra Mundial, a população total da Pomerânia era de 2.330.445 habitantes, sendo que desse total, 1.895.230 habitantes viviam na Pomerânia Oriental e 435.215 na Pomerânia Ocidental.

Assim, a frase **“a vida do pomerano sempre foi de sofrimento”** dita várias vezes pela senhora Edna Vervloet, camponesa descendente dos imigrantes pomeranos que se territorializaram em Pancas/ES, enquanto relatava a trajetória de seus antepassados e mesmo a sua história de vida, é facilmente compreendida quando colocada aos vários contextos ligados a trajetória social e territorial destes sujeitos, pois, ao se analisar o processo histórico de formação do território da Pomerânia verifica-se que este sempre foi um território marcado por disputas e interesses de grupos que não o viam como o seu espaço de identificação e de continuidade do modo de vida, mas sim como um território a ser conquistado como instrumento de poder, independentemente se isso interrompesse e destruísse territorialidades desenvolvidas ao longo de gerações.

Mesmo constantemente ameaçado e interrompido devido aos vários e graves conflitos ocorridos no seu território, o modo de vida do camponês pomerano sempre esteve intrinsecamente ligado a terra. E foi a impossibilidade de acesso a terra que fez com que os camponeses pomeranos passassem por contínuas formas de expropriação e exploração, até a que os levou a perda total do território pomerano, ou seja, a desterritorialização.

Como já se fez referência, o pomerano é camponês desde sua origem, trabalhando a terra conjuntamente com a família em pequenas parcelas, contudo, com a cristianização e a germanização, que, além de ceder terras aos *junkers* alemães, também introduziu o Confisco das Terras pelo processo do *Bauernlegenem*, em larga escala os camponeses livres, sem nenhum tipo de indenização, tornaram-se servos no que já havia sido sua terra (RÖLKE, 1996).

De acordo com Cunha (2011), “os favores estatais prussianos aos pomeranos ‘nativos’ eram deficitários em relação aos pomeranos ‘alemães’. De modo que os nativos foram se tornando servos dos alemães” (CUNHA, 2011, p. 78).

Conforme Moura (1986),

Formas de coerção política e econômica foram geradas para assegurar o fluxo contínuo de bens e de trabalhadores para o exercício material das práticas sociais. Tais coerções são a base através da qual é possível entender a oposição entre dominantes e

dominados, entre opressores e oprimidos. O campesinato é sempre um pólo oprimido de qualquer sociedade. Em qualquer tempo e lugar a posição do camponês é marcada pela subordinação aos donos da terra e do poder, que dele extraem diferentes tipos de renda: renda em produto, renda em trabalho, renda em dinheiro (MOURA, 1986, p. 10).

Assim, juntamente com o confisco das terras, teve início, na Pomerânia, o sistema feudal, alterando o modo de vida tradicional herdado dos *wendes*, que se baseava no trabalho livre do camponês em sua pequena propriedade.

Da mesma forma que em outras regiões da Europa, na Pomerânia o feudo também se constituía em uma grande propriedade dividida em duas áreas, sendo que uma era de uso exclusivo do senhor, mas cultivada pelos servos que lhe prestavam serviços e a outra dividida em parcelas para uso dos servos. De acordo com Rölke (2006), na Pomerânia os servos só podiam se dedicar às suas parcelas de terra dois dias da semana; no restante dos dias deviam servir ao senhor (corveia)³⁴, trabalhando no cultivo ou em outras atividades do feudo.

A descaracterização do modo de vida do camponês livre é facilmente compreendida quando se verifica a estrutura básica da produção feudal a que este foi submetido. Segundo Oliveira (1986):

O modo feudal de produção tinha como estrutura básica de seu desenvolvimento a propriedade do senhor sobre a terra (os feudos) e a propriedade limitada do senhor sobre o camponês (servidão). Através dessa propriedade limitada do senhor sobre a pessoa foi edificada a coerção feudal; ela permitia que o senhor pudesse exigir os tributos e as prestações pessoais (OLIVEIRA, 1986, p. 14).

Salienta-se que, com o resultado dos dois dias de trabalho que tinham para si, os servos camponeses, além de produzir para o sustento da família, ainda deviam pagar tributos, considerados como obrigações deles para com o senhor feudal, pelo uso do forno coletivo, utilizado na feitura do pão, pela construção de estradas, uso do moinho e ainda sobre a produção de sua parcela de terra.

Com uma produção voltada, principalmente, para satisfazer os interesses do senhor feudal, a situação dos camponeses pomeranos se agravou muito,

³⁴ De acordo com Oliveira (1986, p. 15), os “dias de dádiva” ou “corveia” são os dias de trabalho pessoal do servo para uso do senhor feudal.

pois a produção apenas supria as necessidades do feudo, não sendo suficiente para que o camponês efetuasse as trocas locais, uma vez que, também na Pomerânia, fez-se presente a cultura dos três campos, utilizada para minimizar o desgaste do solo, o que permitia que apenas 2/3 da propriedade fossem cultivados.

Esta desarticulação do modo de vida camponês para atender aos interesses do senhor feudal e dos *junkers* alemães, que cada vez mais concentravam as terras em seu poder, visando atender às demandas de mercado que começavam a se fazer presentes mesmo antes da unificação alemã, é destacada por Oliveira (1986), ao apontar que:

O relativo equilíbrio do território estava rompido, pois a sociedade estruturara-se de modo a não solicitar quase nada de fora e também a entregar muito pouco para outros lugares. Assim, a procura de cereais, o crescimento da própria população levaram à partilha das terras comuns, provocando uma diminuição da propriedade em função da transformação gradativa também da terra em mercadoria. À medida que as terras escasseavam, surgia a tendência ao monopólio do mais considerável dos meios de produção, a terra. [...]. Rompeu-se o equilíbrio do sistema de cultivo dos três campos, pois, no início, o que mais convinha aos nobres feudais era a exploração das florestas para a obtenção de madeira, que, com o crescimento das cidades, era muito procurada, até o momento em que foi substituída pela hulha e pelo ferro. Os camponeses, que antes dispunham coletivamente dos bosques, tiveram que passar a comprar tudo o que lá outrora buscavam gratuitamente. O mesmo fato aconteceu com as pastagens quando as indústrias urbanas crescentes passaram a exigir mais matérias-primas, a lã por exemplo. Essas duas atividades – a exploração das florestas e a pecuária de ovinos -, embora praticadas em moldes capitalistas, não exigiam grandes somas de capital e nem grande número de mão-de-obra, mas exigiam a propriedade privada das terras comuns (OLIVEIRA, 1986, p. 19-20).

A sobrevivência dos camponeses pomeranos encontrava-se numa relação de total dependência do senhor feudal, uma vez que, na maior parte do tempo, os camponeses trabalhavam exclusivamente para ele, tendo que pagar excessivos impostos regionais e imperiais sobre o resultado do pouco trabalho que conseguiam ter nas terras que “ainda” não estavam sob o uso do senhor, nada restando, assim, para sua manutenção.

Não podendo mais produzir seus alimentos de subsistência e trocar o excedente, com o uso quase que total das terras do feudo pelo senhor, os camponeses pomeranos passaram a viver numa condição de miséria cada vez

maior, sendo cada vez mais dominados e explorados. A respeito dessa dominação e subjugação, Retz (2005) cita a prática da *primae noctis*, a que os noivos pomeranos eram submetidos no dia do casamento, prática adotada também em outros feudos da Europa, e que acabou por gerar a tradição entre as pomeranas do uso do vestido de noiva preto:

A noiva era obrigada a passar a primeira noite após o casamento com o senhor feudal, pois ele tinha direito à primeira noite (*ius primae noctis*). Surge, então, a tradição do vestido preto, como forma de luto, protesto e expressão do sofrimento das noivas pomeranas. Uma fita verde amarrada no braço expressava a esperança de terem sua liberdade restaurada (RETZ, 2005, p. 11).

Sobre a dominação e exploração sofridas pelos camponeses por parte dos senhores de terras, Moura (1986) coloca que existiam várias formas de exigir e usufruir do trabalho camponês, assegurado por formas de coerção diversas, de acordo com cada sociedade. Da mesma forma, os senhores de terras, em retribuição ao trabalho dos camponeses, concediam alguns bens materiais e procedimentos de cunho simbólico que tinham como objetivo a manutenção dos laços de dependência e estruturas de coerção. Dentre estas concessões, podemos citar a doação de comida e bebida nas festas e de oferendas nos cultos.

Vale ressaltar que, antes da passagem da Pomerânia à condição de Província da Prússia, em 1817, alguns esforços são efetuados para solucionar a situação de miséria vivida pelos camponeses, como, por exemplo, quando em 1752, o rei Frederico, o Grande, introduziu nessa região o cultivo da batata inglesa diminuindo um pouco o problema alimentar da população. Ressalta-se que a introdução do plantio da batata inglesa deveu-se mais a questões ligadas ao atraso da Pomerânia Oriental em termos de produção agrícola do que a busca de melhoria das condições alimentares dos camponeses (RÖLKE, 1996).

Em 1799, o rei Frederico Guilherme III da Prússia passa os feudos sob propriedade do Estado à condição de propriedades livres. Contudo, o que parecia ser uma medida positiva para o homem de o campo voltar a ter acesso a terra, mostrou-se como mais uma forma de exploração e expropriação, pois, para o camponês, que já trabalhava nesses feudos na condição de servo,

tornar-se dono de uma propriedade, ele deveria pagar por ela em dinheiro ou entregar parte desta como pagamento ao Estado (OLIVEIRA, 2008).

Tal medida não melhorou em nada a situação do camponês, que continuaria trabalhando em parcelas de terra cada vez mais reduzidas, o que dificultava cada vez mais a sobrevivência e permanência de toda a família na unidade produtiva, mas garantia ao Estado a continuidade do controle sobre a terra e a sua transformação em mercadoria.

A respeito das reformas e mudanças buscadas objetivando a modernização, Oliveira (2008) aponta que:

A Prússia passou por uma reestruturação visando à modernização do Estado e da administração Pública. Entre os responsáveis pela 'regeneração moral' prussiana situa-se o Barão Heinrich Von Stein da 'Liga da Virtude'. Este contribuiu para a eliminação de remanescentes feudais, como a servidão e outros 'arcaísmos jurídicos', em torno da propriedade de terras. Estas mudanças constituiriam uma revolução agrícola marcada pela gradativa abolição da estrutura feudal. Reformas no âmbito educacional e no exército prussiano, da mesma sorte, propiciaram o fomento do sentimento patriótico (OLIVEIRA, 2008, p. 40).

Mesmo com o fim da servidão, em 1807, quando se realizou a reforma agrária na Prússia, não se verificou uma mudança positiva na situação dos camponeses pomeranos, pois conseguir recursos para pagarem pela terra e voltarem à condição de camponeses livres era quase impossível, já que, como diaristas nas terras dos latifundiários, teriam que trabalhar muito mais do que trabalhavam no sistema feudal. Assim, a exploração da mão de obra camponesa continuou, bem como a terra permaneceu em poder dos latifundiários³⁵.

Sobre esse processo de transformação dos feudos sob propriedade do Estado à condição de propriedades livres, faz-se relevante a análise de Oliveira (1986), ao pontuar que, em algumas regiões do centro e leste europeu, como nas áreas sob o domínio da Prússia, esse período de transição do feudalismo para as relações capitalistas não só fortaleceu os senhores feudais e proprietários de terras como:

³⁵ De acordo com Rölke (1996, p. 19), devido a pressões por parte dos latifundiários, o Rei da Prússia introduziu uma mudança na lei da reforma agrária que impôs que só poderiam passar ao domínio dos colonos as terras que anteriormente a 1763 já fossem cultivadas por pequenos agricultores.

[...] deu origem a uma espécie de segunda servidão. Foi um período (séculos XVII, XVIII e mesmo XIX) em que os senhores passaram a utilizar as relações feudais para produzir mercadorias, que então enviavam para os mercados das outras regiões industrializadas da Europa. Os camponeses foram perdendo suas terras e acabaram obrigados a aumentar o trabalho nas terras do senhor. Esses domínios senhoriais foram aumentando, dando origem às grandes propriedades agrícolas na Europa de leste. Esse processo foi denominado por Lenin de 'via prussiana' de desenvolvimento da agricultura do feudalismo ao capitalismo (OLIVEIRA, 1986, p. 25-26).

A reforma agrária empreendida pelo rei Frederico Guilherme III da Prússia foi mais uma forma de legitimar a continuidade do poder e da concentração de terras nas mãos dos latifundiários pomeranos e dos *junkers* alemães do que um mecanismo para resolver o problema fundiário do camponês pomerano expropriado ao longo do tempo. A análise de Maltzahn (2011) evidencia essa situação ao enfatizar que:

Nessa região, houve então uma reforma agrária, mas como não foram dados aos ex-servos os meios de produção necessários, os ex-senhores feudais readquiriram em pouco tempo a terra aumentando assim seus latifúndios. Na prática, a estrutura sócio-econômica pouco mudou, pois a nobreza continuava como detentora da maior parte das terras e do controle dos meios de produção. As transformações sociais desse fato incidiram preponderantemente na vida dos camponeses (pequenos proprietários de terras) da Pomerânia, que iam se tornando agregados (jornaleiros) da aristocracia rural (*Junkers* - grandes proprietários de terras) (MALTZAHN, 2011, p.90).

Sobre a situação vivida pelos camponeses pomeranos, pós reforma agrária, faz-se importante o questionamento de Rölke (1996) sobre o que aconteceu com aqueles que não conseguiam pagar para retornar a terra, a fim de se entender o contexto que antecede as emigrações, em que o camponês (a maioria ex-servos) se transformou em diarista.

[...]. Os que não tinham como resgatar a sua autonomia continuavam a depender dos latifundiários. Alguns conseguiam propriedades bem pequenas, mas insuficientes para sobreviverem. Outros apenas conseguiam ser donos de pequenas choupanas, construídas junto ao caminho de acesso aos latifúndios. Por um lado, o estado criou 'condições' para a autonomia dos pequenos colonos: por outro lado, os 'entregou' novamente aos latifundiários (RÖLKE, 1996, p. 24).

A dificuldade dos camponeses em voltarem a ter acesso a terra e sua descaracterização como camponês livre, nesse momento de transição do sistema feudal para o sistema capitalista, também é discutida por Salamoni (2001), ao apontar que na Pomerânia,

[...] a transição do sistema feudal para o capitalismo teve início em 1807, quando o Estado Prussiano decretou a abolição da servidão camponesa. Contudo, a maior parte dos camponeses perdeu parte ou todas as terras que cultivava, sendo obrigada a se submeter ao trabalho nas propriedades senhoriais ou, então, buscar ocupação nas indústrias urbanas, engrossando a massa de deserdados que passaram a viver nas cidades (SALAMONI, 2001, p. 03).

A expropriação sofrida pelos camponeses pomeranos, seja quando foram transformados de camponeses livres em servos, seja quando passaram de servos, que ainda tinham acesso a terra mesmo que de forma limitada, à condição de diaristas, é facilmente entendida quando se toma por base a análise de Martins (1980), que evidencia que a expropriação é uma característica vital do processo de desenvolvimento do capitalismo, uma vez que o capital se reproduz a partir do trabalho, ou seja, da sujeição do trabalho que é o gerador de riqueza pelo capital.

A instauração do divórcio entre o trabalhador e as coisas de que necessita para trabalhar – a terra, as ferramentas, as máquinas, as matérias primas – é a primeira condição e o primeiro passo para que se instaure, por sua vez, o reino do capital e a expansão do capitalismo. Essa separação, esse divórcio, é o que tecnicamente se chama de expropriação – o trabalhador perde o que lhe é próprio, perde a propriedade dos seus instrumentos de trabalho. Para trabalhar, terá que vender a sua força de trabalho ao capitalista, que é quem tem agora esses instrumentos (MARTINS, 1980, p. 54-55).

Franz Rehbein (s/d), citado por Rölke (1996), faz uma descrição detalhada do funcionamento do latifúndio (que não difere muito do antigo feudo), das relações de trabalho e de alguns aspectos do modo de vida que os camponeses pomeranos mantiveram mesmo durante a sujeição e exploração impostas tanto pelo modo de produção feudal, como pelo trabalho como diaristas nos grandes latifúndios.

Segundo ele, o latifúndio pomerano possuía a criadagem fixa, responsável pelo trabalho na sede do latifúndio, onde morava e era alimentada, e os diaristas que trabalhavam no latifúndio a partir de contratos, residindo no entorno deste.

A dieta básica dos diaristas consistia em uma primeira refeição matinal em que era oferecida uma sopa de trigo com pão integral, seguida de um lanche no meio da manhã, quando recebiam o *Schmultbrot*, que era um pedaço de pão untado com banha de porco. O almoço era servido no início da tarde e

tinha como cardápio ervilha, nabo amarelo, repolho e batata inglesa, sendo que algumas vezes os alimentos eram acompanhados de soro de leite.

O jantar era constituído de batata inglesa cozida em água e sal e arenque ou sardela. Em sua descrição, Rehbein (s/d) salienta que o consumo de carne era raro, mas que o toucinho era muito consumido.

Verifiquei que mesmo com algumas adaptações, ainda atualmente os descendentes de pomeranos no Espírito Santo e na região dos Pontões Capixabas ainda seguem um cardápio bem semelhante, especialmente nos dias de domingo ou os que eles consideram festivos ou em que recebem visitas³⁶.

Um exemplo da manutenção da tradição do receber, como momento festivo é que em uma das visitas realizadas para entrevistar e conhecer a colônia da família Binow Litckow fui recebida com o cardápio de almoço típico dos dias especiais dos pomeranos: repolho, socado (purê de batata ou aipim) carne de porco, toucinho frito de várias formas, salada de tomates e sobremesa que pode ser arroz doce ou uma compota de frutas com creme de nata. Acrescenta-se ainda ao cardápio especial o pão de trigo para o café da tarde ou *brot*, acompanhado de manteiga e geleia, todos de produção caseira.

Ressalta-se que como parte da hospitalidade tem-se a música e assim nas casas em que os moradores tocam a concertina, seu instrumento musical tradicional, o convidado ainda é presenteado com um pequeno e alegre concerto.

As noites guardavam o costume das visitas entre vizinhos (criadagem e diaristas). Esses encontros, além de um momento de congregação e de lazer, eram utilizados pelas mulheres para a fiação de tecidos e confecção de roupas. Segundo o autor, o assunto preferido nesses momentos envolvia o *Spauk* (histórias de assombração) e a morte. O que enfatiza, mais uma vez, que, mesmo com a cristianização e germanização e, mais tarde a introdução da religião luterana, o místico e o sobrenatural continuaram fazendo parte da cultura pomerana, uma vez que são elementos intrínsecos ao modo de vida camponês.

³⁶ É importante destacar que mesmo para uma visita mais rápida o convidado é recebido de forma especial, assim, sempre encontrará o café e *brot* prontos para acompanhar a conversa.

Carlos Rodrigues Brandão (1995, p. 78) em seu belo trabalho “A partilha da vida”, chama atenção para o sagrado, o místico e o sobrenatural como elementos presentes no modo de vida da “gente da roça”, mesmo que com o passar do tempo as distancias entre a roça e a cidade já não sejam tão grandes e que o sertão não seja mais “vivido como um lugar-espaço distante”. O autor destaca e questiona ainda que:

Os lobisomens existem, reconhecem muitos. Eles sempre existiram, mas agora parece que existem menos. O que terá acontecido com seres como as assombrações, o lobisomem, as almas penadas e outros sujeitos do universo das crenças camponesas populares? Esta estranha pergunta tem uma razão de ser aqui, pois ela sugere respostas boas para se pensar a lógica das transformações dos relacionamentos entre as pessoas e os lugares da vida cotidiana e do imaginário, desta vida e de outras. [...]. Os espaços são os mesmos e são outros; mudam. Tal como as sociedades, os territórios têm também a sua história [...] (BRANDÃO, 1995, p. 78).

Sobre a residência dos diaristas, Rehbein descreve suas casas como uma choupana muito rústica em que podiam criar animais (galinhas, gansos, porcos e vacas) dentro ou nos fundos destas. A permanência dos animais dentro de casa era algo necessário, uma vez que ajudavam a aquecer o ambiente do rigoroso inverno, além de constituírem uma renda extra para a família.

É importante considerar que a criação de animais não ficava isenta dos interesses do latifundiário, que, da renda adquirida pelo diarista com a venda destes, descontava o uso do moinho para moagem de cereais usados como ração, os pastos usados para complementação da alimentação dos animais e o fornecimento de animais desmamados para a engorda.

O dinheiro obtido com a venda dos animais deveria ser uma poupança para ser usado em casos de doenças, mas, com todos os descontos e impostos cobrados, o que sobrava não era suficiente para sanar as emergências, sendo necessária a aquisição de empréstimos junto ao latifundiário. Assim, o diarista era cada vez mais explorado, uma vez que a dívida contraída o prendia aos interesses e imposições do dono das terras (REHBEIN, (s/d), *apud* RÖLKE, 1996).

Todas as atividades desenvolvidas pelos diaristas dentro do latifúndio eram regulamentadas por um contrato de trabalho com as seguintes exigências:

- ❖ Comprometimento do diarista em trabalhar no latifúndio o ano todo, recebendo de 30 a 75 *Pfennig* (centavos) ao dia de acordo com a atividade realizada;
- ❖ Trabalho da mulher do diarista no latifúndio durante 200 dias por ano, recebendo de 25 a 50 *Pfennig* ao dia de acordo com a atividade realizada; e
- ❖ Era obrigação do diarista fornecer dois empregados para trabalhar no latifúndio, sendo que um dos empregados deveria ter mais de 17 anos e o outro poderia ser mais jovem. O pagamento desses empregados era feito pelo latifundiário, mas a moradia e alimentação eram de responsabilidade do diarista³⁷ (REHBEIN (s/d) *apud* RÖLKE, 1996).

A respeito da obrigação da contratação de dois empregados, ressalta-se que, quando o diarista tinha filhos, ele podia colocá-los no trabalho do latifúndio, diminuindo seus gastos e, conseqüentemente, aumentando um pouco a renda da família.

Ainda sobre as condições de sobrevivência dos diaristas contratados pelos latifúndios, Franz Rehbein (s/d) relata que eles recebiam uma cota de cereais e uma parcela de terra destinada ao cultivo de batata inglesa, que seria a base da alimentação da família durante o ano.

A supervisão do funcionamento do latifúndio era realizada por um inspetor e um capataz, sendo que ao inspetor cabia a supervisão do trabalho do capataz e o “elo entre capataz e latifundiário”. O capataz era responsável pelo cumprimento das ordens do latifundiário de forma que todas as atividades fossem realizadas sem comprometer a produção do latifúndio e, para que isso

³⁷ Destaca-se que, quando um dos empregados contratados pelo diarista adoecia, o dia de trabalho era descontado do pagamento feito pelo latifundiário e o diarista tinha a obrigação de contratar substitutos e se responsabilizar pelo seu pagamento.

ocorresse sem maiores problemas, era permitido ao capataz espancar os empregados, sejam eles diaristas ou criadagem (RÖLKE, 1996).

Dentre as atividades que ocorriam no latifúndio, citam-se as festas oferecidas pelo latifundiário, destacando a *Kartoffelhochzeit* ou Casamento de Batatas, que era realizada após a colheita da batata inglesa e era festejada com a mesma alegria com que se festejava um casamento.

As festividades sempre tinham início com o culto na igreja, uma prática realizada de forma a agradar o latifundiário que gostava de ver todos os seus servos/criadagem e diaristas frequentando o culto. Após a celebração religiosa o latifundiário fazia um discurso dando início a festa que era regada a aguardente. Homens e mulheres usavam seus melhores trajes e dançavam durante toda a noite (REHBEIN s/d, *apud* RÖLKE, 1996).

Era importante para o latifundiário que todos estivessem *felizes e bem dispostos* para trabalhar na colheita. Assim, a festa ofertada por ele, o dono das terras e quem tinha o poder de contratar ou não trabalhadores para sua propriedade, não possuía apenas o sentido do lúdico, mas sim o sentido do poder, do poder que mascara e coloca como iguais figuras contraditórias, como são latifundiário e diarista.

Fora do latifúndio, nas vilas, moravam pequenos agricultores, artesãos e diaristas sem contrato com o latifúndio. Muitos destes trabalhadores que também foram expropriados de suas terras ao longo do tempo, viviam nas vilas em situação bastante precária, pois, ao não conseguirem ter acesso novamente às terras pós reforma agrária e nem mesmo um contrato direto com os latifundiários, acabavam tendo que se subempregar junto aos diaristas contratados ou aos pequenos agricultores que viviam nas vilas, barateando ainda mais sua força de trabalho.

Em sua visita ao Brasil para conhecer e estudar as colônias de pomeranos do Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Klaus Granzow recolheu depoimentos que ilustram a situação de exploração vivida pelos pomeranos, mesmo quando já estavam livres do sistema de servidão. De acordo com relatos coletados por Granzow, muitos pomeranos emigraram por não suportarem mais as difíceis condições de trabalho impostas pelos grandes latifundiários.

Auguste Wilbermine Guse trabalhava na propriedade Grünwald e lá teria sido muito explorada, pois precisava trabalhar até altas horas da noite nos teares e no dia seguinte levantar às quatro horas da madrugada para tratar das criações e tirar leite no curral. Ela também me contou que seu cunhado Wruck não aguentava mais a pressão do seu patrão e certo dia o patrão de novo lhe criticara injustamente e ele se ofendeu, de tal forma, que pegou um pedaço de madeira e bateu na cabeça do patrão. O jovem Wruck então fugiu e conseguiu alcançar um navio cheio de emigrantes e, assim veio feliz para o Espírito Santo, onde o sobrenome Wruck ainda é muito comum³⁸ (GRANZOW, 2009, p. 168).

Rehbein (s/d) cita que a preocupação com a aquisição de alimentos e de combustível para ser utilizado na calefação durante o inverno fez com que surgisse nas vilas um tipo de arrendamento que possibilitava o acesso temporário a terra pelos artesãos e diaristas sem contrato.

Nesse arrendamento o pequeno proprietário que não tinha condições de adubar suas terras para o cultivo de cereais por possuir pouco gado, deixava que os artesãos e diaristas plantassem batata inglesa em sua propriedade com a condição de adubarem e estercarem as terras, para que após a colheita da batata inglesa ele pudesse cultivar cereais sem as dificuldades impostas pelo solo pouco fértil da Pomerânia Oriental. Para que esse sistema desse certo, os artesãos e diaristas criavam cabras e porcos em suas casas estocando o esterco durante o ano todo.

A rotina de trabalho dos moradores das vilas era tão ou mais sacrificada que a dos diaristas contratados, segundo os relatos recolhidos por Rehbein (s/d), quando eram chamados para trabalharem temporariamente (durante as colheitas) nos latifúndios. Eles iniciavam a jornada de trabalho antes das cinco horas da manhã e a encerravam depois das onze da noite, pois, mesmo tendo terminado o trabalho para o qual foram contratados por volta das dezoito horas, ainda tinham que trabalhar em suas colheitas de batatas ou na confecção de algum artigo, no caso dos artesãos.

Permanecer na terra como camponês ficou cada vez mais difícil para o pomerano, uma vez que, junto às dificuldades advindas dos vários conflitos que se desenvolveram em seu território, as transformações políticas e econômicas ocorridas Alemanha, decorrentes do desenvolvimento industrial, refletiram-se

³⁸ Entrevista concedida a Klaus Granzow pela mãe do Sr. Heinrich Velten, em Domingos Martins\ES no ano de 1970, durante visita de estudos do autor ao Espírito Santo.

fortemente na produção agrícola da Pomerânia, levando, como já citado, a um aumento cada vez maior de áreas destinadas à produção de alimentos para atender ao mercado e não mais para o consumo interno³⁹.

Somam-se ainda às dificuldades vividas pelos camponeses e diaristas/arrendatários as cobranças abusivas de tributos por parte do Estado. Cita-se que, em 1820, foi promulgada uma lei de cobrança de impostos para toda a população indistintamente. De acordo com Rölke (1996, p. 25)

Estes impostos são fixados por classe social, onde as camadas economicamente mais fracas devem recolher aos cofres do Estado um Groschen por mês. Um Groschen equivalia a mais ou menos o ganho de dois a três dias de trabalho. Na situação em que vivia grande parte da população pomerana pode-se imaginar, o que este imposto significava para o povo.

Assim, aos poucos, com a transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, a industrialização e a modernização da agricultura, mesmo que inicial, geraram um choque entre a agricultura tradicional e as novas formas de produzir para atender ao mercado, entre a atividade artesã e a máquina. Tais mudanças, em decorrência da exploração do capitalismo industrial, levaram a uma descaracterização da província, gerando, conseqüentemente, profundas e graves crises na vida do camponês pomerano, culminando na perda do território de vida.

Sem a terra de trabalho para sobreviverem, os camponeses pomeranos expropriados começaram a viver o processo de desterritorialização ao terem que deixar o campo em busca de trabalho nas cidades que já se encontravam repletas de artesãos desempregados, uma vez que a indústria não era ainda muito desenvolvida, principalmente na Pomerânia Oriental (apenas Stettin tinha alguma projeção na construção naval) (RETZ, 2005).

A territorialização pode ser entendida como as múltiplas formas de construção do espaço, uma vez que:

As 'imagens' territoriais revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda. Do Estado ao indivíduo, passando por

³⁹A Pomerânia permanece como Província da Prússia de 1806 até a incorporação em 1871 pelo Império Alemão, quando se dá a unificação da Alemanha. Sendo assim, todas as ações realizadas pela Prússia (uma das maiores potências do Império Alemão) com o objetivo da industrialização e modernização da Alemanha, que, conseqüentemente, levaria à unificação dos Estados alemães, incidiram diretamente sobre o povo pomerano, expropriado de suas terras e já sem acesso às terras do latifundiário.

todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que 'produzem' o território (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

Neste sentido, José de Souza Martins chama atenção para que se entenda que a violência presente nos processos de expropriação não é o seu aspecto mais relevante. Segundo o autor o principal é que:

[...] a expropriação constitui uma característica essencial do processo de crescimento do capitalismo, é um componente da lógica da reprodução do capital. O capital só pode crescer, só pode se reproduzir, à custa do trabalho, porque só o trabalho é capaz de criar riqueza. Por isso, uma lei básica do capital é a de subjugar o trabalho. Assim, na medida em que o trabalhador vende a sua força de trabalho ao capitalista, mediante o salário, os frutos do seu trabalho aparecerão necessariamente como frutos do capital que o comprou, como propriedades do capitalista. Para que isso ocorra é necessário separar o trabalhador dos seus instrumentos de trabalho [...] (MARTINS, 1980, p. 54).

Com uma indústria frágil e inicial, os camponeses pomeranos expulsos de um campo que se modernizava tornaram-se os proletários desempregados da cidade, constituindo-se também em mão desqualificada e pronta para ser explorada pelo capital industrial em consolidação (JACOB, 1992).

Percebe-se, então, o poder desterritorializador que o capital possui, seja num sentido extremamente negativo – para o trabalhador “livre e nu”, desprovido dos meios de produção e transformado em força física à disposição da produção - seja num sentido positivo – para os capitalistas, que, assim, encontram e dominam mecanismos abstratos dinamizadores do processo de acumulação.

John Tomlinson (1999) corrobora com o pensamento da importância da reterritorialização para a manutenção da reprodução social e do sentimento de identidade e pertencimento de um grupo para com seu território ao constatar que:

Onde existe desterritorialização há também reterritorialização. [...] desterritorialização é uma condição ambígua que combina benefícios e custos com várias tentativas de restabelecer uma 'casa' cultural. [...] todos nós estamos, como seres humanos, corporificados e fisicamente localizados. Neste sentido material fundamental, os vínculos da cultura com a localização podem nunca ser completamente rompidos e a localidade continua a exercer suas reivindicações por uma situação física no nosso mundo vivido. Assim, a desterritorialização não pode significar o fim da localidade, mas sua transformação em um espaço cultural mais complexo (TOMLINSON, 1999, p. 148-149).

A emigração dos pomeranos para o Brasil e Estados Unidos em busca de um novo espaço de vida, um novo território, ocorreu em consequência das condições socioeconômicas e políticas presentes na Europa do século XIX. Uma Europa de profundos desequilíbrios demográficos e econômicos e, como já se fez referência, repleta de fatores de repulsão aos grupos marcados pela pobreza, pela falta de trabalho, pela falta de terra, ou seja, pela ausência de condições de sobrevivência, restando apenas uma saída: a emigração e a possibilidade da territorialização e reconstrução de sua existência como pomerano e camponês.

2.2 Contexto do Processo de Colonização no Brasil e Espírito Santo

Na busca por um novo território e pela continuidade de sua existência étnica e social no Brasil, os imigrantes pomeranos se localizaram, principalmente, nos estados do Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. No Espírito Santo, os primeiros grupos de pomeranos chegaram em 1859, mas o maior contingente destes imigrantes chegou entre 1872 e 1873 (JACOB, 1992).

Segundo José de Souza Martins (1990, p. 43):

A partir da Lei de Terras, o governo brasileiro empenhou-se mais acentuadamente numa política de criação de núcleos coloniais destinados a pequenos proprietários, geralmente imigrantes estrangeiros, que se dedicariam à produção de gêneros de subsistência para o mercado interno. Essa política foi aplicada especialmente no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná, no Espírito Santo e, numa certa medida, em São Paulo.

Com a imigração, a colonização no Espírito Santo começou efetivamente a se desenvolver, mesmo com as dificuldades encontradas pelos imigrantes com relação à infraestrutura das colônias. Contudo, a busca por um novo território se colocava como fator preponderante na vida desses sujeitos sociais que encararam as dificuldades como mais uma etapa a ser vencida para a reconquista da terra de trabalho e da identidade camponesa.

No sentido da busca pelo território de vida e da reconstrução da territorialidade perdida, Raffestin (1993) reforça que esta deve ser entendida de forma multidimensional, que reflete o vivido territorial das sociedades. Assim:

Os homens 'vivem', ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores sem se darem conta disso, se automodificam também. [...]. A territorialidade aparece então como constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade. [...]. A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Conceber a territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com outros atores (RAFFESTIN, 1993, p. 158-161).

Espaço e território não podem ser entendidos como equivalentes nem como sinônimos. O espaço se coloca em posição que antecede ao território, porque este é criado a partir do primeiro, do espaço, como o resultado de uma ação conduzida por um *ator*, que entendo e tratarei aqui como *sujeito social*, um sujeito que desenvolve um programa em qualquer nível a partir de suas ações e relações, como é caso da população pomerana camponesa que emigrou para o estado do Espírito Santo em busca do espaço-território concreto e simbólico de que pudessem se apropriar como sujeitos sociais, territorializando-se e recriando seu modo de vida (RAFFESTIN, 2009, p. 26).

Assim, para compreender o processo de territorialização dos imigrantes pomeranos e como o território se coloca como fator fundante na recuperação/resignificação e afirmação de sua identidade étnica e social (pomerano e camponês), faz-se necessário entender o contexto político e social vivido pelo Estado do Espírito Santo que levou ao processo colonizatório.

O território capixaba permaneceu praticamente inexplorado até o século XIX. O ciclo do ouro não teve efeitos positivos para o território, uma vez que a proximidade com a capitânia de Minas Gerais e sua posição estratégica no litoral, legou ao Espírito Santo a condição de barreira natural à penetração de inimigos até as minas de ouro, restando assim, até meados do século XIX, uma vasta região sem nenhuma ocupação efetiva, na visão do Governo da Província, o que a colocava como um fator de destaque para a cultura do café, definido como principal produto de exportação da colônia.

Ressalta-se que, apesar do território do Espírito Santo ser considerado como uma área sem ocupação efetiva na concepção do Governo e empreendedores das companhias de colonização e, portanto, propícia para o desenvolvimento da lavoura cafeeira, sempre houve a presença de indígenas no território, mas, totalmente ignorados como primeiros ocupantes, sendo “empurrados” para o norte e oeste do estado conforme a ocupação pelo litoral e pelas regiões sul e serrana foram se desenvolvendo.

De acordo com Celin (1984), com o avanço da fronteira agrícola do Rio de Janeiro para o norte, o Espírito Santo se colocava como uma nova região a ser explorada e o café aparecia como o produto ideal, suplantando os demais produtos. A queda da economia mineira gerou um vácuo econômico que persistiu até o Brasil integrar-se novamente nas linhas de comércio internacional. Para isso, era preciso desenvolver, por seus próprios meios, as condições favoráveis para atrair os capitais externos. Conforme Celin (1984):

Pela metade do Século XIX, já se definira um produto, cujas características de produção correspondiam exatamente às condições ecológicas do País. Embora cultivado desde o princípio do Século XVIII, o café obtém importância comercial ao final desse século, quando ocorre a alta dos preços, devido à desorganização do maior produtor que era a Colônia Francesa do Haiti. Todo o aumento que se constata nas exportações brasileiras da primeira metade do século passado, deve-se, estritamente à contribuição do café (CELIN, 1984, p. 37).

Ao final de 1830, o café já era o principal produto de exportação, integrando definitivamente a economia brasileira ao comércio internacional, mas restava, ainda, resolver o problema da mão de obra, pois, com exceção da mão de obra escrava, não existia no país, e principalmente no Espírito Santo, mão de obra disponível para a lavoura. Tanto o contingente interno ocupado com a economia de subsistência, como os excedentes da área urbana, não eram suficientes. Além disso, existia a dificuldade de mobilização dessa população espalhada pelo território brasileiro para encaminhá-la às áreas cafeeicultoras.

Tavares dos Santos (1978) afirma que a ausência de mão de obra, livre, capacitada para trabalhar na agricultura, só se fez relevante

[...] quando o regime de trabalho escravo entrou em colapso, quando a possibilidade de crescimento da riqueza à custa da sujeição pessoal e do cativo do negro se tornou inviável, devido à própria

impossibilidade da reprodução do escravo na escala necessária e do escravismo como forma de exploração e dominação – a grande propriedade entrou igualmente em crise. O cativo e o latifúndio estavam intimamente vinculados entre si, sustentando solidariamente o modo de ser da sociedade brasileira de então. Por isso mesmo, a reformulação do regime de trabalho veio acompanhada da reformulação do regime de propriedade (MARTINS, in: TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. ix).

A importação de mão de obra estrangeira (europeia) colocava-se, assim, como solução para a falta de braços no país, especialmente para as grandes áreas cafeeiras de São Paulo. É importante ressaltar que, tanto no sul do país, como no Espírito Santo, diferentemente de São Paulo, onde a imigração assumiria um caráter de substituição de mão de obra, a instalação de imigrantes europeus tinha como princípio a ocupação das áreas despovoadas (CELIN, 1984).

Juntava-se aos problemas relacionados à necessidade de mão de obra para ser inserida no café, a disposição do Governo Imperial⁴⁰ em utilizar parte do contingente de imigrantes para o povoamento do território nacional com a implantação da pequena propriedade e da policultura. Para efetivar tal objetivo, o Governo Imperial se responsabilizava pela concessão gratuita da terra, pelas passagens e auxílio nos primeiros tempos para o imigrante e sua família.

De acordo com Petrone (1982), nesse período (séc. XIX), a pequena propriedade,

[...] devia desenvolver-se ao lado da grande propriedade, ser subsidiária desta e não concorrer com ela no mercado de trabalho. A pequena propriedade devia ocupar espaços vazios, promovendo a valorização fundiária e criar condições para o aparecimento de uma camada social intermediária entre latifundiário e escravo, camada essa que pudesse ao mesmo tempo ser mercado consumidor, oferecer braços no mercado de trabalho e diversificar a economia com a produção de gêneros para os quais a grande propriedade não se prestava (PETRONE, 1982, p. 16).

A pequena propriedade já existia com a presença dos posseiros e agregados, entretanto, não desempenhava papel relevante na economia brasileira, o que vai se colocar como incentivo à instalação dos imigrantes em núcleos coloniais. Celin (1984) aponta que essa disposição do Príncipe

⁴⁰ Segundo Celin (1984, p. 49-50), desde o século XVIII já se tentava a instalação de núcleos de colonização estrangeira no Brasil, “A pequena propriedade, legalmente constituída, teve suas primeiras experiências com o povoamento do litoral gaúcho e catarinense com os açorianos em meados do Século XVIII”.

Regente, em promover a pequena propriedade através dos núcleos coloniais e do povoamento das áreas despovoadas, encontrava respaldo no Decreto de 25 de novembro de 1808, sob a Regência de D. João que estendia o direito de propriedade aos estrangeiros,

Sendo conveniente ao meu real serviço e ao bem público aumentar a lavoura e a população, que se acha muito diminuta neste Estado; e por outros motivos que me foram presentes; hei por bem, que aos estrangeiros residentes no Brasil se possam conceder datas de terras por sesmarias pela mesma forma, com que segundo as minhas reais ordens se concedem aos meus vassallos, sem embargo, de quaisquer leis ou disposições em contrário (DIEGUES JR., 1964, *apud* CELIN, 1984, p. 52).

A imigração, portanto, mais que proporcionar braços para as lavouras de café, permitiria que mais objetivos da política imperial se efetivassem. Dentre estes objetivos estão a ocupação das terras devolutas, ainda despovoadas, o desenvolvimento da pequena propriedade através do trabalho familiar e da policultura, a produção de gêneros alimentícios para as áreas urbanas e centros militares da região, a expansão populacional e formação de exércitos na região meridional do país, a eliminação dos indígenas e o branqueamento da população (OLIVEIRA, 2008).

A partir de 1818 ocorreram as primeiras experiências em núcleos coloniais por parte do Governo Imperial, com a criação de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, para a instalação de famílias suíças e, em 1824, com a criação do núcleo de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, considerado o marco inicial da colonização por imigrantes estrangeiros no Brasil, uma vez que a colônia de Nova Friburgo não obteve tão rapidamente o desenvolvimento pretendido pelo Governo devido às dificuldades enfrentadas pelas famílias, tanto com relação à infraestrutura como com a adaptação.

A vinda de imigrantes e formação dos núcleos coloniais, como já se fez referência, mais que trabalhadores para resolver o problema da falta de mão de obra, significava a valorização fundiária com baixos custos, pois, nas áreas definidas para os processos de colonização, não havia nenhum tipo de infraestrutura, sendo necessária a construção de todo tipo de benfeitorias. Assim, nestas áreas:

O assentamento dos colonos era a possibilidade de torná-las cultiváveis. Os interesses fundiários visavam dotá-las de infra-

estrutura (estradas e pontes), o que certamente ocorreria com o estabelecimento de famílias imigrantes, e a um custo extremamente baixo. Assim aconteceu com as áreas desocupadas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo. Essas terras desocupadas, sem muito valor para as atividades hegemônicas, serão integradas economicamente aos interesses do capitalismo (CELIN, 1984, p. 52).

A afirmação de Celin (1984) sobre a apropriação das áreas coloniais pelos interesses do capital é de grande contribuição para se entender a dinâmica de produção de cada área destinada aos programas de colonização e como os interesses econômicos do Governo e da elite econômica influenciaram diferentemente cada região de colonização, como, por exemplo, no Espírito Santo, em que os núcleos coloniais tiveram que dedicar-se, primeiramente, ao cultivo do café, para depois dedicarem-se aos cultivos de subsistência das colônias, uma vez que este era o principal produto da economia capixaba.

Já para o imigrante, o que contava era voltar a ter acesso a terra, tornar-se proprietário novamente de um pedaço de terra onde pudesse trabalhar e garantir a sobrevivência de sua família e, assim, reconstruir seu modo de vida ligado à terra e ao trabalho familiar.

Neste sentido, mesmo parecendo contraditório, os interesses do capitalismo e do imigrante se fundem, uma vez que, para a continuidade da economia de exportação pautada na cafeicultura, era necessária a vinda dos imigrantes, seja como mão de obra nas lavouras de café de São Paulo, seja para a ocupação das áreas despovoadas e desenvolvimento de uma agricultura para consumo interno. Para Vainer (2000):

A alternativa do emprego maciço dos imigrantes ofereceu uma solução imediata. Ela permitiu que, junto com a escravidão e a monarquia, não caísse por terra também todo um sistema social e econômico fundado na grande propriedade fundiária mono-exportadora. E a primeira intervenção sistemática, persistente, planejada, de um Estado que rezava pela cartilha do liberalismo vai se dar exatamente na montagem de uma estrutura de mobilização e controle de localização de trabalhadores (VAINER, 2000, p.26-27).

Para que a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre ocorresse, foi necessário implementar, no século XIX, uma série de políticas de incentivos à pequena propriedade e à agricultura familiar, e, também, vínculos jurídicos de posse da terra, situação não estendida aos homens livres que viviam na

condição de agregados ou posseiros nas grandes propriedades (TAVARES DOS SANTOS, 1978).

Segundo Tavares dos Santos (1978):

A política de colonização nasceu e desenvolveu-se, frequentemente de forma precária, em meio a muitas crises, *subordinada* aos objetivos da política de imigração e de substituição do trabalho escravo. Provavelmente, por esse motivo, os núcleos coloniais nunca concorreram com a grande propriedade, nunca disputaram terreno com grandes fazendas e estâncias. Foram confinados a terrenos desfavoráveis quanto à localização, como ocorreu no Sul, ou quanto à qualidade, como ocorreu no Sudeste. Em suma, a pequena propriedade dos projetos de colonização não decorreu de transformações econômicas e sociais que tornassem difícil a sobrevivência do latifúndio; ela surgiu, na verdade, como complemento deste, como a nova condição de reprodução da grande lavoura (MARTINS, in: TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. xii-xiii)

Como já apontado, antes de 1830 foram realizadas várias tentativas de criação de núcleos de colonização que não alcançaram êxito, como os casos de Nova Friburgo com os suíços, alemães em Catucá (PE) e Ilhéus (BA), irlandeses em Januária (BA) e açorianos em Santo Agostinho (ES). Entretanto, a partir de 1840, o processo de imigração recomeça com a fundação, em 1846, de Petrópolis (RJ), Santa Isabel (ES) e Vargem Grande (SC); Nossa Senhora da Piedade (SC) em 1847; Santa Cruz do Sul em 1849 (CELIN, 1984).

No mesmo ano que se inicia a colonização no Espírito Santo, 1847, também tem início a experiência de Ibicaba (SP), que representa a primeira experiência brasileira de imigração sob responsabilidade de particulares. Vale salientar que foi em Ibicaba, propriedade do senador Vergueiro, que desempenhou forte presença junto aos programas de imigração realizados por particulares, que teve início o trabalho de imigrantes europeus sob o regime de parceria, experiência com resultados positivos mais para os empreendedores, que para os imigrantes que buscavam o acesso à terra.

De acordo com Celin (1984), Caio Prado Jr., em seu trabalho *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*, de 1953, denominou as ações voltadas à imigração por parte do Governo Imperial, de "Colonização", e as ações realizadas por particulares, de "Imigração", do que podemos entender como Projetos\Políticas de Colonização e Projetos\Políticas de Imigração.

No sentido de incentivar a colonização e o surgimento da pequena propriedade, em fins de 1840, a Lei Provincial nº 514, de outubro de 1848, estende às Províncias a possibilidade de realizarem seus próprios programas de colonização, claro que com algumas ressalvas quanto à propriedade da terra, que escamoteava ranços de um passado escravista e excludente, conforme se verifica:

[...]. Pela Lei Provincial nº 514 de 28 de outubro de 1848, o Governo Imperial concedia a cada Província seis léguas de terras devolutas para fins exclusivos de colonização. Pelo seu art. 16, ficava obstruída a participação do braço escravo nessas áreas. As terras também não poderiam ser transferidas pelos que a recebessem. 'As terras reverteriam ao domínio provincial se dentro de 5 anos os colonos não tivessem cumprido essa condição'. Quanto à proibição da existência de escravos naquelas concessões o objetivo era manter o trabalhador imigrante europeu imune ao caráter vulgar com que era encarado o trabalho agrícola no país. Este estigma era fruto direto dos três séculos de servidão no país (CELIN, 1984, p. 57).

Contudo, a política de imigração\colonização brasileira vai sofrer com pressões por parte da elite latifundiária, principalmente dos cafeicultores paulistas, que, sentindo-se prejudicada com o fim do tráfico negreiro em 1850, passou a disputar imigrantes com o Governo Imperial, procurando solucionar o problema da falta de braços nas lavouras, sendo que, a partir de então, a política do governo com relação à imigração vai oscilar de acordo com os interesses da elite latifundiária cafeicultora. De acordo com Vainer (2000):

As pressões inglesas, o fim do tráfico e a perspectiva do fim ou mais ou menos próximo da escravidão levaram alguns fazendeiros a vislumbrarem as possibilidades que abririam se conseguissem desviar uma parte dos imigrantes para as plantações. Tratava-se, certamente, de um outro tipo de imigração. Ao invés de criação de meios para-militares para ocupação de fronteiras desguarnecidas, ao invés de fonte de abastecimento alimentar das aglomerações urbanas e da massa cada vez mais exclusivamente dedicada ao café, visava-se agora o aproveitamento do braço do imigrante. Para levar a efeito este novo projeto, alguns elementos impunham-se à consideração: em primeiro lugar, era necessário encaminhar os imigrantes às regiões carentes de braços, e não mais às zonas virgens onde se vinham instalar enquanto pequenos produtores independentes; em segundo lugar, era indispensável que, nas áreas de destino, fossem conduzidos a engajar-se nas fazendas (VAINER, 2000, p. 18).

Assim, os interesses capitalistas vão se colocar superiores aos interesses de colonização e ocupação do território, uma vez que, na segunda metade do século XIX, é concedida aos particulares a participação nos projetos de imigração, mediante a concessão ou compra de grandes áreas por parte

destes. Sobre a manutenção dos interesses da elite latifundiária que se mantêm mesmo com a incorporação do trabalho livre via imigração, Martins (1998) esclarece que:

O trabalho livre gerado pela crise do cativo diferia qualitativamente do trabalho livre do agregado, pois era definido por uma nova relação entre o fazendeiro e o trabalhador. O trabalhador livre que veio substituir o escravo dele não diferia por estar divorciado dos meios de produção, característica comum a ambos. Mas, diferia na medida em que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho e nela se fundava a sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra. Entretanto, se nesse ponto o trabalhador livre se distinguia do trabalhador escravo, num outro a situação de ambos era igual. Refiro-me a que a modificação ocorreria para preservar a economia fundada na exportação de mercadorias tropicais, como o café, para os mercados metropolitanos, e baseada na grande propriedade fundiária (MARTINS, 1998, p. 12).

Celin (1984) afirma que, a partir de 1880, a maior parte do contingente de imigrantes europeus chegado ao Brasil destinou-se, principalmente, para as áreas de produção de café em São Paulo, sendo que nas fazendas cafeicultoras os imigrantes serviram como mão de obra remunerada e não para a formação de pequenas propriedades voltadas para a produção de consumo interno.

As relações sociais que engendraram o fazendeiro-capitalista não eram estritamente as relações de produção no interior da fazenda, mas também e significativamente as relações de troca que ele mantinha fora da fazenda com os comissários de café e, mais tarde, já no final do século XIX, com os exportadores. É por essa razão que a transformação das relações de trabalho na cafeicultura originou-se na esfera da circulação, na crise do comércio de escravos, que produziu os seus efeitos mais drásticos no Brasil a partir de 1850, quando o tráfico negreiro foi definitivamente proibido. A hegemonia do comércio na determinação das relações de produção coloniais, nesse caso particular, deve ser ressaltada. [...]. Essas modificações, porém, alteraram a qualidade das relações do fazendeiro com o trabalhador, alteraram as relações de produção. [...]. A condição cativa já definia a modalidade de coerção que o senhor exercia sobre o escravo na extração do seu trabalho. O mesmo não ocorria com o trabalhador livre que, sendo juridicamente igual a seu patrão, dependia de outros mecanismos de coerção para ceder a outrem a sua capacidade de trabalho (MARTINS, 1998, p. 14-15).

A imigração transforma-se num negócio lucrativo, onde os interesses capitalistas aparecem claramente, sendo que os empreendedores particulares obtinham lucro em todas as etapas da imigração, seja na venda de terras, no transporte das famílias emigrantes, na comercialização da produção dos núcleos coloniais e até mesmo com a venda de artigos (sistema de barracão)

aos imigrantes já instalados, fora o lucro que já obtinham nas negociações com as áreas em que o trabalho do imigrante se daria no sistema de parceria (colonato) (CELIN, 1984).

Sobre os interesses capitalistas se unindo aos projetos de colonização e de formação da pequena propriedade de trabalho familiar, salienta-se que, em 1882, no Rio Grande do Sul, já havia leis que permitiam a venda de terras públicas⁴¹ tanto para particulares, como para empresas de colonização.

A especulação com a terra e, conseqüentemente, com a propriedade se fazia presente mesmo nas áreas em que o Governo Imperial desenvolveu seus núcleos coloniais na primeira metade do século XIX, ou seja, os interesses capitalistas tornavam o acesso à terra cada vez mais difícil, tanto para o imigrante europeu, como para o camponês nacional, que vivia na condição de agregado ou de posseiro.

A Lei de Terras de 1850 se constituiu numa forma de controlar o acesso à terra, uma clara estratégia de atender às pressões exercidas pela oligarquia rural que nunca aceitou de bom grado a concessão gratuita de terras aos imigrantes, mesmo estes sendo utilizados para fins de ocupação de vazios do território nacional e desenvolver o abastecimento interno com gêneros alimentícios.

Para Tavares dos Santos (1978, p. 17), a Lei de Terras de 1850, ao regular que “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”, institucionalizou juridicamente a propriedade privada da terra, “cristalizou a terra como equivalente de mercadoria, obrigando desde logo o imigrante a despendar uma soma de dinheiro na sua aquisição”.

Segundo o autor, é nesse prisma que é promulgada a Lei Provincial nº 304, de 30 de outubro de 1854, que rege a política de colonização até fins do século, diferindo da Lei Provincial nº 514, de 1848, apenas na questão da propriedade da terra, que, agora, era vendida aos imigrantes e não mais concedida, como se verifica:

A Lei Provincial nº 304, de 30\11\1854, (...), autorizando a compra de terras pelo governo para a constituição de colônias, teve acentuado alcance prático. Os princípios básicos que se estabeleciam eram os

⁴¹ “O Ato nº 30, de abril de 1886, legislava sobre o preço de terras para fins de colonização” (CELIN, 1984, p. 58).

seguintes. a) divisão em lotes de 48 hectares, com reserva das áreas necessárias às servidões públicas; b) venda dos lotes à vista ou a prazo de cinco anos, mediante garantia hipotecária até o completo pagamento; juro de 1% ao mês, no caso de ser excedido o prazo de pagamento; c) auxílio aos imigrantes espontâneos reembolsável dentro do mesmo prazo de cinco anos; d) proibição aos colonos de explorarem as terras por meio de escravos seus, ou alheios, 'ou de' possuí-los nas terras das colônias, sob qualquer pretexto que seja (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 18).

Assim, ao “cristalizar a terra como equivalente de mercadoria”, a Lei de Terras vem ao encontro dos interesses dos latifundiários que buscavam por mão de obra para suas lavouras de café em detrimento dos interesses com colonização e a pequena propriedade e, principalmente, dos interesses dos imigrantes ou dos posseiros e agregados que objetivavam apenas a propriedade da terra de trabalho.

Diante do esgotamento do escravismo e da inevitabilidade do trabalho livre, o Brasil decidiu, em 1850, pela cessação do tráfico negreiro [...]. Optou pela imigração estrangeira, de trabalhadores livres. País continental, com abundância de terras incultas e um regime fundiário de livre ocupação do solo, condenou-se, nesse ato, ao fim do latifúndio, e, conseqüentemente, da economia escravista que sobre ele florescera, da sociedade aristocrática que dele se nutrira. Duas semanas depois, porém, o Brasil aprovou uma Lei de Terras que instituía um novo regime de propriedade em que a condição de proprietário não dependia apenas da condição de homem livre, mas também de pecúlio para a compra da terra, ainda que do próprio Estado. O país selecionaria a dedo, por meio de seus agentes na Europa, o imigrante pobre, desprovido de meios, que chegasse ao Brasil sem outra alternativa senão a de trabalhar em latifúndio alheio para um dia, eventualmente, tornar-se senhor de sua própria terra (MARTINS, 2010, p. 09).

Era preciso substituir o escravo, sem prejudicar a economia exportadora. Contudo, era necessário limitar o acesso à terra, pois não se objetivava que qualquer trabalhador livre se tornasse proprietário, como, por exemplo, os posseiros e ex-escravos (já na condição de libertos ou que ainda seriam livres). Era primaz reduzir as possibilidades de propriedade da terra e a Lei de Terras de 1850 cumpre essa função ao proibir a abertura de novas posses, uma vez que cresceu muito o número de posseiros após o fim do regime de sesmarias em 1822. A Lei de Terras:

[...] proibia a abertura de novas posses, estabelecendo que ficavam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não fosse o de compra. Essa proibição era dirigida contra os camponeses da época aqueles que se deslocavam para áreas ainda não concedidas em sesmarias aos fazendeiros e ali abriam suas posses. Nos anos

seguintes, ficará claro o sentido dessa medida. Diante do fim previsível da escravidão, era previsível também, como aliás já o menciona a própria Lei de Terras, o advento do trabalho livre que permitisse a substituição do escravo sem destruir a economia da grande fazenda. O caminho para essa substituição estava na abertura de correntes migratórias [...]. Entretanto, a imigração não surtiria o efeito esperado se os imigrantes encontrassem no Brasil vastas áreas de terras livres que pudessem simplesmente ocupadas, como já ocorrera na primeira metade do século. A Lei de Terras transformava as terras devolutas em monopólio do Estado e Estado controlado por uma forte classe de grandes fazendeiros (MARTINS, 1990, p. 41-42).

Voltados, unicamente, aos seus interesses, manter a produção das áreas cafeeicultoras, os fazendeiros não se preocuparam, inicialmente, com as más condições a que eram submetidos os trabalhadores imigrantes, o que levou a uma situação de insatisfação por parte dos colonos e, conseqüentemente, de proibições por parte dos governos dos países de origem dos imigrantes, gerando uma retração na imigração.

A experiência das colônias de alemães de Ibicaba é um dos exemplos de problemas no trato com os imigrantes. Os trabalhadores eram contratados na condição de parceria e deveriam receber em função da colheita, que seria comprada pelo proprietário das terras. Contudo, existiam as despesas com a viagem e manutenção da família, até a negociação da colheita, que deveriam ser pagas ao fazendeiro. Assim, o ganho com a colheita não se revertia ao trabalhador imigrante, ele permanecia sempre numa situação de dívida para com o fazendeiro, sendo explorado continuamente.

Tal situação de exploração chegou ao conhecimento do governo prussiano, que promulgou, em 1859, o Rescrito de Heydt, que proibia o aliciamento de trabalhadores prussianos para o Brasil. Sobre a difícil situação vivida pelos imigrantes e a conseqüente proibição da emigração, Vainer (2000, p. 18-19) aponta que:

As duríssimas condições impostas aos imigrantes pelos contratos de parceria e a prepotência dos fazendeiros não tardariam a provocar reclamações, deserções, greves e verdadeiras revoltas. As repercussões não faltaram na Europa, graças à divulgação de relatórios de comissários consulares e às descrições da realidade das fazendas brasileiras feitas pelos que retornavam. Grande impacto obtiveram, igualmente as Memórias de um Colono no Brasil, redigidas por Thomas Davatz, protagonista de um movimento na Fazenda Ibicaba (Davatz, 1941). Na Prússia, o recrutamento de imigrantes para o Brasil foi expressamente proibido [...].

Na análise de Vainer (2000), a imigração privada não obteve êxito exatamente por não conseguir realizar a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, uma vez que os investimentos envolvidos no processo de imigração faziam com que o trabalhador estivesse vinculado ao fazendeiro; a dívida surge como o fator de vínculo, tornando-se o elemento de controle da mobilidade do trabalhador “livre”. A dívida não permitia a criação de condições para o desenvolvimento pleno do trabalho livre, não havia se assegurado, ainda, a propriedade do trabalho e dos seus resultados, o produto do trabalho, sem que houvesse a propriedade sobre o trabalhador.

Essa incapacidade de separar a propriedade do trabalho e seu produto, da propriedade do trabalhador, é evidenciada por Martins (1973, p. 54), quando destaca que “a associação entre a imigração e colonização particular não dissociava a força de trabalho do trabalhador, alimentando deste modo, na mente do fazendeiro, as concepções próprias do regime escravista”.

Entretanto, mesmo com a retração na entrada de imigrantes no Brasil entre 1850 e 1870, verifica-se que algumas medidas foram criadas para incrementar a imigração como, por exemplo, chamar a atenção para a legislação em vigor com a Lei de Terras, que mesmo restringindo o acesso a terra senão pela compra, em seu artigo 1º, abria a posse da terra a qualquer pessoa, de qualquer nacionalidade, e nos artigos 19 e 20, previa a concessão de auxílios para o desenvolvimento da colonização.

Fica evidente a tentativa de atrair imigrantes, especialmente para o trabalho nas lavouras cafeeiras, uma vez que não se restringia mais o acesso à terra a determinadas nacionalidades, como foi o caso da Provisão Régia de 1747, que proibia a entrada no Brasil de pessoas oriundas de Reinos com domínios na América, e, por ser nesse período que se agravava a questão da mão de obra em São Paulo (CELIN, 1984).

Oliveira (2008) referencia-se no trabalho de Cunha (2003)⁴² ao destacar que, apesar das proibições, a imigração alemã para o Brasil continuou, da mesma forma que os abusos dos fazendeiros que se utilizavam da mão de obra imigrante. Segundo ele, o aliciamento e embarque dos imigrantes

⁴² CUNHA, J. I. da. A Alemanha e seus imigrantes. In: CUNHA, J. I. da.; GÄRTNER, A. (Coord.). Imigração alemã no Rio Grande do Sul: história, linguagem e educação. Santa Maria: UFSM, 2003.

alemães (e das demais nacionalidades sob domínio da Prússia, como é o caso dos pomeranos) passou a ser realizado pelo porto da Antuérpia e do Havre. Após 1871, o Rescrito de Heydt refere-se a todo o Reino Alemão, entretanto, a proibição não chega a impedir a emigração para o Brasil.

A continuidade da vinda de imigrantes europeus, apesar das proibições dos Rescritos, evidencia-se quando verificamos que, no período de 1851 a 1920, no Rio Grande do Sul, foram criados 71 núcleos de colonização, ocupando uma área de 2.156.498 ha., sendo que 64% destes núcleos foram implantados antes de 1900. Em São Paulo, foram criados apenas quatorze núcleos coloniais no período de 1850 a 1889⁴³.

No Espírito Santo, o fluxo imigratório iniciado efetivamente em 1847, com a criação da colônia de Santa Isabel, também foi mantido mesmo que com algumas interrupções durante a segunda metade do século XIX e se constituiu num fator de grande transformação espacial, social e econômica da sociedade capixaba.

Celin (1984) chama a atenção para as duas maiores fases da imigração no Espírito Santo, sendo uma ocorrida por volta de 1858 e a que aconteceu na década de 1870, especialmente após a guerra Franco-Prussiana, em 1873, período considerado de maior entrada de pomeranos, sendo que, neste segundo momento, “predominaram os jornaleiros e lavradores que, em virtude das condições opressivas de existência na própria pátria, resolveram emigrar, apesar do Rescrito v.d. Heydt, e tornarem-se proprietários no Brasil” (ALVES, 1974, p. 37, *apud*, CELIN, 1984, p.114).

O croqui elaborado por Jean Roche⁴⁴ e apresentado em seu detalhado estudo “A Colonização Alemã no Espírito Santo”, realizado entre os anos de 1961 – 1962 mostra de forma clara a ocupação do território pelos núcleos coloniais a partir de 1851 tendo como ponto de partida os núcleos de Santa Isabel e Santa Leopoldina (figura 03).

⁴³ Dados apresentados por Celin (1984) a partir do estudo de Vasconcelos, H. D. de. Oscilações do movimento imigratório no Brasil. Revista de Imigração e Colonização, Rio de Janeiro, 1 (2). P. 215-17, s/d.

⁴⁴ A decisão pela utilização do croqui elaborado por Jean Roche (1963) em sua forma original e não por sua reelaboração e transformação em um mapa, se fez no sentido de manter a beleza e relevância do trabalho, uma vez que este é um dos primeiros mapeamentos da área de colonização apresentado em um estudo acadêmico. Desta forma, o considero como uma referência fundamental para se compreender o processo de instalação dos núcleos coloniais, bem como a trajetória de ocupação do território que as gerações de descendentes dos primeiros imigrantes empreenderam e que foi detalhada por Retz (2005) ao tratar da migração interna dos pomeranos no Espírito Santo.

Analisando o mapeamento realizado por Roche (1963), é possível acompanhar o processo de instalação dos núcleos coloniais no Espírito Santo, que teve início na região serrana, estendendo-se, posteriormente, para o oeste e norte do estado. Os imigrantes de origem alemã, inicialmente, povoaram a bacia dos Rios Jucu e Santa Maria da Vitória, enquanto que a imigração italiana, ocorrida depois de 1874, localizou-se, a princípio, na região de Santa Tereza e, posteriormente, expandiu-se para as regiões norte e nordeste do estado e áreas ao sul do Rio Doce, como os vales do Santa Maria do Rio Doce, o Santa Joana e o Guandu.

Assim como em outras áreas do país, a imigração para o Espírito Santo também foi incentivada através das políticas e concessões para a aquisição de terras por estrangeiros, como também pela abertura política em setores como a religião, abertura até então restrita apenas ao catolicismo e que, para incentivar a vinda e permanência dos imigrantes, adota uma postura de tolerância a outras formas de credo, uma vez que a maior parte dos imigrantes chegados até 1870 eram de origem saxônica - luteranos.

Em 1847, através de iniciativas do Governo Imperial, criou-se a colônia de Santa Isabel, considerada o marco da colonização da Província. Santa Leopoldina, a segunda colônia, foi criada em 1857. A política de povoamento e colonização, desenvolvida pelo Governo Imperial, foi o principal fator para o estabelecimento de um processo imigratório para o Espírito Santo, que diferentemente do restante do país, não necessitava de braços para substituir o trabalho escravo, mas necessitava, principalmente, de ocupar as vastas áreas ainda vazias de seu território, desenvolvendo a pequena propriedade que viria a auxiliar o crescimento da economia cafeeira.

Para Celin (1984), alguns fatores colocaram-se como estímulos para que a imigração no Espírito Santo tivesse êxito. Segundo o autor, dentre esses fatores estavam: a necessidade de constituir uma classe agrícola para atender às necessidades crescentes de alimentos no estado; medidas de financiamento e propagandas atrativas sobre a região no exterior – com a imigração subsidiada; as difíceis condições vividas nos países de origem, especialmente Alemanha e Itália, que levaram contingentes de trabalhadores a emigrar; e a

existência de vastas áreas de terras devolutas que necessitavam ser ocupadas e povoadas.

Nesse sentido, a busca pela terra que permitiria o trabalho e a manutenção da família geraria, também, o desenvolvimento da pequena propriedade e da agricultura familiar, levando, ainda, à valorização fundiária, algo desejado pelo Governo Provincial, uma vez que a implementação da agricultura de trabalho familiar integraria economicamente áreas que viviam em total isolamento sem grandes custos.

Os primeiros núcleos coloniais, Santa Isabel e Santa Leopoldina, enquadraram-se perfeitamente nessa situação e, além da produção de gêneros agrícolas para o abastecimento interno, também se integraram à economia cafeeira:

[...] no espaço montanhoso central, localizaram-se os núcleos coloniais de brancos não portugueses, como o de Santa Isabel e o de Santa Leopoldina. Desta maneira pôde o Governo Provincial, através da agricultura, incorporar espaços virgens à economia de exportação do café sem oferecer perigo à diminuta aristocracia rural cafeeira, circunscrita no vale do Itapemirim (TORRES FILHO, 1913, p. 351, *apud*, CELIN, 1984, p.103).

É com a colonização estrangeira que se realiza, no Espírito Santo, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, sendo que, no território capixaba, essa transição se deu de forma diferente de São Paulo, onde a incorporação do trabalho livre se deu como mão de obra para as lavouras de café que se desenvolviam em moldes capitalistas. Já no Espírito Santo, o trabalho livre se desenvolveu na pequena propriedade familiar, que, mesmo inserida nas formas capitalistas de produção, apresentava uma dinâmica menor quanto à acumulação de capital.

Contudo, independentemente dos interesses presentes nas políticas de colonização, é o desejo de tornar-se proprietário de sua própria terra, de voltar a ter acesso à terra de trabalho e, conseqüentemente, reconstruir a identidade camponesa e modos de vida desfeitos pelo longo período de expropriação que viveram que estimulava os imigrantes a deixar a terra de origem e a adaptar-se às diferenças e dificuldades do novo território.

2.3 A Territorialização na Terra Fria: As Primeiras Colônias Pomeranas no ES – A Terra e o Trabalho na Construção da Identidade Étnica e Social do Camponês Pomerano

Como se verificou, até meados do século XIX, o Espírito Santo foi considerado um território isolado e abandonado (uma vez que a presença indígena sempre foi desconsiderada como primeira ocupação do território), sendo então, com o processo de colonização empreendido pelo Governo da Província, a partir de 1947, que se passa a considerar efetivamente e oficialmente, a ocupação e colonização do território, com a implantação dos núcleos de imigrantes na região serrana centro-sul do estado, também denominada pelos colonos como Terra Fria.

A diferenciação das áreas de colonização em Terra Fria e Terra Quente referem-se aos termos incorporados ao cotidiano do colono a partir de sua percepção da distribuição do relevo em Terras Altas e Terras Baixas e, conseqüentemente, como a influência desta distribuição se dá na temperatura/tempo e também nas atividades das colônias, principalmente com relação à agricultura, sendo que mais tarde os termos foram incorporados oficialmente na denominação/classificação das zonas naturais do estado.

Terra Fria compõe a região inicial da colonização pomerana no Espírito Santo, localizada na área serrana, com núcleos de colonização pomerana nos vales dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória.

A Terra Quente localiza-se ao sul do rio Doce, sendo que a criação de núcleos coloniais aí ocorre em fins do século XIX e início do século XX, abrangendo os atuais municípios de Afonso Cláudio, Laranja da Terra, Itaguaçu, Itarana, Baixo Guandu e partes de Santa Teresa e de Colatina. Na Terra Quente ao norte do rio Doce, o processo migratório se deu somente após a I Guerra Mundial, na região do Alto Mutum Preto, Pancas, Laginha e Novo Brasil (figura 04).

Figura 4: Croqui de Localização da Terra Fria e Terra Quente



Fonte: Jean Roche, 1963.

Em seus estudos sobre a imigração alemã no Espírito Santo, Jean Roche dividiu o território ocupado pelas colônias alemãs em duas grandes zonas, sendo, uma ao sul e outra ao norte do vale do Rio Doce. Segundo ele, poder-se-ia classificar as áreas de colonização em:

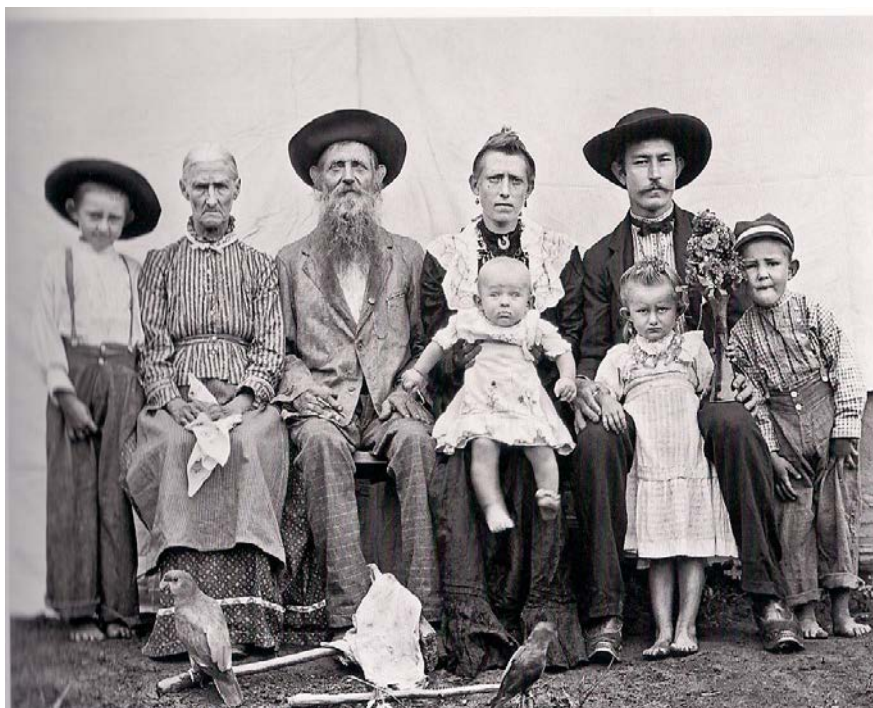
1º) zona de antigas colônias (fundadas antes da Primeira Guerra) e 2º) zona das novas colônias (abertas depois ou em vias de abrir-se em zona pioneira). Nunca encontramos, entretanto, esta denominação de ordem cronológica em qualquer dos estudos já publicados, nem tampouco nas expressões populares, todas elas do tipo: 'ao norte do Rio Doce', 'Terra Quente', 'Terra Fria', 'Mata Fria'.... São, como se vê, denominações geográficas (ROCHE, 1963, p. 13).

Como já se fez referência, o primeiro núcleo colonial com resultados positivos no Espírito Santo foi Santa Isabel, fundada em 1847 (emancipada em 1865e, sendo posteriormente denominada de Domingos Martins), com a instalação de 163 imigrantes alemães (aproximadamente 38 famílias), e, em 1857, tem-se a fundação de Santa Leopoldina, com a presença de imigrantes de várias regiões do que viria a constituir o Império Alemão⁴⁵.

A colonização iniciou-se, então, na região dos vales dos Rios Jucu e Santa Maria da Vitória, sendo os núcleos formados na região serrana, onde atualmente se localizam os municípios de Domingos Martins e Santa Leopoldina. Entretanto, verifica-se que, obedecendo aos ciclos migratórios, a partir de 1858, ocorreu uma expansão dos núcleos de colonização com a abertura de novas colônias, ainda na região de Santa Leopoldina, com a presença predominante de pomeranos (fotografias 03, 04, 05).

⁴⁵ Os primeiros imigrantes a chegarem foram os alemães, prussianos, pomeranos, hanoverianos, hunsrückers, hessenianos entre outros, situados nas montanhas, próximos de Vitória, sendo que os pomeranos se constituíram no grupo mais numeroso. Ressalta-se que a utilização do termo *imigração alemã* ou *imigrantes alemães*, por Roche (1963), refere-se de forma geral aos vários grupos étnicos que foram colocados sob o domínio territorial da Prússia. Anteriormente à Unificação Alemã em 1871, muitos imigrantes dessas áreas chegados ao Brasil eram registrados como prussianos, independente de sua origem, após a unificação, passaram a ser registrados como alemães.

Fotografia 3: Primeira Geração de Imigrantes Pomeranos no ES - (1856 a 1873)



Fonte: Kerckhoff, Schultz, Medeiros e Medeiros, 2012⁴⁶.

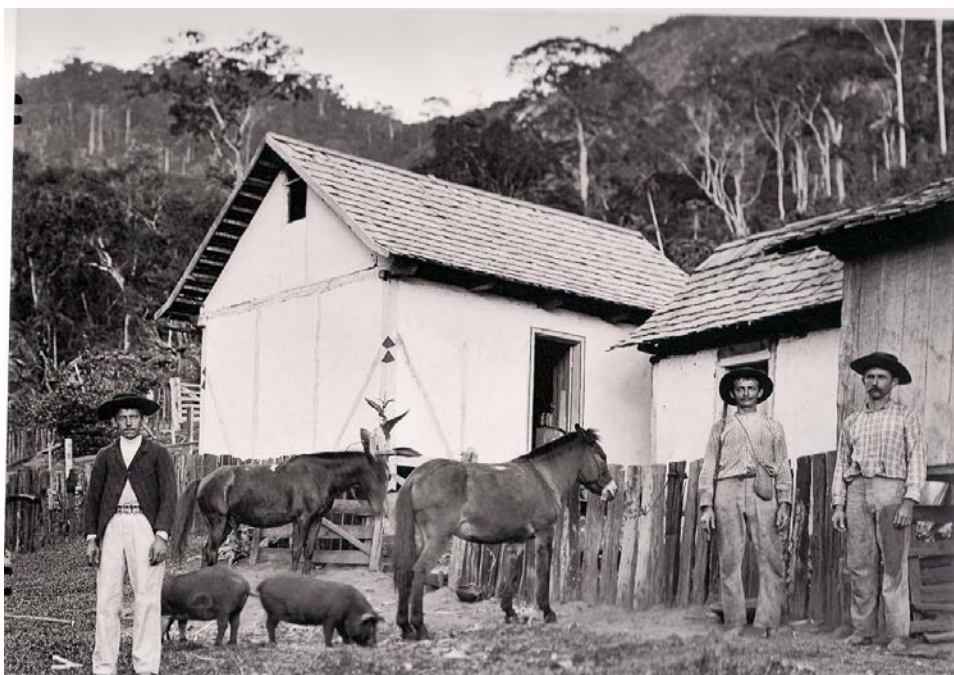
Fotografia 4: Família da 1ª Geração de Imigrantes Pomeranos no ES – (1856 a 1873)



Fonte: Kerckhoff, Schultz, Medeiros e Medeiros, 2012⁴⁷.

⁴⁶ A fotografia 03 de autoria de Ervin Kerckhoff retrata a família camponesa pomerana, no início da colonização na Terra Fria, nas primeiras décadas do século XX.

Fotografia 5: Primeiras Residências



Fonte: Kerckhoff, Schultz, Medeiros e Medeiros, 2012⁴⁸.

De acordo com Rocha (1984), a imigração para o Espírito Santo compreendeu três fases: a) 1847 a 1881; b) 1882 a 1887 e; c) 1888 a 1896. Na primeira fase, foram criadas Santa Isabel, em 1847, na região serrana centro-sul; Rio Novo em 1855, na região sul; Santa Leopoldina, em 1857 também na região centro-sul; e, em 1880, no sul do estado, o núcleo de Castelo.

A colônia de Santa Leopoldina⁴⁹ (inicialmente chamada de Santa Maria) passa a ser denominada pelos colonos de *Número Um* e o núcleo que surge próximo a ela, Jequitibá (Santa Maria de Jetibá), é chamado de *Número Dois*. Os imigrantes pomeranos que fazem parte da primeira fase de imigração e localizavam-se, principalmente, nestes dois núcleos iniciais.

Segundo Granzow (2009):

⁴⁷ A fotografia 04, produzida por Ervin Kerckhoff no início da colonização na Terra Fria, nas primeiras décadas do século XX.

⁴⁸ Trabalho fotográfico de Ervin Kerckhoff nas primeiras décadas do século XX na Terra Fria. Registrar os momentos importantes, como a residência construída e a criação de animais, representando o sucesso do camponês e a fartura propiciada pelo trabalho constituiu-se numa tradição do pomerano, especialmente no início da formação das colônias.

⁴⁹ De acordo com Bahia (2011, p. 20): Dez anos após a criação da colônia de Santa Isabel, foi fundada a colônia de Santa Leopoldina. Situada à margem direita do Rio Santa Maria, em março de 1857, recebeu 140 imigrantes, em sua maioria suíços, mas também hanoverianos, luxemburgueses, prussianos e holstenianos. Descontentes com seus contratos de parceria nas fazendas de café de Ubatuba, foram enviados, pelas autoridades centrais, para a nova colônia no Espírito Santo.

Quando perguntamos aos pomeranos no Espírito Santo de onde vieram os avós eles respondem entusiasmados: ‘*Ut Pommerland!*’ (da Pomerânia!). Se perguntamos de onde vieram os pais, respondem: ‘de Santa Maria’, ou de Jequitibá!’ As pessoas mais velhas respondem simplesmente de ‘Número Um’ ou ‘Número Dois’, pois estas foram as primeiras colonizações de famílias pomeranas. Chegaram em canoas até à importante cidadezinha de Santa Leopoldina. Lá cada um deles recebia as terras delimitadas e de lá abriam picadas pela mata para chegarem ao local das terras determinadas (GRANZOW, 2009, p. 58).

Com a chegada dos imigrantes pomeranos, a colonização no Espírito Santo (região centro-serrana e norte) ganhou força, mesmo com os imigrantes encontrando uma realidade diferente do que pregavam as propagandas do governo brasileiro difundidas na Europa. Os colonos receberam lotes (pagos após 7 anos de trabalho na terra) distando cerca de 40 quilômetros da sede da colônia de Santa Leopoldina, sem estradas, sem escolas ou postos de atendimento médico, ou seja, lotes na mata virgem⁵⁰.

Tavares dos Santos (1978) aponta que o incentivo para o desenvolvimento da colonização estrangeira se baseava em um “pensamento inovador” que surgiu entre as classes dominantes em oposição ao “pensamento conservador” dos grandes proprietários de terras e de escravos. Para o autor, o empenho para que a imigração se consolidasse não consistia apenas na escassez de mão de obra escrava disponível, mas abrangia também:

[...] tanto a vontade consciente de progresso, quanto, o que nela já está implícito, a crítica das condições sociais e econômicas da produção escravocrata. [...]; ansiava-se pela renovação das práticas de trabalho; esperava-se a libertação do espírito criador no trabalho, milagre que só o imigrante, isto é, o braço estrangeiro, livre, proprietário, e não peado pelas velhas formas de produção, ou por qualquer liame contratual limitativo poderá realizar’. Ora, o pensamento dessa fração das classes dominantes estipulava que a colonização deveria ser feita por braços livres e brancos, cristalizando também na Província a ideologia do ‘branqueamento’ do país, um dos motivos que impediram a reavaliação do homem negro após a escravidão. A colonização deveria ser feita por homens livres, proprietários e brancos (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 14-15).

Verifica-se que, no Espírito Santo, o governo, no início do processo de colonização, teve um papel consideravelmente atuante em favor dos colonos imigrantes. Cada família recebeu um lote de 120.000 braças quadradas (mais

⁵⁰Santa Isabel foi a primeira colônia de imigrantes alemães no Espírito Santo, fundada em 1847 e emancipada em 1865, sendo posteriormente denominada de Domingos Martins. Em 1957, foi fundada a colônia de Santa Leopoldina que, inicialmente, foi chamada de Santa Maria.

de 50 ha), sendo reduzidos depois para 62.500 braças quadradas (aproximadamente 25 ha), ao preço de 93 mil réis cada um. Além da terra, os auxílios constituíam-se, ainda, em uma ajuda financeira, sendo que as famílias recebiam de 24 a 59 mil réis por mês, dependendo do tamanho.

Contudo, estes auxílios estavam vinculados à propriedade da terra, ou seja, deveriam ser quitados junto ao Governo da Província num prazo de até sete anos, para que o colono fosse legalmente proprietário do lote recebido. De acordo com Retz (2005), ainda na primeira fase da imigração, acabaram todos os tipos de auxílios governamentais, o que intensificou ainda mais as dificuldades, até então presentes na baixa fertilidade do solo em Santa Leopoldina e no despreparo da província (ausência de infraestrutura) para a chegada dos imigrantes.

A distribuição dos lotes se deu de forma linear, mas longínqua uns dos outros, pois, mesmo com o povoamento agrupado tendo sido pensado, as aglomerações programadas pelas autoridades não chegaram a se desenvolver logo no início da colonização, principalmente pelas dificuldades impostas pelo relevo. A formação de aglomerações ocorreu mais tardiamente e muito mais por influência da Igreja Luterana que do governo.

A colonização e a ocupação das terras no Espírito Santo ocorreram da mesma forma que no sul do país, ou seja, os lotes foram distribuídos de acordo com as características geográficas da área, seguindo de forma alongada pelos vales e terrenos cercados de serras e a partir das picadas feitas próximas aos cursos d'água. Imediatamente a medição e entrega dos lotes, estes eram ocupados e a atividade agrícola tinha início. Para Roche (1963),

[...] a característica da zona de colonização é, portanto, o campo cultivado no sítio ocupado anteriormente por floresta, seja em clareiras na zona recentemente valorizada, seja alargada progressivamente, tanto quanto o relevo o permita, até predominar ou ocupar a quase totalidade da paisagem. O impulso pioneiro moderno elevou de 23,2%, em 1950, para 25,2%, em 1960, a proporção das terras cultivadas no conjunto do Estado. [...]. Uma última série de cifras confirmaria se fosse preciso, a importância da agricultura no gênero de vida dos colonos: a percentagem da população rural ocupada nos estabelecimentos rurais recenseados em 1960: 46,5% em Domingos Martins e Santa Leopoldina, 50,1% nas colônias da vertente sul do rio Doce, 36% em Colatina, 38% em Nova Venécia; quer isto dizer que não somente o pai e a mãe da família, mas também algumas crianças trabalham a terra (ROCHE, 1963, p. 44-45).

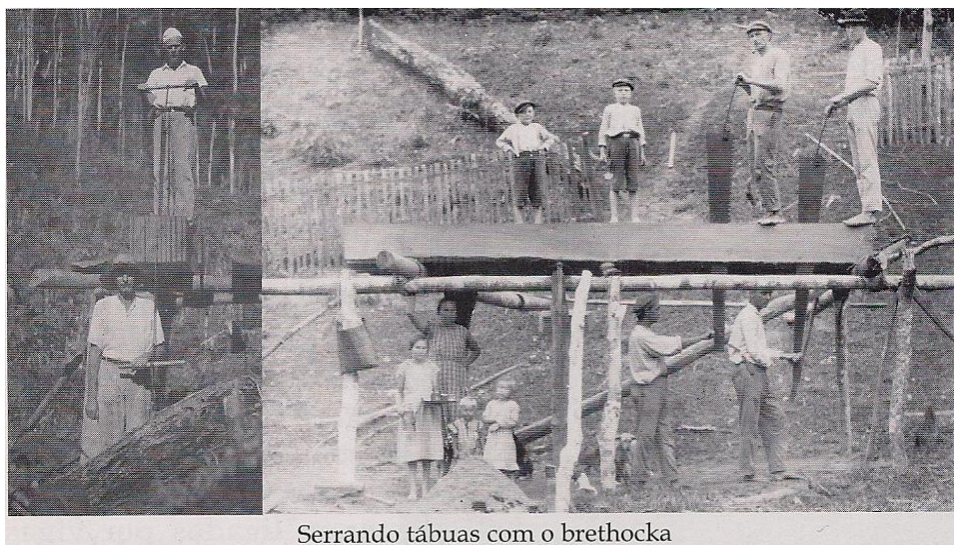
A descrição de Granzow (2009), em sua viagem de estudos pelo Espírito Santo na década de 1970, é enriquecedora por permitir compor o quadro de relações e sentimentos desenvolvidos entre o colono e a terra, mesmo diante das dificuldades enfrentadas no processo de colonização.

Os ex-diaristas, pastores de ovelhas, empregados e empregadas dos senhores feudais europeus eram tão carentes de um pedaço de terra própria, que enfrentavam os trabalhos mais rudes e duros para construir as suas primeiras moradias nos vales mais longínquos e *cada um se sentia um rei dentro de sua colônia. Quando seguimos o caminho de Laranja da Terra para Santa Maria de Jetibá passamos por vários desses 'reinados'. As casas dos colonos ficam em vales românticos, rodeados de quintais, bananeiras e palmeiras. Nos topos das montanhas íngremes ainda vimos um pouco de mata nativa e entre elas encontramos plantações de laranja e café. Por cima dos cumes das montanhas aquela névoa azulada, que novamente me lembrava as pinturas de paisagens de Caspar David Friedrich. Porém, no fundo, a vida dos colonos pomeranos não era nada romântica mas, sim, uma vida dura e impiedosa (GRANZOW, 2009, p. 58).*

De acordo com as descrições, antes de se levar a família para a colônia⁵¹, os homens se dirigiam para a área a ser ocupada e construíam uma barraca para se abrigarem, se possível, próximo a uma nascente e davam início ao plantio da roça. Depois de alguns meses, a família era levada para a nova área, para a sua colônia (*Land*) que começava a ganhar vida por meio do trabalho da família, conformando a unidade básica de produção e consumo (fotografia 06).

⁵¹ Como apontado no item 1.2 para o pomerano a colônia ou *land*, significa todo o espaço que permite a reprodução familiar através do trabalho (a terra com a lavoura, o quintal com as criações e a residência. De acordo com Martins (2010, p. 52): "A sua designação como colono já era parte de um ardid ideológico que o comprometia com a propriedade. Nos lugares de emigração da Europa, colono era a denominação de quem ia colonizar as regiões novas dos Estados Unidos ou da Austrália. No Brasil, entretanto, colono passou a ser sinônimo de empregado. Por oposição ao escravo, o colono entra na produção do café pela valorização moral do trabalho, não só porque o trabalho fosse uma virtude da liberdade, mas porque era condição da propriedade". Assim, mesmo que no Espírito Santo o contexto de colonização com imigrantes tenha sido diferente do processo de imigração voltado para a produção cafeeira de São Paulo com os imigrantes na condição de trabalhadores livres, estes também incorporaram (e ainda hoje) a concepção de colono como aquele que através do trabalho camponês coloniza novas terras.

Fotografia 6: Organização da Colônia – Abertura de Áreas na Mata



Serrando tábuas com o brethocka

Fonte: Retz, 2005.

Retz (2005) aponta que, tendo o café como cultura principal, especialmente no período inicial da colonização, por ser a principal fonte de renda, os camponeses pomeranos procuravam aumentar progressivamente a área de seu cultivo. Mas dedicavam-se, ainda, ao plantio de quase tudo quanto possível, como: banana, tubérculos, feijão, milho, mandioca, arroz, produtos considerados essenciais para a sobrevivência. Segundo Retz (2005):

O milho, no máximo, é uma exceção, servindo de objeto de troca ou de venda, quando a colheita do café é insuficiente. Em velhas colônias, nas terras já mais fracas para as culturas brancas, cultivava-se o café; nas novas colônias, predominavam, as plantas de colheita mais rápida, como o milho e o aipim. Outros produtos que também eram comercializados, mas somente quando a colônia estava situada nas imediações de uma localidade, eram a carne, toucinho, leite, legumes e frutas (RETZ, 2005, p. 21).

Buscando um maior detalhamento sobre a área cultivada e a forma de organização da produção familiar das colônias, Retz (2005) cita a descrição de Giemsa e Nauck (1978, p. 14):

O tamanho da área cultivada depende, ainda, da mão-de-obra disponível. Uma família em regra, só cultiva a área que ela mesma pode trabalhar, pois não existe na região jornaleiros. Se o cafezal, apesar disso, se torna com o tempo, grande demais, costuma-se dar uma parte e meação, tendo o meeiro de entregar ao proprietário metade da colheita que, eventualmente, consiga. Há, ainda, muitas outras razões que levam os camponeses a preferirem esse produto, objeto de comércio. O café desenvolve-se magnificamente, e suporta muito bem os longos transportes, lá inevitáveis. Além disso, as

árvores ou arbustos, depois da primeira colheita, permanecem fecundos durante muito tempo (30 a 40 anos); e, finalmente, as plantações não exigem grandes cuidados, exceto nos primeiros anos. Os cuidados culturais limitam-se, em regra, à limpeza, que se realiza três a quatro vezes no ano, às vezes ainda mais raramente, consistindo em arrancar a erva má. Não é necessário o cultivo de qualidades de café, especialmente valiosas, pois o comprador (o vendeiro) paga um preço único, sem nenhuma consideração pela qualidade. Além da colheita das bagas, o colono só tem o trabalho de secagem e de acondicionamento, ficando em regra, por conta do vendeiro, o transporte para o porto, a libertação das cascas e todo o trabalho de limpeza. Se os cafezais começam, em virtude de esgotamento do solo, a não proporcionar mais colheita suficiente, o colono compra um novo pedaço de floresta, faz a queimada e organiza um sítio com novo cafezal. Por esse meio relativamente fácil, assegura-se de bom rendimento, durante várias décadas.

A citação de Giemsa e Nauck (1978) contribui para a compreensão da forma encontrada pelos camponeses pomeranos para a recriação/resignificação de seu modo de vida, num momento em que a recriação deste e reconquista de sua identidade social e étnica dependiam da conquista e permanência na terra de trabalho, ou seja, conseguir tornar a colônia produtiva (mesmo que fosse através de parcelas de cultivo voltado para a exportação), para que o tripé *terra, família e trabalho* estivesse completo e, conseqüentemente, levasse à reafirmação de sua condição de camponês pomerano.

A respeito das formas de luta pela manutenção da unidade de produção, que pode incluir até a sujeição da produção para o mercado, e da resistência camponesa às imposições do capital, faz-se relevante a contribuição de Castro Oliveira (1998) ao dizer que:

Numa caracterização conceitual, o camponês é expresso como categoria social a partir de relações capitalistas de produção, mantendo, entretanto, os valores do modo de vida camponês, oferecendo resistência às mudanças impostas pela economia de mercado. Essa resistência se manifesta em várias esferas da vida dos grupos camponeses, como uma vivência contraditória. De um lado, sua subordinação pela apropriação do produto de seu trabalho e, de outro, a reconstrução de relações sociais dada à preservação da comunidade camponesa como comunidade utópica (CASTRO OLIVEIRA, 1998, p. 111).

Contudo, o cultivo do café como produto principal não foi, necessariamente, uma escolha do camponês imigrante, uma vez que a política de imigração e colonização do Espírito Santo pautou-se, além do povoamento

das áreas ainda desocupadas, especialmente em subsidiar o desenvolvimento de sua agricultura cafeeira ainda florescente.

Desta forma, não se pode considerar que a “escolha” do café como produto principal pelos colonos devia-se apenas à *facilidade de cultivo e rendimento*, como colocado por Giemsa e Nauck (1978), mesmo porque esse era um produto estranho aos colonos. Essa escolha deveu-se muito mais à necessidade inicial de fazer a colônia produzir para que fosse possível a legalização definitiva do acesso a terra e, assim, garantir a reconstrução do modo de vida baseado na terra de trabalho.

Sobre a necessidade de manter o acesso a terra a partir da produção desta, Tavares dos Santos (1978) ressalta que, na unidade produtiva camponesa, estão presentes, de forma combinada, a “produção dos meios de vida” e a “produção de mercadorias”, sendo que o fato de produzir mercadorias impostas pelo mercado, como é o caso do café, não faz do camponês um capitalista. Para o autor:

O camponês é a personificação da forma de produção simples de mercadorias, na qual o produtor direto detém a propriedade dos meios de produção – (terra, objeto de trabalho e outros meios de trabalho) – e trabalha com estes meios de produção. Esta combinação de elementos faz com que o camponês se apresente no mercado como vendedor dos produtos do seu trabalho, como produtor direto de mercadorias. Como produtor, venderá seus produtos para adquirir outros [...]. ‘A circulação simples da mercadoria – vender para comprar – serve de meio a um fim situado fora da circulação, a apropriação de valores-de-uso, a satisfação de necessidades’.[...] a produção camponesa realiza o ciclo mercadoria-dinheiro-mercadoria, ou seja, o processo de vender para comprar, culminando o ciclo na obtenção de valores de uso; a mercadoria é retirada da esfera da circulação e introduzida na esfera do consumo do camponês. O processo de trabalho camponês vai obedecer a essa lógica econômica (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 69-70).

Neste contexto, Castro Oliveira (1998) destaca ainda que:

A unidade econômica camponesa, na atualidade, está relacionada com o mercado capitalista de mercadorias, sofrendo a influência do capital, seja financeiro ou industrial, ou mesmo coexistindo com a agricultura sob moldes capitalista. [...]. Como se trata de uma produção voltada ao consumo doméstico (portanto produção de valores de uso), ela só assume o caráter de mercadoria a partir do momento em que a ‘troca’ aparece como necessidade interna ao grupo, ou seja, há necessidade de vender para comprar (CASTRO OLIVEIRA, 1998, p. 27).

Celin (1984) corrobora com o entendimento do cultivo do café não como escolha, mas quase como uma imposição devido às características da economia capixaba, ao afirmar que:

[...] a opção mais atraente para o imigrante acaba sendo o café. A cafeicultura aparece desde cedo como a principal atividade agrícola destes núcleos. Em 1856, apenas nove anos depois de fundada a colônia, fizeram os colonos de Santa Isabel, 1.200 alqueires de farinha de mandioca e no ano seguinte, em 1857, colheram 10 mil arrobas de café, 'independente de muitos cereais' (CELIN, 1984, p. 104).

O autor reforça sua concepção ao citar Taunay, que analisou o Relatório do Presidente da Província, Leão Veloso, de 1860, que evidenciava os aspectos positivos da produção cafeeira para o Espírito Santo:

Os grandes lucros da produção do café não só haviam dado lugar a *deslocaçãoda grande lavoura como também da pequena*; surgia verdadeira febre de plantar café...

Entendia o Presidente que a deslocação do trabalho operado no Espírito Santo da cultura da canna (*sic*) para a do café, longe de ser um mal, consistia num bem. Abria nova época a sua riqueza com tanto que os lavradores não se esquecessem de que estava nos seus interesses cultivar os cereaes (*sic*) a proporção de suas necessidades (TAUNAY, 1939, p. 302, citado por CELIN, 1984, p. 104).

A necessidade de garantir o acesso definitivo a terra através da produção das áreas coloniais (independentemente do produto cultivado) e as dificuldades enfrentadas pelos colonos para que isso se tornasse possível são apontadas pelo Pastor Retz (2005), reforçando que as facilidades para tornar a colônia produtiva e estável estiveram longe do cotidiano dos camponeses:

As reclamações eram: infertilidade do solo, falta de pagamento por serviços prestados ao Estado, que ainda descumpria as cláusulas do contrato, acrescidas das distâncias, da precariedade dos caminhos e transportes e da falta de um mercado interno. Os colonos sofreram com o isolamento e quase abandono, doenças desconhecidas, falta de médicos, medo dos índios, das cobras venenosas e dos animais selvagens, o desconhecimento da língua falada pelas pessoas que encontravam e a falta de escolas e igrejas. No entanto, não faltaram a fé e a esperança de vencer as dificuldades e constituir nova pátria (RETZ, 2005, p. 20).

Apesar dos problemas já citados e do grande isolamento e abandono que os colonos sofreram, as colônias acabaram por prosperar econômica e demograficamente. O plantio do café era a única alternativa rentável no início, já que essa era a "característica da economia capixaba: 'uma economia de subsistência aliada a uma produção mercantil – café – destinada ao mercado

mundial', o que permitiu aos imigrantes pomeranos pagar suas dívidas iniciais e tomar posse de suas terras" (ROCHA, 1984, p. 87).

De acordo com a análise de Jean Roche (1963), em 1860 os primeiros colonos já haviam conquistado uma boa estrutura em suas colônias, podendo contar com uma vida mais confortável. De acordo com as observações do autor, a população estava em amplo crescimento demográfico, o que demonstrava que a adaptação à vida no Brasil, como por exemplo, ao clima, recursos locais, produtos alimentícios e atividade agrícola, voltada para produtos comerciais, em especial o café, havia ocorrido até que muito rapidamente, apesar das dificuldades e diferenças vivenciadas nos primeiros tempos da colonização.

A adaptação a que se refere Jean Roche fortalece a análise de que a possibilidade de voltar a ter acesso a terra, de se sentir novamente camponês e, assim, recriar sua identidade social e étnica (camponês e pomerano), permitiu a territorialização dos imigrantes e a recriação do modo de vida tradicional, mesmo que este tenha sido resignificado à nova realidade espacial, pois, a terra, fundamento da vida camponesa, é que permitiria essa reconstrução e, conseqüentemente, a sua continuidade.

É nesse sentido, o da recriação e resignificação do espaço de vida, das relações que permeiam a identidade cultural e étnica do imigrante pomerano, que Jean Roche destaca a importância da religião luterana na formação dos núcleos coloniais no Espírito Santo. Segundo o autor, houve certa segregação aos protestantes por parte dos descendentes de açorianos e nacionais católicos, o que fez com que as colônias pomeranas se unissem reforçando o sentido de comunidade étnica. Para Roche (1963, p. 27):

É, aliás, a fundação de paróquias, mais ainda, a de comunidades protestantes, que serve de marco à expansão da colonização. Se os católicos, a partir de Santa Isabel, se estabeleceram em direção ao norte, na borda, portanto, da colônia, em contacto com os católicos de origem lusitana, os protestantes subiram a pouco e pouco os dois vales do Jucu [...]. Cada uma dessas comunidades tem por centro uma capela estabelecida no vale de um afluente importante do Jucu [...].

Verifica-se que, logo após a ocupação das novas áreas pelas colônias e organização inicial de seu território, com o plantio da primeira roça e instalação das famílias, era os próprios colonos que se organizavam para construção da

paróquia, fato que demonstra a importância da igreja em suas vidas e na própria organização e concepção territorial, pois a presença da Igreja Luterana, ou mesmo dos pontos de pregação, recriava o sentimento de comunidade e de pertencer a um grupo e a um território.

A característica da fundação de paróquias protestantes acompanhando a expansão dos núcleos de imigrantes pomeranos e seus descendentes, transformando o que era apenas “núcleo colonial” em “comunidades luteranas” dá ao território a conformação de bairro rural que será melhor discutido no item 3.2 do trabalho.

De acordo com Maria Isaura de Queiroz, o bairro rural pode ser definido como:

[...] um grupo de vizinhança de “habitat” disperso, mas de contornos suficientemente consistentes para dar aos habitantes a noção de lhe pertencer, levando-os a distingui-lo dos demais bairros da zona. O “sentimento de localidade” constituía elemento básico para delimitar a configuração de um bairro, tanto no espaço geográfico quanto no espaço social. Tradicionalmente, uma capela marcava o núcleo central, e a festa do padroeiro constituía um dos momentos importantes de reunião para os componentes dispersos pelas cercanias, - momento em que se afirmava a personalidade do bairro, em relação aos bairros vizinhos. Cada bairro se compunha de famílias conjugais autônomas, autárquicas, lavrando independentemente suas roças quando e como queriam. Não podiam, porém, prescindir do auxílio dos vizinhos sem grave diminuição de seus recursos, pois suas técnicas eram as mais rudimentares (QUEIROZ, 1973, p. 03-04).

No caso das comunidades protestantes, das quais fazem parte os camponeses pomeranos, mesmo que estas se diferenciem um pouco da configuração tradicional do bairro rural, por não possuir a praça e o pequeno comércio na área central da aglomeração, estão presentes todos os demais aspectos deste, como: a Igreja Luterana e escola de Confissão Luterana, a relação de vizinhança, o compadrio, a troca, os momentos de reunião nos cultos, o coro de trombones, o Conselho da Igreja e, principalmente, o sentimento de pertencer a uma comunidade, algo muito marcante nas falas dos descendentes ainda hoje.

A fala da Sra. Edna Vervloet, sobre sua participação em uma reunião de projetos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, expressa o sentimento de

pertencer a uma comunidade e a importância dada a esse pertencimento pelos seus membros:

Edna Vervloet: Esses dias eu fui para o Rio Grande do Sul levar para a Central da Igreja o conhecimento que a gente tem aqui da Saúde Alternativa, foi um encontro para que todos os projetos de trabalhos naturais da Igreja Luterana fossem apresentados, pra que todo mundo falasse como tem trabalhado. Depois eu até comentei aqui na comunidade que a gente se acha tão pequeno, mas quando a gente vai pra fora é que a gente vê o tamanho que você tem... porque nós estamos bem organizados aqui e eu senti dentro de todos os trabalhos da igreja que eu vi ... é que nós somos os mais organizados. Lá nós tivemos oportunidades de mostrar como a gente se organiza na nossa comunidade, como lidamos com os grupos, como corremos atrás de recursos. É um trabalho que é da Igreja, a raiz é da Igreja, mas não era muito conhecido na Central da Igreja.

A fala da Sra. Edna Vervloet deixa claro o quanto a Igreja é importante na vida dos descendentes pomeranos ainda hoje, ou seja, ela não se fez necessária e relevante apenas no período de formação dos núcleos de colonização, não só a Igreja Luterana é importante, mas também o fato de pertencer a uma comunidade, de estar integrado, ter laços com o grupo étnico a que pertence.

No início da colonização, as dificuldades de comunicação se colocavam não só para o estabelecimento de estruturas voltadas para o abastecimento interno das colônias (que não se constituíram de forma aglomerada) e comércio dos bens produzidos, mas também para o estabelecimento das estruturas tão caras aos colonos, como: escolas, igrejas, postos médicos, transporte e infraestrutura agrícola. Roche (1963) argumenta que:

[...]. Não se conhecem, portanto, nem feiras nem mercados, todas as trocas se efetuam por intermédio do negociante, na sua casa. [...]. A 'venda' fica, portanto, isolada por essência. Ela condiciona tão mal o povoamento que a igrejas, os templos e as capelas são raramente construídos na sua proximidade. Contudo, os colonos, muito fervorosos, logo ergueram salas de culto, multiplicaram os pontos de pregação. São avistadas de longe, devido aos campanários de silhueta pseudo-gótica, com os quais tanto luteranos como católicos creem ornamentar suas igrejas. [...]. Atrás do edifício do culto, o presbitério, geralmente habitação vasta, bem conservada, dispondo

de todo o conforto compatível com o isolamento rural. E, por vezes, em anexo, uma ou duas salas de aula ou antigas salas de aula, servindo para reuniões. [...]. E ela permanece solitária, em lugar escolhido no centro do núcleo de povoamento, uma vez que para ela concorrem os fiéis (ROCHE, 1963, p. 49-51).

Apesar da instalação das paróquias fazer parte e, de alguma forma, incentivar a expansão dos primeiros núcleos coloniais (Santa Isabel e Santa Leopoldina), constata-se, com base nos levantamentos de Roche (1963) e de Retz (2005), que a constituição das comunidades luteranas só começou a se fazer mais presente após 1870, com a chegada de novos contingentes de imigrantes pomeranos e, conseqüentemente, com a formação de novos núcleos coloniais que começaram a se expandir para as regiões ao sul do Rio Doce, o que possibilitou, efetivamente, a conformação dos bairros rurais que vão caracterizar as comunidades luteranas a partir de então.

Ressalta-se que, apesar da importância da religião luterana na vida dos pomeranos, inicialmente, estes não contaram com a presença constante de religiosos (pastores luteranos) nas proximidades dos núcleos coloniais, sendo que a iniciativa de construir salas de aula⁵² que serviam também como pontos de pregação partia dos próprios camponeses que se incubiam, também (dentre os que sabiam ler), de realizar a leitura dos hinários e de versículos da Bíblia, que eram decorados pelos demais, criando o sentido da congregação religiosa entre os colonos (Retz, 2005).

De acordo com Retz (2005), dois pastores foram enviados às primeiras áreas coloniais, um em 1858 e outro em 1859, sendo que os dois faleceram em meados do mesmo ano em que foram enviados. Entretanto, como destacado, os colonos não esperaram por ações institucionais para fundar suas comunidades e dar continuidade à recriação de seu modo de vida, intimamente ligado à religião luterana e ao convívio gerado por suas práticas e ritos, uma vez que, com o acesso à terra, já haviam iniciado sua recriação social enquanto camponeses. Era necessário dar continuidade à recriação de sua identidade étnica e a religião contribuiu fortemente para isso, pois o bom camponês deveria ser também um bom luterano. De acordo com o autor:

⁵² Ressalta-se que, no início da colonização, o ensino religioso se configurava como a única forma de escola presente nas proximidades das colônias e era realizado também por algum colono que, voluntariamente, dispunha-se a ensinar crianças e jovens.

Em 1864, por intermédio de Tschudi, um chanceler suíço, Santa Leopoldina recebeu os primeiros religiosos da Casa Missionária da Basiléia. Entremontes, algumas comunidades já haviam sido fundadas. Em 1858 surge a comunidade de Luxemburgo; em 21 de maio de 1866 foi inaugurada a igreja de Domingos Martins; em 1873 formou-se a comunidade de Califórnia, com ex-membros da comunidade de Campinho e, principalmente, de Santa Leopoldina. Em 1879 foi criada a comunidade de Santa Leopoldina II, também chamada de Jequitibá [...] (RETZ, 2005, p. 30)⁵³.

Sobre as dificuldades encontradas e a necessidade dos colonos em fundar as próprias comunidades, tanto para sentirem-se integrados territorial e identitariamente a um núcleo comum, mas também para resolverem os problemas ligados à questão da educação e demais infraestruturas, Granzow (2009), cita a entrevista realizada com o pastor Hermann Roelke, durante sua visita às comunidades:

No Espírito Santo - nas terras do Espírito Santo – tudo é santo. Com exceção dos seus habitantes, pois tudo leva o nome de algum santo: as cidades, os rios, os cemitérios, as igrejas e as capelas. Então, porque não fundar uma igreja sem ter nome santo? Como aqui não tínhamos as colonizações fechadas, como existiam no sul do Brasil – cada colono se sente como um pequeno rei em sua propriedade. [...]. Os colonos imigrantes, valentes e famintos por terras, (quase todos descendentes de pomeranos que na sua terra trabalhavam como empregados para os grandes fazendeiros) começaram a se instalar no vale de Santa Maria. Entre eles tinham também alguns imigrantes vindos de: Renânia, Hesse, Luxemburgo; holandeses e até alguns poloneses. Porém, como os pomeranos eram a grande maioria, os demais imigrantes assimilaram a cultura e religião dos pomeranos. Em 1889 fundaram na região o primeiro cemitério. Dois anos depois já tinham construído a primeira escola. Os pais queriam evitar que seus filhos crescessem como analfabetos e eram obrigados a se manter por conta própria na escola. O governo apenas assumiu essa responsabilidade bem mais tarde (GRANZOW, 2009, p. 182-183).

O camponês não vive isolado, ele necessita para além das relações que estabelece no universo do mercado e da produção, de estabelecer relações de vizinhança, de parentesco, pois são as relações de troca e reciprocidade que o definem como sujeito social que desenvolve relações diferenciadas com o seu território de vida. Bombardi (2004), em seu trabalho sobre o Bairro Reforma Agrária e o Processo de Territorialização Camponesa, chama atenção para a importância das relações desenvolvidas no universo da vida camponesa. Segundo a autora:

⁵³ As comunidades citadas fazem parte das antigas colônias Santa Isabel e Santa Leopoldina, atualmente formadas pelos municípios de Domingos Martins, Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá.

Essa teia de relações que ele estabelece não se dá 'no ar', ela acontece num espaço, tem um limite espacial. Desse modo, ela se territorializa e, portanto, tem sua expressão numa unidade em que fica perceptível uma certa 'homogeneidade' de territorialização (de uma maneira específica de construir seu 'espaço' de acordo com uma concepção semelhante, entre os camponeses, de trabalho, técnicas, meio natural, família etc. – aquilo que chamamos de determinações culturais ou étnico-culturais) (BOMBARDI, 2004, p. 283).

Para Darnton (1986), as narrativas camponesas se colocam como histórias que possuem uma permanência no tempo e expressam com muita clareza a vida cotidiana da *aldeia camponesa*. “Expressões da língua, festas, ritos e demais elementos da cultura camponesa marcam especificamente seu *ethos*, isto é, um estilo de vida próprio diante de um mundo que lhes atribui um sentido identitário”, como é o caso da religião luterana (BAHIA, 2011).

Assim, a partir do acesso a terra e do estabelecimento das primeiras comunidades luteranas é que se verifica a territorialização dos imigrantes pomeranos, territorialização essa que se efetivou através das relações desenvolvidas no território. A possibilidade de recriar práticas tradicionais de seu modo de vida original, subjugadas pelo longo processo de expropriação que viveram, permitiu a constituição de territorialidades que ultrapassaram o quadro da produção, da troca, e do consumo das coisas, mas que se manifestam também na vida cultural, religiosa e política. Para compreendê-la, é necessário “considerar aquilo que a construiu, os lugares em que ela se desenvolve e os ritmos que ela implica” (RAFFESTIN, 1993, p. 162).

É a partir do acesso a terra, pela territorialização, que se dá o processo de reconstrução e resignificação da identidade pomerana, tanto no sentido étnico como social, pois, com o longo processo de expropriação territorial vivido, já não se sentiam nem pomeranos, nem camponeses (quando do processo migratório muitos eram filhos de diaristas).

Sobre a construção da identidade e da etnicidade no contexto dos processos da colonização do território brasileiro por imigrantes, Seyferth (2005), coloca que:

[...], no período da grande imigração, formalizaram-se as identidades a partir dos respectivos pertencimentos nacionais, mas em associação com o processo de ocupação territorial. Isso significa que a diferenciação cultural em relação aos brasileiros passa pela idealização do caráter pioneiro do imigrante – elemento comum às identidades configuradas pela colonização europeia no Sul do Brasil.

Elas têm alguma coisa em comum, não compartilhada, segundo os termos de identificação, com os demais brasileiros: a categorização pelo termo, apropriada do vocabulário oficial. Tal apropriação reflete as circunstâncias da localização dos imigrantes em áreas coloniais, que produziu uma sinonímia entre imigrante e pioneiro – presente até hoje em qualquer discurso identitário, inclusive na historiografia das colônias. [...] de acordo com a legislação, os colonos e suas famílias deviam fixar residência no lote agrícola, resultando num povoamento disperso, ao longo das linhas coloniais. Daí resultou uma organização comunitária, muitas vezes envolvendo pessoas aparentadas, oriundas da mesma região, ou que emigraram na mesma leva, pertencentes à mesma religião etc. – base para a reciprocidade e a sociabilidade acionadas como elementos simbólicos da identidade pioneira, presentes em textos autobiográficos, nas histórias de cada colônia ou mesmo em depoimentos atuais de pessoas que não viveram as condições iniciais de isolamento (SEYFERTH, 2005, p. 23-24).

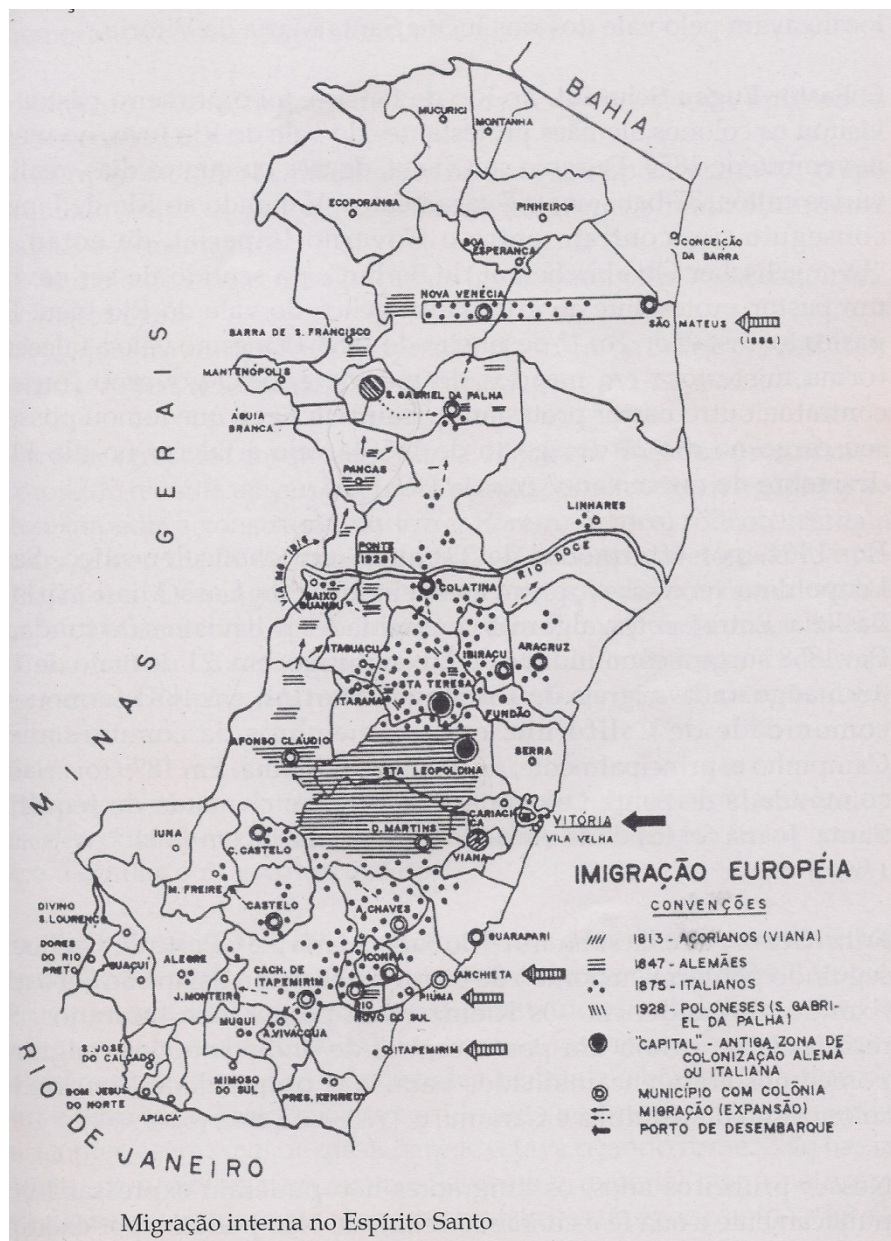
Ao se apropriar de um espaço, o sujeito social o territorializa. É nesse processo de apropriação, de territorialização, que as relações de identidade e identificação com o lugar são desenvolvidas, quando os sujeitos vão além da necessidade da apropriação de um espaço, quando produzem ali valores ligados aos seus sentimentos e a sua identidade cultural e simbólica, recriando o espaço de vida, ao qual se identificam e se sentem pertencer (Raffestin, 1993).

A necessidade de novas áreas para cultivo e o desejo de possuir um pedaço de terra para poder dividir com os filhos (2ª e 3ª gerações) e de melhores condições de reprodução social motivaram os imigrantes pomeranos a novas migrações, desta vez, adentrando o território do Espírito Santo, dando continuidade, não só ao processo de colonização, mas à expansão dos bairros rurais e das comunidades luteranas, bem como à recriação da identidade étnica e social, iniciada nas colônias mais antigas (figura 05).

Com relação à procura por novas áreas para que a família tenha a continuidade de sua reprodução social ligada a terra, Joana Bahia tomando como base os relatos e observações realizados durante sua pesquisa junto aos descendentes pomeranos na região de Santa Maria de Jetibá destaca:

Terra é uma mercadoria escassa. Quando há terras disponíveis estas não são de boa qualidade. A disponibilidade de recursos para compra é reduzida, só com o investimento de muitos anos em trabalhos complementares ou praticando a meia e o arrendamento em propriedades de terceiros é que algumas famílias entrevistadas conseguiram comprar sua própria colônia. A forma mais comum para se obter terras na maioria das vezes é através da herança (BAHIA, 2011, p. 96).

Figura 5: Croqui do Ciclo Migratório dos Descendentes de Imigrantes para a Terra Quente



Fonte: Retz, 2005.

Olindina Binow Naitzel: *Ainda naquela época, todos batalhavam pela igualdade familiar, pois os pais lutavam muito para dar um pedacinho de terra para os filhos e com o suor do trabalho a família conseguia juntar um pouco do que era necessário para o sustento. O objetivo do termo 'juntar um pouco do que era necessário para o sustento' apresenta a explicação de que todos deveriam aprender trabalhar o básico para ter o pão de cada*

*dia, pois se ninguém fosse trabalhar nós passamos fome. Naquela época o trabalho rural era a única fonte de renda*⁵⁴.

Tanto a análise dos relatos colhidos por Bahia (2011) como o relato de D. Olindina em um de seus diários são reveladores de que um dos anseios do chefe da família, depois desta já formada, consiste em poder dar um pedaço de terra para cada filho iniciar sua vida e dar continuidade à prática camponesa. O que mostra de forma bastante clara a relação intrínseca entre terra, trabalho e família, elementos indissociáveis ao se analisar o modo de vida camponês.

O processo de migração interna ocorreu no sentido sul-norte, ou seja, primeiramente para as regiões da Terra Quente ao sul do Rio Doce e depois para a Terra Quente ao norte do Rio Doce, iniciando a territorialização pomerana em Pancas.

A busca por novas áreas, por terras férteis, que representavam a possibilidade de continuidade das práticas de produção e reprodução social dos camponeses pomeranos dava ao território, num primeiro momento, um significado físico, um sentido de fonte de recursos.

Entretanto, para Godelier (1984), depois que a necessidade de encontrar um espaço que possibilita a sobrevivência, a reprodução social, a sociedade ou grupo começa a tecer relações simbólicas com o espaço, a partir de relações de identidade e pertencimento com o território, definindo-se a produção do mesmo.

⁵⁴ O primeiro contato com D. Olindina ocorreu em junho de 2012, sendo que durante os encontros preferiu sempre manter uma conversa informal optando para que os registros de suas impressões fossem feitas através da transcrição de seus diários pessoais, que gentilmente cedeu para integrar e documentar a pesquisa. D. Olindina tem o hábito de registrar tanto os momentos vividos por sua família, como as histórias sobre os costumes pomeranos que lhes foram transmitidas pelos seus antepassados e conhecidos, bem como os acontecimentos vivenciados pela comunidade pomerana de Pancas e Laginha, áreas integrantes dos Pontões Capixabas. Além do registro das memórias e dos fatos vividos pela comunidade pomerana, D. Olindina faz ainda o registro de suas orações na língua alemã e pomerana e de desenhos representativos dos aspectos da cultura e do modo de vida pomerano.

Capítulo III
A TERRITORIALIZAÇÃO POMERANA NA TERRA
QUENTE/PANCAS



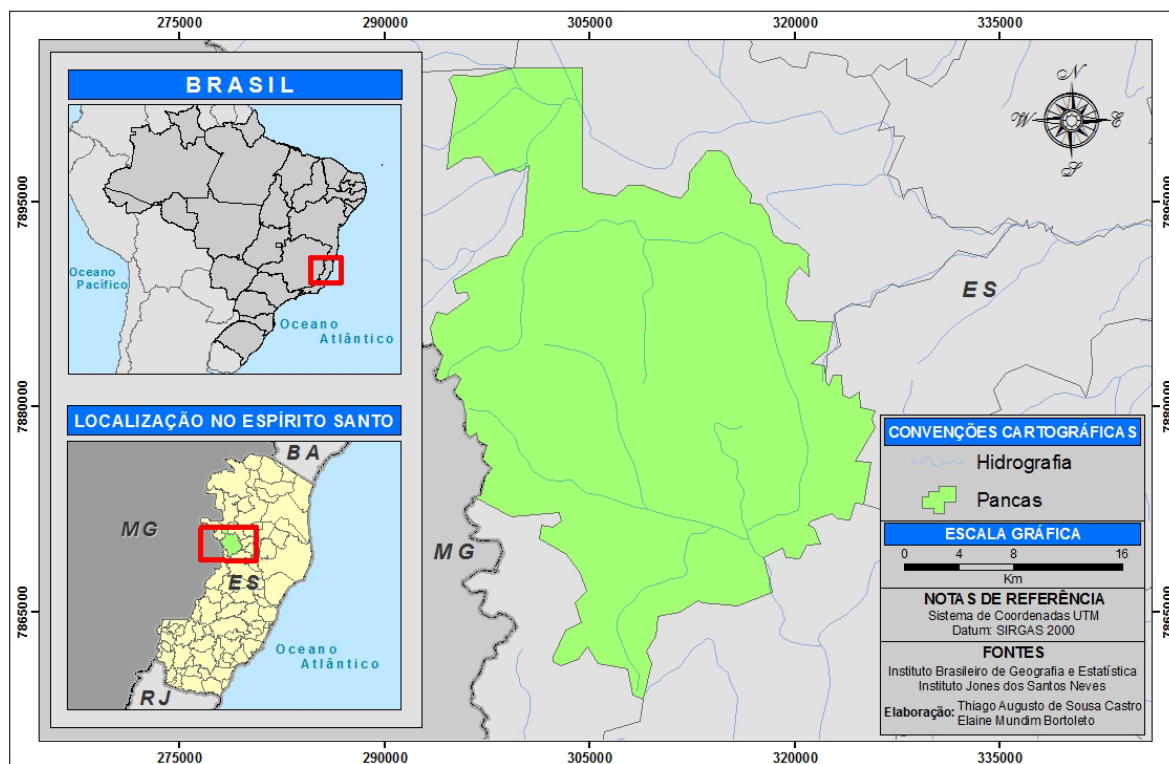
Autor: Arleida Lemke Tesch, 2015.

3.1 A Busca pela Terra de Trabalho e a Manutenção da Campesinidade na Terra Quente/Pontões Capixabas

No início se precisou ocupar, então se desmatou mais do que devia, mas depois o povo foi se conscientizando de que precisava restaurar de novo, foi pela conscientização do povo na forma do ensinamento. Meus pais sempre falavam que tinha que deixar a mata, pra ajudar a gente, pra ter uma madeira, pros bichos terem lugar, pra quando precisasse fazer uma casa, pra quando fosse necessário fazer uma derrubada nova... isso a gente aprendeu! Mamãe sempre falou que era preciso ter uma mata, que nunca podia cortar tudo (Edna Vervloet).

O município de Pancas localiza-se no noroeste do Espírito Santo, distando de Vitória (capital) cerca de 190 Km. Sua geomorfologia é extremamente variada, com uma grande quantidade de Pontões ou Pães - de - Açúcar (com até 900 metros de altura) e fundos encaixados de vales (na média do nível do mar) (mapa 07).

Mapa 7: Localização do Município de Pancas - ES



Entre esses pontões, localizam-se as 396 pequenas propriedades de trabalho familiar da comunidade camponesa pomerana⁵⁵ (estão dentro da área de abrangência da Unidade de Conservação dos Pontões Capixabas) que migrou para essa região a partir de 1930, contribuindo para a efetivação do processo de ocupação e colonização iniciado em 1857 e, conseqüentemente, para a formação sócio espacial de Pancas (fotografia 07 e 08).

Fotografia 7: Vista dos Vales dos Pontões Capixabas



Autor: Elaine Mundim Bortoleto, 2005.

⁵⁵Nessas 396 pequenas propriedades vivem 583 famílias, totalizando 2.112 moradores.

Fotografia 8: Vista dos Vales dos Pontões Capixabas e sede do Município de Pancas



Autor: Elaine Mundim Bortoleto, 2005.

A história da colonização e ocupação da região de Pancas está intimamente ligada à colonização do norte do estado do Espírito Santo, uma região tomada por mata fechada (Mata Atlântica), povoada por índios Boruns, também chamados de Botocudos, identificados como a Tribo do Pancas e que viviam na área conhecida como Aldeamento, localizada cerca de 12 quilômetros de distância do Panquinhas, Comunidade do Palmital (MONTEIRO, 2002).

Ressalta-se, porém, que, desde 1857, ocorreram tentativas de ocupação das terras ao Norte do Rio Doce, a princípio, através da colonização de imigrantes alemães e italianos. Esta primeira ocupação se localizou em São Silvano, mas foi dizimada pelos ataques dos índios e pela febre empaludismo, ficando a região por um longo período sem tentativas de ocupação (RETZ, 2005).

Celin (1984) chama atenção para o movimento das correntes migratórias no vale do Rio Doce, sendo que uma, no período dos donatários, se

movimentou do litoral para o interior e a outra, tendo Colatina como polo, iniciou-se por volta de 1920 e seguiu para o norte e noroeste do estado. Segundo o autor:

O rio Doce foi antes que um meio, um obstáculo, detendo temporariamente a marcha do povoamento e servindo também como defesa natural das terras indígenas. Os indígenas, a quem são imputadas as maiores dificuldades para a conquista dessa área não chegaram a representar, na verdade, um obstáculo intransponível. Foram um obstáculo enquanto eram numericamente superiores aos brancos [...] (CELIN, 1984, p. 123).

Walter A. Egler (1951, p. 224) chama atenção para o fato de os indígenas além de não serem considerados um obstáculo para a ocupação do norte e noroeste do estado, que “[...] sempre que um grupo mais ou menos numeroso de civilizados penetrava no domínio dos índios estes recuavam sem grandes resistências”.

Com uma migração bastante tímida, até o ano de 1925 o norte do Rio Doce era praticamente desabitado, situação que muda com a conclusão da construção da Ponte Florentino Avidos, em 1928, sobre o Rio Doce, em Colatina-ES, fato que contribuiu expressivamente para a colonização da região. Segundo Retz (2005, p. 58):

Com essa ponte, a região teve o acesso facilitado e muitos migrantes começaram a habitar em Pancas - ES. Com a travessia fácil para o Norte, começou a se intensificar a extração da madeira e mais tarde ainda o cultivo do café contribuiria intensamente para o desmatamento e povoação da região. Os madeireiros avançaram sempre mais para o norte, abrindo estradas rumo a Pancas, São Domingos, São Gabriel da palha, Água Branca (RETZ, 2005, p. 58).

A conclusão da construção da Ponte Florentino Ávidos possibilitou, ainda, a chegada dos descendentes de imigrantes, o que contribuiu efetivamente para o desenvolvimento do povoamento, sendo que, por volta de 1930, o município de Pancas recebeu o maior número de imigrantes pomeranos.

Porém, descrever o processo de colonização de Pancas-ES, impulsionado com a chegada dos imigrantes europeus, em especial os pomeranos, faz-se necessário ressaltar que as tentativas de ocupação e colonização das áreas próximas ao Vale do Rio Doce geraram efeitos que atingiram diretamente os primeiros habitantes da região, os indígenas, em

especial os Boruns ou Botocudos, que passaram por processo intenso de dizimação ao longo do período colonial.

Segundo Barbosa (2013, p. 54), “Ambos os povos, indígenas e imigrantes, passaram por processos de territorialização e desterritorialização, cujo pano de fundo embrionário está afeito às questões econômicas envolvidas no processo de desenvolvimento regional”. Com base no trabalho de Monteiro (2002), verifica-se que:

A região compreendida entre o rio de Contas (BA) e o rio Doce (MG/ES) conformou uma área de intenso trânsito de populações indígenas, de indefinição fundiária e alvo de frentes econômicas. No século XVIII essa mesma região foi decretada pelo governo colonial como uma “zona tampão” separando as áreas de extração de ouro do litoral e do acesso indiscriminado a essas regiões de minas. Para as capitanias de Porto Seguro, Ilhéus e Espírito Santo, cujos territórios ficaram parcialmente interditados, a decretação de uma zona de isolamento reduziu as possibilidades de sua inserção nas rotas comerciais, um reordenamento territorial e uma área de refúgio para as populações indígenas preservada legalmente (MONTEIRO, 2002, p. 02).

A abertura dessa “zona tampão” à colonização no século XIX (devido ao declínio do ciclo do ouro) não teve sucesso, de início, devido a fatores como: inadaptação dos colonos (principalmente estrangeiros) ao clima, a infestação de doenças tropicais, o desconhecimento das peculiaridades regionais, a ausência de incentivo por parte do governo provincial e as dificuldades de comunicação e escoamento dos produtos.

Algumas tentativas realizadas para implantação de colônias nacionais e militares para a ocupação do rio Doce acabaram por acentuar o confronto com grupos indígenas considerados “arredios” e mesmo com os que mantinham contatos esporádicos com os grupos nacionais. Tentando reduzir os conflitos e liberar terras para a expansão das atividades agrícolas e pastoris, buscou-se aumentar os esforços para promover aldeamentos para os grupos indígenas.

Monteiro (2002) afirma que o aldeamento do Mutum (região do Município de Pancas), organizado pelo frei Bento de Bubbio, fazia parte das tentativas de favorecer a ocupação do vale do rio Doce,

[...] transformando os indígenas em cidadãos úteis [sic] através do trabalho e da catequese. Em 1869, o aldeamento dispunha de 3 mil braças quadradas de terras cultivadas com feijão, mandioca, cana, milho e bananas, onde também eram criados porcos e galinhas. Havia um moinho para o milho e um engenho, casas para os índios aldeados que trabalhavam regularmente e uma capela em

construção. O aldeamento recebia ainda a visita freqüente de vários grupos indígenas 'nômades', genericamente conhecidos por Botocudos. O objetivo era aldear 1500 índios 'que vagavam pelas matas do rio Doce, repartidos em malocas inimigas umas das outras'. O maior obstáculo ao sucesso da iniciativa era apontado, pelos missionários, como sendo os fazendeiros locais que procuravam desviar os índios do aldeamento para usá-los como mão-de-obra barata em serviços particulares em troca de bebida alcoólica e bugigangas (MONTEIRO, 2002, p. 03-04).

Verifica-se que a preocupação em "aldear" os índios do norte da Província do Espírito Santo não se pautava na proteção e manutenção de boas condições de vida para os indígenas, mas sim na necessidade de proteção dos interesses de uso e exploração do espaço, estando diretamente relacionada à boa qualidade das terras, definidas como devolutas em sua quase totalidade, uma vez que, na margem direita do rio Doce, havia apenas algumas poucas sesmarias concedidas e pequenas posses.

Já as terras da margem esquerda (onde se localiza o município de Pancas) "eram descritas como de rica vegetação, onde predominavam os terrenos devolutos, conformando uma região inteira a explorar e a povoar, desde que fossem 'domesticados' os grupos indígenas que ali viviam" (MONTEIRO, 2002, p.04).

A regularização fundiária apresentava-se como fator essencial para o desenvolvimento da agricultura, e a garantia do acesso às terras, tanto para colonos nacionais como para os estrangeiros⁵⁶, contribuiria, também, para a solução da "questão indígena", considerada um impedimento aos interesses econômicos ligados à ocupação da área. Contudo, a falta de investimentos acabou por levar à extinção dos aldeamentos, sendo que o do Mutum subsistiu até os primeiros anos do século XX, em precárias condições e com um grupo de índios aldeados bastante reduzido e em estado de pobreza extrema.

No ano de 1934, com a ocupação se efetivando, os índios foram quase todos dizimados pela *febre palustre* e os que restaram, cerca de vinte e seis, foram também transferidos para a aldeia dos Krenak, em Minas Gerais (MONTEIRO, 2002).

⁵⁶ Dada a baixa densidade demográfica, o Espírito Santo persistia nos seus esforços de criar colônias para estrangeiros, em particular ao norte do rio Doce. Além de uma colônia para americanos do Alabama instalada no rio Guandu em 1877, outras duas colônias para atrair italianos foram implementadas em São Mateus e Nova Venécia nas duas décadas subsequentes.

Ao se buscar compreender o processo de ocupação e colonização das áreas próximas ao Vale do Rio Doce, como a região de Pancas, constata-se que, como em toda área que passou por processo de colonização, os primeiros habitantes da região, os indígenas, são sempre considerados como o entrave ao desenvolvimento, sofrendo os impactos mais diretos, quando não, sendo totalmente exterminados.

É nesse contexto que ocorreu a chegada de grupos de imigrantes ao Norte do estado, em sua maioria pomeranos, o que possibilitou o surgimento dos primeiros núcleos populacionais com base na agricultura familiar, dando continuidade ao processo de ocupação e colonização da região norte do rio Doce pretendido pelo Estado (até então sem sucesso efetivo), pautado pela necessidade de controle do território e pelos interesses econômicos. De acordo com Celin (1984),

Sem contar com a disponibilidade de correntes migratórias internas, o Espírito Santo, contou, principalmente, com os imigrantes europeus para a ocupação das terras além do rio Doce. Estes vieram alargando a frente agrícola iniciada na região serrana, atingindo no início do século os afluentes da margem direita daquele rio. Por essa época (1906-8), a estrada de ferro Vitória-Minas Gerais atingia essa região, servindo sobremodo para a valorização e incorporação dessas terras. Nessa região, as terras são de modo geral, férteis e húmidas, adaptando-se portanto, à cultura do café, assim como à de cana-de-açúcar, do feijão e do milho. As densas florestas dessa área foram, a princípio, um sério obstáculo. [...]. Mas, com o correr do tempo, a própria necessidade de terras para o cultivo, a exploração de recursos vegetais e a chegada das estradas foi viabilizando a incorporação dessas terras [...] (CELIN, 1984, p. 124).

O esgotamento das terras ao sul do estado, atrelado ao crescimento da população, deu início a um processo de alargamento da fronteira agrícola para o norte propiciando o segundo momento da colonização.

Esse novo momento da colonização do território capixaba, realizada a partir da 2ª e 3ª gerações de imigrantes, deve ser entendido mais como frente de expansão do que como frente pioneira, como colocado nos estudos de José de Souza Martins, de certa forma, os colonos serviram para o alargamento da fronteira agrícola e para o enfrentamento com os indígenas (apesar de existirem poucos relatos de conflitos entre os indígenas e descendentes dos imigrantes, mas sim do recuo dos indígenas para áreas não ocupadas), além de realizarem ocupação e transformação da região aos interesses da economia

exportadora que objetivava manter o cultivo do café também nas pequenas propriedades ao norte do rio Doce.

Martins (2009) chama a atenção para o entendimento da fronteira como uma história que traz, em seu movimento, a destruição, mas também a resistência, a revolta, a luta, o sonho e a esperança que moldam as vidas daqueles que integram essa história. Segundo o autor:

A frente de expansão também é expansão de relações mercantis. Mas uma concepção inversa à da expansão da produção propriamente capitalista. As relações que na história da fronteira no Brasil têm precedido o avanço da frente pioneira propriamente dita não se caracterizam pela ação do empreendedor que expande a reprodução capitalista do capital no *território novo*. Antes, sua ação é no sentido de estender as relações mercantis além dos limites do território propriamente incorporado na reprodução capitalista do capital. Há um limite além do qual não é possível extrair renda *capitalista* da terra. Provavelmente por isso, os territórios sobre os quais se move a frente de expansão são claramente marcados pela ausência da propriedade fundiária moderna [...]. Se na frente pioneira a racionalidade econômica e a constituição formal e institucional das mediações políticas estão visivelmente presentes em todos os lugares e momentos, já na frente de expansão é notório o predomínio dos valores sociais, das crenças, do imaginário na formação, definição e sustentação dos vínculos sociais (MARTINS, 2009, p.157-162 - Grifos do autor).

A partir do ano de 1914, chegaram também à região de Pancas os posseiros, procedentes de Minas Gerais, à procura de terras férteis que permitissem o cultivo do café. Os migrantes mineiros trouxeram, junto a seus costumes, a forma de trabalhar a terra e o modo de plantar e cultivar o café, ou seja, formas de ocupação e exploração do espaço já cristalizadas na grande propriedade e que viam na cafeicultura a única forma de uso da terra. De acordo com Retz (2005), citam-se Sebastião Cândido Barbosa (conhecido como Sebastião Laurindo) e Sebastião Luiz de Souza como os primeiros migrantes que depois de adquirirem algumas áreas para lotear se dedicaram à formação de um povoado.

É por volta de 1918 que o Município de Pancas recebe o primeiro grupo de camponeses pomeranos (3ª geração), fruto do ciclo migratório empreendido por estes e seus antepassados que vinham da Terra Fria em direção ao Norte do Rio Doce na busca pelas terras férteis da chamada Terra Quente (Pancas, Laginha, Alto Mutum Preto e Novo Brasil). Estes imigrantes pomeranos

fundaram o distrito de Laginha, que se destaca na região pela intensa preservação dos costumes e tradições pomeranas.

Inicialmente dividiram as áreas em lotes e começaram a trabalhar a terra e formar a colônia ainda como posseiros, posteriormente tiveram as terras formalmente demarcadas e registradas, passando a realizar o pagamento do lote como relata o sr Geraldino Romais.

Geraldino Romais: Primeiro era feito a posse, depois eles registravam a terra, isso era feito em Colatina e também em Barra do São Francisco... não lembro quanto tempo levava, mas depois ficava no nome da pessoa. Aqui sempre foi certo as medições... não foi como nas primeiras colônias com o pessoal sendo enganado como contavam. Meu pai contava que a medição era feita com a corrente, talvez pulava um pouco, não media tão certo como é hoje moderno, mas pouca coisa.

Ressalta-se que o fato dos descendentes de pomeranos estarem se tornando proprietários nas áreas ao norte do rio Doce, juntamente à forma diferenciada de conceber o uso da terra, apesar de também se dedicarem ao cultivo do café, pois buscavam ainda a produção de outros gêneros agrícolas, foi motivo de muita perseguição por parte dos fazendeiros mineiros, que não viam com bons olhos a ocupação das terras por famílias camponesas, uma vez que ambicionavam o uso destas apenas para a expansão de sua produção de café (RETZ, 2005).

Edna Vervloet: Meus bisavós chegaram em Santa Leopoldina, no sul, na Terra Fria, eram da família Ewald e Borchardt, os avós já vieram do sul aqui pra Pancas, era o Carlos Borchardt e por parte de mãe o José Ewald. A dificuldade deles foi muito grande pra chegar aqui, porque não tinham ponte pra ultrapassar o Rio Doce, então tinham subir por cima (Minas Gerais/Aimorés) por Santo Antonio e Pedra Lorena... lá eles foram procurando um lugar melhor pra passar no Rio Doce e conseguiram atravessar e foram descobrindo aqui e foram descendo para esses altos de Pancas. Nesse período tinha a perseguição dos fazendeiros de Minas Gerais com os capangas que iam empurrando pra cá pro ES. Meus avós

moravam na barra do Panquinhas (rio), os Borchardt e os Ewald. A família do meu marido é Vervloet e também chegaram nessa região.

*Meus avós tiveram um sofrimento muito grande, porque quando minha avó teve o primeiro filho, meu avô teve que se retirar para enfrentar o exército e ela ficou sozinha... tinha muita perseguição por conta dos fazendeiros... tinha muita revolta na época contra os alemães que estavam vindo... quando nasceu o segundo filho em 1930, que era o meu pai, o meu avô já havia voltado... quando meu pai nasceu começou a revolução de 1930. Acho que quando meu avô teve que se retirar já era por conta da revolução... eles chegaram aqui por volta de 1925, a ocupação dessa área foi entre 1925 a 1930... a fundação da Igreja Luterana aqui foi em 1928. Quando meu pai nasceu começou esse conflito forte e os homens tiveram que correr e se esconder nas montanhas... era a captura⁵⁷....minha avó teve que juntar a trouxa dela, enrolar o neném e mesmo de resguardo se esconder com o neném nos altos das pedras, nas locas. A captura era uma perseguição de homens [espécie de milícia dos latifundiários mineiros conhecidos como *bate paus*], como se fossem da polícia, não sei se eram, eles vinham atrás dos homens aqui pra prender... tinha muita perseguição por parte dos fazendeiros de Minas Gerais com raiva dos alemães que estavam conseguindo terras.*

Geraldino Romais: A captura era tipo uma polícia... eu era menino, mas meu pai contava que tinha um camarada aqui que pegou um capado aqui e levou lá pra Pancas e aí veio um captura e apertou ele e ele respondeu: 'eu sou trabalhador...olha minhas mãos' e mostrou as mãos... o captura respondeu: 'é de tanto puxar cabresto!'... queria dizer que ele era ladrão de burro... passava aperto... castigavam as pessoas... meu tio Ernesto mesmo... um dia tava cortando estrada porque não tinha estrada boa e aí passou o captura pegou o enxadãozinho e jogou no Panquinhas (rio)... maltratavam, batiam nos outros, de qualquer maneira era difícil.

⁵⁷ A *captura* foi um movimento de perseguição aos imigrantes, especialmente os de origem alemã, que aconteceu no Espírito Santo no período da 2ª Guerra Mundial. A justificativa para essa perseguição era a busca por estrangeiros simpatizantes do regime nazista. Entretanto, nas memórias dos descendentes pomeranos mais idosos, fica claro que a perseguição sofrida também se dava por conta das terras adquiridas pelos imigrantes e que interessavam aos latifundiários mineiros. O documentário "*Bate Paus*", de Jorge Kuster Jacob, retrata o movimento da *captura* no norte do Espírito Santo.

Elaine: *Era uma polícia legítima ou jagunços a mando dos fazendeiros mineiros?*

Geraldino Romais: *Eu não sei bem não... eles consideravam legítima, mas era muito brava, quando falavam neles todo mundo já ficava com medo. Eu fugi pra mata com minha avó quando era pequeno, foi por causa da revolução... outro dia até sonhei com isso!*

A fala transcrita evidencia as dificuldades vivenciadas no processo de ocupação das áreas ao norte do rio Doce, sendo ressaltada, principalmente, a perseguição sofrida pelos descendentes de pomeranos, assim como pelos indígenas, considerados como entraves aos interesses capitalistas dos fazendeiros mineiros.

Chama a atenção a riqueza de detalhes transmitida na fala da Sra. Edna e Sr. Geraldino, pertencentes a 4ª geração, do que se pode concluir que as experiências de vida dos antepassados foram sendo transmitidas tradicionalmente através das gerações e se colocam hoje tão vívidas como foram no momento em que ocorreram, reforçando o pertencimento étnico e a valorização da conquista da terra.

Nesse processo de transferência da Terra Fria para a Terra Quente, a família pomerana recomeçava a organização do espaço que iria ocupar, novamente do nada, ou seja, tinham que derrubar a mata, limpar a área, plantar o roçado, construir a casa, abrir picadas etc. Como estavam isolados no interior e devido às perseguições sofridas acabaram se fechando em relações apenas entre o grupo, condição que acabou sendo considerada (de forma infundada) uma característica do modo de vida do pomerano no Espírito Santo, sendo que a alternativa encontrada para sobreviverem foi a recriação de uma forma de organização coletiva utilizada na Pomerânia, os *juntamentz* (mutirões). Retz, (2005) esclarece que:

Essa prática já vem com esse povo desde a sua origem na Pomerânia, durante as épocas difíceis, no período da colheita da batatinha, do trigo, da beterraba, os pomeranos se organizavam em mutirões para as colheitas. Além da colheita, o mutirão também era feito para a abertura de estradas e para a defesa do território. Quando alguém matava um porco, por exemplo, era comum que cada um dos vizinhos recebesse um pedaço de carne; essa tradição se

mantém até hoje nos redutos de colonização pomerana, mesmo em menor escala. No Espírito Santo, o mutirão ocorreu na abertura das picadas para adentrar na mata e, no momento da localização se juntavam para edificar as duas primeiras construções da comunidade, que eram: a igreja e a escola. (RETZ, 2005, p. 23).

A Sra. Olindina Binow Naitzel, moradora de Laginha e também pertencente à 4ª geração, em seus diários sobre a vida e as histórias dos pomeranos, relata como se deu a organização inicial da colônia adquirida por seu pai na Terra Quente, pouco antes de se casar:

Olindina Binow Naitzel: Meu pai, Emílio Binow, informou aos pais que pretendia se casar e seu pai aprovou o casamento, sugerindo comprar um terreno, pois queria que seu filho morasse ali perto. Porém, só conseguiu adquirir um terreno bom, mais longe, em Laranja da Terra, onde os recém-casados iriam começar uma vida a dois. Era bem longe, pois viajava a cavalo durante dois dias para chegar até lá. Eu me lembro de que ele contava que na propriedade não havia casa para morar. Contou também que havia ganhado de seus pais um cobertor de pena, um travesseiro, um lençol, um colchão de palha e algumas panelas. Sozinho, morou numa barraca bem velha. Com o passar do tempo, com muita paciência, mandou serrar algumas tábuas para a construção de sua casa. Ele gostava muito de contar fatos de sua vida. Certa vez, falou [...] que a carne era salgada para poder conservar. Quando chovia, eram quinze a vinte dias de chuvas seguidas. [...] os companheiros contratados para serrar a madeira eram dispensados [...]. Quando estiava, os homens voltavam ao trabalho. Ele e os quatro companheiros moravam juntos no barraco velho e como não tinham cama, eles mesmos tiveram a ideia de improvisar colchões e travesseiros enchendo sacos vazios com palha desfiada. Meu pai era o cozinheiro e também lavava as panelas do almoço e as roupas de passeio. Lembro-me que mamãe contou que as calças do papai, que ele mesmo lavava, ficavam de pé num cantinho do quarto dele de tão duras porque não usava sabão⁵⁸.

Tendo o café como cultura principal, especialmente no período inicial da colonização, por ser a principal fonte de renda, os camponeses pomeranos

⁵⁸ Uma amostra dos diários de D. Olindina será apresentada no anexo 03.

procuravam aumentar progressivamente a área de cultivo do café. A extensão da área cultivada dependia da mão de obra disponível, uma vez que o trabalho era realizado pelo camponês e sua família. Plantava-se apenas o que a família tinha condições de cuidar, já que não existiam “jornaleiros” na região. Caso a área de cultivo do café se ampliasse muito, não sendo possível o trabalho apenas da família camponesa, realizava-se a meação, tendo o meeiro que entregar parte da produção conseguida.

Quando se trata das especificidades e valores que compõem a vida camponesa, faz-se importante citar a análise de Marques (2008^a, p. 51-52) sobre a concepção de Chayanov (1974) a respeito da organização da unidade de produção camponesa, que teria como objetivo a satisfação das necessidades da família, que se dá de acordo com o balanço trabalho-consumo, ou seja, a relação entre a força de trabalho familiar disponível e o seu número total de dependentes, ou seja, "o volume da atividade depende totalmente do número de consumidores e de maneira nenhuma do número de trabalhadores" (CHAYANOV, 1974, p. 81). Marques (1994) aponta ainda que:

O acesso à terra é condição fundamental para a existência do modo de vida camponês. É pelo acesso direto às suas condições de trabalho que o camponês pode assegurar o seu modo específico de organização da produção, um trabalho baseado na mão-de-obra familiar e que visa em primeiro lugar a reprodução do grupo doméstico. Por outro lado, a posse da terra permite a unidade entre produção e consumo, moradia e trabalho. A relação do camponês com a terra, da mesma forma que a sua organização da produção, não obedece à lógica capitalista. Para este produtor a posse da terra representa o controle sobre o processo de trabalho e as vantagens que daí decorrem, como sua relativa autonomia frente às pressões da economia capitalista. Para ele, a terra é mais do que um meio de produção, ela incorpora o significado do processo de trabalho e sua inscrição no cotidiano familiar (MARQUES, 1994, p.89).

A sua capacidade para se ajustar às novas situações impostas pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura também se baseia nessa relação, ou seja, resulta da possibilidade de definição de um novo equilíbrio na relação entre suas necessidades e sua capacidade de trabalho, agora mediada por uma relação com o mercado. Castro Oliveira (1998) afirma que, junto às relações capitalistas de produção, confronta-se a própria concepção de propriedade camponesa e de terra, que é entendida como terra de trabalho e, portanto, oposta à noção de mercadoria.

[...], a terra de cultivo e morada se opões às relações de mercado enquanto estrutura básica, oferecendo resistência à lógica capitalista de acumulação. O que não quer dizer que, enquanto unidade de produção\consumo às trocas, esteja alheia as trocas mercantis, mas que as desenvolve a partir das necessidades e perspectivas do grupo doméstico. Através dessa negação do valor de mercado, mostra a existência de uma racionalidade que se estabelece a partir de uma sociabilidade, de um direito, de uma moral, que negam os princípios capitalistas de produtividade, de rentabilidade que valorizam o capital. Ao contrário, o cálculo econômico no sentido de um empreendimento familiar busca a valorização do trabalho como categoria estrutural das relações de produção (CASTRO OLIVEIRA, 1998, p. 114).

Nesse sentido, a busca por mais terra nas novas áreas de colonização se justificava pela necessidade de ter acesso a terra de trabalho onde pudessem dar continuidade a recriação/resignificação da identidade camponesa pomerana iniciada pelos seus antepassados ao se territorializarem no Espírito Santo, pois, enfrentar as dificuldades que o desbravamento de novas áreas impunham apenas para concentração de terra não fazia parte dos propósitos dos camponeses e de seu modo de vida. Retz (2005) corrobora com a análise ao colocar que:

As famílias, em geral, tinham muitos filhos – necessários para o próprio trabalho – e a terra que possuíam não era suficiente para repartir. O pai geralmente queria migrar para aumentar a propriedade a fim de poder dar um pedaço de terra para cada filho. Acontecia, às vezes, de nem toda a família migrar; apenas comprava terra em áreas pioneiras para dar aos filhos. As famílias tinham 10, 12 ou mais filhos; mas estes, cedo, deixavam a casa paterna e constituíam sua própria família. Com a vinda das novas gerações, as propriedades foram sendo subdivididas entre os descendentes, no processo de passagem da terra pela herança. Os imigrantes viam no desbravamento de regiões ainda intactas uma saída para o problema da falta de terra. Cada pai de família se esforçava por obter terra nova e boa para seus filhos; [...]. Entretanto, não seria possível que, não sendo por necessidade, houvesse um deslocamento para enfrentar novamente as dificuldades já enfrentadas antes, só por uma questão de atração por mais espaço, por terra virgem (RETZ, 2005, p. 27).

O relato do Sr. Geraldino Romais ao me explicar a trajetória de seus antepassados até chegarem na região dos Pontões Capixabas revela o quanto era importante a busca por terras que permitissem a continuidade da campesinidade, que conseqüentemente permitiria manter também a identidade ainda em processo de construção.

Geraldino Romais: *Meu avô, Max Romais, já nasceu aqui no Brasil, nasceu em Santa Leopoldina, depois eles foram pra Santa Joana (sul do Rio*

Doce), perto do Córrego Farinha.... depois que ele casou com minha avó, Maria Velma, ele foi morar em Resplendor (Minas Gerais), bem perto do Rio Doce... Ele ficou sabendo que aqui pra esses lados tinha terra de projeto pra ocupar e então veio pra cá, acho que foi 1910... não 1917... não tenho muita certeza... Ele demarcou a área de terra daqui da Pedra Agulha até a Pedra do Camelo, no Feixo de Pedras. A data que tenho certeza é que foi na casa que ele construiu que foi celebrado o primeiro culto evangélico luterano na região...

Sobre o uso das terras, Roche (1963) destaca que havia duas fisionomias na paisagem, uma com a plantação de cafeeiros e outra com a presença da *lavoura branca* composta de milho, feijão preto, batata inglesa e mandioca. As roças de milho, feijão e mandioca, evidenciam a presença de uma lavoura voltada para suprir, inicialmente, as necessidades da família, o que demonstra que, por mais que o café se colocasse como produto principal, vinculado aos projetos de colonização do Espírito Santo, a terra não era ocupada por ele em toda sua extensão, o que ocorre ainda hoje nas colônias.

Geraldino Romais: *No passado era mais farto... chovia muito, a terra era dividida em três partes, um ano plantava o milho num lugar, no outro ano noutro lugar e no terceiro ano no outro e então voltava. O milho era o principal produto... enchia o paiol de milho... e tinha muito porco, tinha galinha, tinha os ovos... vendia a carne e os ovos no mercado e comprava o que precisava... querosene, trigo... era uma vida de muita fartura! E as coisas vêm modificando e hoje em dia é muito difícil... pra plantar milho só irrigando...*

Olindina Binow Naizel: *O trabalho na vargem era muito difícil, mas como não tinha outra solução era necessário naquela época trabalhar na roça para ter comida na mesa. Este tipo de comida na mesa era a própria colheita, pois era muito raro comprar algo de sustento nas vendas. Ainda naquela época o povo valorizava bastante seu pedaço de terra, pois podia ter muitas variedades de comidas, por exemplo: tinha carne de qualquer espécie, leite, banha e fubá para fazer brote [...]. O produto mais*

necessário comprar na venda era o sal. Nós vivíamos com os produtos que plantávamos na nossa terra.

O colono e sua família ao acuparem a terra exploravam praticamente toda a unidade de produção, o que correspondia a 89,4% da área total do estabelecimento segundo dados do recenseamento de 1920 (Celin, 1984). O autor destaca que, juntamente à produção exportável, havia significativa produção para autoconsumo. Segundo José Teixeira de Oliveira (1975),

O Espírito Santo, portanto, ainda apresenta estrutura econômica idêntica a dos países novos; isto é, a produção doméstica se liga, estreitamente, àquela destinada à exploração, a economia familiar se entrelaça com a mundial. Observa-se a falta, quase absoluta, do estágio intermediário, a produção para o mercado local e, por conseguinte, do circuito econômico interno (OLIVEIRA, 1975, *apud*, CELIN, 1984, p. 145).

Para os colonos, o milho se colocava como produto de grande importância, utilizado para a produção de pães de consumo doméstico e para a alimentação dos animais.

Em sua viagem de estudos pelas colônias alemãs do Espírito Santo, relatada em seu belo trabalho de 1910, agora traduzido e publicado pelo Arquivo Público do Espírito Santo, Hugo Wernicke também verificou a presença de cultivos voltados ao consumo interno entre a lavoura de café.

Em suas observações sobre o uso da terra pelas colônias ao sul do Rio Doce (2ª geração), Wernicke (1910; 2013) ressalta:

cultiva-se sobretudo o café. Sua colheita é tão abundante que os colonos progrediram bem mais rápido que em suas propriedades anteriores na comarca de Santa Leopoldina, embora aqui a arroba do café não alcance o preço de lá. [...]. Por outro lado, o colono daqui acaba superando a vantagem não muito grande de seus companheiros de profissão da região fronteira, à medida que em função do calor maior o café aqui amadurece mais rápido. O pé fica logo carregado com os grãos maduros e negros. [...]. Desse modo, a colheita termina bem mais rápido restando tempo ao labrador para os trabalhos agrícolas ligados ao cultivo de gêneros alimentícios.

A produção de milho aqui é magnífica, e todos os frutos que crescem na colônia defronte crescem aqui com mais exuberância, de modo que o gado, sobretudo o porco sempre tão útil, acaba se alimentando muito melhor. Nas terras úmidas vemos muitos campos de arroz, cujo produto é de ótima qualidade.

Apesar da utilização de parte da unidade de produção com produtos de consumo interno, de acordo com Celin (1984), o que fazia do café o produto predominante, além da imposição econômica do setor de exportação, era a ausência de mercado local que propiciasse o desenvolvimento de uma agricultura diversificada.

No momento da ocupação das terras, os camponeses pomeranos (homens) dirigiam-se sozinhos para a área para o desmatamento de uma clareira onde construíam uma cabana para instalar a família, que a partir de então passavam a fazer parte do processo de organização da colônia e preparo da terra, pois, “o trabalho camponês é, por excelência, o trabalho familiar, a família é um trabalhador coletivo” (BOMBARDI, 2004, p. 208).

Como ressaltado por Woortmann (1997) o sítio, no nosso caso a colônia, é tanto o local do trabalho como o resultado deste. Assim, esse período inicial, o trabalho na colônia seguia algumas etapas: depois de derrubada a mata onde iria ser feita a roça, a área era queimada; caso fosse preciso, deixava-se a capoeira crescer para uma nova derrubada e queima. Na sequência, plantava-se a roça que podia ser milho, banana, mandioca, inhame, legumes e outros produtos de produção mais rápida e que garantiriam as necessidades da família. Num momento seguinte, quando o solo já estava preparado depois das primeiras roças, iniciava-se o plantio do café.

O plantio do café é relatado detalhadamente por D. Olindina Binow Naitzel em um de seus diários, demonstrando não só a presença do trabalho familiar na base da organização da colônia como o saber camponês no trato com a terra:

Olindina Binow Naitzel: Como o povo começou a plantar café? Foi tudo plantado com muda lavada [...] era arrancada do chão, lavavam as mudas, cortavam as raízes curtinho para plantar e crescer raízes novas. Na época era tudo terra nova, se plantava a muda com uma cavadeira entre os paus que com o tempo apodrecia. [...] custava no mínimo três anos para a primeira colheita. Como o povo colhia o café? Era colhido de grão em grão. As mulheres amarravam um avental, pegavam as duas pontas da saia do avental para fazer o embornal. O homem pegava o embornal de pano para colher o café. E secava no terreiro de chão, depois de seco era tudo

socado no pilão. Era vendido por quilos ou arrobas e o povo passava com isto. De quilos passou para sacos. Depois da lavoura formada a colheita era diferente porque o café era todo “ruado”. É tirado o cisco debaixo dos pés de café e jogado no meio da carreira de café. Fazia os montes de cisco e cobria com terra para não se espalhar logo, quando o café estivesse maduro era “derriado” para o chão e juntava tudo com um rastelo em montes. Era tudo abanado com uma peneira. Enchia lonas de três alqueires e carregava tudo nas costas pro terreiro pra secar [...]. Quando estava quase seco tinha que ser lavado todo o café. Era cavado um buraco no canto do terreiro e enchia de água com panelas ou lata de querosene, carregava longe a água. Quando chegava com a segunda viagem de água, a primeira já tinha secado, custava encher o poço pra lavar o café. Como o povo sofria, porque era tudo lavado de madrugada com a lua clara ou com lamparina de querosene. Cada família colhia o seu café com muita luta e força de vontade, espalhando o café e mexendo quatro ou cinco vezes por dia, iam longe na roça a pé e mais tarde tinham que vir embora para juntar o café no monte e tampar com folha de banana para não molhar quando chovia. Nós ainda passamos por isto também, por isso eu posso contar essa história que é real.

O relato de D Olindina deixa claro saber que Ihe foi transmitido ainda quando criança e comum a todas as famílias camponesas. Saber esse de domínio do pai, o chefe da família e, portanto, quem possui o conhecimento não só sobre o trato com a terra, mas sobre toda a organização da colônia, incluindo aí quintal, casa e família.

É o pai quem lidera o trabalho e decide quando os filhos irão começar a participar das atividades do processo produtivo. Geralmente essa participação é considerada como ajuda, já que é o chefe da família quem executa o trabalho considerado mais pesado. Segundo Woortmann (1997):

O homem define a ‘direção porque o pai de família é socialmente concebido como possuidor do conhecimento necessário para a realização da produção. Esse conhecimento é condição própria da posição de pai de família, que repousa não somente na posse da terra – ele é também o *dono* -, mas igualmente no saber que a torna terra de trabalho. Outros homens adultos – e freqüentemente também mulheres – conhecem perfeitamente todas as etapas do processo produtivo, seja na lavoura, seja no criatório do gado. Mas o pai de

família é como que o 'dono' do saber, componente da hierarquia familiar (WOORTMANN, 1997, p. 38).

No caso dos pomeranos, com a dificuldade de frequentar a escola regular no início do processo de colonização, era muito comum que as crianças já brincassem com miniaturas de ferramentas de trabalho e a partir dos sete anos de idade começassem a ajudar nas tarefas mais leves, frequentando apenas o ensino religioso. Atualmente é mais comum que os adolescentes ajudem nas atividades agrícolas mais em épocas de colheita e sempre pós o período escolar (fotografia 09 e 10).

Fotografia 9: Criança Pomerana com Enxada de Brinquedo



Fonte: Projeto Território do Brincar – Renata Meirelles.

Fotografia 10: Berço de Rodas para levar Crianças Pequenas para a Roça

Fonte: Projeto Território do Brincar - Renata Meirelles.

Olindina Binow Naitzel: Geni Naitzel nasceu no dia 21 de agosto de 1968 em minha casa, depois de dez meses eu já levava a pequena Geni pra roça e colocava-a dentro de uma bacia enorme com um colchão de palha, pois, só tinha esta solução. Certa vez lembro que a Geni estava chorando na roça no exato momento em que nós estávamos trabalhando em uma derrubada e então mandei meu filho Idimar cuidar da Geni e quando falei com Idimar pra dar a chupeta na boca da Geni, ele respondeu pra mim assim: “Eu não posso mamãe porque as minhas mãos estão tudo preto de carvão”. Simplesmente o Idimar tinha apenas cinco anos de idade. O motivo das mãos estarem sujas de carvão é porque ele gostava de estar perto de nós e também não gostava de cuidar da pequena Geni

Tavares dos Santos (1978) também ressalta a importância do pai como chefe da família e autoridade dentro do processo produtivo, contudo chama atenção para o fato da família camponesa ser um trabalhador coletivo e, o que implicaria em decisões do grupo sobre o processo de trabalho.

Contudo, entre os pomeranos isso só ocorre quando o chefe da família fica adoentado ou muito idoso e, portanto, incapaz de gerir o trabalho na colônia, o que o faz transferir a responsabilidade para o filho mais velho que

passa ser o chefe da família até constituir a sua própria família e deixar a colônia, uma vez que na tradição pomerana é o filho mais novo quem herda as terras dos pais.

Entende-se que a força de trabalho da família é condição fundamental para a produção camponesa, é a família quem gera as demais relações de produção como o trabalho acessório, a meação, ajuda mútua ou o assalariamento quando necessário.

Adélia Litckow Lienaus⁵⁹: quando não tem trabalho na roça faço faxina na casa de conhecidos e também trabalho com manicure e arrumo cabelo... vou atender em toda a vizinhança... primeiro faxino a minha casa depois a casa da minha mãe.... levanto as 5:00 horas da manhã... depois se não tenho que ajudar na roça vou trabalhar aqui na vizinhança... é mais um ganho... uma ajuda.

A família camponesa busca satisfazer suas necessidades, independentemente de estar inserida no mercado e de muitas vezes ter que produzir de acordo com suas imposições. Entretanto, seja produzindo diretamente para seu consumo, ou produzindo para adquirir o que precisa, M-D-M é a fórmula que representa a produção camponesa, uma vez que esta produz para consumir o que necessita, ao contrário da produção capitalista, representada por D-M-D', que busca a acumulação (BOMBARDI, 2004).

A análise de Oliveira (1991) é extremamente elucidativa sobre as diferenças entre o movimento da produção capitalista e da produção camponesa:

Na produção capitalista temos para definir seu movimento a fórmula D-M-D na sua versão simples e D-M-D' na sua versão normal, ampliada portanto. Enquanto na produção camponesa estamos diante do movimento expresso na fórmula M-D-M. Por conseguinte, a lógica da produção camponesa está assentada na forma simples da circulação de mercadorias, onde se tem a conversão da mercadoria em dinheiro e a conversão do dinheiro em mercadoria, ou seja, vender para comprar... Portanto, no ciclo M-D-M, a quantia de dinheiro que se obtém através da venda de uma mercadoria, vai ser consumida pela compra de outra mercadoria, em geral não produzida. Isso vale dizer que, nessa circulação, o dispêndio de dinheiro não guarda relação nenhuma com seu refluxo. O contrário

⁵⁹ Entrevista realizada em janeiro de 2015.

ocorre com a fórmula D-M-D em que o refluxo do dinheiro está condicionado pela forma como foi Gasto. Se isso não acontecer, o processo não se completa e interrompe-se o ciclo da circulação capitalista (OLIVEIRA, 1991, p. 53-54).

A fala a seguir apresenta, com riqueza de detalhes, a forma de utilização da terra e como se dava o trabalho da família camponesa na colônia, evidenciando como este é repleto de saber e que é sobre ele que se constrói a família que tem a terra como patrimônio a ser cuidado e valorizado como uma dádiva e não como mercadoria (WOORTMAN, 1990):

Edna Vervloet: No passado não mexia muito com o café conilon, era mais o café arábica. Pra fazer o plantio da roça branca tinha a capoeira, então a gente deixava uma área descansar por uns dois anos, eram os piquetes, então em um ano fazia em um... depois no outro ano trocava. A gente limpava uma área, queimava... porque a cinza era boa pra adubar, então, fazia o cultivo e tinha aquela colheita! Porque a terra era boa! Por isso que dava coisas boas!

Na roça branca plantava a mangarita (tipo de taioba), a taioba mesmo, o inhame... tudo também pra tratar de porco e galinha... os pés de taioba tinham um metro e meio de altura.... inhame, feijão, taioba e milho eram coisas do consumo bruto e tinha muita riqueza de consumo bruto, até hoje o povo faz assim... Então, no ano seguinte a primeira área ficava isolada e a gente ia pra segunda área, depois ia pra terceira área... só depois voltava pra primeira. Sempre era preservado e também pra ter uma boa utilidade, assim a terra descansava, reflorestava e criava um solo fértil que não precisava usar adubo nenhum. Então as matas grandes ficavam preservadas.

O cultivo mais forte já era o café, mas era o café arábica.... só que não era tanto como hoje. No passado a gente só comprava sal, o querosene, o trigo e a roupa. Remédio era raro comprar porque o povo tinha todo um conhecimento caseiro...

A forma de utilização da terra pelos camponeses pomeranos mostra claramente o sentido desta como sendo a terra de trabalho que permite a sobrevivência da família e a continuidade de sua campesinidade. Ao buscarem

por novas áreas, buscavam a continuidade de um modo de ser pautado no trabalho da família sobre a terra:

O acesso a terra é condição fundamental para a existência do modo de vida camponês. É pelo acesso direto às suas condições de trabalho que o camponês pode assegurar o seu modo específico de organização da produção, um trabalho baseado na mão-de-obra familiar e que visa em primeiro lugar a reprodução do grupo doméstico. Por outro lado, a posse da terra permite a unidade entre produção e consumo, moradia e trabalho. A relação do camponês com a terra, da mesma forma que a sua organização da produção, não obedece à lógica capitalista. Para este produtor a posse da terra representa o controle sobre o processo de trabalho e as vantagens que daí decorrem, como sua relativa autonomia frente às pressões da economia capitalista. Para ele, a terra é mais do que um meio de produção, ela incorpora o significado do processo de trabalho e sua inscrição no cotidiano familiar (MARQUES, 1994, p. 89).

A concepção da terra de trabalho como a possibilidade de continuidade, não só do modo de vida, mas, principalmente, da existência da família, não se fez presente apenas entre os imigrantes da 1ª geração na busca por sua reconstrução identitária, mas permaneceu presente no imaginário das 2ª e 3ª gerações, durante a procura por novas áreas para se territorializarem, persistindo na manutenção da condição camponesa e contestando a expropriação advinda da escassez de terras, bem como, ainda se fez presente nas gerações seguintes que mantêm, ainda hoje, uma relação de identidade com o seu território:

O movimento camponês pressupõe um estado de contestação. Os ideais e as práticas contestantes são relevantes à medida em que constituem uma interpretação divergente da ordem estabelecida, ou do 'novo' que desestrutura as relações existentes. São comportamentos incorporados aos indivíduos como forma de resistência, podendo se desdobrar em movimentos mais amplos, criando novas condutas que pressupõe linguagem, rituais e práticas inovadoras (muitas vezes no sentido da reinvenção), elaborando uma visão utópica na qual se protege do presente e prevê o futuro. O restabelecimento da unidade grupal, muitas vezes buscada num plano simbólico, permite ordenar as práticas dos indivíduos perante o enfrentamento com a sociedade, revelando uma nova coesão dada a partir de uma situação de conflito (CASTRO OLIVEIRA, 1998, p. 74).

Nesse contexto, Shanin (1979) afirma que, quando o camponês resiste e contesta as transformações vindas da sociedade dominante, na verdade, está contestando e buscando defender sua própria existência:

Uma posición de clase es básicamente una interrelación social, una interrelación de conflicto com otras clases y grupos. Fuera de estas interrelaciones, una clase deja de existir. Sin embargo, 'em vista de

que la producción del agricultor es esencial y, al nivel más bajo, suficiente para la existencia humana, el trabajo del agricultor es necesario para la existencia de la sociedad; pero la existencia de la sociedad en conjunto no es necesaria en la misma medida para la existencia del agricultor' (Galeski, 1963, p. 49). *Los campesinos ló demuestran retirándose del mercado em situaciones de crisis y, em verdad, as veces emplean conscientemente esta capacidad como médio de ejercicio de la presón política* (SHANIN, 1979, p. 228)

Ainda sobre a persistência e luta dos camponeses em se manter na terra que lhes garante o trabalho e continuidade da família e de seu modo de vida tradicional, Oliveira (2007) afirma que:

É em decorrência deste conjunto de razões, que teimosamente os camponeses lutam no Brasil em duas frentes, uma para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários, e em outra frente, lutam para permanecerem na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não lhes têm considerado em suas políticas públicas. É por isso que a luta pela terra desenvolvida pelos camponeses no Brasil, é uma luta específica, moderna, característica particular do século XX. Este século passado, foi um século por excelência da formação e consolidação do campesinato brasileiro enquanto classe social. É por isso, que este camponês não é um camponês que na terra, entrava o desenvolvimento das forças produtivas impedindo, portanto, o desenvolvimento do capitalismo no campo. Ao contrário, ele praticamente nunca teve acesso à terra, é pois, um desterrado, um sem terra que luta para conseguir o acesso a terra. É no interior destas contradições que tem surgidos os movimentos sócio-territoriais de luta pela terra, e com ela os conflitos, a violência (OLIVEIRA, 2007, p. 135).

É nesse sentido que a busca pela terra, empreendida pela 2ª e 3ª geração de camponeses pomeranos ou luta pela sua manutenção, pela 4ª, 5ª e 6ª geração, pode ser entendida como a *travessia* discutida por Castro Oliveira (1998), como um enfretamento constante das mudanças e transformações impostas aos camponeses e que poderiam levar ao seu fim, a *travessia* os conduz a sua própria reinvenção, a sua continuidade enquanto sujeito e classe social.

3.2 A Vida e o Trabalho nas Colônias - Aspectos Tradicionais do Modo de Vida do Camponês Pomerano na Terra Quente

Para os pomeranos, a terra é condição de sua existência e o planejamento conjunto é habitual em suas vidas. O preparo do solo é feito com uso de enxadas e as colheitas são manuais. A língua nativa, falada somente no Brasil, acompanha a “lida” nas lavouras e o café com *mijchabroud*, (pão pomerano), herança de tempos difíceis que marca a história de luta pela sobrevivência deste povo.

Como apontado no item 2.3., a constituição dos núcleos coloniais nas áreas da Terra Fria foi acompanhada pela formação das comunidades luteranas, processo que ocorreu com intensidade na ocupação das áreas da Terra Quente, uma vez que essa se deu em dois momentos, o que permitiu a presença um pouco mais próxima dos pastores que já atendiam nas comunidades da Terra Quente ao sul do rio Doce.

O bairro rural constitui-se na unidade espacial básica dos camponeses pomeranos, sendo conformado pelo grupo de vizinhança (unidade social) que se compunha, quase sempre, de membros da família, mas, também, de famílias que seguiram juntas durante o processo de migração e criaram laços de amizade e compadrio⁶⁰. Para Antônio Cândido (1964), o bairro rural,

é a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podem estar próximas umas das outras sugerindo por vezes um esboço de povoado ralo; e podem estar de tal modo afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega. [...]. Mas além de determinado território, o bairro se caracteriza por um segundo elemento, o *sentimento de localidade* existente nos seus moradores, e cuja formação depende não apenas da posição geográfica, mas também do intercâmbio entre as famílias e as pessoas [...] (CÂNDIDO, 1964, p. 81-84).

No caso estudado, a constituição da comunidade (unidade espacial e social do camponês pomerano), entendida como bairro rural, esteve

⁶⁰ Além dos laços de amizade e de compadrio verifiquei nos trabalhos e campo que as famílias acabaram formando laços familiares através dos casamentos, uma vez que ainda hoje é muito comum os casamentos apenas entre os membros da comunidade pomerana.

intimamente ligada à Igreja Luterana, que buscou “manter” os aspectos étnicos e culturais entre os imigrantes de origem pomerana e alemã, reforçando a análise de Antonio Candido sobre o papel de “disciplinador coletivo” da comunidade, neste caso, principalmente os ligados à religião luterana e língua alemã.

De acordo com Marques (1994):

A comunidade corresponde a uma maior concentração de casas e também conserva o nome da data da qual se originou. Ela desempenha o papel de centro ou ponto de convergência para os camponeses da área. A sede da *comunidade* constitui um povoado. Nela se realizam atividades coletivas e são mantidos e reforçados os laços entre as famílias. Neste espaço encontram-se elementos como o campo de futebol, a venda, a sede da associação de produtores e a capela que, além dos serviços religiosos, também pode abrigar a realização de outras reuniões de interesse da coletividade (MARQUES, 1994, p. 82 ; *Grifos da autora*).

Maria Isaura Pereira de Queiroz, ao analisar os estudos de Antonio Cândido, afirma que foi este autor quem melhor discutiu as condições específicas que determinam a existência do bairro rural, pois evidenciou a fragilidade da ideia de isolamento dos caipiras, uma vez que, independentemente de cada família viver em suas terras; não estavam isolados, mas sim faziam parte de uma “organização de vizinhança”, o “bairro rural”, uma unidade espacial e social.

[...] este sentimento de localidade era primordial na vida caipira, determinando a configuração do grupo, tanto no espaço geográfico quanto no espaço social. Cada “bairro” se compunha de famílias conjugais autônomas, autárquicas, lavrando independentemente suas roças quando e como queriam, isto é, cada bairro se compunha de famílias de sitiantes, tais como os havia definido Nice Lecocq Müller; centralizado por uma capela e uma vendinha, servia este núcleo de centro de reunião para a vizinhança dispersa. Configuração intermediária entre a família, de um lado, e de outro lado o arraial, ou a vila, ou a cidadezinha, o bairro apresenta as formas mais elementares de sociabilidade da vida rústica (QUEIROZ, 1973, p. 12-13).

No caso da comunidade camponesa pomerana, o bairro rural se organizou com as colônias dispersas umas das outras, entretanto, não fez parte da configuração inicial deste a venda. Já a igreja e a escola de ensino religioso ainda se colocam como o pólo de atração de cada comunidade, uma vez que é para elas que se dirigem os camponeses, seja para os cultos, para o

coro de trombones, para as festas ou para as reuniões do Conselho da Igreja Luterana e agora para as reuniões a respeito da questão fundiária que vivenciam no Monumento Natural.

As comunidades luteranas foram definidas de acordo com a instalação das famílias e constituição do bairro rural, lembrando que, no início da ocupação do território dos Pontões Capixabas, as famílias foram se instalando na proximidade dos rios e as dificuldades de locomoção levaram os camponeses à construção de uma igreja em cada bairro. Assim, a comunidade pomerana dos Pontões Capixabas se subdivide em seis comunidades, sendo: Panquinhas, São Bento, Lajinha, Pedra Bonita, Floresta e Vila Nova.

Salienta-se que no início da formação das colônias, estas se apresentavam mais distantes umas das outras que atualmente, sendo que nos relatos fica nítido a questão das grandes distâncias entre um vizinho e outro ou mesmo para se chegar em Pancas quando das necessidades médicas. Atualmente, as propriedades foram bastante fragmentadas entre os membros da família, o que faz com que a vizinhança tenha se ampliado consideravelmente, além da melhoria das estradas e dos meios de transportes, o que também encurtou as distâncias entre as colônias e comunidades.

Contudo, independentemente da configuração apresentada pelo bairro rural, a comunidade camponesa pomerana sempre manteve fortes relações de reciprocidade entre seus membros mesmo com as dificuldades do início da constituição das colônias na Terra Quente:

Edna Vervloet: ... mesmo no meio do sofrimento a gente vivia... a gente saía, ia na casa do vizinho em noite de lua clara pra brincar... brincava de pique, de esconder... tinha as rodas de noivado e de namorados, passa anel... tinha muita coisa! Então, não podemos falar só de sofrimento, tinha muita coisa boa também, muita coisa de alegria! Tinha muito baile... baile até durante a semana! O sofrimento a gente distraía no meio das brincadeiras!"

Olindina Binow Naitzel: Quando nossa família era convidada para um casamento, por sorte nós sempre ganhávamos roupa nova para ir as festas...

O relato das interlocutoras mostra claramente que a configuração do bairro, com as colônias afastadas umas das outras, não influenciou no sentimento de localidade existente nos membros da comunidade pomerana, pois, estes mantiveram o “intercâmbio” o que acredito que se deu também pela necessidade de manutenção da identidade étnica e social.

Um aspecto ligado às relações de reciprocidade que chama bastante atenção entre os pomeranos é com relação ao hábito de trocar aquilo que possui em excesso em casa ou mesmo de presentear os vizinhos. Em sua pesquisa sobre a Cultura Pomerana, Jorge Kuster Jacob constatou várias relações de reciprocidade entre vizinhos das comunidades de Vila Pavão.

Quando um vizinho carneava um porco ou um boi, todo vizinho ganhava o seu ‘Stuck Fleisch’ (pedaço de carne), para ser consumido no mesmo dia, pois raramente possuíam geladeira para guardá-la. Essa atitude era muito comum entre eles em tempos mais remotos. Hoje ela ainda existe, mas em escala muito inferior. Em Vila Pavão, por exemplo, a dona Laura Foerste sabe qual é o vizinho que gosta mais da cabeça, qual gosta mais do fígado, quem adora um pedaço mais ou menos gorduroso do porco, que todos os meses é engordado, e após é ‘Schlacht’ (carneado) com muita habilidade por ela [...]. A vovó Ernestina⁶¹ observa que, em seu tempo, os vizinhos, de forma natural, carneavam sempre em épocas diferentes. Isso fazia com que praticamente toda semana alguém carneasse um animal e todos sempre tivessem o seu ‘Stuck Fleisch’. ‘Era tão bonito esse gesto entre nós. Não pelo pedaço de carne em si, mas pelo que ele representava naquela vizinhança’ (JACOB, 1992, p. 26).

A construção da residência também é um momento de troca entre os pomeranos, é aqui que recuperam o costume pomerano do *juntamentz* (mutirão).

O mutirão foi muito necessário no início da colonização, pois, o isolamento imposto pela a dificuldade de circulação até as áreas mais desenvolvidas como Colatina ou até mesmo Pancas, levava os camponeses a se ajudarem mutuamente. Jacob (1992, p. 24-25) acredita que:

[...] as primeiras experiências vivenciadas desta prática no Espírito Santo, tenham acontecido nas aberturas das primeiras picadas para chegar aos seus lotes de terra. Em seguida, algumas comunidades construíram as suas casas e a igreja de ‘pau-a-pique’ e coberta com folhas de palmito. O desmatamento, a queimada e a reabertura das picadas transformando as mesmas em estradas, provavelmente também aconteceram dentro desse espírito comunitário.[...] Nada era

⁶¹ Quando o professor Jorge Kuster Jacob realizou as entrevistas para sua pesquisa a Sra Ernestina residia em Rondônia.

cobrado dos participantes. Nos mutirões, essa era a regra, uma espécie de pacto moral e natural entre eles, ninguém cobrava nada pelos serviços prestados, mas todos estavam prontos e, o mais beneficiado oferecia o 'Juntamentz Ball', ou organizavam esse baile em forma de rodízio, ora na casa de um vizinho, ora na casa de outro.

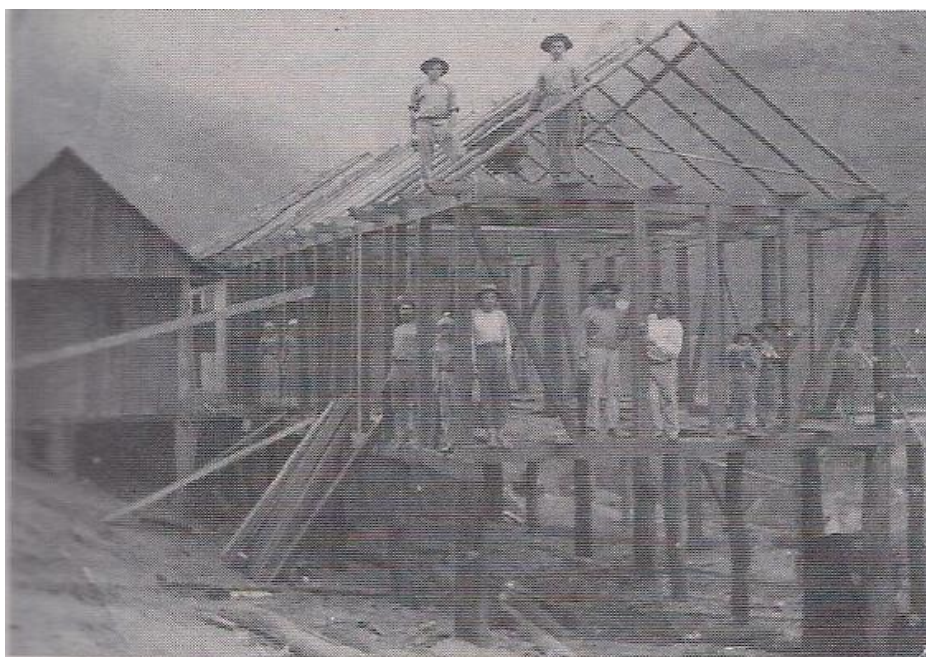
O mais comum eram esses 'Juntamentz' acontecerem na época da colheita. A regra muitas vezes era essa, a lavoura que estivesse mais madura seria colhida por primeiro e assim sucessivamente, até colherem todas as lavouras.

A residência

As residências dos imigrantes pomeranos, um dos marcos simbólicos de sua identidade étnica, eram construídas na forma de palafitas, tanto para proteção contra animais que colocariam a vida da família em risco, como também para acomodar os animais domésticos em dias de chuva e frio e, ainda, para guardar as ferramentas de trabalho, a carroça, lenha etc.

Muitas destas residências foram construídas através do *juntamentz*, especialmente no período inicial da formação das colônias (fotografia 11). A construção das casas era considerado o mais festivo dos *juntamentz*, pois, simbolizava a superação das primeiras dificuldades na formação da colônia e que esta começava a prosperar (JACOB, 1992).

Fotografia 11: Mutirão - Momento da Construção da Residência



Autor: Kerckhoff, Schultz, Medeiros e Medeiros, 2012.

De acordo com Jacob (1992) esse mutirão era o mais comemorado porque era principalmente após o término da casa que se fazia o *Juntamentz Ball*, o autor cita ainda o relato de Florenço Pagung, que evidencia o quanto evento era apreciado:

O pessoal terminava a construção, passava nas vizinhanças, chamava o pessoal, ia pra casa, trocava de roupa e voltava. Chegavam limpos, muitos de roupa branca, e, quando o baile terminava pareciam ter saído de um lamaçal. Isso acontecia porque durante o baile, suados e encostando involuntariamente nas paredes úmidas, se sujavam. Era muito divertido (JACOB, 1992 p. 26).

O sr. Florenço Pagung é originário de Vila Pavão, município também ao norte do Rio Doce e com predominância de descendentes pomeranos. O relato apresentado por Jacob (1992) evidencia sobremaneira a importância dos mutirões no modo de vida do camponês pomerano e no estabelecimento das relações de reciprocidade.

Inicialmente as construções seguiram o estilo das residências da Pomerânia (fotografia 12), assim como as da região da Terra Fria, porém aos poucos foram sofrendo modificações em sua arquitetura para adaptarem-se ao clima da região, bastante quente devido ao fato das colônias da Terra Quente situarem-se entre vales circundados por *inselbergues*. Nesta adaptação as casas foram construídas mais altas do chão e com teto também mais alto para facilitar a ventilação.

Todas as residências eram rústicas⁶², com assoalho, janelas, portas, paredes e telhas de madeira cortada na mata (braúna, ipê ou jequitibá), possuindo uma parte onde ficavam os quartos, sala e varanda e outra destinada à cozinha, contendo um fogão a lenha (figura 06).

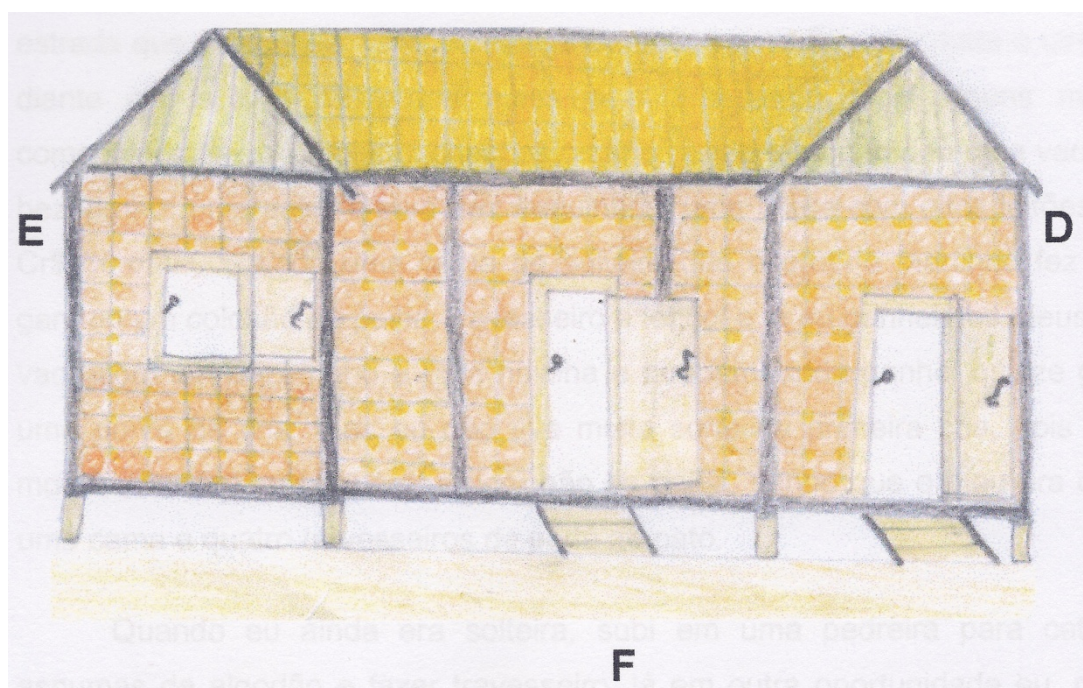
⁶²Algumas residências permanecem, ainda hoje, com as características tradicionais com que foram construídas no processo de colonização.

Fotografia 12: Casas Pomeranas no Litoral do Mar Báltico - Próximo a Cidade de Wolgast



Fonte: José Carlos Heinemann – Blog Povo Pomerano.

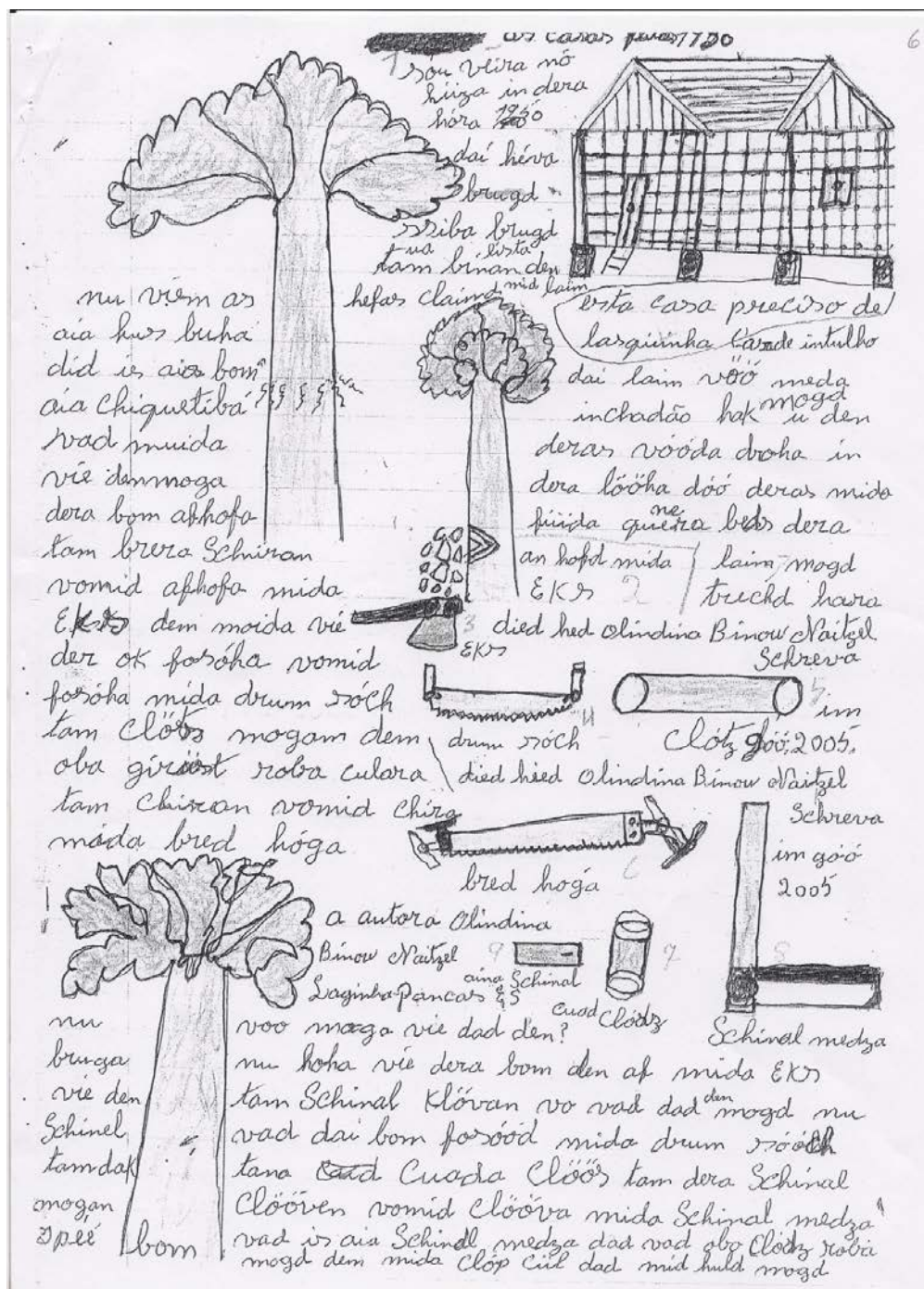
Figura 6: Desenho da Primeira Casa de D. Olindina e Sr. Martinho Naitzel



Fonte: Diários de Olindina Binow Naitzel.

evidencia mais uma vez todo o simbolismo presente no ato de construir a moradia, mas também a necessidade de adaptações ao solo, clima, matérias primas, gerando a resignificação de todo um modo de vida que continuará a ser considerado tradicional a partir da permanência na terra de trabalho, possibilitando então, a manutenção de sua identidade social.

Figura 8: Processo de Construção da Casa – Ferramentas e Madeira



Fonte: Diários de Olindina Binow Naitzel.

Geraldino Romais: ... aqui no livro a gente vê as fotos antigas do pessoal, as casas... como eram feitas... as dos pomeranos sempre tem uma varanda, todos tem o assoalho assim de peroba.... eles trabalhavam muito, tudo com foice, machado... tudo braçal, esta casa mesmo meu avô fez toda braçal (fotografia 12).

Elaine: E fazer a casa com estes detalhes era importante? Ainda é assim?

Geraldino Romais: Ah! Era sim... era o jeito deles...então só de olhar já sabia que era casa de pomerano!... hoje já não faz mais assim... não tem mais tanto capricho, mas as que restam como essa casa aqui precisam ser mantidas... pra lembrar como era...

Fotografia 13: Detalhes do Entalhe Decorativo da Residência Pomerana Tradicional - Residência da Família Romais



Autor: Elaine Mundim Bortoleto, 2015.

Salienta-se que as residências que ainda mantêm o padrão original e que foram visitadas durante o trabalho de campo, apresentam-se bastante

conservadas, além de serem extremamente agradáveis, com relação à temperatura, considerando-se o calor que faz na região (fotografia 14 e 15).

A residência apresentada na fotografia 14 diferentemente da residência da foto 13 que atualmente encontra-se já bem próxima da sede do município de Pancas, localiza-se na Comunidade Floresta, no Córrego Sossego, área ainda totalmente voltada para as atividades rurais, sendo que seus moradores dedicam-se exclusivamente ao trabalho na roça, sendo necessário na maioria dos casos o emprego do trabalho de toda a família para a manutenção da colônia.

Fotografia 14: Residência Pomerana Tradicional - Família Binow Litckow



Autor: Elaine Mundim Bortoleto, 2015.

Segundo relatos dos moradores mais antigos da comunidade pomerana em Pancas, quase todas as residências eram pintadas de azul e branco para lembrar a Pomerânia (representando as cores da bandeira). Inicialmente as residências tinham suas paredes entaipadas e cobertas com barro, posteriormente foram sendo reformadas e substituindo a taipa por tijolos ou madeira. (fotografia 15).

Fotografia 15: Residência Pomerana Tradicional - Residência da Família Haese



Autor: Elaine Mundim Bortoleto, 2007.

Os móveis eram construídos pelos próprios pomeranos em suas propriedades, utilizando a madeira retirada durante a limpeza da mata para o plantio e que sobrava depois da construção da casa.

Olindina Binow Naitzel: Quando casamos, nós não tínhamos guarda-roupa, nem guarda-comida e muito menos um armário, por que no começo da nossa vida conjugal nós não tínhamos dinheiro para comprar nada. Então num dia fui à tulha do meu pai pra pegar um caixote de madeira que ele guardava suas ferramentas e este caixote de madeira tinha repartições e com isso adotei como minha primeira prateleira. Também ganhei um baú para guardar roupas de passeio e as demais roupas eu pendurava por trás das portas num prego. Meu esposo, Martinho, pregou duas tábuas que estava por cima do panelaço, todo preto de fumaça, lixou a cor preta deixada pela fumaça e fez dois bancos pra nós sentarmos e assim nós começamos nossa vida conjugal com a ajuda de Deus.

É revelador como em todos os relatos o significado da casa vai além do espaço de morada, de abrigo, está intrínseco nela a perspectiva do trabalho

uma vez que é construída em todos os seus detalhes pelos próprios moradores com ajuda da comunidade com o mutirão.

Com base em Woortmann, E F. & Woortmann, K. (1997) seu valor é maior por ter sido pensada desde a escolha da madeira até aos detalhes da varanda pelo chefe da família, é ele quem direciona o trabalho da construção e também o trabalho na colônia que partirá da casa (que pode contar com todos os membros da família) e retornará para a casa passando a ser direcionado pela mulher/mãe.

Olindina Binow Naitzel: ... nós plantamos muito arroz nas vargens aradas com bois e o restante nós tombávamos o barro com uma enxada... ficava atolado no barro até quase os joelhos pra fazer os viveiros de arroz pra plantar as mudas, nós sofriamos muito com as sanguessugas... as vezes na colheita de arroz nós cortávamos o arroz o dia inteiro e a noite ainda tínhamos que colocar o Idimar (filho) para dormir... depois que ele dormia nós íamos lá cortar o arroz... íamos a vargem para bater o arroz.

... num certo dia quando o Idimar era bem pequeno deu nele sarampo e ele ficou muito mal de saúde... nisto eu e o Martinho pagamos dez frangos que era posto numa vara para vender... tudo isso era feito a pé e os frangos iam a cacunda até em Laginha e eu levei o Idimar... fomos a farmácia do Juarez Mendonça... todos os frangos que foram vendidos eram para pagar o remédio. A nossa luta no trabalho rural sempre foi com muita dignidade e respeito graças aos meus pais... aprendi com eles a importância e a valorização do trabalho suado e concretizado na honestidade da partilha sem exploração.

As palavras utilizadas nos relatos expõem de forma muito bonita a ordem moral camponesa quando destaca elementos como honestidade/gratidão, trabalho suado/partilha sem exploração/honra aos compromissos e valorização aos ensinamentos paternos. Evidencia a força do pai de família ordenando o trabalho, pois é ele quem detém o saber, mas mais que isto, deixa aparente

valores que afirmam que mesmo em meio a uma sociedade que tende a desestruturar estas práticas, elas ainda se fazem presentes e fortes.

O Espaço Interno da Colônia

[...] qualquer que seja a variedade das dimensões e da arrumação interior da casa do colono de origem alemã, ela não deve nos fazer esquecer que a casa é o centro da exploração rural. Situada, como dissemos, na propriedade, perto da água e do caminho, está cercada de construções indispensáveis à valorização, distribuídas num quintal *aberto*, delimitado por cercas de ripas de madeira. Este quintal será tanto mais amplo quanto a região for menos acidentada, mais reduzido nas antigas colônias que nas novas, medindo apenas algumas dezenas de metros, limitado às áreas de serviço indispensáveis, emendando com os jardins [...] (ROCHE, 1968, p. 70)

Como apontado por Jean Roche a casa é o centro da colônia, é ao seu entorno que se organizam as demais atividades que contribuem para a reprodução social da família, uma vez que parte das terras estão comprometidas com o cultivo do café, assim, construções que também fazem parte da colônia além da roça, são o paiol, o chiqueiro, a farinheira e o *bakoowa* (forno de barro), onde se assava o *mijchabroud*, biscoitos e carnes (fotografia 16).

Adélia Litckow Lienaus: Eu começo o dia cuidando da casa... levanto às 5:00 hs da manhã... primeiro limpo e organinzo a minha, depois arrumo a casa da minha mãe, depois lavo a roupa... a mãe vai fazendo a comida... quando são umas 10:00 hs já está tudo pronto e almoçamos... se tá na época de muito serviço vou ajudar na roça... sempre tem alguma coisa pra fazer... não consigo ficar sem fazer nada... dia de sábado faço as mesmas coisa só que a limpeza é faxina... também faço o pão que vai consumir durante a semana na minha casa e na da minha mãe. Desde menina foi assim... não dá pra ser diferente... aprendi assim e ensinei meus filhos assim. A terra não pode ficar esperando... todo dia tem alguma coisa..tem que cuidar dela... cuidar aqui em volta da casa... do terreno...

A descrição feita por Adélia sobre suas atividades diárias demonstra que na unidade de produção o tempo do trabalho é dado em função da necessidade das atividades na terra, são os cultivos que determinam o tempo que o camponês destinará para cada atividade, ou seja, em determinados momentos como a colheita o trabalho nas atividades da roça serão mais intensas e demandaram mais tempo, já em momentos de menor atividade nos cultivos as demais atividades da unidade de produção é que ocuparão o tempo do camponês.

Outro aspecto significativo é que não há separação em termos de importância das atividades, todo tipo de trabalho faz parte da organização da unidade de produção e da manutenção da família, assim, algumas atividades podem ser deixadas para os momentos de menor ocupação nos cultivos, já outras como o trato com os animais e afazeres domésticos, independentemente do período são realizadas diariamente, sem que sejam encaradas como um fardo, mas sim como parte do trabalho da família.

La notación del tiempo que surge de estos contextos há sido descrito como 'orientación al quehacer'. Es quizá La orientación más efectiva en las sociedades campesinas, y es importante en las industrias locales pequeñas y domésticas. No há perdido de ninguna manera toda su relevância em ciertas zonas rurales de la Inglaterra actual. Se pueden proponer três puntos sobre la orientación al quehacer. El primero es que, en cierto sentido, es más comprensible humanamente que el trabajo regulado por horas. El campesino, o trabajador parece ocuparse de lo que es una necesidad constatada. En segundo lugar, una comunidad donde es normal la orientación al quehacer parece mostrar una demarcación menor entre 'trabajo' y 'vida'. Las relaciones sociales y el trabajo están entremezclados – la jornada de trabajo se alarga o contrae de acuerdo com lãs necesarias labores – y no existe mayor sentido de conflicto entre el trabajo y el 'pasar el tiempo'. Em tercer lugar, al hombre acostumbrado al trabajo regulado por reloj, esta actitude hacia el trabajo le parece antieconômica y carente de apremio (THOMPSON, 1979, p. 245).

Fotografia 16: Bakoowa - Forno de Barro

Fonte: Kerckhoff, Schultz, Medeiros e Medeiros, 2012.

Olindina Binow Naitzel: No começo da nossa vida conjugal a nossa roça era um capoeirão de sapeixe e depois destoca o colônião com um enxadão. Todo este trabalho era realizado com a força humana, pois não tinham muitas ferramentas de trabalho. Depois que destocamos o colônião alguns dias depois botavam fogo para queimar todo o mato seco. E quando vinha a chuva, todos nós começava a plantar milho, feijão e mandioca. Todo ano no mês de abril nós sempre plantávamos arroz nas vargens. Para fazer este plantio as vargens tinha que ser roçadas e depois era necessário carregar o cisco para fora do local de plantio e daí tombavam tudo com enxada ...

Quando davam 4 horas da madrugada nós tínhamos que estar de pé pra buscar água lá no rio para fazer o café... muitas vezes o Martinho preparava o café e já saía pra buscar uma lona de aipim para tratar os porcos. Em pouco tempo nós tínhamos muitos porcos... as vezes sobravam um ou dois capados pra vender e com isso ajudava nas despesas da casa. Com o passar do tempo já tínhamos muitos capados de sobra.

A descrição de D. Olindina sobre o trabalho desempenhado na colônia no início da vida conjugal e os frutos obtidos deste remete as análises de Chayanov (1974) sobre relação entre a produção da unidade familiar e a própria estrutura da família. O relato evidencia que a ausência de braços para compor a força de trabalho, uma vez que o casal possuía até então apenas um filho de pouca idade, gerando uma sobrecarga de trabalho distribuída entre marido e mulher.

Cada familia, entonces, según su edad, constituya em sus diferentes fases un aparato de trabajo completamente distinto de acuerdo com su forza de trabajo, La intensidad de La demanda de SUS necesidades, La relación consumidor-trabajador, y La posibilidad de aplicar lós principios de La cooperación compleja (CHAYANOV, 1974, p. 55-56).

Em muitas ocasiões a esposa participava de todas as atividades na roça, como força de trabalho complementar ao do chefe da família e também se responsabilizava pelas atividades domésticas, mesmo nos períodos de gestação.

Olindina Binow Naitzel: No ano que a Geni nasceu eu sofri demais da conta porque eu estava trabalhando a semana inteira na roça com muita azia... durante os sábados eu tinha que fazer o serviço da casa... fazer o brote de milho, lavar a roupa, fazer a faxina da casa, tratar as criações e ainda ajudar tirar o leite das vacas bem cedinho... enquanto eu estava fazendo o serviço de casa durante o sábado, o meu esposo Martinho estava buscando inhame, mamão, banana, e aipim, depois ele ainda lascava a lenha e colocava no lugar seco pra ter lenha no fogão, no forno e no panelão... após o almoço o Martinho saía com sua bicicleta pra rua pra fazer compras e eu cozinhava a comida dos porcos no panelaço...

Mesmo com a participação da mulher é o chefe da família quem define a direção do trabalho, é ele quem domina o saber para a execução do trabalho, saber herdado de seu pai. O relato mostra que todos dominam todas as fases do trabalho na terra, mas a posição de chefe da família e também de dono da

terra que provém os recursos para a família determina sua autoridade na coordenação das atividades a serem realizadas.

Outro aspecto evidente na fala apresentada é a diferenciação do trabalho do homem e da mulher dentro da colônia, ou seja, por mais que a mulher esteja presente também na roça, as atividades de cuidar da casa são exclusivamente dela, esse espaço é sua responsabilidade, assim como do ambiente que circunda a casa e tudo que faz parte dele como horta, criações, jardins. O homem até auxilia em tarefas pesadas como buscar na roça os produtos que serão transformados em alimentos das criações, cortar a lenha, especialmente em períodos de gestação das mulheres, mas, cabe a mulher e aos filhos o trato dos animais (fotografias 17, 18 e 19).

O espaço de dentro é da mulher é ela que organiza as atividades que acontece ali, “seu governo é o da casa”, em contrapartida, o espaço de fora é do homem, é ele quem decide o que fazer, como por exemplo, é ele quem vai à rua negociar, comprar, é o chefe de família “quem deve enfrentar o desconhecido” (WOORTMANN, E F. & WOORTMANN, K., 1997, 39).

Adelia Litckow Lienaus: Aqui tem pato, galinha, porco, tem angola... quem cuida de todas as criações é meu menino de onze anos... ele é quem sabe a época de colocar os animais pra cruzarem... depois ele marca no calendário os períodos certinhos pra saber quando que as leitoas vão dar cria...quando coloca os ovos pra chocar sabe direitinho o período que vai tirar os pintinhos...ele que cuida dessa parte, nem preciso me preocupar mais.

Elaine: Você que ensinou pra ele?

Adélia: Não precisei ensinar não... é coisa dele mesmo, sempre gostou e desde pequeno começou a olhar como a gente fazia e cuidar das criações... a gente tem milho também nessa parte da frente da casa, mas foi muito seco esse ano [refere-se ao final de 2014 e início de 2015]... não deu quase nada... tá tudo seco... tem as árvores de fruta... também gosto muito de planta, de flor, mas a seca tá maltratando tudo!

A fala de Adélia é reveladora da importância da participação dos filhos no trabalho da colônia junto aos pais, primeiramente como observadores, brincando de imitar os pais e depois quando atingem a idade adequada eles próprios se responsabilizando por algumas atividades a partir da orientação do pai. Para Chayanov (1974, p. 47):

[...] puesto que em La unidad económica familiar que no recurre a fuerza de trabajo contratada, La composición y el tamaño de La familia determinan integralmente el monto de fuerza de trabajo, su composición y el grado de actividad, debemos aceptar que el carácter de la familia es uno de los factores principales em la organización de La unidad económica campesina.

Fotografia 17: Criação de Porcos da Colônia Binow Litckow



Autor: Elaine Mundim Bortoleto, 2015.

Fotografia 18: Criação de Porcos da Colônia Binow Litckow



Autor: Elaine Mundim Bortoleto, 2015.

Fotografia 19: Criação de Galinhas da Colônia Binow Litckow



Autor: Elaine Mundim Bortoleto, 2015.

O quintal e a casa compõem o chão de morada da unidade doméstica. Os quintais tão presentes e importantes, são espaços significativos na produção de tradição camponesa: são cuidados pela mulher e os filhos que extraem deles uma parcela, a mais saudável e saborosa, da sobrevivência. Não há uso de agrotóxicos ou fertilizantes que não sejam naturais e há uma grande diversidade de produtos cultivados (CAVALIERI, 2010, p 155).

É importante destacar que apesar da referência de quintal aberto, dada por Roche (1968), o colono pomerano quase não usa esse termo para se referir ao espaço interno de sua colônia, utilizando mais comumente o termo terreno ou mesmo colônia, englobando tudo, da casa, às construções de seu entorno e a própria roça.

Josias Lemke: plantava muita mangarita (tipo de taioba), taioba, inhame... tudo pra tratar de porco e galinha...os pés de taioba tinha um metro e meio de altura... ainda planta, mas não tanto como antes... nem todo mundo tem tantas criações como no passado.

Também planta café perto da casa, mas é pouquinho... a minha plantação mesmo é pequena... minha colônia tem 4 alqueires... (fotografia 20)

Fotografia 20: Plantação de Café Próximo à Casa – Família Lemke



Fonte: Arleida Lemke Tesch, 2015.

Quando seu Josias diz *ainda planta, mas não tanto como antes*, deixa claro o desalento com as dificuldades vividas pelo campesinato de forma geral, que muitas vezes já não consegue sua reprodução da forma adequada, tendo que se submeter ao jogo do mercado. No caso dos camponeses pomeranos verifica-se que cada vez mais a áreas das colônias são destinadas para o cultivo do café em detrimento dos demais cultivos.

Nas áreas com irrigação verifica-se que a produção de café tem sido cada vez maior sem necessidade de um período específico para plantio, já nas áreas que não possuem irrigação o plantio tradicionalmente ocorre em março.

A diferença entre ter ou não irrigação nas lavouras de café acentua a diferença entre o *colono forte* e *colono fraco*, pois, aqueles que não têm possibilidade de instalar o sistema de irrigação em sua colônia acabaram sofrendo com as últimas secas (pós-cheias de 2012) e conseqüentemente não conseguindo os mesmos lucros, tanto pela baixa produtividade, como pela qualidade inferior do café.

Não é o crescimento que é negado; é o lucro de um à custa de outro. Se a relação forte-fraco, em que um elemento retira força do outro (a planta da terra; o homem da planta), se aproxima da idéia de um jogo de soma zero, esta poderia ser a metáfora matemática da reciprocidade. [...]. A maneira de o camponês perceber o mundo, as relações sociais e a hierarquia nem sempre é compreendida pelos agentes externos a essa cultura, os quais procuram estender suas boas intenções ao campesinato. Camponeses têm uma percepção cristã do trabalho e da terra, como vimos. Cristã é também a motivação de certos agentes que querem fazer o bem [...] (WOORTMANN, E F. & WOORTMANN, K., 1997, p. 174-175).

Com uma produção pequena comprometida muitas vezes com financiamentos para manter a produção e a própria terra, a alternativa é negociar o café com o atravessador que se responsabiliza em adquirir o café produzido.

Renato Milke⁶³: Eu planto café, compro e também comercializo... tem bastante meeiro trabalhando comigo... tenho uma turma grande que trabalha pra mim.

⁶³ Entrevista concedida em janeiro de 2015.

No caso dos pomeranos o atravessador é alguém da própria comunidade, também de origem camponesa, por isso considerado confiável e melhor para se negociar do que um comerciante de fora.

A Alimentação

Na questão alimentar, houve necessidade de uma adaptação a produtos até então desconhecidos dos imigrantes pomeranos, como: café, cana-de-açúcar, mandioca, feijão, arroz, inhame e milho. Sobre os novos hábitos alimentares:

A famosa batata inglesa, do 'Alemão Batata', principal produção e integrante da alimentação dos pomeranos na Europa, também foi substituída na maioria dos cardápios pomeranos no Espírito Santo. Isso principalmente no norte do Estado, onde o solo e o clima são impróprios à sua produção e muito cara no mercado. Assim, muitos preferem substituí-la pela batata doce e mandioca. Da mesma forma que se frita e cozinha batata inglesa, faz-se com a batata doce e mandioca (JACOB, 1992, p. 49).

Nessa adaptação, o *brot* (pão), que na Pomerânia era feito com trigo, passou a ser feito com farinha de milho ou da mistura de ingredientes acessíveis, como mandioca, inhame, farinha de milho, batata doce e, às vezes, banana, tornando-se um alimento bastante nutritivo para ser consumido durante as longas jornadas de trabalho com a terra (JACOB, 1992).

Edna Vervloet: Colocava aipim, inhame... e as vezes não dava certo porque o brot ficava duro...era por causa do fermento...era aquele fermento caseiro, então azedava... hoje com o fermento químico não tem esse problema, ele não deixa o brot azedar...é por isso que nós tinha o apelido de alemão azedo, porque quando a gente ia na escola levava o brot de lanche... a gente era chamado de alemão azedo... era muito perseguido pelas outras culturas... a gente era muito maltratado na escola... qualquer coisa chamava a gente de alemão azedo por causa do brot que azedava. Hoje eu uso o fermento químico... não dá tempo de fazer o fermento caseiro que leva mais tempo. Por isso que eu digo que a gente acaba se misturando com a modernidade e acaba perdendo.... então o brot fica mais docinho... mais gostoso e a gente acaba caindo nela (o uso do fermento químico é considerado uma modernidade). Tem gente que ainda faz o

fermento caseiro, mas é diferente do fermento caseiro do passado... esse fermento caseiro também dá pra fazer o brot, mas é mais para o pão de trigo que não azeda, já o brot azeda fácil... no passado consumia azedo mesmo!

Segundo Bahia (2011, p. 59), para os pomeranos, a feitura do pão “é considerada uma tarefa essencialmente feminina. A mulher ainda é responsável pelo preparo de doces, geleias, bolos, manteiga [...]”, sendo que as receitas são herdadas da mãe e os produtos desta indústria doméstica são vendidos nas feiras locais, complementando a renda doméstica para ser utilizada em despesas com médicos, vestimentas e outras necessidades de urgência.

Salienta-se que, mesmo com as dificuldades financeiras, a mesa do pomerano sempre foi farta e variada, uma vez que os produtos eram produzidos na própria colônia, sendo um costume, como já se fez referência, plantar de tudo um pouco, principalmente os produtos voltados para a subsistência da família.

Jacob (1992) apresenta detalhadamente o cardápio do camponês pomerano⁶⁴:

Café da manhã: entre 5:00 e 6:00 horas – café quente adoçado, leite, pão de milho, *Schmia* (geleia de frutas) ou *botta* (manteiga caseira).

Almoço: entre 8:30 e 9:30 horas arroz, feijão, farinha de mandioca fresca, carne, salada, ou banana frita, lingüiça frita, palmito ou outras carnes da propriedade (o horário depende sempre da hora em que saíram para trabalhar).

Café da tarde: 12:00 horas – café quente adoçado, leite, *melkaffa* (leite com café sem açúcar), *mirabrout*, (pão de milho), *schima*, carne requentada, banana da terra cozida, lingüiça, *keis* (queijo) e *udjilektakeis* (queijo cremoso para passar no pão).

Jantar: entre 16:30 e 18:00 horas – o cardápio é quase o mesmo do almoço.

⁶⁴ Os horários apresentados por Jacob (1992) referem-se mais ao período inicial da ocupação na Terra Quente e em especial nos períodos de grande atividade na roça, como plantio e colheita, contudo, algumas famílias, principalmente as que possuem membros mais idosos ainda mantêm os horários das refeições como no costume tradicional da roça.

A composição do cardápio do camponês pomerano revela não só a fartura de sua mesa, mas que a colônia é trabalhada de forma bem diversificada, com cultivos e criações voltadas para subsistência da família evidenciando o trabalho familiar.

Josias Lemke: Antigamente fazia uma sopa doce... de araçatiba, de laranja... era feita com trigo, fazia de sobremesa... era uma delícia!... a gente comia tanto que passava mal... comia quente. Também fazia sopa de banana da terra com trigo... cozinhava a banana com canela e cravo, quando a banana estava quase mole fazia a massa de trigo e misturava, era muito gostoso...minha sogra fazia!

Edna Vervloet: O melado feito da cana era feito aqui...o açúcar branco era pouco usado...era usado mais pra remédio...pra fazer chá...olha a cabeça do povo! Achava que o branco era melhor! ...então usava no remédio! Mas, não era um açúcar tão branco e cheio de mistura como o de hoje.

Eu ainda uso o costume de quando mato porco ainda frito a carne e guardo na banha, com o torresmo também... a carne de porco é remosa e quando a gente frita ela e guarda na banha ela perde todo esse remoso e fica mais saborosa. Com a carne de boi pode fazer a mesma coisa. A carne seca também a gente faz ... eu gosto de fazer tudo isso! A linguiça tradicional da nossa festa a gente ainda faz... o queijo, a manteiga, a coalhada... todas essas coisas ainda fazemos.

Adélia Litckow Lienaus: Hoje a comida de domingo e dos dias especiais continua sendo galinha ensopada ou carne, socado de aipim, batata doce, salada de tomate e arroz doce com canela (Melkris).

Os relatos apresentados evidenciam não só o processo de adaptação aos produtos brasileiros, mas também o processo de resignificação do modo de vida tradicional e de sua identidade étnica, bem como ao trabalho com a terra, uma vez que apesar de considerarem-se como uma comunidade pomerana, são brasileiros e ao tentar reproduzir características do território de origem estas acabaram permanecendo nos símbolos e no imaginário, sendo muitas vezes acionados para compor a figura do camponês típico, utilizada tanto pelas gerações passadas como pelas gerações recentes (BAHIA, 2011).

A territorialidade criada a partir das primeiras colônias evidencia o processo de reconstrução identitária que se plasma no território através da recriação e resignificação de símbolos e marcos que auxiliam no processo contínuo de afirmação da identidade étnica.

Granzow (2009) apresenta duas belas passagens de seu estudo, que permitem entender a necessidade de reconstruir a identidade camponesa pomerana e deixar isso marcado no território e em suas práticas (fotografia 21):

Novamente seguimos à margem do rio Doce. A paisagem era de uma beleza ímpar, montanhas arredondadas e íngremes, rochas imponentes, entre elas matas e pastos queimados. Nos vales férteis ficavam as casas dos colonos pomeranos. As casas de madeira, cujas paredes eram pintadas de branco, eram construídas sobre pilastras e as varandas, portas e janelas eram pintadas em azul claro. Quando vimos essa mistura de cores azul e branco, pudemos ter certeza que aqui residiam pomeranos.

Na varanda se observava várias moças e rapazes que prestavam atenção em nossa conversa sobre os colonos pomeranos que chegaram em 'número um', vindos da Pomerânia, na Alemanha. Sentia-me como se estivesse na Pomerânia Oriental, num tempo que nem cheguei a conviver e ao mesmo tempo me senti bem e protegido, como se estivesse em minha própria casa. [...]. Ao adormecer, senti uma coberta macia de penas e tive a impressão de que não me encontrava nos trópicos e sim, no lugar mais frio da Pomerânia Oriental (GRANZOW, 2009, p. 22- 33).

Fotografia 21: Exemplo da Paisagem Observada por Granzow em sua Viagem de Estudos ao Espírito Santo - Residência da Família Romais



Autor: Elaine Mundim Bortoleto, 2015.

Para Luchiari (2007), a construção da identidade passa pela preservação de um patrimônio sócio-histórico. A capacidade de recordar, preservar e perpetuar essa herança faz parte de um sentimento identitário. A explicação deste processo de construção da identidade e do território baseia-se na junção de processos históricos e cotidianos, sendo que através destes desenvolvem-se ações políticas e culturais que reconstroem, resignificam e territorializam as identidades.

Giralda Seyferth (2005) destaca os estudos de Barth e Jenkins, que apontam para a presença do conteúdo cultural da etnicidade, o qual envolve categorizações e construção de diferenciações e similaridades culturais, ressaltando a história como elemento tão importante quanto o presente etnográfico, contudo, num sentido que vai além da origem das tradições, mas que permite compreender a natureza de sua continuidade.

Capítulo IV
MARCADORES DA IDENTIDADE ÉTNICA E SOCIAL



Autor: Josias Lemke, s/d.

4.1 A Língua e a Religião como Marcadores da Cultura Tradicional – Identidade Étnica e Social

***Sem religião não somos nada na vida...
sem Deus também não somos nada...
a gente tem que ter um ato de fé pra ter a
salvação... a vida eterna.***
(Iracema Ohnesorge Lemke)⁶⁵

Tanto a língua quanto a religião foram fundamentais para a manutenção da cultura e tradições pomeranas, entretanto, ao aprofundar as análises sobre as informações coletadas em campo, verifiquei que na verdade, foi a reconquista da identidade camponesa, através do acesso a terra de trabalho, que deu sustentação à manutenção da língua tradicional - forte marcador da pertença identitária.

Foi a possibilidade da reconstrução/reinvenção do ser camponês, perdido depois do longo período de exploração enquanto diaristas na Pomerânia, que permitiu a manutenção da língua e da cultura, mesmo que alguns elementos das tradições tenham sido resignificados.

Rosane Márcia Neumann em seu trabalho “Imigração e identidade étnica: a construção do ‘ser alemão’ no Sul do Brasil” evidencia situação semelhante ao que ocorreu com os imigrantes pomeranos no Espírito Santo:

No local de chegada, os imigrantes buscam (re)construir suas identidades individuais e de grupos étnicos. A formação de identidade é sempre relacional, pois envolve a construção e a afirmação de um *nós* diante de um *outro*, ou seja, a alteridade se dá em relação a um *outro*. (NEUMANN, 2014, p. 95 – *Grifos da autora*).

Em suas análises sobre a questão da identidade étnica Giralda Seyferth (2011, p. 46) chama atenção para o fato de que a “delimitação teórica agrega a identidade (e seus aspectos subjetivos) e a noção de fronteira (social) que delimita o pertencimento a um grupo ou unidade”. Ou seja, segundo a autora, evidenciam-se questões simbólicas nas análises e como estas levam a determinadas ações pelos grupos.

⁶⁵ Entrevista concedida em junho de 2012.

É neste sentido, o do aspecto subjetivo da identidade e da noção de fronteira, de pertencer a um grupo, que considero que a forma como ocorreu a colonização pomerana no ES (em núcleos dispersos) favoreceu a manutenção da língua, uma vez que como já colocado no item 2.3 os demais núcleos de imigrantes não se misturaram, principalmente por conta do separatismo religioso, pois, os imigrantes pomeranos eram luteranos e os demais núcleos de imigrantes (italianos, poloneses e mesmos os moradores locais) seguiam a religião católica.

Ao se afirmarem enquanto grupo e identidade étnica, não buscam apenas manter os aspectos culturais e tradições históricas, mas colocar-se em oposição às determinações homogeneizadoras, como os interesses do Estado e capital.

Entretanto, tanto essa afirmação identitária, quanto a oposição criada às determinações ocorrem com relativo equilíbrio, uma vez que fazem parte do processo sócio político contraditório – do Estado que nega as identidades étnicas ao pretender um caldeamento racial, mas que também as afirma/valoriza quando incentiva a imigração de trabalhadores europeus ao invés de assalariar a mão de obra negra e recém liberta da escravidão – e dos próprios grupos que afirmam uma pertença étnica única e tentam manter suas tradições, mesmo que resignificadas e ao mesmo tempo se dizem/sentem-se brasileiros (nacionalizados ou já nascidos no Brasil) (Seyferth, 2002).

Ao utilizar o estudo de Tornquist (1997) em sua análise sobre a “Construção e Formação da Identidade étnica do imigrante alemão no Rio Grande do Sul”, Maltzahn (2007) afirma que:

[...] os *Deutschbrasilianer* (teuto-brasileiros) se sentem de um lado pertencendo ao povo alemão (origem), conservando a língua e a cultura alemã; de outro lado, pertencentes ao país e Estado brasileiros, [...] como habitantes e cidadãos do Brasil. O contexto acima expressa a premissa básica da ideologia étnico-nacional alemã, formulada no início do séc. XIX, segundo a qual os alemães seriam sempre alemães, não importando o país em que vivessem, assim como a ideologia do solo e do sangue, em vigor no início do séc. XX na Alemanha, que propunha a vinculação do descendente de alemães a duas concepções de pátria. [...], os teuto-brasileiros pertenceriam ao estado brasileiro, mas manteriam seu vínculo ao povo alemão (MALTZAHN, 2007. p. 10 -11).

Neste sentido, Isabel Cristina Arend (2005) ao discutir as representações de germanidade trata a questão da afirmação identitária dos grupos de

imigrantes e de descendentes como “uma relação entre nacionalidade alemã e cidadania brasileira”, ou seja, um processo harmônico entre “dois entes distintos e complementares”: a terra natal e a pátria para gerar ‘o sujeito e a cultura teuto-brasileira’.

o teuto-brasileiro, portanto, é aquele que nasceu no Brasil, mas é de ‘origem’, isto é; tem sangue alemão, fala alemão e cultiva uma forma de ser, considerada alemã e que se expressa de várias formas, como língua, características fenóticas, hábitos alimentares, organização da moradia, espaços de sociabilidade, todos, invocando este pertencimento a uma identidade hifenizada. [...] Segundo a auto-compreensão de seus membros, tratava-se de um jeito de ser alemão diferente ou de um ‘modo de vida alemão’ desenvolvido no Brasil, portanto, recriação de uma identidade. MALTZAHN, 2007, p.11, *apud*, KLUG, 2003).

Como já destacado, da mesma forma que ocorreu no Rio Grande do Sul, também no Espírito Santo os imigrantes pomeranos e seus descendentes, inicialmente foram todos tratados como prussianos, alemães ou teuto-alemães, independentemente da verdadeira região de origem, posteriormente, com a organização das colônias é que os grupos foram requerendo sua pertença étnica e afirmando de forma mais efetiva suas identidades. No caso do Espírito Santo, verifica-se que o maior grupo dentre os simplesmente denominados prussianos, alemães ou teuto-alemães era o dos pomeranos, o que favoreceu o fortalecimento da afirmação étnica e reconstrução da identidade social.

Maltzahn (2007) afirma que os dados fornecidos pelos informantes de sua pesquisa⁶⁶ não permitiram constatar a presença de elementos de diferenciação étnica geralmente utilizados por um grupo perante o outro.

marcadores que atrelam os teuto-brasileiros ao povo alemão, a saber: usos e costumes, música e dança, festa e cotidiano, roupas típicas, utensílios, construção de casas, forma de conduzir o trabalho, assim como marcadores que podem ser encontrados nos menores detalhes, em expressões do dia-a-dia, em palavras e gestos, na maneira de pensar, ser e organizar a vida, enfim em coisas que conferem à vida um estilo étnico peculiar (MALTZAHN, 2007, p. 11).

Reforça ainda que:

através das palavras-chave: língua – povo – país – cultura – Estado, que uma identificação nacional única ou estática parece não ser uma característica do povo alemão, ou teuto-brasileiro; ou ainda se

⁶⁶ Segundo o autor foi aplicado aos moradores de São Lourenço do Sul/RS um questionário com perguntas fechadas, sendo que 12 questionários foram respondidos por moradores de origem pomerana entre 23 a 87 anos de idade, variando entre o sexo masculino e feminino (MALTZAHN, 2007, p.11)

quisermos continuar com uma etnicidade hifenizada, teríamos teuto-pomerano-brasileiro, ou quem sabe teuto-pomerano-brasileiro-gaúcho (MALTZAHN, 2007, p. 13).

Com os descendentes pomeranos do Espírito Santo, e especialmente com o grupo pesquisado, os pomeranos dos Pontões Capixabas, ainda é possível perceber vários dos marcadores citados, como já se fez referência, é claro que houve uma resignificação destes, o que se mantêm na verdade, é a elaboração simbólica, a representação destes marcadores em sua vida dentro do contexto que construíram para manter a identidade social e étnica, que é acessada com mais ou menos força de acordo com a necessidade do grupo, assim, entendo que ser *teuto-pomerano-brasileiro-capixaba* faz parte desta recriação e resignificação social e étnica.

Para Bahia (2011) no processo de reinvenção da identidade étnica e social dos pomeranos faz-se importante compreender como a língua é utilizada pelo grupo em seu cotidiano para que se entenda as formas de transmissão da tradição oral, pois ao utilizar a língua a partir de diferentes contextos o grupo aciona não só sua identidade, mas também a noção de fronteira social que acaba plasmando-se no território, resignificando-o de acordo com a necessidade de reinvenção de seus sujeitos sociais.

A Língua portuguesa é usada nas situações formais, como nas questões de cidadania, no ensino escolar, nas instituições locais (prefeitura, fórum, casas comerciais e bancos), com relativa freqüência no atual ensino confirmatório e *para demarcar a diferença entre pomerano e brasileiro*. Sua freqüência é maior na sede da colônia do que na zona rural, e seu uso mais comum entre os jovens do que entre as gerações mais antigas [...]. *O pomerano é usado entre pomeranos*, tanto da cidade quanto do campo, sendo mais freqüente na zona rural, na intimidade da família dos amigos, *nas situações-limite de conflito social* (luta pelos recursos e acesso à terra entre parentes e vizinhos), [...]. A língua é também *utilizada pelos homens como estratégia nas negociações de venda de seus produtos agrícolas no mercado público (Ceasa), como uma 'língua secreta', a fim de alertar seus familiares e vizinhos sobre casos de exploração ou possibilidade de um mau negócio* (BAHIA, 2011, p. 99 – 101 Grifos nossos).

É significativo a distinção do uso da língua feita pelo grupo, pois, ao manterem o uso do pomerano (*Pomerich*) apenas entre os seus, reforça o aspecto da delimitação do grupo, especialmente quando o uso desta se faz no sentido de proteger seus membros, evidenciando, como destacado por

Neumann (2014) o peso simbólico da etnicidade, utilizada como demarcador na afirmação e resignificação de um grupo perante o outro.

A utilização do português, como colocado, era realizada muito mais pelos homens do que pelas mulheres, uma vez que estas não participavam dos negócios, ficando restritas ao universo da casa e roça.

É exatamente a lógica simbólica do universo dominado/controlado pela mulher que faz com que a transmissão da língua tradicional (atualmente sem grafia conhecida) seja sua responsabilidade. Assim, cabe às mães o papel da manutenção oral da língua, ao assumir no núcleo familiar a transmissão tanto da língua pomerana, quanto do alemão, utilizado mais no âmbito religioso.

Olindina Binow Naitzel: ... eu e Alfredo (irmão) indo pra escola, de onde nós não aprendemos quase nada e também não se interessava em estudar, incrível que pareça, eu não entendia aulas em português, pois só falava e entendia o pomerano, com o passar do tempo comecei compreender algumas palavras, mas ainda sai tudo errado...

Quando eu comecei estudar o catecismo no ano de 1957, por não entender muito a língua alemã, a minha mãe ensinava para mim a decorar os primeiros mandamentos tudo em alemão, a língua alemã é bem diferente do pomerano e do português. Embora, que a gente não entendia a língua alemã, mas é obrigado entender devido ao pastor alemão que estava trabalhando na Paróquia. O nome do pastor era Georg Bertlein...

Entre os pomeranos, principalmente até a 3ª e 4ª gerações, é comum o uso cotidiano dos três idiomas, sendo: pomerano, alemão e português. Contudo, a partir da 3ª geração de descendentes pomeranos a escrita da língua tradicional foi se perdendo, devido às dificuldades das crianças frequentarem as escolas e também pela proibição imposta pela Campanha de Nacionalização de Getúlio Vargas, de 1938 a 1945, de se falar outra língua que não a língua portuguesa (BAHIA, 2011).

Percebe-se a partir do relato de D. Olindina o quanto os aspectos culturais da transmissão da língua tradicional estão fortemente ligados as questões da identidade étnica do grupo pomerano quando ela destaca não se interessar pelos estudos uma vez que não compreendia entendia o que era

ensinado, sendo que como criança que entendia apenas a língua falada em casa e no espaço das colônias vizinhas, buscava referências valorativas relacionadas ao seu pertencer.

Seyferth (2011) é categórica ao afirmar que não se deve entender etnicidade, identidade e cultura como coisas semelhantes, bem como não há “necessariamente uma relação de causa-efeito entre elas”, apesar de serem processos que se entrelaçam e que são percebidos também nos processos de migração.

Segundo a autora a cultura nem sempre foi contemplada nas análises sobre os processos migratórios, contudo, este é um tema que não pode ser deixado de lado quando se trabalha com sujeitos sociais que constroem/reinventam as representações de identidade, constituindo assim os marcadores simbólicos que podem colocar a ideologia como um sistema cultural. Na imigração esta concepção de diferença cultural esteve fortemente ligada às ideologias de pertencimento e foi utilizada de forma política frente às situações de dificuldades ou desigualdades no contexto de adequação ao novo Estado-nação.

Um exemplo claro de situação em que o pertencimento étnico se fazia presente com mais força transparece na fala do sr. Geraldino quando relata as histórias de perseguições sofridas pelos antepassados, pelo fato de falarem uma língua diferente em tempos da Segunda Guerra Mundial.

Geraldino Romais: A época de Getúlio Vargas foi muito difícil... sei que minha avó falava revolução....ela falava: lá vem o pessoal da revolução e tinha que fugir pras matas e eles fugiam. Não conversavam com estranhos... falavam só entre eles. Os alemães e pomeranos foram muito perseguidos, não podia conversar em alemão ou pomerano. Tinha muito preconceito... porque alemão batata né, comedor de pão... de brot... ficava aquela chatiação... e hoje em dia já modificou tudo, veio a evolução.

A etnicidade é bastante significativa na formação da identidade dos indivíduos, especialmente quando estes se entendem enquanto grupo e buscam pela reconstrução/reinvenção de uma identidade tanto étnica quanto social.

Ao tratar do *status* ontológico do termo etnicidade, Fenton observou que ele diz respeito descendência e à cultura. Considera isso um ponto de partida e não simplesmente uma definição, e o ponto seguinte é pensar que etnicidade ‘se refere à construção social da descendência e da cultura, à mobilização social da descendência e da cultura, e ao significado e implicações dos sistemas classificatórios construídos em torno dela’ (2008, p. 3). Povos não possuem apenas culturas ou ancestralidade compartilhada, eles elaboram as duas coisas para compor uma ideia de ancestralidade que cerca as definições de grupos ou comunidades, procura mostrar que os rótulos étnicos (ou outras categorias) não estão no vazio, tem uma base real a sustentá-los. De outro modo, Max Weber (1991, p. 270) também apela a princípios semelhantes ao tratar das coletividades (ou comunidades) étnicas e de nação, destacando a crença na afinidade de origem (objetivamente fundada ou não) e os *habitus*, costumes etc., fazendo referências, inclusive, à imigração. Cultura e etnicidade estão entrelaçados, o que põe em evidência a diferença (em relação aos ‘outros’) e o embasamento da identidade. (Seyferth, 2011, p. 50 *Grifos da autora*).

Neste sentido, questiona-se sobre qual seria a identidade teuto-brasileira (e podemos incluir aqui também os pomeranos ou teuto-pomeranos-brasileiros) já no final do século XIX? Pode-se inferir com base no regime de colonização adotado tanto no sul do país como no Espírito Santo, baseado na localização de imigrantes em terras devolutas, o que não atrapalhava as áreas monocultoras, com colônias distantes dos centros ocupados pela população nacional, fez com que as primeiras gerações se relacionassem muito mais entre si e acabassem se distanciando aos contatos com a sociedade nacional, “[...] e isso teve reflexos na formação comunitária étnica, tanto quanto a ideia mais geral de, naquele lugar, territorializar a nova *Heimat*⁶⁷ (na sua associação com o lar)” (SEYFERTH, 2011, p. 51).

Entretanto, mesmo que tenha sido necessário uma adaptação a nova realidade de produção, de moradia, alimentar entre outras, este aspecto não se faz tão relevante quanto a aspectos mais pragmáticos da etnicidade, como aqueles ligados a uma dimensão cultural valorizada, destacando-se aí em primeiro plano a língua e em seguida a religião ou crenças.

A língua se coloca como um marcador, um elemento distintivo entre os grupos, que faz com que o pertencimento étnico seja mais evidente do *eu* para com o *outro*.

[...] a língua é, sem dúvida, um desses importantes marcadores de pertença e identidade étnica. [...] é necessário que haja, de um lado,

⁶⁷ Pátria em alemão.

o grupo para que a língua se conserve, e, de outro, a língua possui uma importância decisiva para a sobrevivência do grupo, não só como veículo de comunicação, mas também como meio de transmissão de valores do grupo e entre o grupo étnico (MALTZAHN, 2007, p. 05).

Assim como Roche (1963), Bahia (2011) também ressalta a importância da religião e da língua (pomerana e alemã) não só no processo de formação das comunidades pomeranas, mas especialmente na reconstrução e resignificação da identidade étnica e social dos pomeranos, que têm na transmissão oral um fator de grande importância para a continuidade e manutenção de seu modo de vida tradicional.

Como já salientado, as condições impostas aos imigrantes pomeranos no início da colonização (certo abandono por parte do Estado na dotação de infraestrutura como escolas e meios de comunicação) e a imposição do uso da língua alemã por parte da Igreja Luterana fizeram com que as primeiras gerações dominassem, além do pomerano, utilizado mais no universo da *land* (colônia), o alemão alto, considerado a língua sagrada utilizada nos cultos e no ensino confirmatório dos colégios evangélicos.

Destaca-se que, até a Campanha de Nacionalização do Governo de Getúlio Vargas, nos anos de 1938 a 1945, que proibia o ensino de outras línguas no país, o alemão era a língua ensinada no ensino confirmatório e o *pomerich* era utilizado no âmbito doméstico, uma vez que eram quase nulas as ações e preocupações por parte do Estado em manter escolas nas áreas rurais. No período da Campanha de Nacionalização,

[...] houve repressão à publicação e ao ensino na língua alemã, proibição de falar outra língua em público, fechamento de instituições e associações comunitárias e culturais, perseguição aos membros das igrejas luteranas e destruição de propriedades. Muitos pastores foram presos e proibidos de atuar em suas atividades religiosas (BAHIA, 2011, p. 99-100).

A perseguição e discriminação que sofreram pelo governo de Getúlio Vargas durante a Segunda Guerra Mundial, pelo fato de serem luteranos e falarem uma língua de raiz alemã, foram tratados como alemães e simpatizantes do nazismo e das políticas de Adolf Hitler, os levou, por motivos de proteção, a se isolarem do convívio com pessoas de fora da comunidade, criando uma impressão (errônea) de serem pessoas de personalidade “fechada e

desconfiada”, isolamento que alguns colocam como contribuição para a manutenção dos costumes e tradições (BORTOLETO, 2010).

A língua pomerana, o *pomerich*, forma de comunicação na intimidade da família e entre os membros da comunidade, se mantém ainda hoje e em alguns casos, é a única língua falada por alguns dos membros mais idosos da comunidade ou aqueles que residem nas colônias mais distantes entre os vales dos Pontões Capixabas.

Em sua viagem de estudos pelo Espírito Santo nos anos de 1970, Klaus Granzow, de origem pomerana, surpreendeu-se com o fato de a língua pomerana ainda ser falada no Brasil e também com o fato de os descendentes de pomeranos daqui não terem a noção de que os descendentes pomeranos que ficaram na Alemanha e Polônia já não falavam ou mesmo conheciam a língua pomerana.

Tinha conhecimento que os primeiros pomeranos que imigraram para as terras brasileiras, há mais de 100 anos [...] chegaram após uma viagem que durou mais de três meses em veleiros [...]. Enquanto a minha viagem aérea durou apenas uma noite da Alemanha para o Brasil, e do Rio de Janeiro para Vitória levarei apenas duas horas. [...], os leais pomeranos me aguardavam com paciência e me receberam afetosamente. Também estavam presentes no aeroporto de Vitória, o cônsul da Alemanha e alguns amigos alemães da assistência aos países subdesenvolvidos, neste caso, evidentemente, eu falei em alemão. Os 'Pomeranos', como aqui são conhecidos, se surpreenderam com isto, pois haviam anunciado que chegaria alguém da Alemanha que falaria em pomerano. Felizmente, notei logo a decepção dos mesmos e passei a me comunicar em pomerano com eles, que me olhavam perplexos, como se ainda não pudessem acreditar no que estava acontecendo. Porém, quando continuei falando o idioma deles, um jovem da família Pagel bateu palmas e disse em pomerano: 'Ele fala igual a nós, como isto é possível?' Agora começam a me fazer inúmeras perguntas de todos os lados e tenho dificuldades de responder [...], pois eu preciso me habituar e encontrar as palavras em pomerano que falávamos em casa mas lá, na comunicação do dia-a-dia o pomerano não é mais usado (GRANZOW, 2009, P. 18).

De forma geral, língua pomerana, falada somente no Brasil, não se apresenta mais grafada, uma vez que, desde a Reforma Luterana, o alemão passou a ser a língua oficial do ensino religioso e dos negócios, o que fez com que a escrita do *pomerich* se perdesse com o passar do tempo e se mantivesse apenas na forma falada, constituindo-se em um dos mais fortes elementos da manutenção da cultura pomerana, uma vez que, nem mesmo nos territórios da

antiga Pomerânia, hoje pertencentes a Polônia e Alemanha, é possível encontrar quem fale a língua pomerana original.

Apesar da língua ser ágrafa existe um trabalho de recuperação de sua ortografia desde 2006 com a elaboração de um dicionário pomerano-português. Este esforço de recuperação da forma grafada da língua foi desenvolvido pelo antropólogo Ismael Tressmann, sendo realizado ao longo de dez anos incluindo estudos tanto sobre a língua como sobre a cultura pomerana.

Como resultados além do Dicionário Enciclopédico Pomerano – Português, incluindo sua tese de doutorado de 2005, intitulada “Da sala de estar à sala de baile: estudo etnolinguístico de comunidades camponesas pomeranas do estado do Espírito Santo” cita-se ainda a publicação de vários livros com histórias do cotidiano e modo de vida pomerano e o desenvolvimento do Projeto Educação Escola Pomerana, programa em que os professores são preparados para trabalhar também com a língua pomerana e portuguesa.

Ressaltamos que entre os membros da 4ª geração de descendentes pomeranos que visitamos nas comunidades localizadas nos Pontões Capixabas, alguns ainda utilizam-se da forma grafada da língua pomerana⁶⁸, como é o caso de D. Olindina que tem como hábito a escrita de seus diários em que registra suas orações, pensamentos, histórias e tradições pomeranas nas três línguas (alemão, pomerano e português) e ainda como passatempo elaborou um também um pequeno dicionário com o significado de utensílios domésticos e ferramentas de trabalho (figura 09, 10 e 11).

⁶⁸ Com o passar do tempo, a partir da 3ª e 4ª geração a forma grafa da língua foi se perdendo, sendo considerada até pouco tempo como uma língua ágrafa (anterior aos projetos de recuperação da forma grafada da língua pomerana por Ismael Tressmann). Contudo, alguns poucos membros mais idosos da comunidade ainda conservam a forma escrita da língua tradicional.

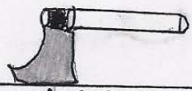
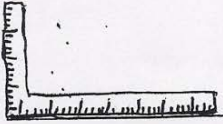

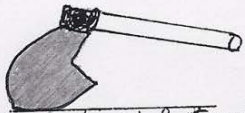


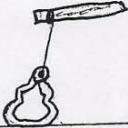
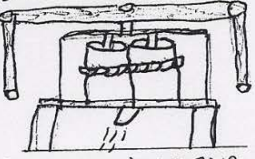
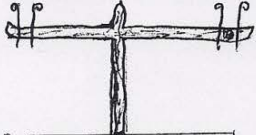
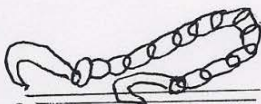
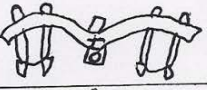

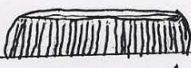
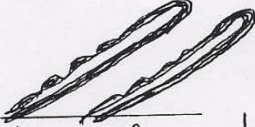
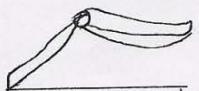

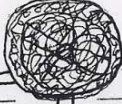
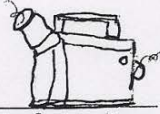

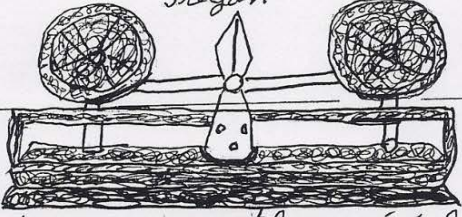
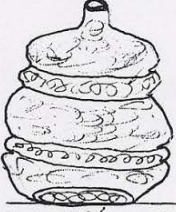
Figura 9: Dicionário de D. Olindina Binow Naitzel – Animais e Utensílios Domésticos



Fonte: Diários de Olindina Binow Naitzel.

Figura 10: Dicionário de D. Olindina Binow Naitzel – Ferramentas de Trabalho

8/2/006

		
aíen biel tam vod huld glad hógan	aíena vingat tam vod gróó mogan	aíen setz vóóch dad is out tam buch abed mogan
		
aíena desddal tam huld ud hógan	rubal tam huld glad rubalan	Steg fouza tam kóha budalan
		
loud tam vod gróó buhan	sucogaroo prez tam garaba ud presan	blina valach tam Spelan
		
óssa kevr tam ira ghuag hógan	óssa ghuag	Schraubeneir tam vod farsd Schruban
		
aíena Camm tam hóra gueman	hóra clama tam hóra farsd Stegan	balbie medza tam bóod af mogan
		
		pléd isa tam cola vina mogan tam haid vara uatiuch plédan
		
aíena Kila	died ies aíen tela vóóch tam Kila viz vlihan	aíen elia crug tam vóoda culd blivan

Olindina Binow Naitzel Lrainha Dancas & S

Fonte: Diários de Olindina Binow Naitzel.

Figura 11: Dicionário de D. Olindina Binow Naitzel – Corpo Humano

2

allas vad dai cörba hed

hööra, cöub, breita, ouban, ney, oaran, mull, Schmur bööt, tena, Kiem bag, bööt, Kiem, häaly, quink, Chulla, ääm, élböba, hand, finga, Chingan, Enoian, vööra, engal, fuida, hagk, ténan, géina, bairra, cöörba, lugk, glira, den is dad, egive allar, vad ten, cöörba hööra, deid, halb röö, Chlug, tung, halz, tába, allar vad ina tief in is, dad is, dama, blin dama mag dam, hedy, lung, léeva, gal, mild, naira, bloös, den rin dai ödra, vad dera ganya cöörba döch geid, mid, blaud, zelina, dad sid ort in fleisch, Enoögan, gilenga, röich Strang, dad hööd allar tau, tana cöörba, dai cöörba hed ut vööda in, ven dai lür den albira dan den Churaida, sai dad vööda ruda, uda cöörba dad is gissund, pudra, fanza, söcha, allar vads um land möga dan, ina Stad Keras, dad nie vöra dai ama lands lür albira!

oian cörba fom meiza
allas vad dai cörba hed

isto é uma Enxada
puz hag

isto é um Enxadao
röö hag

hand rihgal

poud tang

relojo de pulso
adm uul

rama

vooga pul derberido
rid hulda fos foro

poud manei Cartera

finha ring anel

vand klok
relojo de parede

ring brinco

4/2/006

Olindina Binow Naitzel

Seaginha Pancas ES

cafa sag coado

9

Fonte: Diários de Olindina Binow Naitzel.

A língua e a religião se colocaram como fortes elementos de reconstrução da identidade étnica e social dos pomeranos e, conseqüentemente, do modo de

vida, pois, além de fundamentais em seu meio, uma vez que, para os primeiros colonos a língua portuguesa ainda se colocava como uma barreira a ser transposta, as línguas pomerana e a alemã eram utilizadas tanto no cotidiano da unidade de produção, como na transmissão dos saberes, nos rituais e nos momentos sagrados. Segundo Bahia (2011):

O uso da língua alemã também é freqüente, juntamente com o pomerano, nas práticas de benzeção realizadas pelas mulheres na esfera familiar. [...]. Chamo a atenção para o fato de haver uma diferença no uso das três línguas entre as mulheres e os homens. As mulheres, em sua maioria são bilíngues em relação aos homens. Elas falam com maior frequência o pomerano e o alemão. O uso da língua portuguesa vai depender do grau de escolaridade. A divisão social do trabalho no campo, somada aos valores de transmissão da germanidade, atribui diferentes papéis sociais para os homens e as mulheres. Cabe às mulheres o domínio do espaço da casa, da família e da educação dos filhos e aos homens o espaço de circulação entre a casa, o mercado e o comércio (BAHIA, 2011, p. 110).

De acordo com a análise de Bahia (2011), a influência da língua alemã na elaboração da identidade étnica e social se deve pelo significado das palavras sagradas, pois elas expressam, para o grupo, o que eles são e o que representam no mundo camponês.

Diante dos termos linguísticos presentes nos escritos sagrados que se referem às virtudes e boa conduta cristã, “o pomerano retoma o sistema cognitivo tradicional e se reconhece como um verdadeiro pomerano”, ou seja, “temos o uso das representações religiosas para compor uma imagem identitária para o grupo. As características do ‘*ethos* luterano’ compõem a imagem da boa virtude, da pobreza e do despojamento como fundamentais na elaboração da identidade camponesa” (BAHIA, 2011, p. 113).

Nesse contexto, entende-se que, tanto a exploração vivida durante o longo período de expropriação sofrido pelos camponeses pomeranos como as dificuldades encontradas no processo de colonização e territorialização seriam superadas, uma vez que mantivessem a fé e se mantivessem como verdadeiros pomeranos e camponeses. A terra, além da possibilidade de reconstrução da identidade social, é também entendida como meio para seguir o caminho do bom camponês⁶⁹.

⁶⁹ [...] Lutero, em sua doutrina da justificação pela fé, contrariamente à ética calvinista descrita por Max Weber (1987), não prevê a mobilidade social, uma vez que a figura divina elege a vocação e quem é o eleito. O destino já está traçado por Deus, e, ao se nascer camponês, deve-se cumprir bem o seu caminho (BAHIA, 2011, 113).

Assim, voltar a ter acesso a terra permitiu a reconstrução de identidades há muito tempo perdidas, pois, mesmo os que já não eram mais camponeses na Pomerânia, e sim diaristas, com o acesso a terra de trabalho recriaram não só sua identidade étnica e social, mas, principalmente, seu modo de vida, baseado no *ethos* religioso. Para Bahia (2011):

O *ethos* religioso expresso na apropriação da língua alemã não demarca apenas uma identidade de camponês, mas também a especificidade étnica perante a sociedade nacional. Orienta ainda as transformações do grupo diante das próprias dificuldades de reprodução social. Os pomeranos, diante da mobilidade social do mundo camponês, acionam as imagens sagradas da religião através do uso da língua alemã, reinventando a figura do 'camponês tradicional'. É o uso da imagem do campônio luterano e imigrante trabalhador que perpassa as diferenciações internas do grupo e que organiza o mundo dos eventos e das festas da comunidade. [...] Os pomeranos, ao valorizarem o passado, a origem mítica, reabilitam a tradição e expressam uma identidade que dá unidade à diferenciação interna existente na sua estrutura camponesa. [...] a comunidade camponesa se reconhece numa linguagem. A expressão do *ethos* religioso é um sinal gramatical, reconhecimento de uma linguagem através de um mediador local/nacional (Igreja luterana) que reconstrói para os pomeranos uma noção identitária a partir da fala sagrada, produzindo imagens de consenso 'aparentemente sobrepostas' às diferenciações internas do grupo. (BAHIA, 2011, p.114-117).

Fica claro o papel da Igreja Luterana como determinante para a manutenção do alemão (*língua alta*) nas comunidades, especialmente entre as primeiras gerações, uma vez que esta estava atrelada ao sagrado. Contudo, com relação aos mais jovens a partir da 4ª geração, o pomerano ainda é muito utilizado no âmbito familiar e local, já o alemão fica restrito aos momentos de cultos na Igreja.

Até a década de 1990 os cultos em sua maioria eram ministrados apenas na língua alemã, considerada como oficial pelos pastores, mas não sendo compreendida pelos mais jovens. Posteriormente é introduzido o culto em português, o que veio a ser um problema, pois os mais idosos não compreendiam bem a língua do país. A alternativa em alguns locais foi realizar os cultos em pomerano, o que também foi problemático já que os mais idosos consideram que o correto é que o culto seja em alemão. "A história parece ter lhes dito que a língua oficial para se comunicar com Deus, deve ser o alemão clássico" (JACOB, 1992, p. 44)⁷⁰.

⁷⁰ Como já colocado, após a Campanha de Nacionalização e a perseguição que sofreram, muitos locais no interior do estado permaneceram sem ensino público e as escolas de ensino religioso, que ensinavam

Vale salientar que entre os mais jovens, a exceção com relação ao aprendizado tanto do pomerano, quanto do alemão, diz respeito as mulheres que seguirão a tradição das mães ou avós como benzedoras, pois, este é um saber transmitido entre as mulheres e geralmente pela figura materna. É a mãe, quem transfere para a filha a sabedoria das palavras mágicas (mistura entre alemão pomerano) para os principais ritos de passagem, casos de bruxaria e práticas de benzeção para curas espirituais e do corpo. Saber religioso que será utilizado no âmbito familiar e membros próximos da comunidade (BAHIA, 2011).

De acordo com Joana Bahia (2011),

[...] a língua pomerana e a alemã são fundamentais na transmissão da tradição oral e na elaboração da identidade étnica e social. Ambas possuem modos distintos de serem usadas no cotidiano do grupo e peso significativo nos aspectos mágicos dos rituais que marcam os ciclos vitais do grupo [...] (BAHIA, 2011, p.112).

Concordo com a autora na força da língua pomerana e alemã na transmissão da tradição oral do grupo, no entanto, reforço que mais que a língua, foi o acesso a terra, a possibilidade da territorialização, que permitiu a elaboração resignificada da identidade étnica e social, pois, como já se fez referência já não se entendiam mais como camponeses e com o processo de desestruturação do território pomerano foram também espoliados de sua identidade étnica. Pois,

[...] da língua alemã, sua utilização está mais próxima da religião no que se refere à esfera institucional, isto é, a participação dos pomeranos na Igreja Luterana. Este fator se torna mais evidente no apego dos pomeranos às palavras sagradas da Bíblia expressas em alemão e aos escritos de Martin Lutero. A força das palavras sagradas expressa para os componentes do grupo o que eles são diante do mundo camponês. Temos a importância dos escritos bíblicos, das festas comunitárias organizadas pela Igreja Luterana e, [...], a força das representações existentes em torno da figura do pastor (BAHIA, 2011, p. 112-113).

Frente a dinâmica social que se coloca no mundo camponês gerando desestruturas e rompimentos, verifica-se que os pomeranos, acionam as imagens sagradas da religião, através de seus símbolos e especialmente pelo uso da língua alemã, ao reinventar e resignificar a figura do camponês

apenas em alemão, foram proibidas. Assim, uma parcela considerável de pessoas da 3ª e 4ª geração não foram alfabetizadas em nenhuma língua, apenas aprenderam o pomerano em casa.

tradicional, ou seja, reforçam o uso da imagem do camponês luterano e trabalhador, descendente de imigrantes que lutaram para voltar a terra, para se colocarem enquanto grupo, tanto no sentido da alteridade perante os demais sujeitos, como para reforçar identidade diante de situações de conflito.

Esta identidade, ao mesmo tempo forjada e resignificada, do *camponês tradicional e digno da terra em que trabalha*, é acionada como uma forma de demonstrar a persistência da identidade social do grupo, camponeses pomeranos, nas “situações de valor identitário” que evidenciam quem são frente as mudanças do mundo rural, como as festas tradicionais: Festa da Colheita, Festa Pomerana, Festa do Colono, Festivais de Tocadores de Concertinas, Feirinhas de Comidas Típicas Pomeranas e da região e Casamentos e também atualmente nas situações de luta e manifestação contra a possibilidade de expropriação de suas colônias com a criação da UC (fotografias 22, 23 e 24).

Fotografia 22: Cartaz da Pomerfest de 2015

VI Pomerfest

31 de Julho, 01 e 02 de Agosto

LAGINHA - PANCAS - ES

31 de Julho - Sexta-feira
 19:00 hs - Abertura Oficial com homenagens
 21:30 hs - Show com **Dhione Moraes**

01 de Agosto - Sábado
 19:00 hs - **Desfile Cultural** - Tema: "Peregrinos da Esperança!"
 19:45 hs - Show Pirotécnico
 20:00 hs - Apresentação de grupos de dança
 21:00 hs - Show com **Banda Animasom Capixaba**
 23:30 hs - Show com **Matiele Fabretti**

02 de Agosto - Domingo
 07:00 hs - Abertura da Barraca Pomerana
 08:00 hs - Show de concertina com **Erineu Seideler** (quadra de esportes)
 10:00 hs - Apresentação de grupos de dança
 11:00 hs - Almoço
 12:00 hs - Show de concertina (quadra de esportes)
 17:00 hs - Show com **Zé do Lino e Nicodemos**

OUS LAND OUS LÜÜR
NOSSA TERRA NOSSA GENTE

e-mail: apop.pancas@gmail.com

REALIZAÇÃO: Associação Pomerana de Pancas

APOIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PANCAS

PATROCÍNIO: SICOOB, STR PANCAS - ES, SINDICATO RURAL PANCAS - ES, conectiva

Fonte: Arleida Lemke Tesch, 2015.

Fotografia 23: Desfile na Pomerfest de 2015 – Trajes Típicos Pomeranos

Fonte: Arleida lemke Tesch, 2915.

Fotografia 24: Desfile na Pomerfst de 2015 – Referência à Luta pela Terra

"E a luta continua: Os peregrinos da esperança, Só desejam permanecer nestas terras, Que conquistaram e cultivaram com tanta dedicação! Às custas de muito sangue e suor!"

Fonte: Arleida Lemke Tesch, 2915.

Edna Vervloet: Lembro de muitas tradições... ainda existe muita coisa ... o ano passado (2011) nós fizemos a primeira Festa da Saúde Alternativa, foi a primeira festa... e nós fizemos tudo isso...a carne debaixo da banha, o brot, a bebida foi água de coco, suco e frutas...fizemos gengibirra....é um refresco fermentado de gengibre.... aconteceu aqui no município, mas foi do estado todo, tanto que depois eu fui numa reunião da Câmara e dois vereadores falaram da festa.... que aquilo não podia acabar, que tinha que continuar porque estava restaurando as coisas da roça! Nessa festa a gente tinha toda aquela comida natural, comida da roça... e toda a bebida natural também, não tinha nenhum refrigerante, nenhuma cerveja, nada disso... era só coisa natural...era suco de inhame, suco de frutas, caldo de cana, água de coco...isso foi a bebida e o consumo foi muito grande!

Hoje os pomeranos convivem muito no meio dos outros e se mistura e nessa mistura que essas coisas estão sendo esquecidas... na festa o povo falava assim: meu Deus a gente não consegue comer mais não! É muita comida! E era tudo comida da roça. Por isso eu falo com o pastor que esse trabalho implica, mexe com as pessoas... ficou bem histórico....foi bem chamativo!

A fala de minha interlocutora é bastante significativa sobre a importância dos valores identitários do grupo e seu modo de vida acionados nos momentos festivos como uma forma de reforçar sua diferenciação perante os outros e ainda do papel da Igreja como incentivador desse reconhecimento e fortalecimento identitário, especialmente diante das mudanças socioculturais impostas pelo mundo contemporâneo.

As festas são frequentadas pela própria comunidade e moradores da região próxima, sendo também preparadas pela comunidade pomerana, uma vez que ou estão ligadas diretamente a alguma atividade da Igreja Luterana, como as festividades do Dia Luterano, ou, quando não, recebem ainda assim o seu apoio para a realização.

Contudo, é revelador o fato de que algumas festas típicas como a *Sommerfest* (Festa do Verão) que comemora a chegada os primeiros imigrantes alemães nas áreas iniciais de colonização (1847), não são consideradas como uma festa a que os pomeranos devam prestigiar. Mais uma

vez vemos o valor da identidade étnica e social acionado quando os pomeranos ao repudiarem esta festividade afirmam ser a *Sommerfest* uma festa de alemães e não de “gente da roça como eles”, assim não está ligada aos valores do “bom camponês” que trabalha com a terra e segue as palavras sagradas ensinadas por Martim Lutero (BAHIA, 2011).

Ao acionarem o ‘ser da roça’ como elemento de distintividade em relação aos outros alemães, os pomeranos se valorizam como sendo ‘mais pomeranos’ e, portanto, ‘mais alemães’ do que aqueles ‘que se dizem alemães e não falam mais o dialeto, não conservam mais as tradições’ e que são alemães ‘apenas para turista ver’. [...]. Os pomeranos, ao valorizarem o passado, a origem mítica, reabilitam a tradição e expressam uma identidade que dá unidade à diferenciação interna existente na sua estrutura camponesa. É na figura do pequeno proprietário que tem a posse da terra, mas que completa sua sobrevivência com atividades casuais, que se pauta a imagem do ‘camponês típico’. Ele é o detentor dos meios de produção, mas se encontra ameaçado pelo processo gradual de proletarização do campesinato (BAHIA, 2011, p. 115-116).

Jacob (1992) chama a atenção para o fato da distintividade entre os membros dos grupos de colonos ser afirmada a partir da história de dominação do território pomerano e transmitida entre as gerações mais antigas que vivenciaram o processo de expropriação e migração. Diferenciação esta, segundo ele, incorporada pelas gerações nascidas já no Brasil tanto como uma forma de diferenciação diante do outro, como até mesmo de valorização interna do grupo, não mais com a consciência histórica sobre a dominação política do território de origem dos antepassados.

Dizer que o pomerano é alemão ou polaco é uma interpretação da classe dominante. Na verdade, sofreram muitas influências desses povos; a germânica do ocidente e a eslava do oriente. Isso foi muito mais um domínio político do que, propriamente dito, uma dominação cultural. Porque, na verdade os pomeranos, ainda hoje, tem suas características bem próprias, e, que os diferenciam, em muito dos outros povos. A Alemanha e a Polônia tentaram uma aculturação, proibindo várias atividades deles, mas não conseguiram. Aprenderam a língua e os costumes do dominador nas escolas, mas em casa continuavam a praticar seu dialeto e com ele seus costumes e tradições. Nesse sentido, esses projetos, a ‘germanização’ e a ‘polaquização’, não conseguiram impor a cultura do dominador. Muitos de nossos avós foram alfabetizados no Brasil na língua clássica alemã (Houchdütsch), mas em casa falavam e ensinavam aos filhos o dialeto pomerano. O mesmo aconteceu conosco, quando na escola foi ensinado o português, mas em casa praticávamos o dialeto e com ele a maioria dos costumes e hábitos pomeranos (JACOB, 1992, p. 14).

Os autores evidenciam muito claramente como a distintividade do grupo é acionada também como uma defesa frente às alterações que o campesinato vem sofrendo, o que fica evidente em vários relatos coletados ao longo da pesquisa - o quanto é difícil a luta para se manter na terra, assim como é difícil manter as tradições frente a tantas inovações que tendem a afastar os mais jovens, seja do trabalho na terra, como das atividades da igreja.

Geraldino Romais: eu falo pomerano e alemão, mas os filhos já não falam tanto... entendem, mas não falam, o que é uma pena (os filhos já saíram da região). No princípio era muito difícil nossa infância... nós os pomeranos fomos muito abusados, como eu falei...a gente era o alemão batata, eu mesmo...depois estudei fiz faculdade (fez Pedagogia e foi professor na cidade), mas a gente teve muita dificuldade...teve muito preconceito com os pomeranos. Hoje é diferente... as pessoas estão reconhecendo as tradições, as lutas (refere-se ao trabalho no campo) , você vai numa feira e vê muito pomerano vendendo as coisas, muita fruta, banana, tem de tudo e isso é uma tradição nossa, mas é mais com os mais velhos e ta muito difícil conseguir manter isso... É uma luta.... pode plantar, mas com dificuldade... tenho um pedacinho de pasto, tenho uns bois... tem o leite, mas se você for vender o leite é difícil porque sempre tem o grande na frente, então o pequeno proprietário sempre é prejudicado! Se for vender um queijo não consegue.... porque se for no supermercado é um preço, mas o que você vai vender não tem preço... Até o café, com o café a pessoa luta... às vezes irriga a lavoura de café, mas a saca ta 270,00 então não compensa... o que a gente planta aqui, vende na feira, mas aqui quase só faz pro gasto... tira o leite, as galinhas... quase não falta nada, então é mais pra manter e se sobrar a gente leva pra feira.

As tradições... hoje quase se perdeu...na nossa juventude os pastores olhavam muito isso, reuniam os jovens, faziam os estudos bíblicos e depois tinham as rodas, cantavam...eu aproveitei, minha esposa também, estou casado há 50 anos... (cantarola trechinho da cantiga de roda das brincadeiras que participou quando jovem)... “oh gira... vamos girar...vamos dar a meia volta, volta e meia vamos dar...três solteiros a

passar...passar...passar...três amigas vamos chamar... vamos chamar..."

A igreja era muito importante nas tradições, até hoje os pastores lutam muito! Eles ainda tentam reunir, mas hoje tem muita dificuldade... mesmo quando tem um estudo bíblico os jovens vão e assim que termina rapam fora... querem outro divertimento....

Josias Lemke: hoje parece que perdeu o interesse ou o respeito daquelas datas comemorativas de igreja... antes na Sexta-feira Santa ninguém fazia nada... a gente fazia a torta no dia de quinta (torta de bacalhau com palmito é o prato típico da sexta-feira santa no ES), na sexta a gente ficava quieto, ia pro culto. A gente ainda guarda, mas não é tão tradicional mais.

Era gostoso ver essas coisas... a gente fica voltando pra trás... as pessoas falam que o velho depois de velho fica gagá, mas não é gagá não, ele ta recordando o que passou... as vezes ele quer colocar tudo a tona e não consegue porque esquece alguma coisa, mas não ta gagá....o passado não volta no presente, mas volta a memória das coisas, das pessoas.

Em seu trabalho "Comunidade Sinsei (u)topia e territorialidade", de 1996, Valéria de Marcos ressalta a importância da religião para a vida das comunidades. De acordo com a autora dentre todas as estruturas da vida em comunidade, "A religião é um alicerce de grande importância para a comunidade. É possível até que seja o mais importante" (MARCOS, 1996, p. 163).

Ao tratar da comunidade menonita, Marcos (1996) aponta a relevância da congregação na manutenção da identidade e modo de vida destes, o que se aproxima muito das características da comunidade pomerana luterana, uma vez que a Igreja Luterana teve um papel significativo na manutenção da identidade étnica do grupo pós territorialização e retorno a condição de camponeses.

Os Menonitas pertencem às congregações e interagem entre si de acordo com fatores congregacionais, étnicos e familiares. A congregação continua exercendo um considerável controle moral sobre a vida secular da comunidade, mas a influência é secundária.

Neste modelo existem duas esferas: a religiosa, centrada na vida congregacional, e a secular, baseada na comunidade familiar e social. Este modelo tem criado a possibilidade de surgimento de um vasto sistema de ajuda mútua, tais como ajuda em caso de incêndios, tempestades, chuvas de granizo, seguros contra roubo; organizações de assistência mútua tais como construções de celeiros após um incêndio, trabalhos nos campos de um vizinho doente, assistência às crianças durante a doença da mãe, etc (MARCOS, 1996, p. 324)

Outro aspecto importante da igreja junto aos pomeranos, já citado no item 3.1, esteve na própria formação e continuidade das comunidades como espaço congregador das colônias que passam a sentirem-se pertencentes a um espaço de reciprocidade onde todos se entendem como iguais.

Antonio Candido em seu estudo no interior paulista define brilhantemente o bairro rural, o que me permite comparar a constituição das comunidades pomeranas e entender a força da religião ao criar os elos de pertencimento, buscando unir e congregar as colônias.

‘O que é bairro?’ – perguntei certa vez a um velho caipira, cuja resposta exprime numa frase [...]: - ‘Bairro é uma naçãozinha’. – Entenda-se: a porção de terra a que os moradores têm consciência de pertencer, formando uma certa unidade diferente das outras (CANDIDO, 1964: p. 84).

A partir da ocupação das Terras Quentes tanto ao sul quanto ao norte do rio Doce houve um trabalho efetivo dos pastores na fundação das paróquias nos vários núcleos coloniais, como também ocorreu com o núcleo que dá origem a comunidade camponesa pomerana dos Pontões Capixabas:

De acordo com Maria Isaura de Queiroz, o bairro rural também pode ser entendido como:

[...] um grupo de vizinhança de “habitat” disperso, mas de contornos suficientemente consistentes para dar aos habitantes a noção de lhe pertencer, levando-os a distingui-lo dos demais bairros da zona. O “sentimento de localidade” constituía elemento básico para delimitar a configuração de um bairro, tanto no espaço geográfico quanto no espaço social. Tradicionalmente, uma capela marcava o núcleo central, e a festa do padroeiro constituía um dos momentos importantes de reunião para os componentes dispersos pelas cercanias, - momento em que se afirmava a personalidade do bairro, em relação aos bairros vizinhos. Cada bairro se compunha de famílias conjugais autônomas, autárquicas, lavrando independentemente suas roças quando e como queriam. Não podiam, porém, prescindir do auxílio dos vizinhos sem grave diminuição de seus recursos, pois suas técnicas eram as mais rudimentares (QUEIROZ, 1973, p. 03-04).

No caso das comunidades protestantes, das quais fazem parte os camponeses pomeranos, mesmo que estas se diferenciem um pouco da configuração tradicional do bairro rural, por não possuir a praça e o pequeno comércio na área central da aglomeração, estão presentes todos os demais aspectos deste, como: a Igreja Luterana e escola de Confissão Luterana, a relação de vizinhança, o compadrio, a troca, os momentos de reunião nos cultos, o coro de trombones, o Conselho da Igreja e, principalmente, o sentimento de pertencer a uma comunidade, algo muito marcante nas falas dos descendentes ainda hoje.

A fala de D. Edna Vervloet, sobre sua participação em uma reunião de projetos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, expressa o sentimento de pertencer a uma comunidade e a importância dada a esse pertencimento pelos seus membros:

Edna Vervloet: Esses dias eu fui para o Rio Grande do Sul levar para a central da igreja o conhecimento que a gente tem aqui da Saúde Alternativa, foi um encontro para que todos os projetos de trabalhos naturais da Igreja Luterana fossem apresentados, pra que todo mundo falasse como tem trabalhado. Eu até comentei aqui na comunidade que a gente se acha tão pequeno, mas quando a gente vai pra fora é que a gente vê o tamanho que você tem.... porque nós estamos bem organizados aqui e eu senti dentro de todos os trabalhos da igreja que eu vi ... é que nós somos os mais organizados. Lá nós tivemos oportunidades de mostrar como a gente se organiza na nossa comunidade, como lidamos com os grupos, como corremos atrás de recursos. É um trabalho que é da igreja, a raiz é da igreja, mas não era muito conhecido na central da igreja.

A fala de D. Edna Vervloet deixa claro o quanto a igreja é importante na vida dos descendentes pomeranos ainda hoje, ou seja, ela não se fez necessária e relevante apenas no período de formação dos núcleos de colonização, não só a religião luterana é importante, mas também o fato de pertencer a uma comunidade, de estar integrado, ter laços com o grupo étnico a que pertence.

A ideia de chegar uma hora antes do culto ainda continua em muitas comunidades do interior Capixaba. Eles chegam uma hora antes para encontrar amigos e parentes, para conversar e tratar assuntos com o pastor e ainda notícias relacionadas com suas colheitas (JACOB, 1992, p. 44).

No início da colonização, as dificuldades de comunicação se colocavam não só para o estabelecimento de estruturas voltadas para o abastecimento interno das colônias (que não se constituíram de forma aglomerada) e comércio dos bens produzidos, mas também para o estabelecimento das estruturas tão caras aos colonos, como: escolas, igrejas, postos médicos, transporte e infraestrutura agrícola. Roche (1963) argumenta que:

[...].Não se conhecem, portanto, nem feiras nem mercados, todas as trocas se efetuam por intermédio do negociante, na sua casa. [...]. A 'venda' fica, portanto, isolada por essência. Ela condiciona tão mal o povoamento que a igrejas, os templos e as capelas são raramente construídos na sua proximidade. Contudo, os colonos, muito fervorosos, logo ergueram salas de culto, multiplicaram os pontos de pregação. São avistadas de longe, devido aos campanários de silhueta pseudo-gótica, com os quais tanto luteranos como católicos creem ornamentar suas igrejas. [...]. Atrás do edifício do culto, o presbitério, geralmente habitação vasta, bem conservada, dispendo de todo o conforto compatível com o isolamento rural. E, por vezes, em anexo, uma ou duas salas de aula ou antigas salas de aula, servindo para reuniões. [...]. E ela permanece solitária, em lugar escolhido no centro do núcleo de povoamento, uma vez que para ela concorrem os fiéis (ROCHE, 1963, p. 49-51).

Ressalta-se que, apesar da importância da religião luterana na vida dos pomeranos, inicialmente, estes não contaram com a presença constante de religiosos (pastores luteranos) nas proximidades dos núcleos coloniais, sendo que a iniciativa de construir salas de aula⁷¹ que serviam também como pontos de pregação partia dos próprios camponeses que se incubiam, também (dentre os que sabiam ler), de realizar a leitura dos hinários e de versículos da Bíblia, que eram decorados pelos demais, criando o sentido da congregação religiosa entre os colonos (Retz, 2005).

De acordo com Retz (2005), dois pastores foram enviados às primeiras áreas coloniais, um em 1858 e outro em 1859, sendo que os dois faleceram em

⁷¹ Ressalta-se que, no início da colonização, o ensino religioso se configurava como a única forma de escola presente nas proximidades das colônias e era realizado também por algum colono que, voluntariamente, dispunha-se a ensinar crianças e jovens.

meados do mesmo ano em que foram enviados. Entretanto, como destacado, os colonos não esperaram por ações institucionais para fundar suas comunidades e dar continuidade à recriação de seu modo de vida, intimamente ligado à religião luterana e ao convívio gerado por suas práticas e ritos, uma vez que, com o acesso à terra, já haviam iniciado sua recriação social enquanto camponeses. Era necessário dar continuidade à recriação de sua identidade étnica e a religião contribuiu fortemente para isso, pois o bom camponês deveria ser também um bom luterano. De acordo com o autor:

Em 1864, por intermédio de Tschudi, um chanceler suíço, Santa Leopoldina recebeu os primeiros religiosos da Casa Missionária da Basileia. Entrementes, algumas comunidades já haviam sido fundadas. Em 1858 surge a comunidade de Luxemburgo; em 21 de maio de 1866 foi inaugurada a igreja de Domingos Martins; em 1873 formou-se a comunidade de Califórnia, com ex-membros da comunidade de Campinho e, principalmente, de Santa Leopoldina. Em 1879 foi criada a comunidade de Santa Leopoldina II, também chamada de Jequitibá [...] (RETZ, 2005, p. 30)⁷².

As dificuldades encontradas e a necessidade dos colonos em fundar as próprias comunidades, tanto para sentirem-se integrados territorial e identitariamente a um núcleo comum, mas também para resolverem os problemas ligados à questão da educação e demais infraestruturas, são comentadas por Granzow (2009), durante sua visita às comunidades:

Na maioria das vezes as tentativas de fundar uma comunidade fracassava por falta de dinheiro. Os colonos não só ficavam responsáveis pela construção da igreja, da casa pastoral e pagamento do salário do pastor mas também, por iniciativa e por conta deles, se responsabilizavam pelo pagamento do professor e pela manutenção das escolas. Uma regra ditada entre os colonizadores quando chegaram dizia: 'irmãos iguais, responsabilidades iguais'. (GRANZOW, 2009, p.175).

A respeito da iniciativa dos colonos em suprir as necessidades do grupo tanto em termos religiosos, como com a instalação das infraestruturas necessárias a como: a escola para o ensino religioso e regular, a paróquia, o cemitério, estradas, pontes etc, o sr. Geraldino Romais relata com muita emoção o momento em que seus antepassados vivenciaram:

⁷² As comunidades citadas fazem parte das antigas colônias Santa Isabel e Santa Leopoldina, atualmente formadas pelos municípios de Domingos Martins, Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá.

Meu avô chegou nessa região por volta de 1920... foi aqui em 1925 que foi pregado o primeiro evangelho... foi o pastor Brick que pregou o primeiro evangelho aqui onde depois foi construída a casa... foi o evangelho de Lucas 10.42. Ficou uma tradição muito grande... as pessoas sempre vem aqui pra ver onde foi pregado o primeiro evangelho. Foi depois disso que veio as igrejas pomeranas... a igreja do Palmital, a igreja do São José Pequeno.... e assim foi espalhando, as escolas, porque eles olhavam também para as escolas...

Sobre a primeira pregação que dará início a construção das primeiras igrejas na comunidade que começa a se formar entre os Pontões Capixabas, apresento um trecho do trabalho do Pastor Retz (2005) com uma riqueza de detalhes que complementam as lembranças do sr. Geraldino:

[...] P. Brick foi procurado por um grupo de pessoas que já havi ultrapassado a margem norte do Rio Doce. Era o grupo de Pancas! Entre eles estava um colono Ohnesorge. [...] O grupo relatou ao P. Brick que não tiveram a presença de um pastor em sua localidade e que suas crianças deveriam ser batizadas. P. Brick atendeu prontamente ao pedido e cavalgou com eles até onde moravam, um trajeto de aproximadamente um dia. Pelo caminho, os migrantes falaram sobre suas necessidades. Certamente uma delas era exatamente o atendimento espiritual. [...] Após um dia de cavalgada chegaram na residência de Maximiliano Romais, em Pancas, onde P. Brick pernitoiu. Ainda durante a noite, a vizinhança se reuniu para ouvir o pastor contar algo sobre a Alemanha e sobre a Guerra de 1914/18. Na manhã seguinte, a casa encheu! Foram improvisados bancos com tábuas colocadas sobre caixotes para que as pessoas vindas à casa pudessem ficar acomodadas. Naquela manhã foi celebrado um culto na casa dos Romais. Nesta primeira pregação, P. Brick falou sobre a palavra 'uma é a necessidade': ouvir a Palavra d Jesus e segui-la. Também foram batizadas as crianças, que já haviam ficado maiores. [...] Com a vinda de mais migrantes, a carga de trabalho aumentou para os pastores. As comunidades mais distantes não recebiam atendimento regular. Assim, surgiu propostas de constituição de novos pastorados. [...] Durante a década de 1920 surgem os pontos de pregação de Mutum, Piabas, São João Grande, São João Pequeno, São Pedro e Panquinhas (RETZ, 2005, p. 36-37).

Apesar da instalação das paróquias fazer parte e, de alguma forma, incentivar a expansão dos primeiros núcleos coloniais (Santa Isabel e Santa Leopoldina), constata-se, com base nos levantamentos de Roche (1963) e de Retz (2005), que a constituição das comunidades luteranas só começou a se fazer mais presente após 1870, na terra fria, com a chegada de novos contingentes de imigrantes pomeranos e depois, conseqüentemente, com a

formação dos novos núcleos coloniais que se expandiram para as regiões da terra quente ao sul do Rio Doce, o que possibilitou, efetivamente, a conformação dos bairros rurais que vão caracterizar as comunidades luteranas a partir de então.

É significativa a força que os pastores ainda possuem perante as comunidades em um aspecto que vai além das questões espirituais. São percebidos pela comunidade como alguém preparado tanto para as questões de cunho religioso, quanto para questões da vida comum do camponês, alguém que detém o saber e que pode orientar a comunidade em suas dificuldades.

Edna Vervloet: ... os pastores da paróquia diziam pra preservar, pra cuidar! Na época do pastor Bertlein, da Alemanha, ele não podia ver um fogo que ele saía e ia apagar, juntava gente com ele e ia apagar. Ele enfrentava, ele deu exemplo para o povo da Igreja mostrando essas coisas, nós fomos conscientizados pela Igreja!

Eu me sinto muito feliz dentro da Igreja, é a partir da Igreja que eu tenho todos os conhecimentos hoje, que eu cheguei a conhecer o meu dom... coisa que eu não sabia que tinha! A Igreja incentivava muito a questão da natureza, eu não sei se é porque tenho isso dentro de mim, mas eu sempre gostei muito de lidar com as coisas da natureza... o pastor diz que talvez um pouco disso venha da cultura de meus avós, porque Ewald significa mata... quer dizer, eu já tenho isso dentro de mim. Toda vida gostei muito da natureza e de lidar com isso e aí veio esse projeto da Alemanha (Saúde Alternativa) e eu fui acompanhando e gostando daquilo e comecei a trabalhar e foi multiplicando o trabalho.

Elaine: Ainda é assim hoje? A Igreja ainda tem muita importância para os pomeranos?

Edna Vervloet: Eu digo com orgulho que é devido à Igreja que temos todos os conhecimentos. E agora mais uma vez essa questão da nossa briga com o Monumento Natural tem a Igreja por trás, se não fosse a Igreja que tanto ajuda a gente no conhecimento nós estaria praticamente perdidos...

eu digo para o pastor que a Igreja de Confissão Luterana, aqui no município, não sei como é fora, mas aqui ela tá mais forte e reconhecida que a Igreja Católica... a Igreja de Confissão Luterana tá sendo muito reconhecida por essa briga. Agora que nós temos esse pastor (fala o pastor Ênio Fucks) que é muito político... digo político no bom sentido, ele tá envolvendo as outras igrejas numa boa, sem conflito nem nada, nesse movimento que teve aqui (ocupação do IDAF de Pancas em 2012) ele conseguiu juntar com ele o padre, a Igreja Missoure... conseguiu juntar o povo. Ele tem uma parceria grande com Igreja Missoure que nunca teve antes, ele diz que cada um cuida das suas ovelhas, mas que devem lutar junto! Ele foi junto com o povo na prefeitura, no IDAF... .ele é muito desenvolvido na sabedoria! Daí que vem a nossa fé, que nós temos aqui hoje e graças aos imigrantes que trouxeram isso da Alemanha, temos hoje a continuação da nossa fé graças a eles que trouxeram na bagagem os livros de orações, a Bíblia... depois mesmo com dificuldade vieram os pastores que deram os ensinamentos. Nós temos um orgulho muito grande do ensinamento que a Igreja traz pra gente, pela fé, pela segurança...

Esse longo trecho da conversa com D. Edna é revelador da importância histórica da Igreja Luterana e seus pastores ainda hoje na vida das comunidades pomeranas buscando manter o *ethos* do camponês luterano, bem como a identidade étnica do grupo diante de uma sociedade em constante transformação.

A presença do calendário da Igreja Evangélica de Confissão Luterana com a gravura de Martin Lutero e sua esposa Katharina von Bora em várias casas visitadas evidencia o forte vínculo entre igreja e comunidade, este calendário não é apenas para marcar os dias do ano, tem uma função mais importante para os pomeranos, é nele que estão todas as atividades previstas pela Igreja Luterana para todos os dias do ano, incluindo desde as atividades tradicionais como encontros do Confirmados, retiros, cultos, estudos bíblicos, reuniões, festividades, até mesmo o período de férias do pastor e secretaria (fotos 25 e 26).

Fotografia 25: Calendário da Paróquia Evangélica De Confissão Luterana



Autor: Elaine Mundim Bortoleto, 2015.

Fotografia 26: Calendário da Paróquia Evangélica De Confissão Luterana



Autor: Elaine Mundim Bortoleto, 2015.

A frase no rodapé do calendário com o lema: “Enquanto durar a terra, não deixará de haver semeiteira e ceifa, frio e calor, verão e inverno, dia e noite” (Gênesis 8.22), reforça a questão do *ethos* luterano, ou seja, a boa virtude, a pobreza e o trabalho duro, fazem o bom luterano e bom camponês, valorizando a terra como dádiva divina. (BAHIA, 2011).

Contraditoriamente à força da religião oficial, os pomeranos carregam ainda raízes de uma religiosidade popular, como já mencionado, contudo estes saberes e mágicas (*pagãs*) herdadas dos ancestrais *wendes*, são condenadas pela doutrina luterana e muitas vezes negada pelos camponeses pomeranos por receio de que pensem que não seguem a religião corretamente.

Edna Vervloet: Aqui em Pancas o forte são as plantas nativas... a minha terra é uma das que mais tem. O meu marido conhece muito as plantas e eu passei a conhecer com ele... a minha colônia é muito utilizada por isso também....

Meu avó foi um pioneiro de tratamento... não é a toa que eu estou nesse ramo... meu avó era benzedor... outro dia mesmo conheci uma pessoa lá de Vila Valério que disse que trazia o filho pra Pancas num tal de Carlos Borchart... era meu avó! A gente tem isso de herança, mas meu marido também tem muito conhecimento de plantas.

Josias Lemke: A minha mãe também benzia, mas a Igreja nunca foi a favor dessas coisas de benzer...

Edna Vervloet: Bom, se dizia que ele benzia, mas na verdade, ele orava ao vivo, ele não tinha esse negócio de fazer escondido... ele orava ao vivo e passava os seus chás. Chamavam isso de benzer, mas no fundo nem era benzer... pegava um ramo e ficava fazendo o sinal da cruz e falava as palavras de Deus... a própria planta tem a substância pra puxar... ela tem as suas substâncias! Não tem aquela planta “comigo ninguém pode”?... se uma pessoa tiver com muita negatividade e encostar perto dessa planta ela murcha na hora.... a mesma coisa com a “vassourinha!”... elas tem sua substância, é a própria natureza! Meu avô era um tratador desses que trabalhava com as plantas e tinha suas orações.

Josias Lemke: *Minha mãe benzia dor de estômago... ela benzia com ovo e barbante... ela fazia a oração e ia enrolando aquele barbante no ovo, depois jogava aquilo no braseiro... você acredita que o ovo não assava e o barbante não queimava?! Era um tipo de simpatia, mas tudo usando a palavra de Deus! Eu nasci vendo ela fazer isso e ela fazia as pessoas levantarem! Minha mãe foi parteira também... mas os pastores não aceitavam essas coisas.*

Edna Vervloet: *Isso são culturas do passado, na saúde alternativa essas coisas não entra mais. Na alternativa nós temos as terapias que são: a drenagem, a massagem, os remédios manipulados, os chás e a argila que é o principal... a gente trabalha muito com ela, fazemos pra tomar o banho pra desintoxicar...a argila desintoxica... fazemos uma valeta no chão do tamanho de um corpo... aqui podemos fazer isso porque não tem contaminação, então, preparamos essa valeta com argila e terra tirada da mata e cobrimos a pessoa com essa terra e a pessoa fica por duas horas nessa argila. Dá muito trabalho rancar essa terra na mata, trazer pra cá, cobrir a pessoa, é um trabalho pesado! Esse tratamento é bom pra tirar o stress, pra depressão, circulação, pra desintoxicação, pra tratamento de fígado, de estômago, de vista.... tem muita gente que tratou problema de visão com a argila... é geral. No inverno é mais fraco, mas no verão nós trabalhamos muito... é feito aqui na minha propriedade, mas temos uma equipe que ajuda.*

Nessa área toda do estado nós é que estamos mais avançados na argila... justamente por isso, por ser um lugar mais adequado. Hoje eu tenho aqui como um lugar de silêncio... as vezes vem gente de fora que quer passar pela massagem, pelas pedras quentes, pela drenagem, pelo barro, pela limpeza de ouvido... querem fazer todo o processo, então eu digo que se vem de longe pra fazer todo o processo eu não aceito ir embora no mesmo dia... ela tem que dormir e ir embora no dia seguinte ... é muito perigoso... porque ela vai sair daqui limpa, neutra e facilmente vai dormir no volante. As pessoa estão vindo e fazendo todos os processos... vem gente de Vitória... as pessoas daqui também vem e passam o dia aqui. Temos vários jeitos de trabalhar com as pessoas e elas estão começando a

adquirir essas coisas em casa, estão usando em casa. Eu tô com uma sacada de argila pra levar pra uma pessoa que vai fazer cataplasma.

Elaine: Como começou esse trabalho? Veio todo dessa sabedoria dos benzimentos, das simpatias, dos ensinamentos antigos ou teve outro tipo de apoio?

Edna Vervloet: Nós temos um trabalho na Igreja... é a Saúde Alternativa... é um projeto que veio da Alemanha em 1992 pra ser implantado aqui no norte do Espírito Santo... é o Projeto Denis. Foi implantado aqui pra ajudar a população em questão da agricultura e na Saúde Alternativa. Na agricultura teve os técnicos pra ajudar o agricultor na adubação orgânica, porque as terras vêm enfraquecendo então precisa ajudar se trabalhar com o adubo orgânico e com essas coisas... e teve essa área do conhecimento das plantas... do que a gente esqueceu... trabalha com a restauração disso. Eu fui uma das pessoas que acompanhou isso, tive na minha comunidade a associação, fui presidente da associação na comunidade... essa associação existe até hoje. A gente adquiriu o trabalho da saúde que existe até hoje e felizmente hoje temos uma Associação Estadual da Saúde Alternativa (ACESA) e eu sou a presidente atual... a gente tem trabalhado a retomada das coisas esquecidas....tem muita coisa que a gente trabalha ...é tudo alternativo.

Esse projeto veio da Alemanha pra Igreja Evangélica de Confissão Luterana... e depois esse projeto foi acabando pra gente ir trabalhando pelas próprias pernas. No começo teve muita gente... surgiram vários grupos nas paróquias, mas depois quando foi vindo os compromissos uns foram afastando, mas ficou gente em pé... eu fui uma das pessoas que fiquei aqui da minha paróquia... porque tem em várias paróquias. Aqui em Pancas eu fui uma das pessoas que fincou o pé no chão... pioneira como se diz... hoje temos vários grupos dentro da nossa paróquia...

Por isso que eu digo que aquela parte de benzimentos não faz mais parte, não entra mais. Claro que existe essas energias, essa coisa toda, mas a gente não trabalha nessa área... a gente trabalha mais a saúde alternativa,

formas mais naturais, como se diz... tudo de forma bem cristã, de forma mais correta... dentro da doutrina.

O interessante diálogo com D. Edna e sr. Josias elucida bem as contradições vividas pelos membros da comunidade pomerana frente às questões religiosas, o saber tradicional dos benzimentos e simpatias em conflito com os ensinamentos da doutrina e ética protestante.

A trajetória histórica dos pomeranos, com certeza, determina a sua ética religiosa. Eles trazem consigo muitas contradições com relação ao seu comportamento religioso. Desde a Pomerânia, aos primórdios da colonização no Santo Espírito e aos tempos atuais, as autoridades eclesiais ainda não encontraram uma forma ideal para trabalhar com eles. Na Pomerânia, cada vez que mudava o rei, mudava-se de religião. Esse fato, sem dúvida, deve ser considerado quando falamos sobre a questão da religião dos pomeranos. Hoje, quando uma comunidade muda de pastor, entre eles este fato traz sérios conflitos até que se acostumam com o substituto (JACOB, 1992, p. 43).

Entretanto, o conflito é resolvido ou mesmo disfarçado ao se afirmar que todas as curas realizadas pelo benzimento ou, de acordo com Bahia (2011), práticas de magia, eram realizadas na forma de orações ao vivo e receituário de chás. Percebe-se um esforço para deixar claro que todas as práticas eram realizadas proferindo as palavras de Deus, para que não se pense que não a seguem e com isso desrespeitam os ensinamentos oficiais.

Bahia (2011) cita Pritchard (1978) que estabelece uma diferença entre feitiçaria e bruxaria, sendo que a primeira seria uma prática de domínio público, como as simpatias, já a segunda seria um saber específico do bruxo que precisa entoar palavras com poderes sagrados e manusear, como é o caso dos benzimentos.

Como se pode perceber as práticas de benzimentos e simpatias são conhecidas por quase todos os membros da comunidade, alguns podem até não saber executá-las por ser algo que necessita de um saber que é transmitido em família entre as gerações, mas sabem que na comunidade há que execute tais práticas e detenha conhecimentos específicos sobre ervas e curas.

Como já apontado, esse é um saber transmitido pelas mães e avós às filhas e netas, mas também existem alguns homens que adquirem esse saber e

desenvolvem a prática do benzimento como demonstrou D. Edna ao falar de seu pai.

[...] não basta demonstrar aptidão para o aprendizado mágico, é necessário ter dotes morais, tais como virtude e honra. A honra está ligada ao bom desempenho do trabalho agrícola, a ênfase na penosidade do trabalho camponês e ao fato de ser dono (a) da *Land* não por tê-la obtido na transmissão da herança, mas por tê-la trabalhado com o uso adequado do saber técnico aprendido na socialização para o trabalho desenvolvida no âmbito familiar. A honra também está vinculada à reprodução do grupo doméstico e conseqüentemente da *Land*. [...]. problemas na ordem familiar que impeçam a continuidade da unidade doméstica afetam o poder mágico da benzedeira. [...]. É preciso que o benzedor tenha o mínimo de domínio da leitura, 'tenha uma vida correta, sem bebidas, sem excessos, e com devoção à Igreja e ao Senho', senão a sua 'magia não tem força, não funciona' (BAHIA, 2011, p. 271 - *Grifos da autora*).

Fica nítido como as práticas mágicas fazem parte do universo camponês e são norteadas por sua ordem moral, trabalho, valorização da família, integridade e sabedoria, independentemente dos seguimentos religiosos dos grupos, pois, anterior ao processo de cristianização que com sua evolução vem a dar origem ao catolicismo rústico, e com a germanização que deu origem aos luteranos, todos os camponeses em sua origem valorizavam elementos da natureza e tinham como tradição o saber da magia e dos mistérios sobrenaturais.

A benção, as palavras sagradas, o “*orar ao vivo*” como diz D. Edna, sempre vai evocar tanto uma identidade étnica, como uma identidade social, pois sempre acionará a língua nacional e a regional, coloca em evidência aquilo que compõe o *ethos* camponês, a língua diferenciada é necessária para mostrar que camponês é esse, seja para ele, para a comunidade e para Deus (BAHIA, 2011).

Quando trata da questão da identidade étnica dos descendentes pomeranos, Jacob (1992) a concebe interligada a cultura, para o autor são estes aspectos que os diferencia do restante da sociedade, assim, são os traços culturais que os distinguem e mostram sua “origem” e forma de organização social, mesmo que reorganizada diante da lógica do novo território.

[...] se alguns grupos étnicos não resistem às expropriações por que passam e desaparecem, outras conseguem sobreviver e de muitos modos lutam por não perder, seja o território de que vivem, seja o mapa de nomes e outros símbolos com que se reconhecem. Entre todos os grupos indígenas submetidos ao poder da sociedade

regional, alguns remanescentes estão praticamente desintegrados e os seus membros espalharam-se [...]. Outros encontram-se em boa medida 'destribalizados', mas são capazes de preservar ainda elementos nucleares de uma existência social anterior e de sua identidade. [...] considerei o grupo étnico como um tipo organizacional peculiar culturalmente diferenciado de outros. Uma categoria de articulação de tipos de pessoas que, por estarem historicamente unidas por laços próprios de relações realizadas como famílias, redes de parentes, clãs, metades, aldeias e tribos, e por viverem e se reconhecerem vivendo em comum um mesmo modo peculiar de vida e representação da vida social, estabelecem para eles próprios e para os outros as suas fronteiras étnicas, os seus limites de etnia. Mergulhados em um sistema de relações regidas pela desigualdade, aprendem a pensar a diferença; aprendem a se pensar como diferentes. Misturando os seus nomes e lógicas com os que são impostos pelo poder do *outro*, procuram re-estabelecer os termos da peculiaridade de seu próprio mundo, se possível, a partir da salvaguarda de um território físico. A partir, também, da preservação (não raro ilusória) ou da recriação de sistemas próprios de trocas de produtos do trabalho, de pessoas e de significados (BRANDÃO, 1986, p. 144-145).

Foi possível ler a colocação de Brandão muito claramente durante as visitas à comunidade pomerana dos Pontões Capixabas, pois, constantemente os símbolos marcadores de sua identidade “culturalmente diferenciada” eram acionados. Em várias ocasiões durante as entrevistas os membros da comunidade pomerana faziam questão de mostrar documentos que para eles não só evidenciam quem eles são, mas mostram a luta (desde as primeiras gerações) para se estabelecer num território e fazer dele sua vida (foto 27 e 28).

Fotografia 27: Registros de Entrada de Imigrantes no Espírito Santo



Autor: Elaine Mundim Bortoleto, 2015.

Fotografia 28: Título de Cidadã Panquense – D. Maria Binow Litckow

Autor: Elaine Mundim Bortoleto, 2015.

Para Bahia (2011) a utilização simbólica consciente das imagens acionadas pelos mediadores étnicos (igreja) e pelos próprios pomeranos, que são processadas de forma a expressar os interesses do grupo nos mais diferentes contextos, assim, “[...] o poder das palavras é apenas o poder delegado do porta-voz cujas palavras (a matéria de seu discurso e sua maneira de falar) constituem no máximo um testemunho, um testemunho entre outros, da garantia de delegação de que ele está investido” (BORDIEU, 1996, p. 87) (fotografias 29 e 30).

Fotografia 29: Sr. Geraldino Romais com Livro da História dos Pomeranos



Autor: Elaine Mundim Bortoleto, 2015.

Fotografia 30: Sr. Geraldino com Cavaquinho de mais de 60 Anos



Autor: Elaine Mundim Bortoleto, 2015.

Percebe-se que após a instalação da UC e possível ameaça de expropriação de suas colônias, o ato de mostrar fotografias antigas, documentos de cidadania, livros e demais lembranças, utilizados como marcadores de sua distinção como camponeses pomeranos ficou mais comum, o que me parece bastante significativo de uma tentativa de afirmação de seu direito de permanecer nas terras que cuidaram ao longo do tempo.

Entendem que através dos símbolos de sua cultura tradicional podem afirmar o direito de permanência no território, pois este só foi conquistado e mantido até os dias de hoje pelo trabalho da família na terra, fazendo-a produzir e permitir a continuidade do modo de vida. Na sua lógica de homem da roça está muito claro o tripé *terra, trabalho e família*.

4.2 As Festas Pomeranas: Momentos de Congregação da Comunidade Camponesa

... enquanto todas as minhas irmãs moravam junto com meus pais elas não conheciam quase nenhum tipo de instrumento e muito menos um rádio e consequência disto o meu pai foi então comprar uma concertina e onde todos nós ficamos muito alegres. E todos queriam aprender tocar concertina, só eu a Maria que aprendemos tocar um pouco. Já meus irmãos Hemult e Alfredo aprenderam tocar melhor a concertina. Quando foi comprado a concertina eu e o Alfredo éramos pequenos ainda. Meu pai só comprou o rádio quando todos os filhos mais velhos já eram casados. Este rádio funcionava apenas de baterias, pois suas baterias eram quase do tamanho do rádio. Quando ligava o rádio era tanta zoeira que quase não ouvia as músicas, mas as músicas eram tão boas, pois a gente se emocionava tanto e às vezes eu tentava acompanhar a música pela concertina...

(Olindina Binow Naitzel, 2014).

Com relação às festas, os pomeranos sempre se destacaram por serem tocadores de concertina, tradição que ainda alegra as festas e reuniões de que participam. Para o pomerano uma visita em sua casa já é motivo para tocar a concertina, sendo o convidado presenteado com uma bela e alegre demonstração do som do instrumento acompanhado de canções tradicionais ou mesmo músicas brasileiras que também são cantadas na língua original. Durante o trabalho de campo também fomos recebidos com uma animada apresentação das irmãs Olindina e Maria, premiadas tocadoras de concertina e conhecidas em várias comunidades pomeranas do estado (fotografias 31, 32 e 33).

Fotografia 31: Concertina – Instrumento Tradicional dos Pomeranos



Autor: Elaine Mundim Bortoleto, 2015.

Fotografia 32: D. Olindina e D. Maria no Festival de Concertina



Fonte: Família Binow Naitze, s/d.

Fotografia 33: Casal Henry Litckow e Maria Binow Litckow em Dueto



Autor: Elaine Mundim Bortoleto, 2015.

Em seu belo trabalho sobre a migração e reprodução social dos cortadores de cana, Lúcia Cavaliéri (2010) discute os tempos e espaços do trabalhador migrante e de sua família colocando a festa como algo presente no espaço campesino que se preenche não só pelo trabalho, mas também pela festa que muitas vezes está atrelada a este sendo para muitos a sua celebração.

Durante o trabalho de campo vivenciei vários momentos em que a festa foi tema das conversas sendo resgata na memória dos meus interlocutores em seus vários momentos, como as festas de natal quando crianças quando aguardavam pelas guloseimas, as festas de casamento, os bailes e as rodas de namoro. As visitas entre parentes e de amigos também são comemoradas e se na casa tiver algum tocador de concertina é certo que o encontro será celebrado com música (fotografia 34 e 35).

Fotografia 34: D. Olindina e D. Maria Celebrando o seu Encontro com Música



Autor: Elaine Mundim Bortoleto, 2015.

Fotografia 35: Família Binow Lictkow – Pai e Filho em Dueto de Concertina



Autor: Elaine Mundim Bortoleto, 2015.

A festa é o sagrado e o profano e, assim como tratada por Lúcia Cavaliéri (2010) a festa se faz presente na vida dos camponeses pomeranos:

[...] as duas formas de estar no mundo, sagrada e profana, se entrecruzam e que a fronteira não é tão rígida [...]. As sociedades tradicionais vivem mais próximas do sagrado – entendido aqui como proximidade da natureza, do divino, de Deus – e experimentam o profano de forma não tão absolutizada [...]. Daí preferimos tomar como ponto de partida a *experiência do sagrado* (CAVALIERI, 2010, p. 137 - *Grifos da autora*).

A festa para os pomeranos é o agradecimento, seja pela boa colheita, pela casa construída, pelos aniversários de casamento onde se comemora o respeito e a vida junto, o nascimento, a entrada na vida adulta a família reunida, as amizades que se fazem o amigo que chegou ao convívio, neste sentido, não cabe aqui o tempo do cotidiano, o tempo ordinário.

A partir do momento que a festa é considerada uma celebração no sentido da gratidão o tempo da festa não pode ser o mesmo do cotidiano, o tempo da festa nas sociedades camponesas leva os sujeitos para um universo

mítico percebido como expressões do sagrado e manifestado como acolhimento, sentimento inerente à moral camponesa.

Olindina Binow Naitzel: Na igreja gostava de estar sempre em dia com suas contribuições. Todos os anos vendiam a quantidade e café necessária para o pagamento do anual. Esse exemplo deixou para os filhos, aconselhando-nos que aquilo que fazemos pela igreja não nos fará falta. Nas festas da Comunidade, tinha o bom costume de ofertar uma novilha ou garrote, ou mesmo em dinheiro, sempre dado com muita alegria que podia ser vista estampada em seu rosto, graças a Deus.

Papai não gostava de ver ninguém a toa. De vez em quando se lembrava do tempo em que trabalhava e perguntava se era domingo mesmo sendo um dia de trabalho e por que eles não estavam trabalhando?... diariamente tem pessoas ao lado dele, cuidando com muito carinho e ele sempre preocupado achando que ninguém mais trabalha...ainda ontem perguntou ao Martinho se ele também não está trabalhando mais... tal é a preocupação dele porque sempre foi um homem trabalhador.

Os trechos do diário de D. Olindina representa fortemente a moral camponesa, a preocupação em contribuir com as atividades da igreja de forma a ser justo e partilhar os frutos do trabalho, para si só precisa do necessário para manter a família e continuidade da reprodução social, o acúmulo, entendido como a negação da partilha, não é bem visto diante de Deus e da comunidade.

Outro aspecto marcante do relato é a referência à preocupação de seu pai com a possibilidade do trabalho ser deixado de lado, algo impensado para um camponês, pois, sempre existe alguma atividade para ser realizada na colônia, seja na lavoura ou não. Nos momentos de pouca lucidez devido à idade avançada e por estar acamado, o Sr. Emílio Binow estranhava o fato de tantas pessoas em casa para lhe visitar, ao não perceber mais com tanta nitidez o passar dos dias, mesmo sendo final de semana, dia para visitar os amigos e festejar a vida, questionava o porquê de tantas pessoas sem trabalhar.

Percebe-se com os relatos o quanto o tempo do cotidiano e o tempo do sagrado se entrelaçam, sendo difícil dissociá-los quando a lógica camponesa é regida por uma moral que tem na terra, no trabalho e na família uma comunhão de valores, valores estes presentes em quase todos os momentos considerados festivos e de congregação (WOORTMANN, E & WOORTMANN, K, 1997)

A Festa de casamento

O casamento, uma das festas consideradas mais especiais e sagradas para os pomeranos, por todos os rituais que a compõem, é outro importante momento de afirmação dos valores morais do grupo e também dos símbolos que de sua identidade étnica.

Como já citado, o ritual histórico em que a noiva se casa vestida de preto ainda foi mantido integralmente pelos descendentes até o início da década de 1950, sendo retomado em algumas situações dependendo do desejo da família de manter fiel às tradições (36, 37 e 38).

Fotografia 36: Noivos Pomeranos – Trajes Tradicionais do Início da Colonização



Fonte: Kerckhoff, Schultz, Medeiros e Medeiros, 2012.

Fotografia 37: O Casal Josias Lemke e Iracema Ohnesorge Lemke e Sobrinha – Trajes Usados Pós 1940



Fonte: Josias Lemke e Iracema Ohnesorge Lemke (1961).

Fotografia 38: Noivos Pomeranos - Traje tradicional (representação)



Fonte: Jornal O Caminho (09/2015).

O casamento pomerano é uma festa bastante aguardada pela comunidade, devido às festividades que acontecem durante três dias, sendo que os preparativos para a festa iniciam-se meses antes do dia e conta com a participação de toda a comunidade.

Alguns meses antes da data marcada o convite é feito durante o Culto e toda a comunidade junto aos noivos participam da Ceia do Senhor. Um costume era a participação da noiva na celebração trajando um sobretudo e a cabeça adornada por tecidos trançados, a *Plünden*, que mostrava para a comunidade que a noiva casaria virgem (ROELKE, 1996).

Depois o convite é feito de porta em porta pelo “*hochtijdsbirar*” (convidador), geralmente irmão da noiva, de forma oral, em pomerano declamado. O convidador sai a cavalo ou de bicicleta (atualmente de moto), enfeitado com fitas coloridas⁷³ e chapéu de feltro preto, portando uma garrafa de bebida (aguardente ou gengibier), também enfeitada de fitas e galhos de murta e vai de casa em casa pela comunidade para convidar a todos. Quando se aproxima da casa da família que vai convidar o convidador dá um grito tradicional, avisando sua chegada e ao entrar na sala caminha em círculo recitando o convite em pomerano e algumas vezes também em alemão (JACOB, 1992) (fotografia 39):

“a todos juntos eu digo um bom dia! Primeiramente me desfaço de minha bengala, para que tudo transcorra com senso.

Uma amável saudação, um bonito cumprimento de Elisabeth Korth e Henrique Last, que vocês todos conhecem.

Fui incumbido de convidar vocês para o casamento deles!

Por certo vocês todos virão, isso não fica longe,

Pai e mãe e as crianças,

Avô e avó não menos.

Bois e porcos foram carneados,

E tudo preparado de forma mais distinta...

Faca, garfo e colher não foram esquecidos,

Assim vocês não precisam comer com o dedo,

⁷³ A cor amarela não pode fazer parte da vestimenta, é a cor considerada de azar para o rito do casamento.

*A noite haverá uma boa comida,
E no assoalho uma alegre dança,
Os músicos colocarão vocês todos em movimento.
Mas não se enfeitem demais,
Pois noiva e noivo querem ser os mais bonitos.
Se vocês agora me entenderam bem, então quero voltar novamente
para as casas dele”⁷⁴.*

Segundo Bahia (2011) o convite de casamento é considerado uma oração e por isso tem a participação de todos os moradores presentes na residência enquanto é recitado, sendo as palavras entendidas como sagradas.

Fotografia 39: Hochtijdsbirar – O convidador



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá (2013).

Ao final do poema o convidador despede-se, toma um gole da bebida e oferece outro gole para os convidados, o que significa o início da festa. Antes

⁷⁴ Transcrição de convite em pomerano realizada por Roelke, 1996.

da saída do convidador um membro da família prende um lenço ou fita às suas costas e lhe oferece algum dinheiro, uma recompensa por seu trabalho. Todo o ritual do convite pode levar quase um mês dependendo do tamanho da comunidade, sendo que começa a ser realizado dois meses antes do dia do casamento.

Outro aspecto interessante está na participação da comunidade, além do presente tradicional, todos participam semanas antes doando mantimentos que serão utilizados nos dias de festa como galinhas, ovos, partes de porcos abatidos, gordura, legumes e demais alimentos que ajudarão na composição das refeições.

Outra forma de participação da comunidade são os grupos que vão cozinhar e trabalhar servindo as mesas durante a festa, geralmente pessoas conhecidas dos noivos e que conhecem a culinária tradicional pomerana.

[...] Essas pessoas começam a preparar tudo uma semana antes. Eles vêm para preparar o palco da festa na casa da noiva. Começam os preparativos: uns limpam o terreiro, outros constroem uma longa mesa sobre a qual serão servidas todas as refeições da festa. Na cabeceira desta mesma mesa é armado um 'arco verde' com ramos e flores, pois este será o lugar ocupado pelos noivos o bar ajeitado em algum paiol. Em seguida é levantado um mastro, com o varão mais alto da mata, que indicará o local da festa [...]. Nesse mesmo mastro é colocada uma bandeira com as iniciais dos noivos e também algumas garrafas contendo algum dinheiro. Esse dinheiro será disputado numa espécie de tiro ao alvo, depois do principal baile na sexta-feira. O primeiro tiro será do noivo. Entre outros preparativos ainda estão o enfeite da igreja com ramos e palmeiras; o enfeite do terreiro e da casa com palmeiras, ramos e muito papel colorido. No último dia antes do início da festa é abatido e carneado o boi, é feita a tradicional 'Wust' (lingüiça) e é preparada a carne em geral, isto tudo obedecendo rigorosamente as regras da culinária pomerana. Também são confeccionadas lembrancinhas nas cores azul e rosa (a cor azul para os casados e rosa para os solteiros), as quais servirão de identificação e lembrança para os participantes da festa, e também têm o objetivo de arrecadar dinheiro para pagar os músicos animadores da festa (JACOB, 1992, p. 40).

Utilizo a detalhada descrição de Roelke (1996) para evidenciar toda a simbologia presente em no ritual de preparativo do casamento. São elementos que simbolizam muito da moral camponesa, desde a ajuda mutua, a troca, a partilha, a alegria do encontro, da união e formação de mais uma família, a fartura de alimentos, os frutos da terra e do trabalho, e, até elementos como a força do homem que se torna chefe de família, portanto, o responsável pelo

sustento com direito a tentar o primeiro tiro e com isso arrecadar o prêmio em dinheiro.

A quinta-feira é o dia em que toda a organização e enfeites para a festa é finalizada, com a carne de galinha, macarrão, mandioca, batatinhas, sopa, e cará, além dos biscoitos e doces tradicionais como o *Mélkris* (arroz-doce) já preparados. A bebida a base de gengibre, o *Schinha Bia*, é preparado também neste dia. Durante a tarde de quinta-feira o noivo inicia as atividades simbólicas cortando lenha para mostrar suas qualidades como chefe da nova família que vais se formar e a noite tem início o *Puldraowand* (baile do quebra-louças).

O quebra-louças, segundo Rölke (1996) é uma tradição de antes do processo da cristianização, realizada para afastar os maus espíritos. Durante a primeira dança dos noivos no baile, uma das senhoras de mais idade da família com o avental cheio de louça a atira em direção aos noivos fazendo votos de felicidades na língua pomerana. A louça que permanecer intacta deve ser guardada como um sinal de segurança e, em meio ao baile, que acontece sobre os cacos de louça, os noivos tentam juntá-los e varrê-los para fora do salão. Os cacos louça simbolizam boa sorte (fotografia 40).

Fotografia 40: Baile do Quebra-louças



Fonte: Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá (2013).

Olindina Binow Naitzel: *Uma dessas coisas boas que me lembro é que eu presenciei no casamento da minha irmã Maria Binow... onde minha tia Luiza Tesch Spamer fez o tradicional quebra louça em gente dos noivos*

Maria Binow e Henrique Litckow, aonde eu fui um dos serventes da festa de casamento. Apesar de que hoje, com a modernidade devemos aceitar do jeito que a coisa vem, mas nós não podemos perder a nossa maior riqueza que nossos antepassados deixaram...

Alguns relatos dizem que também era costume que os pedaços de louça fossem enterrados pelo casal ao redor da casa ou na lavoura para que o casal prosperasse, quanto mais pedaços, mais sorte. Neste dia o jantar é constituído pelo *Zupp* (sopa), preparado com miúdos e pés de galinha. Quase todo convidado doa uma galinha para a festa, a carne então é deixada para o dia do almoço (sexta-feira) e o primeiro prato aproveita as partes menos nobres, o que na lógica camponesa pomerana tanto evita o desperdício de alimento e também simboliza a percepção para coisas ruins que possam atrapalhar vida do casal. “Este ato acontecia coletivamente, Assegurava-se assim sucesso e proteção no matrimônio e o compromisso de toda a comunidade presente, de assegurar paz entre todos os casais”. (RÖLKE, 1996).

Na lógica dos pomeranos, a galinha é um animal que cisca pelo quintal e cacareja ao perceber a presença de coisas estranhas, assim, ao ingerir a carne do animal, tanto os noivos como os convidados teriam sua percepção aguçada caso sintam a aproximação de algo estranho.

O segundo dia do casamento inicia-se com o café da manhã partilhado entre todos os convidados, depois ocorre a cerimônia religiosa e civil seguido de um farto almoço. Durante este dia todos os momentos são comemorados com muitos gritos festivos por parte do convidador e dos serventes, além dos tocadores de concertina que junto à função de animar a festa com música também é quem recebe os noivos e convidados em seu retorno da cerimônia.

Depois de receber os presentes os noivos sentam-se sob o arco de flores e folhas verdes que enfeita seu lugar à mesa. Esta mesa também é composta pelos pais dos noivos, padrinhos e demais autoridades da comunidade.

Ao fim do almoço ocorre a sessão de fotos com toda a comunidade presente e ao anoitecer tem início o baile mais importante, com o *Kranzaffdanza* (dança da grinalda) em que a noiva dança a primeira valsa com o noivo e depois com todos os outros convidados, da mesma forma o noivo faz

com as convidadas. Como gratidão recebem de cada par uma gorjeta que será destinada ao pagamento dos tocadores⁷⁵(fotografia 41).

Fotografia 41: Mesa dos Noivos



Fonte: Museu Pomerano de Lagoa/ES - José Carlos Heinemann (s/d).

Olindina Binow Naitzel: ... *quando todos chegavam cansados da igreja, lá por volta do meio dia tinha um saboroso aloço com carne de boi, de galinha e de porco e também as vezes tinha carne de pato...pra acompanhar essas várias diversificações de carne, o cardápio da festa não podia faltar seu prato principal...as sopas de todo tipo... de macarrão, de arroz, de batatinha, de rosca (trigo), cará... e a sopa especial feita de arroz com leite e canela... As cozinheiras ficavam o dia inteiro naquela fumaça cozinhando toda aquela comida para os convidados. A mesa também era ornamentada de ramos verdes em redor dos pratos, esse costume pomerano nunca poderia deixar de acabar.*

O casamento geralmente tinha os costumes de ser realizado na sexta-feira, porém não atrapalhava o rendimento do trabalho da semana...no sábado cedo tinha logo aquela farra derrubando e quebrando a garrafa lá no alto da bandeira...a outra farra era quem ficasse acordado pegava uma agulha com linha e costuravam um travesseiro ou um lençol na roupa da pessoa que estava dormindo durante o dia e ainda por cima amarrava um

⁷⁵ De acordo com Jacob (1992) era comum que os bailes fossem animados pelo som de uma única concertina, havendo um revezamento entre os tocadores.

tamanco na mão e sem esquecer pegava uma pena de galinha e faziam cócegas no nariz e no rosto dos dorminhocos... era só pra ver o soco que a pessoa dava sozinho, mas quem fazia tem que estar preparado pra correr muito, pois se a pessoa pegasse desferrava... era tudo uma brincadeira muito divertida...

Hoje em dia a televisão estragou os passeios de todo, aonde ninguém vai mais na casa de ninguém... eu me lembro como foi bom quando nossos filhos eram pequenos saímos de casa numa sexta-feira, eu montada no cavalo levando comigo meus filhos...um na garupa e a outra no colo... meu esposo Martinho também ia passear comigo pedalando numa bicicleta e levando a outra filha e lá íamos nós pra São José...perto da cidade de São Gabriel da Palha, chegando até o local mais morto do que vivo de cansaço... nós descansava um pouco e depois de recuperar as energias ajudava matar galinha pra jantar, em quanto isso a Ida preparava com aquela alegria a comida tão especial pra nós... já à noite ficamos acordados até meia noite, nem mesmo sentimos muito cansaço... às vezes nós adultos chamavam as crianças pra dormir, mas não queria dormir e sim continuava brincando... naquele tempo a gente era bem mais feliz do que hoje em dia, pois na época o povo era mais saudável.

As lembranças de D. Olindina são reveladoras da importância para o pomerano dos momentos simbólicos como os do ritual do casamento ou mesmo o ato de visitar o amigo, o parente. Nestes momentos o camponês passa a viver espaço do sagrado, do mítico, desloca-se das relações do tempo ordinário, sabe a importância de se viver outro tempo, outras relações, uma vez que estas também fazem parte da vida camponesa.

Para ele o “passar” o tempo junto partilhando e celebrando entre vizinhos ou parentes é tão importante, como a dedicação e seriedade com o trabalho. O fim destas relações se coloca como a desestruturação de seu modo de vida em que a sociabilidade e reciprocidade não são vistas mais como relações relevantes numa sociedade moderna, em que ficar em casa assistindo televisão passa a ser mais prazeroso que os momentos de convivência.

Destaca-se que os primeiros a dançarem com a noiva e o noivo são aqueles que trabalharam durante a organização do casamento. No terceiro dia

de festa, antes do amanhecer o noivo participa do tiro ao alvo e posteriormente derruba o mastro que localizava a festa a machadadas, sinalizando o fim da festa. Como última etapa da festa vem a limpeza e arrumação, liderada pelos noivos (fotografia 42).

Fotografia 42: Fotografia do Casamento – Noivos e Comunidade



Fonte: Kerckhoff, Schultz, Medeiros e Medeiros, 2012.

Percebe-se o quão significativo são os eventos que compõem o casamento pomerano, em que todos os momentos estão repletos de simbolismo de uma lógica muito presente entre os camponeses: elementos como a comida especial para cada momento, a dança entremeada de palavras mágicas para sorte e fartura, partilhada pelo casal com todos os convidados como forma de respeito e agradecimento, é um momento de festa, então, não podem dançar apenas entre si, devem estar com todos convivendo e se integrando na comunidade agora como um casal, o lugar especial à mesa junto aos noivos, como uma deferência para os familiares convidados e líderes da

comunidade, assim como a limpeza liderada pelos próprios noivos, demonstrando responsabilidade e firmeza diante da nova vida⁷⁶.

A Páscoa

De acordo com Rölke (1996) o ovo da páscoa, tradição que surgiu na Pomerânia, tem um simbolismo bastante forte para os pomeranos por ser um dos poucos alimentos a que os antepassados tinham mais acesso durante o inverno, época de pouca produção agrícola devido às baixas temperaturas e também por que a maior parte do que era possível produzir tinha que ser entregue ao senhor feudal e posteriormente aos *junkers* alemães (latifundiários). Como as galinhas produziam continuamente, restava-lhes essa fonte de proteína, sendo que no final da quaresma os ovos eram pintados e escondidos para que as crianças os encontrassem como se fossem ovos de coelho. “[...] Durante o inverno, o coelho é o único animal a sair da toca (Cristo saindo do túmulo: libertação). Por isso o ovo da páscoa ou o ovo do coelho” (Rölke, 1996, p. 45).

O Natal e Ano Novo

Considerada como uma época em que os entes queridos vinham do reino dos mortos para visitas, de acordo com Rölke (1996) em algumas famílias havia o costume de deixar uma cadeira na sala especialmente para estas visitas. Também cita uma antiga tradição em que grupos saíam às ruas para espantar os fantasmas cantando e fazendo barulho com trombones e demais instrumentos, sendo que quem fosse encontrado na rua era pintado de carvão ou levava varadas. O grupo ainda parava nas casas pedindo dinheiro e comida que era recolhido por um dos membros que se vestia de mulher, a *Stutenfrunh*, a mulher dos pães doces, o que era recolhido depois era partilhado entre todos.

⁷⁶ Bahia (2011) aprofunda a discussão sobre o simbolismo presente no casamento ao fazer uma detalhada descrição dos períodos considerados ruins para a união, como o mês de agosto e o período da Quaresma.

A época de natal é o período em que toda dona de casa pomerana se dedica a fazer pães doces e biscoitos confeitados. Destacando-se a *Christstute*, um tipo de bolo recheado com frutas e doces, pode ser entendido como Pão ou Bolo de Cristo.

Acreditam também que o Papai Noel visita as casas presenteando as crianças obedientes e castigando as que são desobedientes. O papai Noel pode ser acompanhado pelo *Schnabbuk*, uma espécie de ave enorme com bico de madeira que tenta beijar as moças e o *Schimmelreiter*, o cavaleiro do cavalo branco que leva felicidade pelo seu caminho (Rölke, 1996).

A passagem de ano é marcada pela queima de fogos, fazer barulho espanta os espíritos que vinham com os ventos do inverno. A dona de casa tinha o costume de dormir com o hinário sob o travesseiro e ao amanhecer o primeiro dia do ano ela o abria aleatoriamente e o hino selecionado daria as indicações de como seria o novo ano para a família.

Edna Vervloet: Na época de natal, páscoa ... nós ficava doidinho pra chegar essa época pra comer o pão feito do trigo...era tradicional....tinha os biscoitos também....era uma festa pra nós! Meus pais quando fazia os biscoitos eles enlatavam e escondiam, senão acabava tudo antes da festa. Então a festa era tradicional... do pão, dos biscoitos...hoje acabou isso. Hoje você vê menino comendo bala, bombom direto...antes era só na época das festas! As crianças nem comiam direito pra poder comer só os doces... era muito gostoso! Hoje parece que a festa é direto... espera mais o dia especial...

Walter Haese: No natal era uma tradição comer doce... chocolate, biscoito caseiro.... eu lembro que meu tio buscava um caminhão de chocolate na Fábrica da Garoto em Vila Velha e as famílias iam no caminhão e compravam quantidades grandes de chocolate, biscoito, bala... hoje já não tem isso, virou coisa comum... eu lembro que o papai comprava uma grade de refrigerante e tinha que dar pra natal e ano novo...e a gente furava a tampa com prego pro guaraná durar bastante... pra sentir bem o gosto do guaraná....

Para uma maior compreensão de como as datas consideradas sagradas têm importância para o camponês pomerano, transcrevo um dos diários⁷⁷ de D. Olindina em que ela explica toda a tradição e costumes ligados a estas datas partir de suas lembranças, do que vivenciou quando criança e também as memórias transmitidas oralmente pelos pais.

Quando começa a Quaresma

Aqui vou contar um pouquinho da quarta-feira de cinzas como nossos pais sempre contaram para nós. A quarta-feira de cinzas é sete semanas antes da páscoa e como o povo antigo respeitava muito isso, eles falavam que tem uma vovozinha com um balde de cinza na mão para jogar nos olhos daqueles que não obedecessem os pais. E assim foi levada a história adiante na imaginação da gente como no desenho nº 01.

O povo sempre costumava plantar feijão neste dia porque dá muito bem. Isto eu me lembro ainda... na quarta-feira de cinza quando começa a quaresma, quando começa a tentação de Jesus, mas ele não se entregou e foi judiado pelos nossos pecados. O povo antigo guardava luto e sentimentos a quaresma inteira por causa do sofrimento de Jesus.

Aqui vou me referir um pouco à minha família... a minha mãe era uma pessoa muito religiosa, ela não deixava a gente tocar nenhum instrumento e nem ligar o rádio na quaresma porque guardava luto. Esse era o costume do nosso povo... nem todos respeitavam, era só alguns. O tempo passa e tudo muda, mas o certo é o certo continua sendo certo.

Vamos para o desenho 02 que é o Domingo de Ramos, é o sexto domingo da quaresma... de manhã bem cedo nós tínhamos que enfeitar o caminho com ramos verdes e muitas flores. Esta tradição não pode acabar... eu faço ainda faço todos os anos. No Domingo de Ramos eu joga flores da entrada do quintal até a entrada da frente da minha casa, não vou deixar de fazer isso enquanto eu viver, isso é o sinal por onde Jesus passará. Cada um pensa do seu jeito, mas eu acho isso muito bonito, não vão deixar acabar o costume do nosso povo pomerano, já deixamos muita coisa de lado, nós temos que dar valor ao nosso povo que sofreu tanto na vida, vamos pensar nisso e dar valor a essa tradição, pensemos mais nisso com todo amor e carinho que Deus tem por nós.

⁷⁷ Optei por realizar uma transcrição com pequenas adequações do texto de D. Olindina para facilitar a leitura, sem, contudo, fazer interferências que alterem sua forma de expressão para garantir a fidelidade das emoções que a autora transmite em seus escritos.



Desenho nº 01 (Vovozinha com cesta de cinza)



Desenho nº 02 (Tapete de flores – Domingo de Ramos)

(Olindina Binow Naitzel, 24/02/2008)

A Páscoa

Como foi o costume de páscoa nos tempos antigos isso foi mais ou menos como podem ver no desenho nº 03. Com que pinta os ovos? É com cebolinha de cor vermelha e também na cor amarela, esta cebolinha está no desenho nº 03, é socada e cozida, quando a tinta já está cozida coloca os ovos e deixa cozinhar durante dez minutos, tirar do fogo e deixar esfriar e depois fazemos o ninho numa vasilha com umas flores e esperar o coelho botar como no desenho nº 04 e quando chegar no ninho é só gritar o coelho botou....o coelho botou... pulando de alegria como está no desenho nº 05. O nosso povo pomerano ainda tinha o costume de pegar água no meio da noite de páscoa para servir de remédio, isso serve para banhar o olho quando

estiver com o olho irritado ou com conjuntivite, serve também para tomar quando estiver com mal de estomago e assim para várias coisas. A pessoa que vai colher a água não deve falar com ninguém e é melhor pegar a água corrente e tampar, no dia seguinte é colocado em litros de vidro. Isso pode ficar anos nos litros, não estraga nunca, a água não dá lodo, mas precisamos acreditar... tudo vale pela fé. Quem tem fé pode tudo que Deus deixou a sabedoria no mundo para descobrir. Ainda tem gente que eu conheço que usa isso. É bom confiar naquilo que aprendemos com os antepassados. E tinha também o costume de pegar um ramo verde bem molhado de sereno do domingo de páscoa... de manhã aquele que ficava mais tempo na cama se dava mal, pois era todo molhado...e diz encontra ovo de páscoa... vai e coma com prazer.



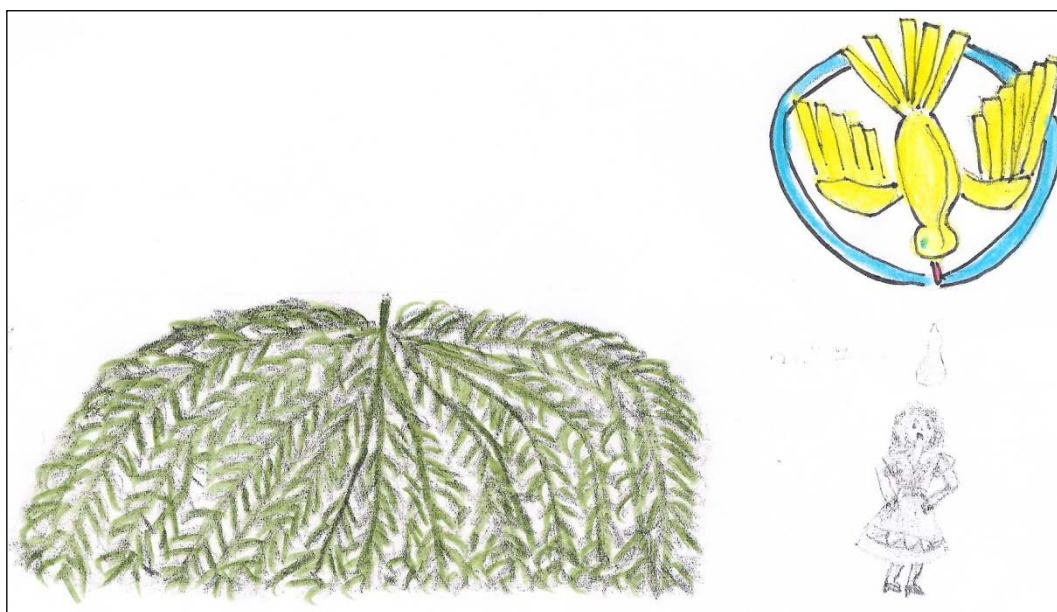
Desenho nº 03, 04, e 05 (Cebolinha para pintar os ovos, ovos na cesta e criança feliz ao encontrar os ovos)

Olindina Binow Naitzel.

O Pentecostes

Pentecostes é sete semanas após a páscoa, a coroa de pentecostes é feita com galhos de pau pereira. A pessoa que vai buscar os galhos para fazer a coroa sai no domingo bem cedo antes de lavar o rosto e chega em casa e pendura os galhos na parede ou porta, mas o mais interessante é a coroa que é pendurada no meio da sala. A pessoa que buscava os galhos não devia falar com ninguém. Por que com sereno? Esse era o costume do nosso povo pomerano, eles tinham fé naquilo porque os antepassados tinham o costume de dizer que a coroa na sala significa que o Espírito Santo esteja na casa. É tudo do jeito que a gente acredita, é pela fé que tem naquilo que faz que vai sendo como é na tradição... nem todos fazem isto, mas ainda tem

gente que leva isto muito a sério porque acredita e tem fé como se pode ver no desenho nº 06 e 07 que fala do Espírito Santo em João 21, v. 21-22 que diz assim: “Disse-lhes, pois, Jesus outra vez, paz seja convosco! Assim como o pai me enviou eu também vos envio. E, havendo dito isto, soprou sobre eles e disse-lhes: recebei o Espírito Santo”... cada um entende do seu jeito, como se sente melhor... a gente nunca deve obrigar ninguém a fazer algo que não quer, tem que vir de sua própria vontade... Eu me sinto bem quando preciso de ajuda e encontro alguém que possa me ajudar com palavras, quem sabe até um conselho. Às vezes a gente precisa de um desabafo pra falar tudo o que sente, é muito importante quando tem alguém que ouve a gente... se a gente pensar na palavra que Jesus disse: a paz esteja convosco! Assim como o pai me enviou, eu também vos envio ...



Desenho nº 06 e, 07 (Coroa de Pentecostes feita com ramos de Pau Pereira e Pomba do Espírito Santo)

Olindina Binow Naitzel

O Advento

Quero falar um pouco do advento como era o costume do nosso povo pomerano na década de 1950. Naquele tempo com a chegada do advento, a primeira coisa era preparar uma coroa verde amarrada com um laço vermelho com três bolinhas de natal, como no desenho nº 01. Os pais já escolhiam um versículo bíblico e uma oração

de natal para cada filho orar na noite de natal. Os pais explicavam para os filhos como nós precisávamos nos preparar para a vinda de Jesus... como se encontra em Lucas c 21 v 36... Fiquem vigiando para continuarem firmes diante do filho do Homem. No desenho nº 02 se vê a árvore de natal e como eram enfeitadas... costumava fazer os enfeites com papel crepom... a árvore era pinheiro natural e buscava na véspera do natal... não podia por a árvore antes e as velas eram pregadas com bambu e de noite ascendia... era só esperar o Papai Noel chegar e entregar os presentes como podem perceber o desenho nº 03 e 04, a boneca e a caixa de bombom, no nº 05 vejam uma bola... no desenho nº 06 vejam uma lata onde vinham umas balas que eram muito gostosas, vemos como eram embalados os os doces antigamente... naquela época não era como hoje em dia ... doce todos os dias... quando chegava hora do Papai Noel as crianças ficavam alegres porque iam comer doces, mas tinham muito medo que tremia...que precisava falar uma poesia ou uma oração antes, senão não ganhava presente.

Senhor Deus faz com que reconheçamos que tudo pertence a ti e que nós somos pobres pecadores. Livra-nos e nos limpa dos nossos pecados com a vinda de teu Filho Jesus Cristo em nossos corações, Amém (esta é uma oração tirada do livro Castelo Forte de 1984).



Desenho Nº 01, 02, 03, 04, 05 e 06 (Coroa do Advento, árvore de natal, boneca, caixa de bombom, bola e lata de balas).

Olindina Binow Naitzel

O Natal

No Natal de 2003 tivemos uma alegria tão grande que choveu tão bem o começo do dia 24 de dezembro... dia 26 choveu muito bem e 27 continuou chovendo... 28

amanheceu estiado. No dia do Ano Novo ainda estava estiado... não choveu... Deus sempre tem solução pra tudo... dia 02 de 2004 era duas e pouco da tarde e começou a trovejar... logo em seguida começou a chover muito graças a Deus.

Deus nos ama como ninguém nos amou... este ano é um ano em que o povo deu valor a plantação... tem tanto milho plantado que dá prazer de ver... as roças estão muito bonitas, tudo verde até o chão... só o feijão não ta com nada não, mas se Deus quiser vai dar uma colheita muito boa este ano que começou muito bem graças ao nosso bom Deus.

O Natal sempre relembra o nascimento de Jesus Cristo que renasce sempre a esperança de uma vida nova para todos nós. O Natal é o aniversário de Jesus... neste dia esperando o Natal chegar é como esperar uma visita muito especial... a chegada de Cristo todos os dias nos nossos corações, cheio de esperança e amor. Nós não devemos festejar o Natal só com comidas e bebidas, devemos sim ser feliz cantando hinos de Natal, lendo as partes do significado de Natal da Bíblia e com muita alegria visitando os parentes e amigos desejando-lhes um Feliz Natal e Próspero Novo Ano com amor e carinho para que todos sejam felizes....

Olindina Binow Naitzel

Citam-se, ainda, outras festas que fazem parte da tradição pomerana, como a *Wustfest* (festa da linguiça), a festa da Colheita e as festas ligadas às comemorações religiosas, todas sempre animadas pelo som da concertina.

No processo migratório, as famílias pomeranas vieram para a região de Pancas trazendo consigo as tradições e experiências vividas nos locais por onde passaram, desde a Pomerânia até o norte do Espírito Santo. De acordo com Retz (2005), trouxeram como parte de seu modo de ser a espiritualidade de um povo que “insiste em viver a esperança de dias melhores para si e seus descendentes”, esperança que entendemos como a persistência e resistência que faz parte do modo de vida camponês.

Esta é a marca registrada do camponês pomerano e está presente na memória e vivência desses sujeitos sociais como demonstram os escritos de D. Olindina.

4.3 A Moral Camponesa Pomerana: Casamento e Herança – Nascimento e Morte

Casamento e Herança

O casamento de pomeranos dificilmente ocorria fora da comunidade, atualmente há uma maior aceitação em casamentos com outros grupos étnicos, mas na maioria dos casos ainda prevalece a tradição de casar apenas dentro do grupo.

Sangue significa não apenas uma origem comum, marcada pela história da imigração, mas também uma moralidade camponesa, que é utilizada para se pensarem os atributos positivos que garantam a transmissão da terra e da habilidade profissional nas futuras alianças. [...], o casamento de pomeranos com outros grupos étnicos implica numa 'mistura de sangues que não se combinam' (casamento para baixo), de distintas origens étnicas e sociais, os quais não possuiriam os atributos necessários à continuidade do *ethos* camponês de origem alemã e assim comprometeria a reprodução social da *Land* (BAHIA, 2011, p. 188-189 – *Grifos da autora*).

Na construção simbólica da identidade étnica a origem é colocada como um critério de grande importância para definir as qualidades do indivíduo enquanto trabalhador e que verdadeiramente tem apego a terra e valoriza o trabalho, desconsiderando estas qualidades em que não pertence ao grupo.

Este estereótipo se estende até as questões do dote e herança, pois, acreditam que o homem brasileiro dificilmente terá alguma terra pra começar a vida e quanto a mulher brasileira esta dependeria totalmente do marido, sem dote algum, sendo que é uma tradição entre os pomeranos que os filhos tenham terra para começar a vida de casado e a mulher o seu dote, que evidenciará que é uma mulher prendada nas lidas da casa e não foi de mãos vazias para o casamento.

A religião acabou sendo um fator de influência na oposição dos casamentos interétnicos uma vez que estes levariam a convivência de outra expressão religiosa, como uma nova língua e novos costumes.

A característica da herança entre os pomeranos tradicionalmente era a prática da ultimogenitura, o filho mais novo herdava as terras e a casa da família e se responsabilizava em cuidar dos pais em sua velhice, sendo que os

demais filhos homens ganhavam um pedaço de terra do pai separado ou próximo à colônia.

Verificou-se que com os camponeses pomeranos que fizeram parte da migração interna para a Terra Quente este costume foi sendo modificado e inicialmente todos os filhos homens passaram a fazer parte da partilha da colônia dos pais e posteriormente as mulheres também foram incluídas na divisão da herança.

Walter Haese: Era muito difícil casar com quem não era pomerano... era muito discriminado... hj não tem mais isso, mas no passado se falasse que tava namorando uma moça que não era pomerana o pessoal perguntava se tava namorando uma preta... podia ser branca, mas se não fosse pomerana eles falavam que era preta...hoje isso mudou já tem casamento misturado, mas ainda acaba tendo mais entre pomeranos...

O dote da mulher era uma máquina de costura, uma vaca e o cobertor de pena... toda noiva ganhava isso. O filho homem ganhava terra... já não tinha mais diferença entre mais novo ou mais velho... já na época do meu avô o pessoal aqui dividia as terras pra todos os filhos homens...hoje já divide também com as mulheres. Não tinha conflito não... era uma lei e ninguém reclamava.

Geraldino Romais: Aqui a colônia era 16 alqueires de terras e depois foi repartindo entre os filhos, são dez filhos. Temos uma tradição de não vender para outro, sempre para a família. Por exemplo, meu irmão vendeu e foi para o Paraná, mas vendeu pra mim, então eu tenho 4 alqueires de terra sempre permanece Romais....

Faz-se importante destacar que mesmo tendo tido uma convivência amigável com os grupos considerados diferentes como os demais imigrantes e os nacionais (brasileiros), havia uma dificuldade de aceitação na mistura dos grupos através do casamento, ou seja, para a formação da família só era aceito quem fosse do próprio grupo, o que se deve à crença de que o casamento interétnico desestruturaria a reprodução social e étnica, pois, as diferenças de

outra cultura, modo de vida, religião, bem como o uso constante de outra língua levaria a uma mistura de padrões que acabaria enfraquecendo a identidade pomerana e também para evitar a divisão da colônia com quem não fosse do grupo étnico.

O trabalho 'de sol a sol', a dedicação de toda família ao progresso da terra e a construção de uma noca pátria (*Land*) é uma especificidade étnica, exclusiva dos imigrantes pomeranos. [...]. a imagem do 'bom camponês', o apego à terra e o amor ao trabalho são qualidades diferenciadoras dos brasileiros, decorrentes da sua condição de descendentes de alemães. Não apenas é acionado o trabalho pioneiro dos imigrantes como um elemento de oposição aos brasileiros, mas também é ressaltado o trabalho familiar. Todos os membros da família pomerana ajudam nas atividades para a boa manutenção da colônia. De acordo com as concepções com as concepções pomeranas, as mulheres brasileiras não trabalham, só os homens participam das atividades produtivas (BAHIA, 2011, p. 190-191).

O sistema de organização familiar patriarcal ainda segue a tradição dos antepassados na Pomerânia sendo os laços entre os membros das famílias bastante fortes, chegando a se estender tanto na propriedade como pela comunidade e vizinhança, configurando a formação de núcleos de família extensa (FEHLBERG, 2011).

No caso das regras de residência, temos entre os pomeranos a patrilocalidade para os herdeiros e a neolocalidade para os demais filhos. Os herdeiros permanecem na propriedade, e apenas um deles, quase sempre do sexo masculino, herda a parte da propriedade agrícola onde se situa a residência da família e anexos [...], ou seja, o herdeiro é, por excelência, o guardião do núcleo indivisível. Tradicionalmente, este herdeiro é o filho mais novo, e, mesmo nos casos de partilha da terra, é ele quem recebe a porção maior. A divisão da herança tem base na chamada *tradição*, que seleciona quem é o herdeiro e quem será excluído da partilha da terra. A tradição pomerana afirma que a terra é um bem herdado pelos homens. A transmissão da herança é feita ao homem, [...] (BAHIA, 2011, p. 83-84).

Olindina Binow Naitzel: *Eu ganhei uma terra dos meus pais quando eu tinha apenas catorze anos de vida. Na minha época a escritura só foi passada para meu nome, mas não registrado. O registro da minha terra só aconteceu quando eu me casei com Martinho Naitzel no dia 20 de julho de 1962... com o passar do tempo veio o plano INCRA e eu ainda não tive direito da terra no meu nome, entretanto, meu pai mandou passar o INCRA da terra do meu nome para o nome do meu esposo Martinho Naitzel. Nós ainda tínhamos este costume dos antigos pomeranos onde nós*

trabalhávamos muito na roça, só que eu nunca tinha o direito de nada, pois, toda vida o marido que comandava e dirigia a casa (colônia), no entanto, as mulheres aceitavam essa representação masculina como a chefia...

A ajuda dos pais ao jovem casal aparece como essencial para o começo da vida, contudo, verifica-se nos relatos que é também uma forma de manter os filhos dependentes do controle do pai que se coloca ainda como o chefe da família, sendo quem detém mais saber e, portanto, autoridade para tomar as decisões que considera mais corretas para a família.

Olindina Binow Naitzel: Lembro que naquele ano de 1965 nós colhemos catorze sacos de café em coco, mas sete sacos de café eram do meu pai... porque meus pais me deram a terra... com isso mostrei a honestidade de que nos primeiros anos nós precisávamos entregar metade do café que colhemos.

É importante ressaltar que mesmo que mesmo mantendo a lógica da moral camponesa para a realização do casamento, entre os camponeses pomeranos nem sempre ele se constitui apenas num arranjo econômico, nos vários relatos colhidos em campo, ficou evidente o carinho entre os casais e também em suas lembranças como, por exemplo, quando D. Maria e D. Olindina me contam sobre seu primeiro encontro com os esposos, Sr. Henry Litckow e Martinho Naitzel respectivamente.

Maria Binow Litckow⁷⁸: Ah! Eu lembro até hoje... eu estava na varanda e fiquei vendo ele vindo lá longe de camisa branca... eu fiquei sem saber o que fazer de tão emocionada então comecei a tocar essa música pra ele (toca um trecho da música na concertina). Essa é a música que toquei pro meu amor!

Olindina Binow Naitzel: A primeira vez que eu encontrei meu amor foi num casamento do meu primo Florêncio Tesch, isto foi no mesmo ano que eu

⁷⁸ Entrevista concedida em janeiro de 2015.

confirmei, sendo mais preciso no ano de 1960... e daí eu comecei a namorar mesmo. Este foi meu primeiro e o único amor da minha vida...

Nascimento

O nascimento é considerado um momento muito especial para os pomeranos, pois além de significar a continuidade da família e conseqüentemente do modo de vida tradicional e todos os simbolismos de sua campesinidade, marca também a entrada definitiva da mulher na vida adulta, passando a integrar a comunidade agora como esposa e mãe. A família formada e preferencialmente com muitos filhos é considerada como uma benção para os pomeranos, permitindo a continuidade da reprodução da família através do trabalho de todos na colônia.

O nascimento de um menino é sempre desejado, pois garante um herdeiro e a continuidade da vida camponesa, através da manutenção da tradição Pomerana de herança indivisa e da autoridade centrada na figura masculina. Esta superioridade masculina é percebida, então, no uso diferenciado do termo que designa a menor importância atribuída ao sexo feminino no interior da família (BAHIA, 2011, p. 141)

Geraldino Romais: Geraldino Romais: Nascimento é algo muito aguardado e festejado... é muito bom ver a família reunida... ver os filhos encaminhados...

O batismo é um dos ritos de passagem de grande importância para os pomeranos, pois, é o rito que confere à criança sua primeira identidade social, o seu reconhecimento como luterano, além de livrar a criança dos perigos da morte que se estenderiam também a colônia e comunidade na forma de infertilidade das terras (BAHIA, 2011).

Seguindo a lógica da moral camponesa os padrinhos de batismo sempre são escolhidos entre os parentes ou alguém da comunidade que seja bastante próximo da família. A escolha dos padrinhos além de ser uma forma de fortalecer laços de parentesco e de reciprocidade, é também um mecanismo utilizado pela Igreja para se reforçar sua influência na comunidade, uma vez que os padrinhos fazendo parte desta devem ser membros com condutas

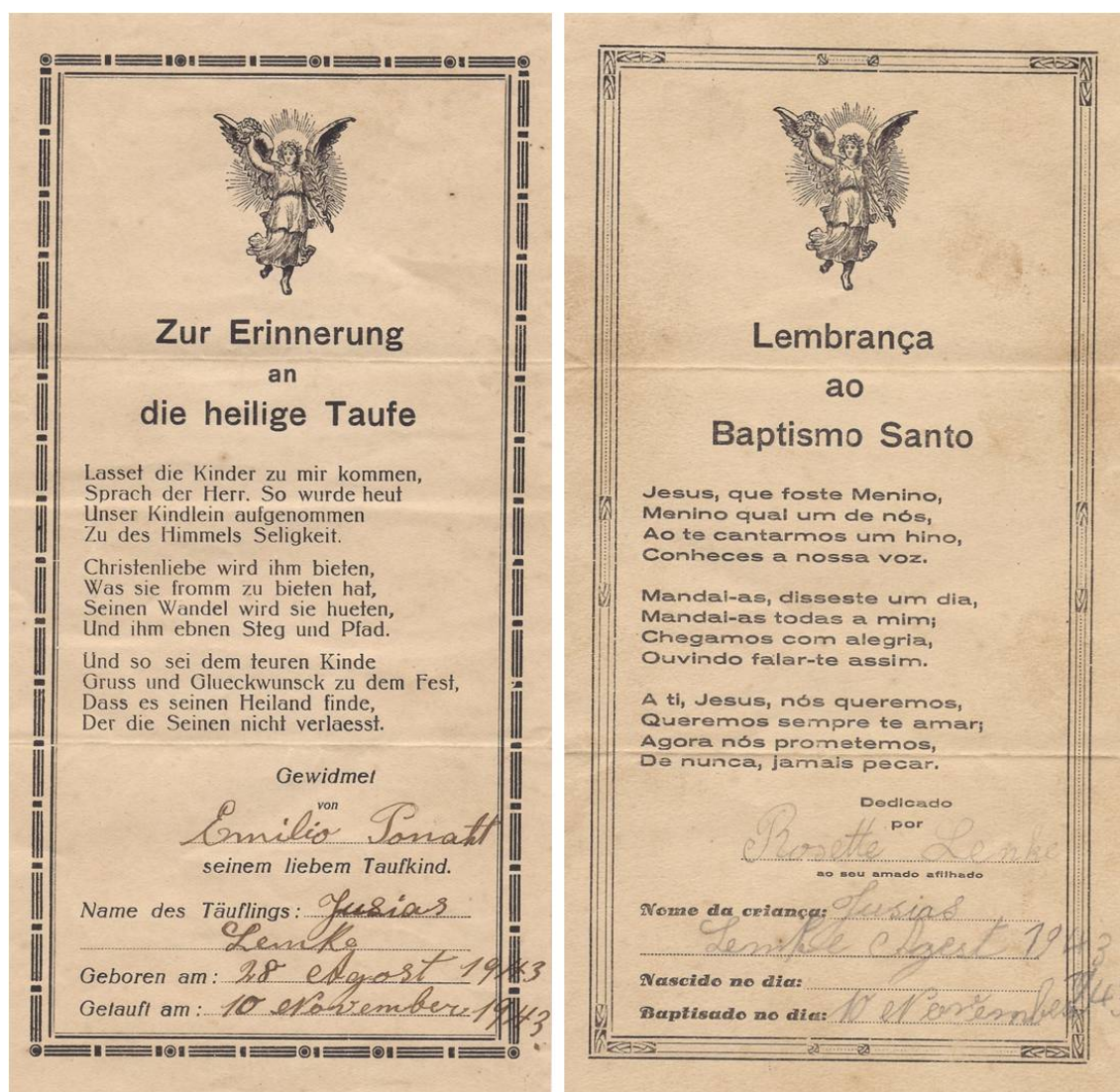
exemplares, pois, seus valores morais devem ser transmitidos à criança (fotografia 43. e 44).

Fotografia 43: Cartão de Padrinho – Presente de Batizado



Fonte: Família Ohnesorge Lemke, s/d.

Fotografia 44: Parte do Cartão de Padrinho - Lembrança



Fonte: Família Ohnesorge Lemke, s/d.

O cartão de batismo, *Peetasetal*, é uma lembrança que os padrinhos oferecem ao afilhado no dia do batizado. No cartão são colocados alguns objetos de boa sorte ao futuro da criança e que simbolizam os valores morais da vida camponesa. Os símbolos marcam também a distinção entre as funções das mulheres e dos homens no trabalho na unidade de reprodução familiar.

Em alguns cartões coloca-se dinheiro, pedaços de crina de cavalo, sementes, terra e penas. No caso das mulheres pode-se encontrar: pedaços de linha, agulha e penas.

Percebe-se o forte simbolismo dos presentes, terra para que quando homem adulto possa ter a sua terra para trabalhar, sementes para uma boa produção, boas colheitas, penas e crina de cavalo para sorte com as criações e

para as mulheres o desejo de que domine as prendas domésticas e seja uma boa esposa auxiliando o marido na manutenção da colônia e da família.

Há também alguns relatos de um rito realizado no âmbito doméstico na ocasião do primeiro aniversário da criança em que se coloca sobre uma mesa um pedaço de pão, uma moeda e um livro ou caneta, o que a criança escolher será o caminho destinado a ela no futuro. O pão simbolizando fatura, que não passará fome, o dinheiro como boas condições financeiras da colônia e a caneta o caminho dos estudos.

De acordo com Bahia (2011) muitos pastores introduziram o uso de novos cartões sem envelope para evitar a continuidade da prática tradicional dos presentes ao considerá-las apenas uma superstição (*Aberglauben*).

Atualmente, verifica-se que a prática mais comum é colocar dinheiro no envelope para que os pais comprem um presente para a criança, mas em várias entrevistas foi afirmado ser este um costume ainda tradicional entre os camponeses pomeranos.

A Morte

Geraldino Romais: *A morte é muito respeitada. As pessoas não viviam muito como hoje eram muito judiado... por exemplo, o Max, meu bisavô, morreu com 69 anos... eu já estou com 77 e anda estou trabalhando...*

A morte, assim como nascimento e casamentos são momentos em que o simbolismo das crenças pomeranas herdadas dos antepassados *wendes* (pagãos) se mostram de forma mais forte. A morte é cercada por uma série de elementos rituais que vão desde o comunicado da morte, no caso de dono da propriedade, a tudo que compõem a colônia e vizinhança.

O relógio era parado, para simbolizar que mais um relógio da vida tinha deixado de funcionar. O espelho era visto como um instrumento de afago à vaidade humana. Como tal, era instrumento do diabo. Cobrindo todos os espelhos, tirava-se todo o poder que o diabo ainda quisesse exercer sobre a alma do morto. Depois de tomadas essas providências, entra em função o pessoal que irá dar banho no defunto. Em muitas localidades este trabalho era assumido por uma mulher, geralmente de mais idade. [...]. A água não podia nunca ser despejada num lugar, onde alguém pudesse pisar. Por isso, jogava-se esta água sobre arbustos, em buracos, ou em cima de muros. Também não podia ser jogada perto de currais ou galinheiros, pois traria desgraça para os animais (RÖLKE, 1996, p. 79).

Walter Haese: *O pomerano tem o cemitério dele... próximo à Igreja... e a tradição de enterrar na terra crua ainda permanece...*

Durante o velório que acontecia na residência é servido um café e depois da despedida segue-se para o cemitério onde o pastor fará um sermão tanto para consolar os familiares e amigos como para abençoar o morto, sempre lembrando suas qualidades e a saudade de quem ficou.

O caixão é aberto para os parentes e vizinhos que chegam na última hora vindos de longas distâncias. Todos se despedem colocando as mãos sobre as mãos do morto. Logo depois o caixão é fechado e baixado na cova e o pastor fala as seguintes palavras: 'Terra, terra. Cinzas, cinzas. Pó a pó. Na confiança (certeza) da ressurreição de Jesus Cristo no dia do Juízo final'. A cada trecho, o pastor joga terra sobre o caixão. Antes de proferir as últimas palavras, cada um dos presentes joga um punhado de terra sobre o caixão (BAHIA, 2011, p. 304)

Durante os relatos foram colocadas questões referentes aos casos de crianças que morrem antes de receber o batismo, sendo que estas, consideradas como "anjinhos" recebem em sua lápide não a cruz do cristão batizado e sim a pomba que simboliza o Espírito Santo (fotografia 45).

Fotografia 45: Cemitério Pomerano – Túmulo de Cristão (Batizado) e Criança sem o Batismo



Autor: Elaine Mundim Bortoleto, 2015.

Algo muito presente nas falas e lembranças são os casos de suicídio, considerados como algo errado perante as leis divinas e que por isso o caixão do morto não podia entrar pelo portão principal do cemitério, entrava por alguma parte lateral passando por baixo do arame que cercava o cemitério. O alinhamento da sepultura também seria diferenciado das demais, ou seja, enquanto a forma correta é que os pés do morto apontassem para o nascente, assim, a sepultura do suicida ficaria na transversal.

Outros relatos colocam que a prática de mudar o alinhamento da sepultura já não ocorre, mas que os suicidas são enterrados numa parte separada do cemitério próximo aos muros. Deixam claro que essa ação é para mostrar para a comunidade que aquele que tira a própria vida está cometendo um erro perante Deus, pois, só este como Criador da vida pode dispor dela.

Ressalta-se que o cemitério é um lugar considerado sagrado para os pomeranos, cuidam dele com carinho, em alguns casos, pintando as lápides de azul e branco e sempre as enfeitando com flores. O costume de visitar o cemitério não se resume apenas ao Dia de Finados, mas neste dia a prática é maior seguindo o costume da religião católica⁷⁹.

Fica muito claro a força simbólica destes ritos na lógica camponesa, quando do casamento se recebe a terra para a formação da nova família, que dará continuidade à reprodução da *land*/colônia quando abençoados por um grande número de filhos que agregarão força ao trabalho do chefe a família e possibilidade de que todos venham a ter tenham a sua própria terra para dar continuidade ao ciclo da vida e da terra, entendida como a colônia – unidade de reprodução familiar, para que então se possa descansar na nova morada – cemitério.

⁷⁹ O dia 15 de novembro é o Dia da Ressurreição no calendário luterano, comemorando-se a vida, que não comemora o do Dia de Finados, 02 de novembro, da tradição católica. Contudo, com relação ao culto aos mortos, mesmo sendo luteranos os pomeranos não “*veem sentido na separação de dias e cultos entre eles e os católicos*” (BAHIA, 2011, p. 289).

Capítulo V
DE PARQUE NACIONAL A MONUMENTO NATURAL:
PERSPECTIVAS FUTURAS?



Fonte: National Geographic, 2005.

5.1 De Parque Nacional a Monumento Natural – A Luta pela Recategorização da Unidade de Conservação

O ano de 2004 foi um ano muito preocupante pela vinda do Parque Ecológico... em Laginha o povo ficou muito assustado com tudo isso porque ninguém entendia nada o que estava acontecendo e não sabe ainda como vai ser, mas Deus é em primeiro lugar pode nos ajudar a atravessar tanta injustiça. Ninguém tomou nada de ninguém, tudo o que temos foi juntado com o próprio suor... por que meu Deus tanta injustiça? Não deixa acontecer que eles venham a tomar as nossas terras... que lutamos tanto pra conseguir... todos os dias debaixo do sol ou até debaixo de chuva, trabalhando vários e vários anos, não foi um ou dois anos não, foi a vida inteira com tantas dificuldades, mas sempre lutamos com a ajuda de Deus. Ele nos abençoou com tantas coisas boas que são as minhas filhas, genros e netos e assim por diante. Deus não vai deixar nós só... Deus nos ajude que eles não tem esse direito de nos tirar estas terras que tanto lutamos para conseguir... deve ter um outro meio que eles podem fazer... assim espero.

Olindin Binow Naitzel (janeiro de 2005).

Depois de seis anos de resistência, em que a comunidade se manifestou contra a implantação de uma Unidade de Proteção Integral, acreditou-se que haviam vencido a luta e conquistado o direito de permanecer em suas terras, uma vez que em 2008 foi aprovado o Projeto de Lei nº. 7.708, que modificou a categoria da Unidade de Parque Nacional para Monumento Natural, categoria esta que, segundo os técnicos do IBAMA, ICMBio e Governo Federal, permitiria a permanência da comunidade camponesa na área e a continuidade de suas atividades ligadas ao cultivo da terra.

No artigo 2º do Projeto de Lei nº. 7.708, são descritos os objetivos básicos do Monumento Natural, que são: preservar pontões rochosos, a flora e a fauna, bem como a paisagem e as *culturas tradicionais*; e, no parágrafo único do art. 2º, é garantida a utilização da terra e dos recursos naturais pelos proprietários,

desde que se comprometam com a conservação, conforme disposto no plano de manejo da unidade⁸⁰.

Nos levantamentos iniciais verificou-se que não seria difícil o cumprimento destes critérios pela comunidade camponesa pomerana, bem como a introdução de novas atividades sustentáveis, pois, além das atividades voltadas para a agricultura de pequena produção, de certa forma, muitos camponeses já se dedicam a atividades de conservação e manutenção das áreas de matas nativas existentes em suas pequenas propriedades. Ressalta-se que manter uma área de mata nativa em suas propriedades sempre foi um costume dos camponeses pomeranos.

Edna Vervoelt: ... eu sempre disse para o meu marido que quando eu ganhasse a minha terra eu não ia deixar cortar mais nada. Porque a gente enxergava que no futuro podia acontecer de não ter mais mata, dos filhos e netos não conhecer mais nenhum pau. Assim que eu herdei minha terra eu não deixei cortar mais nenhum pau, por isso eu briguei com as pessoas que vinham tirar cabo de enxada... eu não deixei cortar mais nenhuma mata, as matas estão aí até hoje. Nos valões, nos lugares onde pouco se utiliza a terra hoje estão virando mata, igual esse alto aí (mostra a direção) virou mata. A gente gosta muito de plantar árvore pra ajudar dar sombra, no fim tá tudo virando mata, mas é porque a gente preserva!

Josias Lemke: Teve um senhor que visitou minha casa na época da medição dos terrenos quando criaram o Parque e me perguntou se eu achava que hoje tem mais ou menos mata que trinta anos atrás. Eu respondi que acho que hoje tem mais mata que há trinta anos, porque da

⁸⁰ A nova categoria o tem como pressupostos:

Art. 12. O Monumento Natural tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.

§ 1o O Monumento Natural pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.

§ 2o Havendo incompatibilidade entre os objetivos da área e as atividades privadas ou não havendo aquiescência do proprietário às condições propostas pelo órgão responsável pela administração da unidade para a coexistência do Monumento Natural com o uso da propriedade, a área deve ser desapropriada, de acordo com o que dispõe a lei.

§ 3o A visitação pública está sujeita às condições e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento. (BRASIL, 2000).

época da erradicação do café em 1960 e até 1980 o povo desmatava muito... e ele me respondeu que é isso mesmo, que hoje tem mais mata ... e que ele tinha os mapas no computador pra mostrar e que ele estava satisfeito em ver que o nosso vale estava com muito mais mata.

Edna Vervoelt: *Quando o pessoal soube que era bom verdear em volta das nascentes eles começaram a plantar ... plantavam banana prata que era bom pra dar água... (fotografia 46 e 47).*

Fotografia 46: Reflorestamento Realizado pelos Camponeses pós 1975



Fonte: National Geographic, 2005.

A relação de cuidado com o meio e conservação dos recursos naturais pela comunidade camponesa pomerana é descrita na reportagem de Eduardo Nunomura:

[...]. Muitos outros fizeram o mesmo, como Juliberto Stur, um pomerano de 52 anos. Ele e a mulher, Nair, levam uma vida pacata em Pancas. No seu terreno de 28 alqueires, mais da metade é preservado. 'Gosto muito de plantar e colher, mas admiro mesmo é ver essa floresta de pé', diz com uma sinceridade comprovada no quintal. Sagüis-de-cara-branca, bugios, macacos-prego, jaguatiricas, pacas e quatis são vistos com frequência nas terras dos Stur. Estão ali porque há perobas, jequitibás, sapucaias, ipês preto e amarelo, angelins e sucupiras em abundância. Stur caminha descalço, bebe água deitado numa das rochas onde brotam nascentes, veste roupas

simples e fala com os animais e plantas. Cuida da roça, do gado e do criatório de peixes, mas gosta mesmo é de ver como crescem as 1.500 árvores de replantio. O decreto prefere vê-lo fora dali (NUNOMURA, 2005, p. 03).

Fotografia 47: Aspectos do Reflorestamento Realizado pelos Camponeses pós 1975



Fonte: National Geographic, 2005.

Além da questão da conservação dos recursos naturais, as falas revelam ainda uma concepção de natureza arraigada ao seu modo de vida, fazem parte dela, sentem-se como aqueles que devem cuidar e zelar por ela, uma vez que são os recursos naturais, entendidos como a terra, as árvores, as águas, os animais, que lhes permitem sobreviver.

Na sua concepção de natureza os camponeses pomeranos, não se apartam da mesma entendendo-a como uma “paisagem pura, paradisíaca, fenomenal”, como as respostas dos caiçaras aos roteiros de perguntas aplicados por Furlan (2000) em sua pesquisa “Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental (situação do Parque Estadual de Ilhabela na Ilha de São Sebastião).

Diferentemente dos caiçaras estudados por Furlan (2000) que vão mostrar suas relações mais subjetivas com a natureza em conversas mais contextualizadas, os camponeses pomeranos já nas primeiras conversas e questionamentos sobre o conflito vivido com a instalação da UC e a

possibilidade de perderem as terras, apresentam a forte relação estabelecida com os recursos naturais.

A oração de D. Olindina, bem como alguns relatos apresentados ao longo do trabalho refletem bem esta relação, sentem-se interligados aos recursos naturais, pois são estes que junto com o seu trabalho permitem a sobrevivência. Quando o sr. Josias afirma que a região que ficou para eles “é pura pedreira, que só dá pra trabalhar de enxada e em alguns lugares de caquinho e a gente tá aqui vivendo” retoma o *ethos* do bom camponês que é grato a Deus e conseqüentemente grato a terra que lhe permite viver, independente das dificuldades impostas (BAHIA, 2011).

Tanto o Sr Josias, como D. Olindina em sua singeleza e também os demais membros da comunidade introjetaram essa noção de valorização dos recursos, ligada não só à moral camponesa, mas também à ética luterana e desenvolveram relações diferenciadas com a natureza, como a provedora dos frutos adquiridos com o trabalho da família.

[...] pode-se dizer que existe uma identidade territorializada. A percepção da ilha como lugar é individual, mas se projeta como percepção coletiva, na medida em que expressa seletivamente aquilo que uma pessoa, grupo social ou segmento cultural tem como interesses diante da sua vida na ilha. A identidade está profundamente enraizada ao contexto sociocultural de um lugar [...] os moradores entrevistados, percebem e valorizam a identidade territorial e cultural expressando-a nos componentes da paisagem [...] suas matas, suas águas, seu mar. [...] o lugar que corresponde a suas aspirações, desejos: são partes de suas vidas, tem um elo existencial que se estabelece entre a afetividade e a identidade construída. [...] a identidade territorial é tão forte quanto a identidade cultural (FURLAN, 2000, p. 323-325).

A importância da manutenção do território para a continuidade do modo de vida da comunidade camponesa pomerana foi defendida pelo então Diretor da Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Pancas, Elson Augusto do Nascimento, ao enfatizar, em seu depoimento, os impactos causados caso a comunidade seja desapropriada de suas terras:

Elson A. do Nascimento⁸¹: *da forma como toda a discussão aconteceu, sobre desapropriar as pessoas daquela região eu penso que se realmente*

⁸¹ Entrevista concedida em 2007.

acontecer, que será algo existencial para o município e para questão cultural, econômica e social numa esfera maior, tanto municipal como estadual. Porque tem impactos, um efeito em cadeia. O interessante é que a maioria das famílias é de descendentes de pomeranos e mais que isso muitos estão ali há mais de três gerações. A relação da terra com a família é muito grande, é a herança que passou para o filho e que o filho tem como responsabilidade transferir para o outro filho, isso tem um elo muito grande. Então a terra passa a ter um relação intimista com o cotidiano dessas pessoas. Então, olhando por essa ótica você percebe que esse tipo de unidade, nesse formato, com desapropriação, pode ser danoso economicamente para o município porque são todos pequenos proprietários que vivem de uma agricultura de subsistência, trazem com eles uma memória histórica de um patrimônio material que a região tem que preservar, construíram uma identidade, construíram uma relação com a terra. Na comunidade existe aquela coisa como já falei, dos pais darem um pedacinho de terra para o filho morar que depois dá outro pedacinho para o neto, então vai criando aquele monte de pequenas propriedades e eles tiram dali o sustento. Onde a igreja é próxima as festa acontecem ali, então tudo é uma relação de integração com o meio, eles preservam, cuidam e têm orgulho de dizer que vivem ali, não tem vergonha do que são.

Sobre a relação de pertencimento e identidade com o território, desenvolvido pela comunidade camponesa pomerana, Bonnemaison e Cambrèzy corroboram com a seguinte análise:

Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo impregnamos-nos dele. Além disto, os vivos não são os únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca com o signo do sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer (BONNEMAISON E CAMBRÉZY, 1996, p. 13-14).

O território deixaria de ser um espaço apenas de relações político-econômicas para se constituir também em um espaço de identificação dos

sujeitos sociais, passível de sua reconstrução no novo território resignificando-o com base em seus elementos identitários.

Através dos relatos concedidos, constatou-se até 2013, que a vitória na recategorização de PARNA para MONA não foi suficiente para amenizar o impacto causado pela criação da UC dos Pontões Capixabas, que desde sua implantação se colocou como uma ameaça de expropriação e desterritorialização.

A comunidade camponesa pomerana continuou vivendo o conflito fundiário e ameaças de expropriação, pois a mudança da categoria da Unidade de Conservação para Monumento Natural, difundida pelos órgãos responsáveis como solução ao problema da expulsão dos moradores imposto pelo PARNA não resolveu o problema, visto que o MONA, também de Proteção Integral, permite a presença do homem nas áreas de conservação ambiental, desde que as atividades de produção se restrinjam apenas às áreas já utilizadas anteriormente à implantação da Unidade de Conservação e que os cultivos sejam apenas de espécies nativas da região, no caso específico, a Mata Atlântica.

De acordo com os relatos os camponeses pomeranos ao seguir as orientações iniciais do gestor da Unidade de Conservação, não poderiam mais cultivar todos os produtos tradicionais ao seu modo de vida, situação que leva num primeiro momento, caso não sejam propostas medidas alternativas, à impossibilidade da continuidade de sua reprodução social. Toda a situação se transformou em um novo momento de conflito, aumentado a angústia e o medo de perderem as terras por não poderem mais produzir.

Ainda com base nos depoimentos, mesmo com a mudança da categoria para Monumento Natural aprovada desde 2008, o gestor da Unidade de Conservação iniciou suas visitas às colônias apenas ao final de 2011 e de forma bastante impositiva, dizendo o que podia e o que não podia ser feito nas propriedades, sem procurar saber a história do lugar ou a opinião dos moradores sobre o plano de manejo a ser realizado na área. A fala da Sra.

Edna Vervloet descreve o comportamento do gestor⁸² do Monumento Natural dos Pontões Capixabas:

Edna Vervloet: Quando chegou aqui o representante do ICMBIO⁸³ pra fazer o plano de manejo o povo se assustou novamente, só que tem gente que estuda e foi procurar saber o que tem por traz dessa documentação [uso da terra no Monumento]. Também ele entrou aqui de forma rude, grosseira... pelo plano de manejo deles a gente não vai poder trabalhar mais... o Monumento só modificou o nome... a pressão em cima do povo ia acontecer até que um dia todo mundo ia enjoar e ia abandonar tudo sem receber nada....

Elaine: O gestor chegou a andar pela comunidade conversando com os moradores?

Edna Vervloet: Ele andou um pouquinho por aí, mas porque o pastor da paróquia cobrou isso dele dizendo que ele tinha que visitar o povo pra conhecer as pessoas e ter contato com a realidade de cada um. Foi assim que começou a ter essas coisas de novo... medo, revolta. Aí foi feito uma reunião pra formar o Conselho do Plano de Manejo... eu estive nessa reunião eu representei a minha associação a ACESA, também a associação do produtor e também a Igreja, porque eu sou membro da Igreja também. Na reunião as cadeiras eram divididas e metade era para as autoridades e metade para o pessoal daqui. Depois ele [representante do Chico Mendes] disse na justiça federal que não havia tido reunião pra definir o Conselho. E eu, o pastor e outros fomos na justiça federal em Colatina e deixamos claro na frente dele que tinha tido reunião de votação aqui sim e que eu tinha participado, assim como os outros... ele foi encostado na parede e não nos desmentiu porque viu que era a verdade. Ainda não foi possível terminar o Conselho porque eles queriam uma coisa e não tava dando certo do jeito que eles queriam que fosse... eu queria uma cadeira... queria entrar junto na luta pela associação de saúde alternativa que represento e também porque tem a terra e eu trabalho com

⁸² O gestor foi procurado para uma entrevista em julho de 2012, quando da ocupação do IDAF, mas não respondeu às tentativas de contatos. Posterior a este período tentamos novamente o contato, mas não obtivemos retorno e em janeiro de 2015 por ocasião do último trabalho de campo, o atual gestor encontrava-se de férias.

⁸³ É importante destacar que o gestor a que D. Edna se refere, Sr Osvaldo Ceotto, atuou na gestão do MONA de 2010 até 2013.

a agricultura, mas eles não aceitavam, não aceitavam nem a Igreja... disseram até que o Pastor tinha que estar cuidando de outras coisas... então foi quando eu vi que a coisa estava vindo de cima pra baixo... e não do jeito que eles falaram que seria quando mudaram pra Monumento Natural. Então não fechou porque tinham que ver com as demais associações no município e tem umas trinta associações... porque não tinha cadeira pra todo mundo, tinha uma ou duas pra dividir com outros... já tinha entrado a associação de voo livre, associações de motoqueiros... tinha sobrado pouca coisa para o agricultor... estavam dando mais participação pro turismo...

As falas evidenciam o quanto a preocupação ambiental e a preservação com os ecossistemas são pensados por pessoas externas às áreas que se busca preservar, considerando-se na maioria dos casos o conhecimento acadêmico em detrimento do saber tradicional. É importante rever essa perspectiva, pois, uma questão muito importante na conservação ambiental que tem sido mantida fora das políticas conservacionistas e até mesmo das salas de aula nos cursos voltados para manejos de ecossistemas que é a participação das populações tradicionais, das populações rurais como colocam Gomez-Pompa & Kaus (2000).

A percepção de D. Edna sobre a postura do antigo gestor deixa claro o quanto as concepções de natureza e o entendimento desta e sua dinâmica pelas comunidades camponesas são desconsiderados na elaboração dos planos de manejo.

Esta abordagem é incompleta e insuficiente para lidarmos com o complexo contexto dos esforços conservacionistas, no nosso país e fora dele. Ela negligencia as percepções e as experiências das populações rurais, pessoas que têm as mais próximas ligações com a terra e encaram o ambiente natural à sua volta antes de tudo como professor e provedor. Negligencia os que são afetados mais diretamente pelas atuais decisões políticas, tomadas em cenários urbanos e referentes ao uso dos recursos naturais. Ela negligencia os que nos alimentam (GOMEZ-POMPA & KAUS, 2000, p. 126).

De acordo com o ICMBio o manejo e gestão de uma Unidade de Conservação deve ter como base o conhecimento tanto do espaço e elementos que o compõem, como também buscar uma interpretação de como estes

elementos se relacionam. Neste sentido faz-se necessário tanto o domínio sobre o funcionamento dos ecossistemas naturais, mas também as relações antrópicas nestes ecossistemas, pois, é muito importante compreender como os sujeitos sociais inseridos em áreas de conservação utilizam o território para que se possa adequar a utilização do espaço com a categoria da UC.

[...] o manejo de uma Unidade de Conservação implica em elaborar e compreender o conjunto de ações necessárias para a gestão e uso sustentável dos recursos naturais em qualquer atividade no interior e em áreas do entorno dela de modo a conciliar, de maneira adequada e em espaços apropriados, os diferentes tipos de usos com a conservação da biodiversidade. A Lei N° 9.985/2000 que estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação define o Plano de Manejo como um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais. Todas as unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo, que deve abranger a área da Unidade de Conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica social das comunidades vizinhas (Art. 27, §1º). O Plano de Manejo visa levar a Unidade de Conservação a cumprir com os objetivos estabelecidos na sua criação; definir objetivos específicos de manejo, orientando a gestão da Unidade de Conservação; promover o manejo da Unidade de Conservação, orientado pelo conhecimento disponível e/ou gerado (ICMBio, 2012).

O plano de manejo deve estabelecer a diferenciação de usos a partir do zoneamento, com objetivo de proteção tanto dos recursos naturais e culturais, estabelecendo critérios para a regulamentação, ocupação e uso dos recursos da UC, da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos caso existam na região, mas deve principalmente trabalhar em prol da “valorização e respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e de representação social” (ICMBio, 2012).

Entendo que a elaboração dos planos de manejo não podem ficar restritos apenas à elaboração do projeto técnico. A elaboração do plano de manejo deve incorporar a comunidade envolvida em todas as suas fases, consulta, tomada de decisões e aplicação, da mesma forma que deve inserir em seu aspecto técnico as práticas de manejo dessa comunidade, entendendo-a como aquela que até então fez o papel de agente conservacionista.

Outro aspecto relevante é que o plano de manejo deve buscar a compreensão do contexto ambiental, histórico-cultural e socioeconômico da

região de entorno da UC, uma vez que estas questões interferem diretamente na vida das populações envolvidas em especial quando a categoria da UC leva a mudanças na sua forma de reprodução social.

A interpretação do diagnóstico se relacionará com a definição de objetivos específicos de manejo, definições de zonas para as diferentes modalidades de usos, normas gerais e programas de manejo. Nesse contexto o Instituto dispõe de uma coordenação responsável pelo processo de elaboração, revisão e monitoramento de Planos de Manejo, cuja equipe vem trabalhando ativamente na organização e reestruturação do processo de planejamento. Cabe aos técnicos o papel de supervisionar e orientar as equipes de planejamento das Unidades de Conservação, além de, muitas das vezes, coordenar ativamente todo o processo de planejamento (ICMBio, 2012).

O que percebo no decorrer dos trabalhos de campo e ao longo das entrevistas é que não houve uma preocupação por parte do ICMBio na inserção da comunidade pomerana em momentos anteriores às visitas dos técnicos aos moradores, para que se explicasse como seria elaborado o manejo, o que não seria mais cabível nas atividades agrícolas dentro do Monumento Natural e ainda para pensarem juntos em novas possibilidades para a área. Faz-se relevante considerar também que o número reduzido de funcionários destacados para atuar na área da UC dos Pontões Capixabas foi um agravante à ampliação do conflito, pois, acabou atrasando as atividades iniciais junto à comunidade.

De acordo com os relatos, nas visitas iniciais, após a mudança da categoria para Monumento Natural, a forma de abordagem do gestor ao colocar já o que não poderia mais ser produzido nas colônias e que as áreas não poderiam mais serem mexidas, gerou confusão e dúvidas sobre a permanência na área e com isso a não aceitação aos técnicos do ICMBio.

Verifica-se que a falta de “tato” do órgão responsável ao lidar com a comunidade e a desconsideração em inseri-los na elaboração do plano de manejo desde o seu início foi a responsável pela continuidade do conflito em torno da UC e desinformação quanto aos seus direitos e deveres numa nova concepção do território.

Ao tratar do conflito em relação à criação da UC Barbosa (2013) apresenta informações da visão do gestor sobre a ocupação da sede do IDAF em 30 de maio de 2012.

Conforme informações do gestor do Monumento Natural, naquele dia cerca de 300 pessoas durante a Jornada Nacional de Lutas Camponesas do MPA cercaram a sede do IDAF de Pancas, na qual também localiza-se a sede provisória do MONA. Essa mobilização, embora baseada em um contexto de lutas de pequenos proprietários de terras em nível nacional, gerou tensão psicológica nos servidores que estavam no momento do ato, além de danos materiais como pneus furados e pichações (BARBOSA, 2013, p. 124).

Para Ferreira (2013, p. 125) a “matriz conservacionista está nitidamente marcada em algumas ações estratégicas do ICMBio ao extinguir o diálogo com os envolvidos, exceto para puni-los e criminalizá-los [...]”.

A pequena manifestação realizada pelos camponeses gerou tensão psicológica nos servidores, contudo, a tensão psicológica que os camponeses têm vivido desde a transformação da área onde vivem em uma unidade de conservação de proteção integral sem que fossem no mínimo informados desde o princípio sobre o que era o processo nunca foi levada em consideração. Os relatos obtidos nos diferentes momentos do trabalho de campo (2007, 2012 e 2015) e ainda antes quando conheci a área logo após a criação da UC, evidenciam o desrespeito por toda uma comunidade e seu meio de vida.

Percebe-se pouco ou quase nenhum esforço em tentar agregar a comunidade nos planos e projetos para a UC, a falta de diálogo ou mesmo de “tato” muitas vezes é ação política mais eficaz para afastar e calar os sujeitos sociais que agora se sentem vítimas da conservação ambiental que empreenderam.

Edna Vervoelt: Pelo plano de manejo deles a gente não vai poder trabalhar mais... não podemos mais plantar café, porque café não é do Brasil... esse café que tá aí tem que ser retirado... só podemos plantar pinhão, cacau... só coisas que são do Brasil. Só que a produção maior do nosso município é café...desde que os antigos chegaram aqui tinha que plantar café, mas cada um aqui planta pouco porque também temos a roça... outra coisa que eles dizem é que eles que vão delimitar as áreas dentro da propriedade que podem ser trabalhadas! A gente não vai ter mais liberdade de trabalhar dentro de nossa propriedade!

Eles querem mais trabalhar no reflorestamento... andaram até fazendo umas mudas pra reflorestamento pra agradar o povo, mas imagine só depois de reflorestado do jeito deles a pressão vai ser muito maior... a gente já tem as leis estaduais e nacionais quando precisamos fazer um corte de árvore ou roçar que já respeitamos, mas o que eles querem é fazer pressão em cima do povo... como se isso aqui não fosse cuidado!

Elaine: *A senhora trabalhou muito na conservação aqui? Como foi isso?*

Edna Vervoelt: *Nossa! Foi muito difícil manter tudo isso que você está vendo aí... desde a época dos meus pais quando eu era menina já era uma luta cuidar de tudo! O povo invadia aqui... Chegou um ponto que a gente não podia mais sair de casa pra levar almoço na roça pro papai... nem o papai não podia mais andar por aí que começou a ter ruindade por parte dos homens. Chegou a um ponto de não termos mais liberdade em nossa terra... até que o papai foi procurar justiça em Pancas.... lá mandaram ele jogar caco de vidro e espinho no rio ou atirar no meio do povo pra espantar eles! O papai ficou muito bravo e disse que não tava aqui pra isso... que não ia fazer uma coisa dessas no rio e foi procurar o juiz que deu o parecer proibindo a entrada aqui... foi anunciado no alto-falante em Pancas que era pro povo respeitar esse lugar... colocaram placas proibindo a entrada... a luta foi grande... não tinha um fim de semana de sossego... tinha que ficar de vigia cercando pro povo não invadir... e assim eu aprendi com minha mãe a brigar... a conversar com o povo...*

Elaine: *Quem invadia aqui?*

Edna Vervoelt: *... essas pessoas que invadiam eram da cidade e gente de longe, eles não perguntavam se podia... iam entrando! Eu fico imaginando quanto risco a gente passou... quanta coisa enfrentamos... tanto que eu tinha fama em Pancas da mulher brava do São Luís! E isso porque a gente lutava por isso aqui! Ainda tem gente que entra sem pedir, mas é menos porque agora a família se espalhou e tem gente morando em mais partes da propriedade, mas já tivemos brigas de caçadores aqui! Muitas vezes deixei minhas crianças pequenas sozinhas à noite pra ir com meu marido*

tirar caçador daqui de dentro.... pescador que entrava aqui a gente tinha que ir atrás mandar embora... muitas vezes pegamos gente aqui tirando madeira pra fazer cabo de enxada... e tudo isso a gente fazia pra manter isso aqui preservado! Foi muita luta pra cuidar disso aqui! Me falavam coisas horríveis, mas eu dizia que não queria que destruíssem isso aqui.

Olindina Binow Naitzel: ... em 2004 quando começou a falar do Parque dessa região de Pancas todos ficaram assustados, porque ninguém conhecia o que é Parque, esta pergunta fica o que é um Parque? Todos queremos saber, todos estamos tristes por esta gente que cuidaram tão bem das terras, deixaram as matas para o bem dos filhos, netos e bisnetos e agora? Como vão fazer? Todos estão tristes por causa do Parque, o povo está com medo... o olhar triste que dá dó de ver, porque ninguém quer perder a terra onde trabalhou tanto para conseguir comprar, com tanto esforço. Trabalhar na roça não é fácil não, às vezes o sol está tão quente, mas tem que tá lá. Pra salvar uma planta e a colheita precisa de muito esforço e fé em Deus pra não desistir de trabalhar. Com tantas orientações de todo lado, que vem de fora... quem nunca trabalhou na roça? Não sabem como é plantar e nem colher nada na roça, mas se for a lei... aonde vamos parar, como vamos organizar as nossas terras? Se não temos mais direito de nada que custou o trabalho de uma vida inteira pra essa gente entregar isto tudo? Isto não vai acontecer porque temos um Pai zeloso que nos acompanhará... nunca nos abandonará...

Geraldino Romais: As pessoas ficaram com sentimento.... ninguém foi consultado... veio esse Parque... deu aquele baque no pessoal... e só depois que lutaram passou pra Monumento, então parou, o pessoal parece que acostuma com as coisas....

O gestor não fez nenhuma visita aqui... fizeram umas reuniões lá em Lajinha... o pessoal vinha de longe observava e deixava... precisa resolver logo... decidir as coisas... tem que criar logo o manejo pra resolver algumas coisas...

Elaine: Que tipo de coisas o senhor acredita que o plano de manejo pode resolver?

Geraldino Romais: ... *ainda tem muita coisa... uma coisa que ainda não melhorou foi o negócio de caçada... de proteger a fauna. A minha causa aqui no terreno é proteger a fauna... se você for olhar não tem uma paca mais, então o que o cara faz... escondido de noite ele faz uma ceva... sobe no puleiro e quando os bichos vem mata os bichos e vai só destruindo.*

Elaine: *E de onde são essas pessoas? É da cidade, da comunidade?*

Geraldino Romais: ... *tudo gente da cidade... da comunidade ninguém tem costume de matar não... é tudo gente de fora... aqui como é beira de asfalto eles vem de moto, vem de bicicleta, vem a pé... teve uma história aí que eles tão vendendo a paca a trezentos reais... então vai acabando tudo!*

Os relatos mostram como as concepções das políticas preservacionistas ainda são revestidas de uma crença de que o homem deve ser afastado da natureza, verifica-se que ainda há uma dificuldade em se estabelecer uma integração com percepções alternativas do manejo dos recursos naturais junto ao conhecimento acadêmico. É necessário que tanto as políticas, como os técnicos voltados ao trabalho em áreas de conservação ambiental como as UCs estejam preparados para mudanças em suas concepções ligadas ao manejo para que a relação com as comunidades seja positiva e construtiva agregando os valores destas.

Quando D. Edna diz *“vão delimitar as áreas dentro da propriedade que podem ser trabalhadas! A gente não vai ter mais liberdade de trabalhar dentro de nossa propriedade!”* Não está questionando o fato de ter que mudar a forma de manejo com a terra, mas sim o fato de não ter sido consultada, de não ter nenhuma informação sobre como continuará trabalhando em sua terra. Ela, assim como os demais camponeses da área compreendem os limites que devem seguir, entendem que há uma legislação a cumprir, no entanto, esperam participar dos planos para manejo futuro da área. Permanecer na ignorância sobre o que e como fazer é continuar vivendo uma constante tensão psicológica.

Muitos agricultores entram em relação pessoal com o meio ambiente. A natureza deixa de ser um objeto, uma coisa, tornando-se um mundo complexo, cujos componentes vivos são freqüentemente personificados e deificados como mitos locais. Alguns desses mitos são construídos com base na experiência de gerações; a maneira como representam as relações ecológicas pode estar mais próxima da realidade do que o conhecimento científico. A conservação talvez não esteja presente no vocabulário, mas é parte de seu modo de vida e de suas percepções do relacionamento humano com o mundo da natureza (GOMEZ-POMPA & KAUS, 2000, p. 130).

Após a criação do PARNA dos Pontões Capixabas a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais foi sancionada e apresentando como objetivos: o direito assegurado dos povos e comunidades tradicionais de permanecerem em seus territórios; acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução social; a busca de solução conflitos e impactos surgidos com a criação da UC (BRASIL, 2007 b).

Edna Vervoelt: Na reunião lá na justiça federal, essa autoridade ... o procurador... falava que nós tínhamos que cobrar do [Osvaldo]⁸⁴ o que nós queríamos, que tínhamos que pegar no pé dele... ele chegou a chamar nosso pastor de mentiroso! Quando nós chegamos nessa reunião nós chegamos topando com um tigre dando tapas na gente!... eu fiquei ouvindo tudo e quando chegou ao final da reunião eu questionei ele que disse que a gente tinha que ficar dando toque no [Osvaldo] e disse que quando eu participei da reunião em Pancas para a formação do Conselho e que pedi uma cadeira pra minha associação isso me foi negado... foi quando o pastor pressionou ele dizendo que foi chamado de mentiroso o tempo todo e que eu era prova de que havia tido sim uma reunião para discussão do Conselho... eles queriam dizer que não tinha tido reunião e por isso não formou o Conselho...

Foi assim que começou a levar esse movimento de novo ao conhecimento do povo... o pessoal que tem mais estudo, o pastor, o padre, o pessoal de Águia Branca que tem muito estudo e entendimento das leis, o MPA... juntou essa turma de mais conhecimento e começaram a estudar o que é um plano de manejo, o que é o Monumento... e aí a descoberta em cima dos artigos [textos do ICMBIO sobre as categorias] foi que o Monumento

⁸⁴ Sr. Osvaldo Ceotto gestor da UC no período de 2008 a 2013.

só modificou o nome... e a pressão em cima do povo ia acontecer até que um dia todo mundo ia enjoar e ia abandonar tudo sem receber nada... nem valor de Incra nem dada, porque o povo ia desanimar e abandonar... essa pressão vem com o plano de manejo!

Numa audiência em Pancas ainda sobre o Parque, todo mundo falando, falando... aquele tempo quente... eu levantei meu dedo também... eu pensei que eu também tinha direito de falar e perguntei como que a gente ficaria, porque nós já tinha arriscado a vida tantas vezes, enfrentamos tanta coisa como invasão de caçador, de pescador, de prostituição, como que gente ficaria, porque parecia que nós nunca fomos reconhecidos por isso, que tudo que fizemos foi em vão, que nada foi válido. Quando a menina do IBAMA foi responder ela disse que eles pensavam que tinham vindo pra fazer reunião e que na verdade ela tava é aprendendo com a gente... na hora parecia que eles estavam do nosso lado, mas hoje eu vejo que eles usaram isso como uma traição, uma falsidade... uma maneira de convencer, foi só pra acalmar a gente... hoje eu tô lendo isso.

Tanto alguns relatos como os trabalhos de campo desvelaram um jogo de forças interno entre alguns membros da comunidade, que ainda impedem a implantação do plano de manejo e aceitação do gestor da UC por parte da comunidade, contudo, os materiais disponibilizados, cartas, emails do IBAMA e ICMBIO, para a associação de representantes que esteve à frente das reivindicações pela mudança de categoria da UC e movimentos sociais, além das últimas entrevistas concedidas permitiram perceber que houve sim um esforço da comunidade (representada pela Associação dos Moradores Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águia Branca) em aprofundar a discussão sobre o conflito e perspectivas de continuidade na área resultando na mudança da categoria da UC, agora percebida como positiva pelos camponeses.

*Iracema Ohnesorge: Agora a gente tá mais tranquilo... com o Monumento
Não vai ter mais essa coisa de sair daqui...*

Maria Binow Litckow: *Graças a Deus agora vamos ter um pouco de paz... melhorou pra gente... porque já imaginou ter que deixar tudo que a gente construiu...*

Walter Haese: *Eu trabalhei próximo a ao antigo gestor... a revolta maior da comunidade é que eles queriam que fosse feita a regulamentação do MONA, mas isso tem um prazo... e era pra começar em 2013 e em 2012 já começaram a fazer manifestações exigindo a regulamentação só que isso tem prazo estabelecido. Fizeram errado... pressionaram demais inclusive as igrejas... e esse rapaz (gestor) era alguém que teria um bom diálogo com a comunidade porque ele é daqui da região...*

Esse movimento aconteceu quando ainda estava ocorrendo a tramitação da regulamentação das terras da UC... teve muitas reuniões, eu fui em uma e depois não fui mais porque percebi que os assuntos estavam sendo muito distorcidos e eu não gosto dessas coisas... na época da criação do Parque fui até acusado de muitas coisas... teve gente que disse que me viu no helicóptero! que eu e outras pessoas daqui tinha criado o parque nacional! Isso deixou a gente muito aborrecido e com raiva também... e então eu disse que se eu tinha criado eu tinha que resolver... demorou, foi um trabalho que começou lá com a Marina Silva, mas acabou se resolvendo...

A comissão foi criada pra representar a comunidade e teve muita força pra resolver os problemas... foi muito positiva porque juntou todo mundo, foi uma convergência pra resolver os problemas... e resolveu... agora tudo tá igual antes... a única coisa é que dependendo do que for fazer precisa ter a aprovação do IDAF e do ICMBio.

As coisas estão bem melhores, aquele trauma diminuiu muito, mas os moradores ainda não se sentem muito seguros... tivemos duas pessoas que vieram me procurar muito apavorados.... porque foi falado por aí, nas igrejas, tiveram algumas reuniões em Pancas e Águia Branca... então falavam que ainda não tinham resolvido nada e que ainda tinha o risco de perderem as terras... então as pessoas acabam envolvidas nessas conversas porque são ingênuas e também pela ausência do plano de manejo que ia definir melhor o que se pode fazer... atualmente as pessoas

seguem o Código Florestal, então o plano de manejo vai ajudar muito a trazer mais segurança pras pessoas porque aí elas vão ter segurança pra trabalhar, mas também precisam se abrir mais pras coisas... escutar o que os técnicos tem pra falar...

Evidentemente, não podemos pensar que não há nenhum interesse na mudança de categoria, como já colocamos inicialmente a proposta da UC era de criação de um MONA e, sem nenhuma justificativa documentada ou exposta claramente a categoria passa para PARNA, para depois com a manifestação e organização da comunidade e demais setores volte a categoria de MONA, mas com uma nítida formação de Mosaico de Unidades de Conservação para momento futuro, como consta no Processo de criação da UC.

Ao tratar do processo de recategorização da UC dos Pontões Capixabas Barbosa (2013) destaca que em toda discussão envolvendo os conflitos e processos de licenciamento ou gestão de UCs a participação das populações envolvidas deve ocorrer por meio da formação de conselhos e realização de audiências públicas. No caso da UC dos Pontões Capixabas, como os relatos evidenciam ocorreu toda essa tramitação, principalmente para legitimar as ações tomadas pelos órgãos públicos e governo, contudo, a participação nem sempre atingiu a comunidade de forma plena, ou mesmo de forma que todos entendessem o que estava ocorrendo e de que forma a situação interferiria em sua vida.

Assim, partir da criação do PARNA e do conflito instaurado, alguns membros da comunidade⁸⁵ começaram a buscar informações sobre o significado de UC em suas terras e levaram essas informações para os demais membros formando a seguir uma associação com o objetivo de representar os moradores dos Pontões Capixabas nas reivindicações e tentativa de solução do conflito criado.

O primeiro passo foi a solicitação junto ao Ministério do Meio Ambiente da anulação do Decreto de criação e implantação do PARNA e caso não fosse

⁸⁵ A Associação dos Moradores Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águia Branca foi constituída por diversos membros da comunidade dentre eles: camponeses (as) jovens e mais idosos (as), vereadores, comerciantes, trabalhadores autônomos, lideranças sindicais, lideranças eclesiais e funcionários públicos. Todos os membros de Pancas possuíam descendência pomerana e ligação com a área da UC.

possível a anulação, solicitavam a mudança da categoria de PARNA para APA (IBAMA, 2006 ; BARBOSA, 2013).

A este peso juntou-se o estabelecimento de alianças entre os grupos sociais locais com órgãos públicos e organizações não governamentais para solucionar o conflito. O que pode ser considerado um fator positivo, pois tais alianças culminaram na busca de solução para o caso de Pontões junto ao Ministério Público Federal. Dessa maneira, em meados de 2008, entrou em cena a Procuradoria da República no município de Colatina, representante do Ministério Público Federal. Ela instaurou o Procedimento Administrativo número 1.17.000.000764/2005-65 para buscar uma solução para a questão, inclusive sugerindo, oficialmente, a anulação do Decreto (BARBOSA, 2013, p. 74).

Depois das tramitações junto à Procuradoria da República em Colatina o Procedimento Administrativo foi encaminhado para a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público Federal, em Brasília, que encaminha e solicita ao Ministério do Meio Ambiente a adoção de ações efetivas para a resolução do conflito (IBAMA, 2006).

É neste contexto que se forma o Grupo de Trabalho (GT) como uma das ações de resolução dos conflitos. O GT surgiu com o propósito de analisar a situação da comunidade e criar medidas para solucionar os problemas surgidos com a criação da UC. O GT foi instituído pela Portaria nº 355 de 06/12/2005 tendo como membros representantes de órgãos governamentais e não governamentais. Posteriormente a Portaria nº 032 de 07/02/2006 ampliou o número de participantes.

No quadro 01 Barbosa (2013), que participou ativamente desse processo enquanto gestora da UC até 2008 apresenta a constituição do GT e a função de cada instituição.

Quadro 1: Composição do Grupo de Trabalho – 2005 a 2006

SETOR	INSTITUIÇÃO	FINALIDADE INSTITUCIONAL*
GOVERNAMENTAL	Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente	Recomendar políticas, normas e estabelecer estratégias para os ecossistemas brasileiros.
	Diretoria de Ecossistemas do IBAMA	Gerenciar o SNUC no âmbito federal.
	Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Espírito Santo.	Implementar a política de reforma agrária e do ordenamento fundiário nacional.
	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos–SEAMA do Estado do Espírito Santo.	Gerir a política do meio ambiente no Estado do Espírito Santo.
	Instituto Estadual de Meio Ambiente e de Recursos Hídricos-IEMA do Estado do Espírito Santo.	Planejar, coordenar, executar, fiscalizar e controlar as atividades de meio ambiente e dos recursos hídricos do Estado do Espírito Santo.
	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Espírito Santo-IDAF.	Executar a política agrária no Estado do Espírito Santo.
	Prefeitura Municipal de Pancas.	Administração Municipal de Pancas.
	Prefeitura Municipal de Águia Branca.	Administração Municipal de Águia Branca.
NÃO GOVERNAMENTAL	Associação dos Moradores Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águia Branca.	Preservar e divulgar a tradição do povo Pomerano.
	Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.	Conservar a biodiversidade e promover o desenvolvimento sustentável, a pesquisa e educação ambiental.
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pancas.	Representar os interesses dos trabalhadores rurais de Pancas.
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Águia Branca.	Representar os interesses dos trabalhadores rurais de Águia Branca.

*Finalidade Intitucional referente ao período de criação do GT.

Fonte: BARBOSA, 2013.

De acordo com Barbosa (2013) os documentos produzidos pelo GT fazem parte do integram o Processo IBAMA 02009.000364/2006-39⁸⁶ sendo que da análise das atas e demais documentos que compõem o processo verifica-se que o grupo realizou algumas reuniões para discutir as questões envolvendo a UC e comunidade.

A partir da formação do GT em 2005, foram definidas que seriam realizadas uma série de reuniões (convites em anexo) durante o ano de 2006, com objetivos diversos: apresentação do grupo, exposição das dúvidas e problemas enfrentados pelos grupos representados, bem como as propostas de recategorização que melhor se adequaria às comunidades envolvidas.

Durante a primeira reunião ainda foi colocado por Maurício Mercadante, coordenador do GT, que era possível recategorizar a UC, unidade, sendo que devido “às qualidades físicas e socioculturais de Pontões, o que melhor se enquadraria seria a mudança de Parque para Monumento Natural, pois favoreceria a permanência dos moradores no interior da unidade” (BARBOSA, 2013, p. 76).

O GT deliberou pela realização de duas reuniões para discutir a proposta com os grupos sociais locais. Conforme relatório na folha 20 do Processo (IBAMA, 2006), consta que no dia 09 de fevereiro foram realizadas reuniões entre os representantes do IBAMA, lideranças locais e os moradores de Pontões, para discutir a questão da unidade. Uma reunião ocorreu no Bairro de Lajinha no município de Pancas e outra em São Pedro no município de Águia Branca. Em ambas foi discutida a proposta de mudança de categoria para Monumento Natural e sanadas as dúvidas dos moradores quanto à unidade, como possibilidade de desenvolvimento das atividades econômicas e a manutenção da posse da terra. Nas duas reuniões foi aprovada, pelos presentes, a proposta de mudança de categoria, uma vez que ficou evidenciado que a categoria Monumento era menos restritiva do que o Parque e que os proprietários poderiam manter a posse da terra. [...], ao ser constituído como um canal para a participação social, [...]. A segunda reunião do GT ocorreu em 10 de fevereiro de 2006, na sala de reuniões do IBAMA em Vitória-ES. Foram apresentados os relatos das reuniões com os moradores e a aprovação desses para a proposta para recategorização do PNPC. Deliberou-se pela elaboração de Termo de Compromisso, a ser assinado entre os proprietários e o IBAMA, com interveniência do Ministério Público Federal, apresentando as principais obrigações e os deveres das partes, enquanto perdurasse o processo de recategorização e a unidade não possuísse um plano de manejo. Discutiu-se que no Termo deveriam ser privilegiadas as atividades econômicas que respeitassem os modos de vida dos grupos sociais locais. Deliberou-se também pelo envio de Relatório ao MMA, para que iniciasse a proposta da recategorização no âmbito governamental. Ao longo do tempo até o final do ano de 2006,

⁸⁶ O acesso virtual ao processo não se encontra mais disponível.

identificou-se que o termo passou pelo aprimoramento de suas cláusulas, sem alterar a essência dos direitos e deveres entre as partes (BARBOSA, 2013, p. 77-78).

A citação apresenta de forma detalhada todo o processo de reuniões e debates entre GT, IBAMA, e comunidade evidenciando que o grupo de trabalho se constituiu na forma de participação e representação da comunidade camponesa e demais envolvidos no processo de recategorização, estando atuante até a aprovação da nova categoria da UC em agosto de 2007 através do Projeto de Lei nº 7.708-A/2006.

Edna Vervoelt: Olha, foi gente pra Brasília... o pessoal da associação... montou um grupo pra negociar e representar a comunidade... e lá foi feito reunião e conversado sobre isso, a luta era para que acabasse o Parque, mas as autoridades lá não aceitaram acabar com a UC. O que se conseguiu em negociação no final... a pressão foi de um lado e de outro... então eles [o Grupo de Trabalho]... o que eles conseguiram foi de mudar o nome da UC, então, a mudança na lei foi para que o proprietário tivesse o direito de continuar morando, porque antes como Parque não tinha esse direito e no Monumento tinha o direito de morar, isso foi discutido lá nesse dia. Eles em Brasília não aceitaram a APA porque na APA a gente continuaria trabalhando como antes, continuaria a mesma rotina, mas também tem preservação, a rotina de trabalho com a terra seria a mesma, mas a preservação continuaria como a gente sempre teve... não entendem isso! O Monumento era o que eles queriam, o que a lei queria. O Monumento ficou assim... a pessoa continuaria na terra, mas seria criado um plano de manejo para trabalhar em conjunto, essa era a língua deles... em conjunto eles e nós trabalhando e falando em conjunto a melhor maneira de trabalhar. Aí não teve outro jeito, eles [o Grupo de Trabalho] tiveram que aceitar a mudança porque o Parque era pior, então foi feita a mudança... de Parque Nacional dos Pontões Capixabas virou Monumento Natural dos Pontões Capixabas... no fundo melhorou um pouco.

Percebe-se que o GT foi um *lócus* de ação extremamente importante para dar voz à comunidade pomerana, fazendo valer seus direitos e resgatando a noção de cidadania, atropelada tanto pelos processos burocráticos como pelos interesses capitalistas camuflados nos discursos da preservação ambiental.

Outro aspecto relevante da luta da comunidade se faz na abertura de precedentes para a resolução de outras situações similares que emperram a vida de diversas populações tradicionais localizadas em áreas que foram transformadas em UCs.

Apesar da ação do GT ter favorecido os processos de mediação dos conflitos, atuando diretamente na recategorização da unidade, com o apoio da comunidade como atestam os documentos e ter até estimulado uma “certa governança por parte dos comunitários e seus representantes” como afirma Barbosa (2013), verificamos que um tempo após a aprovação da recategorização o jogo de forças na comunidade se deu no sentido de deslegitimar ou mesmo colocar em dúvida a participação do GT nos processos, gerando com isso uma nova onda de incertezas entre os camponeses pomeranos.

Como já exposto, houve uma demora na atuação por parte da gestão técnica da UC em se fazer presente de forma efetiva, buscando a participação popular. Acreditamos que este fator foi fundamental para a geração de novas dúvidas e questionamentos, pois, até 2012 ainda não se havia formado nenhum tipo de Conselho Gestor para dar início ao plano de manejo da área, sendo que as propriedades já começavam a receber visitas do gestor.

Percebe-se uma incongruência entre as partes, por um lado a equipe técnica sem buscar ouvir a comunidade e por outro uma ausência de organização dos membros da comunidade para formar outro Grupo de Trabalho que os representem e consiga fazer respeitar seus direitos no Plano de Manejo, assim como se conseguiu no processo de recategorização, hoje entendido como a melhor solução para o conflito que viviam.

5.2 Do Monumento Natural ao Fim do Conflito Fundiário? Perspectivas Futuras

Agora a gente tem segurança com o Monumento... bastante segurança... quem tem seu pedacinho de terra se sente seguro sabe que não vai ser tomada... essas coisas... tem sua escritura do terreno... voltou a ter respeito com a gente podemos trabalhar com mais tranquilidade e cuidar disso aqui como sempre fizemos...

(Geraldino Romais)

Edna Vervoelt: *Eu acho que o interesse maior aqui é a água. Nossa água é muito boa, são muitas nascentes, muitos córregos.*

Josias Lemke: *Aqui no São Luís sempre foi rico em água, a água aqui sempre foi muito boa... no Santa Rosa mesmo na época da mata fechada a água secava... lá a nascente não é direta... no calor a água seca. O Palmital também já teve época de seca, o São Bento também... o São Luís é o maior, não seca e é um rio de águas claras, areias limpas. Acho que mesmo quando os rios secam as nascentes continuam existindo... os rios secam só no período da seca é por isso que é importante manter a mata e ir recuperando o que já foi desmatado.*

Antes era o pessoal da Emater, agora é Incaper.... o pessoal deles chegava lá em casa e fazia reunião e ensinava... o Sr. Lélío (técnico) sempre me falou para deixar as encostas, que a beirada das pedreiras tinha pouco aproveitamento e que era pra deixar virar mata e eu fui fazendo e falando para os vizinhos... foi dando certo... hoje tem muita mata.

Olindina Binow Naitzel: *... no dia 03/11/11 começou a reunião [...] só que o Monumento dos Pontões Capixabas... o que é Monumento? Ninguém sabe, ninguém entende e esta pergunta fica, o povo quer saber de fato o que é Monumento. Como o povo vai trabalhar se estão sem saber o que vai acontecer com todas estas terras? Como o povo vai trabalhar com tanta pressão em cima de toda essa gente? Mas se Deus quiser isto vai acabar... Deus é sempre o mesmo desde o início do mundo e para sempre. Deus nos ajuda que tudo vai passar... com a ajuda de Deus nós vamos*

vencer. Ele nos dá força e inteligência para cada um fazer a parte dele... com amor e com fé venceremos...

As falas mostram fortemente a moral camponesa impregnada nos valores dos camponeses pomeranos dos Pontões Capixabas, seja pela valorização dos recursos que lhe permitem a sobrevivência e que, portanto, deve ser cuidada, seja pelo entendimento de quando se mantêm o respeito por aquilo que se conquistou com o trabalho da família é possível voltar a estabelecer relações com mais confiança com os interlocutores (técnicos).

Outro aspecto muito marcante é a fé do camponês, sempre presente em todos os momentos da vida, em especial nas dificuldades, onde coloca grande parcela do sucesso na conquista dos seus objetivos no poder divino, muitas vezes transposto nos próprios ciclos da natureza.

A fé é algo inerente ao modo de vida camponês e mesmo o catolicismo rústico tendo estado mais presente nas análises sobre a fé camponesa, independentemente da religião, a crença no poder divino é algo intrínseco a este modo de vida.

Quando D. Olindina agradece em seus escritos o envio da chuva ou o fato dela ter vindo mansa sem causar estragos, afirmando que Deus sabe de tudo e que tem solução para tudo, confirma essa percepção de natureza como dádiva. O divino e a natureza se misuram tornando-se uno, os fenômenos da natureza transformam-se em respostas às necessidades da terra, dos cultivos e por consequência do homem que recebe a graça quando merecedor.

Assim, ao analisar o conflito vivido pela comunidade de camponeses pomeranos com a transformação de seu território em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, retomo o questionamento de Retz (2005) sobre o que ficou para as gerações posteriores a 3ª, pois, mesmo com o pão já presente desde a territorialização, as dificuldades sempre são apontadas como parte da vida desde as primeiras gerações, impondo, desde sempre, luta, persistência e adaptações para que pudessem permanecer na terra e manter seu modo de vida. Resta agora questionar se o pão estará disponível para as gerações futuras, entendido aqui como o território onde construíram sua vida.

Pode-se dizer que ainda existe certa insegurança por parte da comunidade camponesa com relação ao Monumento Natural, contudo, esta não se expressa mais na questão da perda das terras e sim sobre o manejo destas. Nas últimas visitas realizadas em janeiro de 2015, todos foram unânimes em afirmar que se sentiam seguros quanto à permanência nas terras, mas que ainda possuíam muitas dúvidas sobre o que poderiam ou não cultivar.

Constata-se que houve avanços com relação ao conflito fundiário criado com a implantação de uma Unidade Proteção Integral, mas ainda há muito que se fazer para que a comunidade volte a ter segurança e autonomia em suas atividades nas colônias, é necessário e urgente que o Plano de Manejo seja elaborado com a participação efetiva da comunidade, respeitando e agregando seus saberes junto a novas alternativas que possam dinamizar a agricultura local de forma a contribuir para a conservação da biodiversidade da área e entorno.

Apesar da vitória na conquista da recategorização da UC, o que amenizou o conflito fundiário, ainda são muitos os desafios que os camponeses da região dos Pontões Capixabas têm pela frente, dentre eles o mais importante e necessário no momento é a organização da comunidade na elaboração do Plano de Manejo da área, cobrando do Poder Público seu direito de uma gestão participativa e quem sabe da incorporação de novas práticas e saberes.

Entretanto, mesmo diante de todos os conflitos vividos (fundiários e internos entre a comunidade), algo muito importante ocorreu que foi a conscientização de uma classe que não se percebia mais enquanto classe, mas apenas como lavradores que lidam na terra junto a família para tirar dela o sustento e, quando foi necessário lutar pela terra e pela territorialidade conquistada pelo trabalho se reafirmam enquanto classe social.

Edna Vervloelt: A gente tem que aprender a viver com o sofrimento, dentro do sofrimento você tem que aprender a lidar com a luta e buscar os momentos bons... e é muito bom olhar esse mato aqui, esse verde... isso é nosso! Fomos nós, com muito trabalho... que lutamos pra ficar assim... aqui é o nosso lugar! É por isso que não dá pra desistir e ficar só sofrendo!

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Fonte: Família Ohnesorge Lemke (D. Iracema Ohnesroge Lemke aos 19 anos)

[...] choveu muito, mas eu não posso reclamar da chuva porque não nos deu prejuízo... deu uma grande alegria porque com a chuva tudo fica verde, nós não podemos pedir que tem que ser do nosso jeito... tudo vem de Deus... se for a vontade de Deus... se for chuva será bem recebida por nós, se for sol também devemos ficar alegres... tudo verde é muito bonito. [...] nunca vamos achar um defeito em nosso bom Deus e nem uma razão para reclamar da terra... nós precisamos dela pra viver e trabalhar, se a gente trabalhar com fé temos sempre o retorno... não adianta querer fazer o trabalho por conta própria porque em primeiro lugar temos sempre que pedir força e benção quando vamos trabalhar...

Olindina Binow Naitzel, 2002.

A referência ao poder divino feita por D. Olindina em seus escritos, além da fé, mescla-se também ao respeito aos elementos da natureza, em especial à terra, considerada junto com o trabalho na ética camponesa, como provedora da continuidade da vida.

Entendo que o sentimento de D. Olindina, manifesto neste trecho de um de seus diários, de que é necessário agradecer a chuva, porque ela permite o verdejar da plantação, considerando isto como algo belo, e que ao se trabalhar na terra é preciso aceitá-la como é e ter fé ao trabalhar pedindo benções para ter o seu retorno, ou seja, seus frutos, remete ao respeito e “afeto” à terra identificado por Brandão ao conversar com Zé Tonhá em uma das entrevistas que compôs sua pesquisa em “A partilha da terra”.

De acordo com Brandão (1999, p. 63) simbolicamente o afeto da terra aparece como o oposto a dureza, ou força que os homens do campo devem demonstrar, sendo muito mais aparente nos mais antigos.

[...]. Quando uma vez perguntei por que ele, já aposentado do FUNRURAL e a caminho da velhice, dedicava horas do dia a trabalhar no quintal ou mesmo ‘terreno do outros’ com a enxada, ele respondeu de uma maneira diferente. Não deu a razão econômica,

subsistente, usual. [...]. Ele respondeu que plantava porque havia feito isto a vida inteira e tomara gosto pelo ofício. Eu já havia ouvido a mesma coisa dita por outros vários velhos. Mas ele disse mais. Ele disse: 'é que eu sou muito amoroso com a terra, eu tenho um grande afeto por ela'. Os exemplos que ele foi dando foram deixando claro que a sua imagem da terra era muito concreta. A 'terra' do afeto de ZéTonhá é a terra próxima, física, qualificável segundo um código de atributos naturais avaliados pelo seu poder de produção. A terra real sobre a qual se trabalha; a terra em que se planta (Grifos do autor).

Tanto os escritos de D. Olindina quanto os relatos obtidos nos trabalhos de campo evidenciam "o afeto da terra" desenvolvido pelo camponês. Quando se ressalta que é preciso pedir bençãos, é como se dissesse que é necessário pedir permissão para trabalhar em algo que permitirá a sobrevivência. É neste sentido que o afeto se desenvolve e o camponês não se entende em nenhuma outra forma de reprodução social. "Há um prazer fecundante que torna parceiros de uma relação amorosa o lavrador e a terra" (BRANDÃO, 1999, p. 64).

Assim, dentro da lógica camponesa o objetivo desta classe que teima em resistir às desestruturações impostas pelo capital é manter a terra em que trabalham juntamente com a família.

Quando a política de conservação ambiental chega a uma área que, mesmo cercada por grandes empreendimentos capitalistas, ainda mantêm modos de vida baseados em relações camponesas, com ameaças de desapropriações, cria uma situação de conflito e disputa territorial, pois, como ocorre na maioria das áreas de preservação, existe uma sobreposição de interesses (órgãos gestores, mineradoras, especuladores imobiliários, agronegócio) que desconsideram os principais atingidos pelas políticas conservacionistas e continuam a impor sua lógica à revelia das populações locais.

Edna Vervloet: Quando chegou esse negócio do Parque quanta gente eu ajudei com massagem terapêutica, porque estavam deprimidos... estavam querendo se matar... eu tinha que ser forte no meio dessa luta toda! Teve muita gente que adoeceu... teve muita gente que já era idosa e doente e isso acabou agravando... alguns faleceram antes de ver isso resolvido. As pessoas estavam nessa posição... muita gente falava de botar gasolina nisso tudo e colocar fogo! Eu dizia que não podiam fazer isso que a

natureza é uma coisa de Deus, que Deus não tinha culpa disso, que era o ser humano e que a natureza ia ser destruída.... com quanta gente eu falei isso! Foi a revolta, o medo de perder! Hoje isso melhorou graças a Deus!

O relato de D. Edna é significativo do quão grave foi o conflito fundiário e nível de revolta da comunidade local quanto à possibilidade de serem desapropriados. Em seus relatos, os camponeses pomeranos, que tradicionalmente foram reflorestando as áreas desmatadas no início da colonização e cuidando das nascentes, diziam sentir-se desvalorizados e desrespeitados, como se seu cuidado com a área dos Pontões não tivesse significado.

É importante ressaltar que o cuidado com a natureza é uma característica do modo de vida da comunidade camponesa pomerana que se encontra indissolúvelmente vinculada aos recursos naturais de seu território de vida, não sendo necessário separar-se deste, como proposto no início da criação da UC para sua conservação.

É significativo constatar que a concepção de conservação ambiental sempre tratou do “uso humano dos organismos e ecossistemas e não do mundo natural como tal, como pretendem alguns cientistas naturais, para os quais o único instrumento válido é o fornecido pelas ciências naturais” (DIEGUES, 2000, p. 02).

O próprio SNUC no projeto de lei 2.892, de 1992 define conservação como o manejo do uso humano da natureza, sua preservação, manutenção, sustentabilidade e recuperação de áreas utilizadas. A utilização dos recursos naturais de forma sustentável baseada nos saberes tradicionais garante a manutenção das gerações atuais e futuras. Na verdade, é em prol dessas populações que a conservação das áreas deve ser pensada. (DIEGUES, 2000).

No entanto, o que ocorre na maioria das áreas onde são criadas Unidades de Conservação no Brasil, em especial as de proteção integral (acho que tem que referenciar), é que as populações locais são as menos consideradas e, num país marcado pela irregularidade fundiária e desrespeito por quem luta pela terra de trabalho, interesses contraditórios à conservação

ambiental também se agregam a este contexto agravando ainda mais o conflito instaurado (DIEGUES, 2004).

Como abordado no segundo e terceiro capítulos a busca do camponês pomerano foi, desde a imigração, encontrar um território em que pudesse territorializar-se e assim recriar sua identidade social e étnica ressignificando-a no processo de adaptação ao novo espaço.

A territorialização pretendida pelos camponeses pomeranos no início da colonização continua ocorrendo ainda hoje, reproduzida através do trabalho da 4^a, 5^a e 6^a gerações, mantendo o tripé da ordem moral camponesa, pois, como seus antepassados também entendem a terra como o meio que permite a continuidade da existência da família e a sua própria existência enquanto pomerano e luterano, uma vez que o ethos luterano faz parte de sua identidade.

A territorialização dos camponeses pomeranos dos Pontões Capixabas evidencia uma forma de resistência do campesinato à expropriação capitalista, pois, mesmo tendo que destinar parte de suas pequenas propriedades ao cultivo do café e se sujeitar aos interesses do mercado, o que ocorre desde o início da colonização, aos poucos foram ampliando a área de cultivo para produtos diversificados, tanto para a subsistência da colônia, como para trocas ou comercialização do excedente nas feiras locais. De acordo com Tavares dos Santos (1978),

[...] se há geração de uma renda da terra no processo de trabalho camponês, isso não significa que ela seja apropriada pelo mesmo. Ele é um produtor simples de mercadorias e, sendo a composição de valor do seu produto marcada por uma predominância de trabalho vivo, sua posição em um mercado capitalista, onde tem vigência um preço de produção social médio, será subordinada. Em outras palavras, o valor do produto camponês somente será realizado parcialmente para o próprio camponês, retornando a ele em forma de dinheiro apenas parcialmente; isso porque os preços de mercado não cobrem o valor de seu produto. Conseqüentemente, a renda territorial gerada no processo de trabalho camponês, incorporada ao sobretrabalho dos camponeses, tende a ser apropriada pelo capital industrial, mediante diversas modalidades de exploração [...] (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 51).

Outro aspecto significativo desta resistência campesina é a forte reciprocidade existente entre os membros da comunidade. Durante o trabalho de campo foi possível verificar a existência de uma intensa integração entre os

moradores tanto das colônias dispersas pelas comunidades, como até no distrito de Lajinha e cidade de Pancas.

Olindina Binow Naitzel: ... gosto de visitar os vizinhos... conversar, visitar meus parentes, quando tem as reuniões da Igreja participo sempre. Também gosto muito de visitar os idosos e os doentes levando uma palavra de ânimo e de conforto através das minhas orações que faço em alemão com a minha Bíblia em alemão... tudo isso me faz sentir muito bem, pois, tudo que consigo realizar vem com a ajuda e a força de nosso bom Deus.

É neste sentido que o camponês, enquanto classe social, mesmo subordinada pela lógica do capital, se coloca como resistência, pois, se afirma por práticas e modos de vida orientados pelo costume, o que ultrapassa os limites da racionalidade capitalista.

Entender a territorialização dos camponeses pomeranos implicou na compreensão de sua identificação com o território e na forma como se organizaram neste diante das contradições presentes entre a lógica econômica vigente e a busca pela terra de trabalho, fundamento do campesinato dentro da concepção terra, trabalho e família.

Como já apontei no decorrer do trabalho, o acesso a terra, o retorno ao campesinato, permitiu a recuperação e mesmo resignificação de vários elementos importantes da identidade étnica dos descendentes pomeranos, mas considero que um marcador de etnicidade dos mais relevantes, a língua tradicional, foi mantida pelo fato de terem tido acesso à terra e reconquistado a condição camponesa.

A terra é o fator fundante para a manutenção do modo de vida tradicional e da identidade étnica, ameaçada com a expropriação vivida pelos antepassados na Pomerânia, especialmente, a manutenção da língua tradicional, o Pomerich, uma língua que chegou a perder sua forma escrita devido ao longo período em que ficou sem ser ensinada no sistema de ensino formal, mas que, por ser uma atribuição materna, continuou sendo transmitida oralmente às crianças.

Entretanto, tanto as pesquisas bibliográficas como os relatos durante o trabalho de campo evidenciam que os grupos que mantiveram a origem camponesa são os que ainda falam a língua pomerana sem nenhuma dificuldade, mesmo os mais jovens, já os que foram para o meio urbano, mesmo convivendo com os parentes camponeses, perderam o contato cotidiano com a língua e hoje já não falam mais o pomerano.

Klaus Granzow, durante sua viagem pelas colônias pomeranas no Espírito Santo na década de 1970, fez a constatação de que, já neste período, os descendentes pomeranos moradores em Vitória já haviam perdido a língua tradicional, ao contrário dos que viviam nas áreas rurais.

No momento em que passei a ler uma história em alemão, um semblante sério surgiu nos rostos dos participantes, como se estivessem numa igreja e o pastor estivesse fazendo o sermão. Porém, quando passei novamente a falar em pomerano todos se alegraram e achando graça, uns tocando os outros e batendo firmemente sobre as próprias coxas. [...]. O que mais os impressionou foi que existem histórias escritas em pomerano o que na opinião deles valoriza muito o idioma materno. [...]. Quase todos os filhos de pomeranos em Vitória frequentam escolas públicas. Lá rapidamente perdem a sua língua materna, como o jovem Wagner Gumz que morava na casa dos Stabenow, onde eu estava hospedado. Ele confessou que nunca deu valor ao idioma alemão [...]. A nossa comunicação ficou restrita a umas poucas palavras em pomerano que ele ainda se lembrava de casa. [...]. Na cidade o ensino confirmatório e os cultos eram dados somente em português. O novo pastor, descendente de alemães, fez pressão para que todos se comunicassem em português. Ele chegou a culpar os pastores mais antigos pelo atraso dos pomeranos, pois sempre teriam se interessado em ensinar apenas o alemão e deixaram a língua oficial do país de lado. Desta forma ficaram isolados e este isolamento trouxe muita pobreza e miséria (GRAZOW, 2009, 25-72).

Como já colocado, a igreja e o trabalho dos pastores em fortalecer a moral luterana das boas virtudes, entre elas a de que para ser um bom luterano é importante ser um bom camponês, o *ethos* luterano, foram bastante relevantes no fortalecimento da identidade, contudo, sem a terra nada disso seria possível, como os próprios relatos demonstram ao longo do trabalho. Desta forma, não é possível colocar a responsabilidade da manutenção ou não da identidade étnica e da língua tradicional apenas na presença da igreja e no trabalho dos pastores.

Na verdade, pode-se conceber que a religião e, conseqüentemente, a igreja são marcadores culturais que reforçam a identidade étnica do grupo pomerano ao afirmarem-se como um *nós* diferente diante de um *outro*.

É pelo acesso à terra de trabalho, retomando sua tradição camponesa, que o pomerano conseguiu manter o aspecto mais importante da sua identidade étnica, a língua tradicional, e resignificar outros elementos importantes que configuram o seu modo de vida.

Assim, a forma como a UC dos Pontões Capixabas foi implantada desconsiderou importantes questões relacionadas à territorialidade da comunidade camponesa pomerana, mesmo que formalmente tenha seguido os padrões estabelecidos. Pois, como o trabalho de campo revelou, devido à peculiaridade dos sujeitos sociais envolvidos, como em todas as demais áreas que foram transformadas em áreas de conservação ambiental à revelia dos moradores tradicionais, não preocupação com os direitos destes, em tornar estes padrões acessíveis a todos. Desta forma, as arbitrariedades e descasos com as populações continuam ocorrendo sem que os órgãos responsáveis e Estado se façam presentes de forma mais efetiva.

o território como apropriação de poder simbólico, econômico, social, ambiental entre outros é essencial para um desenvolvimento territorial que respeite, e, sobretudo, reconheça a contribuição dos camponeses [...] na proteção do cerrado através de suas práticas e manejos seculares na perspectiva da agricultura camponesa e da etnoconservação. Para isso, é necessário repensar o ordenamento territorial, pois, a conservação sem pessoas não existe. Acrescenta-se ainda que tais tensões territoriais estão fragmentadas nos inúmeros discursos políticos, os quais fazem com que os conflitos tornem-se permanentes no Brasil (FERREIRA, 2013, p. 215).

É inaceitável que instituições que nada conhecem das comunidades tenham mais poder de decisão na definição das categorias ou mesmo gestão das Ucs do que os sujeitos envolvidos. Não se pode mais aceitar a transposição de modelos prontos de conservação como se todas as áreas e ecossistemas apresentassem os mesmos problemas, sempre direcionados às populações locais, que devem então ser retiradas, para assim retomar o mito da natureza selvagem intocada (DIEGUES, 2000).

A população local deve ser inserida em todo o processo de criação das áreas de proteção, independentemente de sua categoria, pois, deve-se levar

em conta já no início do projeto a territorialização das comunidades, seu modo de vida, suas práticas tradicionais de sustentabilidade, sua identificação com o território, deve-se aprender com eles.

Durante todo o processo de observação e entrevistas pude verificar que a comunidade camponesa pomerana está consciente de que terá que adequar algumas de suas práticas agrícolas, entretanto, esperam ser consultados para poderem contribuir com seu saber, com sua experiência de longos anos lavrando e afagando a terra.

Iracema Ohnesorge Lemke: ... desde a época do meu pai a gente plantava café, mas não só café, plantava milho, feijão, arroz, nós comia o que nós plantava... de criação também tinha de tudo...galinha, porco, vaca... também plantava banana, aipim, inhame rosa, mamão pra fazer doce... que vida que nós tinha!

Tinha as plantas também... cada rosa linda! Todo tipo de flor, fazia jardim em volta da casa... tudo muito bonito...sempre gostei de mexer com as plantas...

Não querem que venham de fora com ideias prontas, sabem o que deve ser feito, apenas aguardam para partilhar o saber tradicional e juntá-lo com o conhecimento técnico-acadêmico, desejam ser respeitados na sua sabedoria e possuem a humildade para aprender juntos, querem apenas fazer valer os seus direitos, quando afirmam: “[...] agora nós somos camponeses! Não somos mais só lavradores! somos camponeses!”

REFERÊNCIAS

- AREND, Isabel Cristina. *Representações de germanidade, escola e professor*. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo 2005.
- ARRUDA, Rinaldo S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: *Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos*. DIEGUES, Antonio C. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB-USP, ANNABULME, 2000.
- BAHIA, Joana. *O tiro da bruxa: identidade, magia e religião na imigração alemã*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- BARBOSA, Cláudia Silva. *Recategorização de Unidades de Conservação: o discurso de uma nova territorialidade e participação social no contexto do Parque Nacional dos Pontões Capixabas – ES*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- BOFF, Leonardo. *Ecologia: grito da terra, grito dos pobres*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- BOMBARDI, Larissa Mies. *O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa*. São Paulo: Annablume, 2004.
- BORTOLETO, Elaine M. Identidade, território e pertencimento da comunidade pomerana de Pancas/ES. In: *Anais do XX Encontro Nacional de Geografia Agrária: Territorialidades, temporalidades e desenvolvimento no espaço agrário brasileiro*. Francisco Beltrão: Unioeste /Geterr, 2010.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRANDÃO, Carlos R. *O afeto da terra: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis*. Campinas: Unicamp, 1999.
- _____ *A partilha da vida*. São Paulo: Cultura, 1995.

BRASIL. Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Seção 1, Brasília, DF, 28 ago. 2007a.

_____. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Seção 1, Brasília, DF, 8 fev. 2007b.

CAMERMAN, Cristiano. Terra de Trabalho e Terra de Exploração. In: MATIAS M. e LENZ, J. S. (Coord.) *A Igreja e a propriedade da terra no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1980.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1964.

CELIN, José Lazaro. *Migração européia, expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo*. Dissertação (Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas). Porto Alegre : UFRG, 1984.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CASTRO OLIVEIRA, B. A. C. *Tempo de travessia, tempo de recriação: profissão e trajetória camponesa*. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Departamento de Antropologia, FFLCH, USP.

CAVALIERI, Lúcia. *Migração e reprodução social: tempos e espaços do cortador de cana e de sua família*. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, FFLCH, USP. São Paulo.

_____. *A comunidade caiçara no processo de reclassificação da Reserva Ecologia da Juatinga*. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, FFLCH, USP. São Paulo.

CUNHA, Gladson Pereira da. A simbologia mortuária pomerana: simbolismos e significados dos elementos componentes dos cemitérios pomeranos na região de Santa Maria de Jetibá. *Revista Ciências - religião*. São Paulo: Escola Superior de Teologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011, v. 9.

DARNTON, R. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DIEGUES, Antônio. C. S. *O Mito moderno da natureza intocada*. 3.a ed. — São Paulo: Hucitec. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2004.

_____. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC e NUPAUB-USP, 2008. (Versão ampliada).

_____, Antônio. C. S. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____, (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB-USP, ANNABULME, 2000.

EGLER, Walter Alberto. A zona pioneira ao norte do Rio Doce. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, 13 (2): abr/jun. 1951.

FEHLBERG, Jamily. *Trabalho, igreja e boteco: identidades em transformação entre descendentes de pomeranos do interior do Espírito Santo*. Tese (Doutorado em Psicologia). Vitória: UFES, 2011.

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. *A Regularização Fundiária do Parque Nacional da Serra da Canastra e a expropriação camponesa: da baioneta à ponta da caneta*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). São Paulo: FFLCH/USP, 2013.

FURLAN, Sueli A. *Lugar e Cidadania: implicações socioambientais das políticas públicas de conservação socioambiental (situação do Parque Estadual de Ilhabela na Ilha de São Sebastião-SP)*. Tese (Doutorado em Geografia Física). Departamento de Geografia, FFLCH, USP. São Paulo, 2000.

GIEMSA, Gustav; NAUK, Ernst G. *Uma viagem de estudos ao Espírito Santo*. 1978. (<http://www.estacaocapixaba.com.br/textos/imigracao/imigracao.html>)

GUATTARI, F. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. *Espaço e Debates*, n. 16, ano V. São Paulo: Cortez, 1985.

GUERRA, Antônio Teixeira. *Novo dicionário geológico-geomorfológico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

GÓMEZ-POMPA, Arturo & KAUS, Andrea. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: *Etnoconservação: novos rumos para proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB-USP, ANNABULME, 2000.

GODELIER, M. *L' idéal et el materiel*. Paris: Fayard, 1984.

GRANZOW, Klaus. *Pomeranos sob o Cruzeiro do Sul: colonos alemães no Brasil*. Vitória, Coleção Canaã, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. *Processo 02009.000364/2006-39*. Referência: Atividades do GT de estudos para propor medidas para solucionar a situação das comunidades do Parna Pontões Capixabas. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. *Processo 02001.0091.009139/2002*. Criação de Monumento Natural Pontões Pancas. 2002.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO. (2012 f). *Unidades de Conservação – Planos de Manejo*. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidadesdeconservacao/planos-de-manejo> (acessado em 16 de out 2015).

JACOB, J. K. *A imigração e aspectos da cultura pomerana no Espírito Santo*. Coleção Memórias 3, Departamento Estadual de Cultura. Vitória: Citarts, 1992.

LUCHIARI, Maria Tereza. Identidade territorial quilombola – uma abordagem geográfica a partir da comunidade Cacandoca (Ubatuba/SP). *Terra Livre*. Presidente Prudente: 2007, v.2, n.29, p. 163-180.

MALTZAHN, Paulo César. *A construção da identidade étnica teuto-brasileira em São Lourenço do Sul (década de 1980 até os dias atuais)*. Tese (Programa de Pós-Graduação em História). Florianópolis: UFSC, 2011.

_____. *Construção e Formação da identidade étnica do imigrante alemão no Rio Grande do Sul (BRASIL): A Língua Alemã como marcador importante de etnicidade*. In: *I Fórum Internacional da Diversidade Linguística*, 2007, Porto Alegre. I Fórum Internacional da Diversidade Linguística, 2007.

MARCOS, Valéria de. *Comunidade Sinsei (u)topia e territorialidade*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). São Paulo: FFLCH/USP, 1996. 433 p

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. In: PAULINO, Eliane T. e FABRINI, João E. (orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008^a.

_____. A atualidade do uso do conceito de camponês. *Revista Nera*, Presidente Prudente – ano 1, nº 12; pp 57-67, jan.-jun./ 2008^b.

_____. *O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). São Paulo: FFLCH/USP, 1994. 153 p.

MARTINS, José de Souza. *Imigração e crise do Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1980.

_____. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 4ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1990.

_____. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. *O cativo da terra*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. *Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MONTEIRO, Maria Elisabeth Brêa. *Política indigenista no Estado do Espírito Santo e a instalação do serviço de proteção ao índio*. 2002. (www.rj.anpuh.org/Anais, acessado em 20/06/2009)

MORAES, Antonio C. R. & COSTA, Wanderley M. *Geografia crítica: a valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOURA, Maria Margarida. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.

NEUMANN, Rosane M. *Imigração e identidade étnica: a construção do “ser alemão” no Sul do Brasil*. *História: Debates e Tendências* – v. 14, n. 1, jan./jun. 2014.

NUNOMURA, Eduardo. *Quando preservar a mata atlântica se tornou caro*. *O Estado de São Paulo* - São Paulo/SP, fevereiro, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p (acessado em 23\09\2013) http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf

_____. *A fronteira Amazônica Mato-Grossense: grilagem, corrupção e violência*. São Paulo, 1997. Tese (livre-Docência) Departamento de Geografia,

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

_____. "Prefácio". In: FERNANDES, B.M. *MST Formação e territorialização*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. *Modo capitalista de produção e agricultura*. São Paulo: Ática, 1986.

OLIVERIA, Ryan Sousa de. *Colonização alemã e poder. A cidadania brasileira em construção e discussão (Rio Grande do Sul, 1863-1889)*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História). Brasília: UNB, 2008.

PETRONE, Maria Thereza S. *O imigrante e a pequena propriedade*. São Paulo: Brasiliense (Tudo é História, 38), 1982.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural – cidade*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1973.

_____. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, 1991.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. Brasil: Ática, 1993.

RAMLOW, Leonardo. *Conflitos no processo de Ensino e aprendizagem escolar de crianças de origem pomerana: diagnóstico e perspectivas*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação). Vitória: UFES, 2004.

RETZ, S. *Memória, vivência e testemunho*. Santa Maria de Jetibá: Graficol, 2005.

ROCHA, G. *Imigração estrangeira no Espírito Santo 1847-1896*. Niterói: UFF, 1984. Dissertação (Instituto de Ciências Humanas e Filosofia).

ROCHE, Jean. *A colonização alemã no Espírito Santo* (tradução de Joel Rufino dos Santos). São Paulo: Difel\USP, 1963.

RÖLKE, H. R. *Descobrimos raízes*. Vitória: UFES, 1996.

SALAMONI, Giancarla. A imigração alemã no Rio Grande do Sul – o caso da comunidade pomerana de Pelotas. *História em Revista*. Pelotas: 2001, v. 7.

SÉCULO DIÁRIO - JORNAL. VITÓRIA – ES, 2003.

SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - Vol. 26 N° 77, Outubro /2011.

_____. Imigração e (re)construção de identidades étnicas. In: NETO, Helion Póvoa e FERREIRA, Ademir Pacelli (orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. In: *REVISTA USP*, São Paulo, n.53, p. 117-149, março/maio 2002

SHANIN, T. “El campesinato como factor político”. In: SHANIN, T. *Campesinos y sociedades campesinas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SILVA, C. R. da. *Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro*. Rio de Janeiro: CPRM, 2008.

SOUZA, Daniella; SCALCO, Raquel F; XAVIER, Kelsilene F. As Implicações da Criação do Parque Estadual do Biribiri para a Comunidade e para o Desenvolvimento do Turismo. *Caderno de Geografia*, v.22, n.38, PUC Minas: 2012.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. v.I, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. *Tradición, revuelta y consciencia de classe*. Barcelona, Crítica, 1979.

TRESMANN, I. A pátria renascida. *Revista Globo Rural, cidade*, Edição 268 - Fev/2008.

TRESMANN, I. *Da sala de estar à sala de baile: estudo etnolinguístico de comunidades camponesas pomeranas do estado do Espírito Santo*. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

VAINER, Carlos Bernardo. Do corpo marcado ao território demarcado: uma leitura da transição para o trabalho livre como ponto de partida para uma história da mobilidade do trabalho no Brasil. São Paulo, *Centro de Estudos Migratórios*, 2000.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. Caxambu, 1996. (XX Encontro Anual da ANPOCS, GT 17- Processos Sociais Agrários).

WERNICKE, Hugo. *Viagem pelas colônias alemãs do Espírito Santo: a população evangélico-alemã no Espírito Santo: uma viagem até os cafeicultores alemães em um estado tropical do Brasil*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013.

WOORTMANN, E & WOORTMANN, K. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

WOORTMANN, Klaas. *Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral*. Anuário Antropológico. Editora da Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990.

JORNAL SÉCULO DIÁRIO. VITÓRIA – ES, 2003.

ANEXOS

**Anexo 01-a - Decreto de Criação do Parque Nacional dos
Pontões Capixabas**



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

IBAMA/DEC
Pis. 119
Sup. maturo

Data Link
19/12/2002 Referência

DECRETO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2002

Cria o Parque Nacional dos Pontões Capixabas, nos Municípios de Pancas e Águia Branca, no Estado do Espírito Santo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 11 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Parque Nacional dos Pontões Capixabas, localizado nos Municípios de Pancas e Águia Branca, no Estado do Espírito Santo, com o objetivo de preservar os ecossistemas ali existentes, possibilitando a realização de pesquisa científica e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e de turismo ecológico.

Art. 2º O Parque Nacional dos Pontões Capixabas abrange três áreas distintas, com aproximadamente dezessete mil, quatrocentos e noventa e seis hectares, com os limites descritos com base nas cartas topográficas, em escala 1:100.000, MI-1504, 1ª edição, editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, com os seguintes memoriais descritivos:

I – Área 1, com a seguinte delimitação: começa na foz do córrego Palmital com o Ribeirão Panquinhas, de coordenadas planas aproximadas (c.p.a.) E=311852 e N=7871791 (ponto 1); segue o Ribeirão Panquinhas, a montante, pela sua margem esquerda, até o ponto de c.p.a. E=309709 e N=7872392 (ponto 2); daí, segue por linhas retas, ligando os pontos de c.p.a. E=309479 e N=7872795, (ponto 3), E=309548 e N=7872955 (ponto 4), E=309862 e N=7873134 (ponto 5), E=309860 e N=7873187 (ponto 6), E=309672 e N=7873562 (ponto 7), E= 309359 e N=7873806 (ponto 8), E=309137 e N=7873755 (ponto 9), E=309171 e N=7873580 (ponto 10), E=309119 e N=7873048 (ponto 11), E=309017 e N=7872858 (ponto 12), E=308462 e N=7872876 (ponto 13), E=307909 e N=7873258 (ponto 14), E=307271 e N=7874017 (ponto 15), E=306959 e N=7875095 (ponto 16), E=306740 e N=7876123 (ponto 17), E= 306515 e N=7876942 (ponto 18), E=306556 e N=7878069 (ponto 19), E=306159 e N=7877845 (ponto 20), E=305573 e N=7878051 (ponto 21), E=305469 e N=7878294 (ponto 22), E=305832 e N=7878795 (ponto 23), E=304817 e N=7879273 (ponto 24), E=305038 e N=7880118 (ponto 25), E=305158 e N=7880968 (ponto 26), E=304946 e N=7881263 (ponto 27), E=304165 e N=7881833 (ponto 28), E=304004 e N=7882180 (ponto 29), E=304354 e N=7882893 (ponto 30), E=304024 e N=7883140 (ponto 31), E=303546 e N=7883799 (ponto 32), E=303692 e N=7884712 (ponto 33), E=303279 e N=7884954 (ponto 34), E=303416 e N=7885488 (ponto 35), E=303951 e N=7885627 (ponto 36), atingindo a cabeceira de um afluente da margem direita do Córrego do Roque, ponto de c.p.a. E=303796 e N=7886008 (ponto 37); segue, a jusante, pela margem direita desse afluente, até sua foz no Córrego do Roque, ponto de c.p.a. E=303629 e N=7886826 (ponto 38); segue, a jusante, pela margem direita do córrego do Roque, até o ponto de c.p.a. E=304420 e N=7887125 (ponto 39); segue por linhas retas, ligando os pontos de c.p.a. E=305798 e N=7887024 (ponto 40), E=307177 e N=7886575 (ponto 41), E=307596 e N=7886767 (ponto 42), E=308352 e N=7887249 (ponto 43), E=309757 e N=7886939 (ponto 44), E=310600 e N=7886799 (ponto 45), E=311541 e N=7886511 (ponto 46), E=311896 e N=7885903 (ponto 47), E=312241 e N=7885488 (ponto 48), atingindo a margem de uma estrada no ponto de c.p.a. E=312918 e N=7885678 (ponto 49); segue por esta estrada em direção a Lajinha até o ponto de c.p.a. E=313554 e N=7884039 (ponto 50); daí, segue por linhas retas, ligando os pontos de c.p.a. E=312553 e N=7883556 (ponto 51), E=312606 e N=7882272 (ponto 52), E=312570 e N=7881693 (ponto 53), E=312959 e N=7880933 (ponto 54), E=313010 e N=7880105 (ponto 55), E=313778 e N=7879536 (ponto 56), E=313985 e N=7878517 (ponto 57), E=314279 e N=7877931 (ponto 58), E=314417 e N=7876740 (ponto 59), E=315538 e N=7875705 (ponto 60), E=315521 e N=7875446 (ponto 61), E=315763 e N=7874480 (ponto 62), E=315038 e N=7872961 (ponto 63), E=314261 e N=7872478 (ponto 64), E=314572 e N=7871736 (ponto 65), E=314581 e N=7871270 (ponto 66), E=312838 e N=7871546 (ponto 67), E=312717 e N=7871736 (ponto 68), E=312838 e N=7872202 (ponto 69), E=312372 e N=7872530 (ponto 70), E=312268 e N=7872754 (ponto 71), E=312320 e N=7873306 (ponto 72), E=311802 e N=7873272 (ponto 73), E=311820 e N=7873065 (ponto 74), E=311992 e N=7872633 (ponto 75), E=311865 e N=7872359 (ponto 76), E=311847 e N=7872185 (ponto 77), E=311775 e N=7871975 (ponto 78); daí, segue em linha reta até o ponto

1, fechando o perímetro desta descritiva, perfazendo uma superfície total aproximada de doze mil, trezentos e quatro hectares;

II – Área 2, com a seguinte delimitação: começa na margem de uma rodovia, no ponto de coordenadas planas aproximadas (c.p.a.) E=322847 e N=7891313 (ponto 1); daí, segue por linhas retas, ligando os pontos de c.p.a. E=322483 e N=7890784 (ponto 2), E=322119 e N=7890760 (ponto 3), E=321633 e N=7890942 (ponto 4), E=320497 e N=7891002 (ponto 5), E=319486 e N=7891124 (ponto 6), E=318988 e N=7891270 (ponto 7), E=317993 e N=7890748 (ponto 8), E=317605 e N=7890784 (ponto 9), E=317544 e N=7890602 (ponto 10), E=317168 e N=7890044 (ponto 11), E=317702 e N=7889704 (ponto 12), E=318163 e N=7888831 (ponto 13), E=318115 e N=7888285 (ponto 14), E=317538 e N=7887751 (ponto 15), E=317138 e N=7887278 (ponto 16), E=316701 e N=7887205 (ponto 17), E=316276 e N=7886877 (ponto 18), E=315949 e N=7887739 (ponto 19), E=315767 e N=7887945 (ponto 20), E=314711 e N=7887338 (ponto 21), atingindo a foz de um afluente da margem esquerda com o córrego do Brejo, ponto de c.p.a. E=314322 e N=7886659 (ponto 22); segue a montante pela margem esquerda do córrego do Brejo até a foz de um afluente pela margem esquerda, ponto de c.p.a. E=313379 e N=7887144 (ponto 23); segue por esse afluente a montante até o ponto de c.p.a. E=313224 e N=7888329 (ponto 24); daí, segue por linhas retas, ligando os pontos de c.p.a. E=313103 e N=7888449 (ponto 25), E=312982 e N=7888843 (ponto 26), E=312545 e N=7889292 (ponto 27), E=312436 e N=7890105 (ponto 28), E=312776 e N=7890736 (ponto 29), E=313285 e N=7890857 (ponto 30), E=313516 e N=7891063 (ponto 31), atingindo a foz de um afluente sem denominação da margem direita do córrego da Pedra Bonita, no ponto de c.p.a. E=313852 e N=7891846 (ponto 32); segue pela margem direita do córrego da Pedra Bonita, a jusante, até sua foz no córrego da Vargem, no ponto de c.p.a. E=314484 e N=7893035 (ponto 33); segue a jusante pelo talvegue do córrego da Vargem até a ponto de c.p.a. E=316214 e N=7892303 (ponto 34); segue pelo talvegue do córrego da Vargem até a foz do córrego Parado, de c.p.a. E=316488 e N=7892272 (ponto 35); segue pelo talvegue do córrego Parado, a montante, até a foz de um seu afluente pela margem esquerda, ponto de c.p.a. E=316609 e N=7892904 (ponto 36); segue a montante pelo talvegue deste afluente até o ponto de c.p.a. E=316791 e N=7893095 (ponto 37); daí, segue por linhas retas, ligando os pontos de c.p.a. E=318285 e N=7894024 (ponto 38) e E=318960 e N=7894198, situado na margem de uma rodovia estadual (ponto 39); segue por essa rodovia na direção sudeste até atingir o ponto 1, fechando o perímetro desta descritiva, perfazendo uma superfície total aproximada de três mil, quinhentos e oitenta hectares; e

III – Área 3, com a seguinte delimitação: começa na margem direita do Córrego Jabuticaba, no ponto de coordenadas planas aproximadas (c.p.a.) E=319167 e N=7894251 (ponto 1); daí, segue por linhas retas, ligando os pontos de c.p.a. E=319580 e N=7894703 (ponto 2), E=319289 e N=7895447 (ponto 3), e E=319500 e N=7895865, situado na foz de um afluente da margem direita do Córrego Jabuticaba (ponto 4); segue o Córrego Jabuticaba, a jusante, pela sua margem direita, até o ponto de c.p.a. E=322852 e N=7896186, situado no cruzamento com uma estrada (ponto 5); segue por essa estrada até o cruzamento com o Córrego da Onça, ponto de c.p.a. E=325131 e N=7895998 (ponto 6); segue a montante do Córrego da Onça até o ponto de c.p.a. E=325116 e N=7894740 (ponto 7); segue a montante pelo Córrego da Onça até o cruzamento com uma estrada, no ponto de c.p.a. E=324629 e N=7894141 (ponto 8); segue pela margem da estrada até cruzar novamente com o Córrego da Onça, no ponto de c.p.a. E=324000 e N=7893497 (ponto 9); segue a montante pelo talvegue do Córrego da Onça até cruzar novamente uma estrada, no ponto de c.p.a. E=323491 e N=7892996 (ponto 10); segue por essa estrada na direção sudoeste, até cruzar novamente o Córrego da Onça, no ponto de c.p.a. E=323177 e N=7892711 (ponto 11); segue a montante pelo talvegue do Córrego da Onça, até o ponto de c.p.a. E=321556 e N=7892546 (ponto 12); daí, segue em linha reta até a margem direita do Córrego Jabuticaba, ponto de c.p.a. E=320758 e N=7892874 (ponto 13); deste ponto, segue a jusante pela margem direita do Córrego Jabuticaba até o ponto 1, fechando o perímetro desta descritiva, perfazendo uma superfície total aproximada de um mil, seiscentos e doze hectares.

Parágrafo único. O subsolo integra os limites do Parque Nacional dos Pontões Capixabas.

Art. 3º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, os imóveis particulares constituídos de terras e benfeitorias existentes nos limites descritos no art. 2º deste Decreto, nos termos dos arts. 5º, alínea 'I', e 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4º Caberá ao IBAMA administrar o Parque Nacional dos Pontões Capixabas, adotando as medidas necessárias à sua efetiva proteção e implantação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Carlos Carvalho

IBAMA/DIRE
Fig. 117
Rub. Marcia



**Anexo 01-b - PROJETO DE LEI Nº 7.708, DE 2006 – Alteração da
Categoria PARNA para MONA**

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

PROJETO DE LEI Nº 7.708, DE 2006.

Altera a categoria da unidade de conservação Parque Nacional dos Pontões Capixabas, nos municípios de Pancas e Águia Branca, Estado do Espírito Santo.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Leonardo Monteiro.

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de autoria do Poder Executivo, que visa alterar a categoria da unidade de conservação Parque Nacional dos Pontões Capixabas, criado pelo Decreto não numerado, de 19 de dezembro de 2002, para Monumento Natural dos Pontões Capixabas.

No art. 1º, é feita a alteração da categoria da unidade Parque Nacional para Monumento Natural. O art. 2º descreve os objetivos básicos do Monumento Natural que é preservar os pontões rochosos, a flora e a fauna, bem como a paisagem e as culturas tradicionais. No parágrafo único do art. 2º é garantido a utilização da terra e dos recursos naturais pelos proprietários, desde que se comprometam com a preservação, conforme disposto no Plano de Manejo da unidade. No art. 3º, inclui-se a cláusula de vigência.

Na justificção, o Poder Executivo afirma que o Monumento Natural possui área de aproximadamente 17.496,00 hectares, esta localizado em uma região de grande importância ambiental. Que, o projeto de lei alterando a categoria conta com apoio do Ministério do Meio Ambiente, Ibama, tendo sido aprovado pelo Grupo de Trabalho

instituído pela Portaria do Ministério do Meio Ambiente nº 355 de 6 de dezembro de 2005 e que teve a participação de representantes dos Poderes Executivos Federal, Estadual e Municipais e pela Associação de Moradores e Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Água Branca.

A área é formada por Mata Atlântica Montana, com ocorrências de formações vegetais secundárias em vários graus de regeneração. A fauna apresenta diversas espécies raras, endêmicas e/ou ameaçadas de extinção. Entre as espécies de mamíferos destacam-se a onça pintada, o gato maracajá, o gato mourisco, a preguiça de coleira, o ouriço e a lontra. Em relação as espécies de aves que ocorrem na área observa-se o jaó, o tucano-do-bico preto e o araçari-banana, entre outros.

A criação do Parque Nacional gerou uma situação de conflito sócio ambiental decorrente dos interesses sócio-econômicos e fundiários da comunidade local com a legislação que regulamenta a implantação dos Parques Nacionais (Lei 9985/00 e o Decreto nº 84.017/79) resultando na apresentação de propostas de alteração de limites e/ou recategorização da Unidade. Constatado tal situação, o Ministério do Meio Ambiente, instituiu através da Portaria nº 355/2005 um Grupo de Trabalho com a finalidade de estudar e propor medidas que resolva a situação criada às comunidades que habitam o interior do Parque, bem como as comunidades do entorno.

Cabe ressaltar, que uma parceria com o Governo do Estado do Espírito Santo, possibilitou a realização do levantamento fundiário do Parque Nacional dos Pontões Capixabas – PNPC, promovendo estudos a cerca da ocupação e uso dos recursos naturais pela população residente. O levantamento mostrou um total de 397 imóveis cadastrados, distribuídos ao longo de toda área do Parque Nacional, sendo 254 imóveis particulares ou legitimados pelo Estado; 27 imóveis devolutos; 37 imóveis parcialmente legitimados e parcialmente devolutos e; 79 imóveis sem informação de dominialidade. São 583 famílias residentes, num total de 2.112 pessoas envolvidas. São 303 imóveis menores que 50 hectares e 96 imóveis maiores ou iguais a 50 hectares.

Pelas informações trazidas no relatório, conclui-se que de forma geral a ocupação é caracterizada por pequenas propriedades, com exploração familiar consolidada a décadas, com presença de comunidades tradicionais de imigrantes europeus denominados **População Pomeranos**.

O Grupo de Trabalho, depois de convocar todos os membros por correspondência, fez sua primeira reunião no dia 26 de janeiro de 2006, quando foi falado sobre a Portaria 355/05 e o trabalho que seria desenvolvido pelo GT. Nesta mesma reunião vários líderes e moradores da área fizeram uso da palavra pedindo a revogação Decreto e repelindo a proposta de desapropriação e sugerindo a criação de APAs, alegando que nesses anos todos a área tem sido preservada. Foram feitas novas reuniões nos dias 10 de fevereiro e 23 de fevereiro de 2006, além de várias reuniões com as comunidades locais, conforme relatório do GT.

Ao analisar o processo, constatamos que nas folhas de nº 4 a 68 e nas de nº 119 a 165 estão os encaminhamentos e resultados apreciados pelo GT e que foi aprovada na última reunião do GT, conforme as folhas 65 a 66 e 145 a 146 sugerindo:

1. Encaminhamento ao Congresso Nacional de Projeto de Lei mudando a categoria de Parque Nacional dos Pontões Capixabas para Monumento Natural, o que foi feito.
2. Elaboração e assinatura do Termo de Compromisso entre as famílias e o IBAMA visando dar garantias às famílias residentes enquanto tramita o PL de recategorização, bem como o Plano de Manejo.

Da parte deste relator, fizemos uma Conferência na cidade de Águia Branca, com a presença de mais de 300 pessoas residentes na área do PNPC, inclusive da cidade de Pancas, onde está a maior parte do Parque. Nesta reunião ouvimos atentamente o posicionamento dos pequenos proprietários, das lideranças e autoridades constituídas. Na Conferência foi possível estabelecer um consenso pela preservação, mantendo as propriedades, com a exclusão da possibilidade de desapropriação e com preservação do trabalho e da produção na área do Parque Nacional. Na reunião foi sugerido pelo Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, que

revogasse o Decreto de 19 de dezembro de 2002 e que se criasse APAs em âmbito municipal ou estadual, entendendo eles ser a melhor alternativa. No dia 27 de abril, participamos de outra reunião, desta feita na cidade de Pancas, onde mais uma vez foi esclarecido a proposta de lei que tramita na Câmara dos Deputados, a importância da preservação e sobre tudo a necessidade do Termo de Compromisso dando condições de permanência das comunidades locais até a conversão legal do Parque Nacional em Monumento Natural ou até a formulação do Plano de Manejo.

Finalmente, em que pese todo contratempo causado pelo Decreto, foi providencial visto que no Departamento Nacional de Pesquisa Mineral – DNPM já haviam vários pedidos: 3 de concessões, 6 de autorização de pesquisa, 1 requerimento de lavra, 19 requerimento de lavra, 105 autorização de pesquisa e 4 LO IEMA, em Pancas e foram pedidos; 8 autorizações de pesquisa, 19 requerimento de Lavra, 86 autorizações de pesquisa, 8 concessões e 3 de beneficiamento, na cidade de Águia Branca. O que poderia ter causado uma agressão irreversível àquele bioma, que é consenso, tem que ser preservado. Veja anexo.

Ao PL 7.708 de 2006, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR.

É de conhecimento geral que as atividades antrópicas provocam alterações diretas e indiretas nos ecossistemas e *habitats* naturais, com efeitos nos processos ecológicos, na diversidade biológica e na própria existência de espécimes nativos vegetais e animais. Também se sabe que uma das melhores formas de evitar ou minimizar tais influências é a criação, manutenção e ampliação de unidades de conservação da natureza, de acordo com as premissas hoje fixadas pela Lei 9.985 de 18 de julho de 2000.

O Parque Nacional dos Pontões capixabas foi criado pelo Decreto não numerado, de 19 de dezembro de 2002, com os objetivos

supracitados. Segundo a Lei do SNUC, Parque Nacionais são unidades de conservação da categoria de Proteção Integral, ou seja, nas quais se admite apenas o uso indireto dos recursos naturais, com as exceções previstas, o que não atende àquela comunidade.

O PL 7708 de 2006, tem por objetivo estabelecer uma nova relação com as comunidades que moram dentro da área do Parque, visto que o Decreto não numerado, de 2002, desconsiderou as ocupações já existentes na área prevista. Trata-se de uma realidade que não se pode ignorar, sob pena de agravar conflitos que podem não só inviabilizar a implantação do Parque, mas de inspirar um sentimento negativo quanto a sua existência, colocando em risco sua futura integridade.

No caso das Comunidades residentes na área do Parque, os desconfortos e inseguranças surgiram quando começaram a tomar conhecimento do seria o decreto. Por tradição e história, querem se manter no local e indagam sobre como ficará a situação dessas famílias? Como ficam os créditos? De quem é a preferência no caso de venda da gleba? Poderá existir desapropriação na categoria Monumento? E o Plano de Manejo, como será feito? E a composição do Conselho?

Este Relator defrontou-se com tais conflitos quando designado para tão nobre missão, em reuniões com representantes das comunidades e proprietários envolvidos, havendo por bem realizar mesmo um encontro *in loco*, nas cidades de Águia Branca e Pancas, nos dias 19 e 27 de abril, para melhor auscultá-los em suas reivindicações. Da mesma forma, representantes das comunidades vieram à Brasília participar da Audiência Pública realizada pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, no dia 12 de junho, com a presença de representantes do Ministério do Meio Ambiente e IBAMA-ES. As reuniões foram bastante proveitosas para aclarar as questões mais conflituosas que se apresentam.

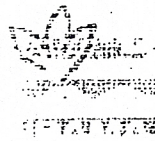
E é justamente com base nessas reuniões em razão dos dados coletados com representantes das comunidades, proprietários, autoridades municipais e estaduais, Organizações não-governamentais, dentre outras, que este relator propõe a aprovação

do PL 7708, de 2006, na forma que está, de modo a compatibilizar ao máximo a preservação do Monumento Natural com o respeito aos interesses econômicos e sociais dos produtores e moradores das áreas atingidas.

Em face de todo exposto, este Relator é pela aprovação do Projeto de Lei 7707/2006.

DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO
Relator

**Anexo 02: Processo de Criação da Unidade de Conservação
dos Pontões Capixabas**



01
9139/26
7/11/02

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVÁVEIS
DIRETORIA DE ECOSISTEMAS

MEMO. Nº 83 /02- DIREC/SC

Brasília, 20 de novembro de 2002.

AO: DCA

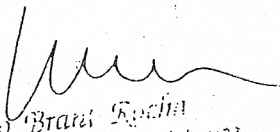
Assunto: Formar processo

Solicitamos de Vossa Senhoria a gentileza de formar processo, com as seguintes características.

Interessado: DIREC

Assunto: Criação de Monumento Natural Pontões Pancas/ES.

Atenciosamente


Sérgio Brant Rocha
Coordenador Geral de Ecosistemas
DIRECIBAMA - Port. 62.1102

BRASIL
Dist. Fed.
Rio de Janeiro

CARTA CONSULTA PARA CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL DOS PONTÕES CAPIXABAS



Do Sr. Presidente
Esta é uma das mais belas paisagens
do meu estado natal. Logo, ainda no meu mandato,
criar um Parque nacional neste local maravilhoso.
Pretendo que se façam estudos e projetos
para a criação desta unidade.



CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

IBAMA/ES
Sis. 03
Rub. Marcas

CN-RBMA OF 266-02

São Paulo, 16 de outubro de 2002.

EXMO. SR.
DR. JOSÉ CARLOS DE CARVALHO
MD. MINISTRO DO MEIO AMBIENTE
BRASÍLIA- DF

Prezado Senhor Ministro,

O Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica vem propor e solicitar o empenho de Vossa Excelência para a criação e implantação de **Unidade de Conservação de Proteção Integral dos Pontões Capixabas**, de forma a preservar um dos maiores patrimônios ambientais da região noroeste do Estado do Espírito Santo e do Brasil.

Esta proposta já conta com o manifesto apoio de várias instituições, incluindo o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; a Secretaria Estadual para Assuntos do Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo; a Cia. de Polícia Ambiental/ES; a Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente/ES de forma articulada com as Prefeituras Municipais de Águia Branca, Vila Pavão, Pancas, Ecoporanga, Barra de São Francisco, São Gabriel da Palha e Nova Venécia; o IBAMA/ES; Fundação Luterana de Sementes; o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo; a Unidade de Coordenação Estadual do Projeto dos Corredores Ecológicos; Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica/IPEMA, entre outras entidades que também se manifestaram como parceiras para sua concretização.

A região noroeste do Estado do Espírito Santo possui uma geografia e geomorfologia de aspectos singulares, com a presença de centenas de pontões rochosos de beleza cênica incomparável, servindo de habitat para várias espécies endêmicas, particularmente de espécies rupestres das famílias das *Orquidáceas*, *Bromeliáceas* e *Velloziáceas*. Ali se concentram os últimos remanescentes de Mata Atlântica na região, com uma variedade significativa de espécies animais e vegetais características, com destaque para sua avifauna.

Sendo um dos grandes complexos rochosos de *inselbergs* do mundo, inicia seus domínios no Município de Pancas, seguindo em direção Norte, cortando 8 (oito) municípios, até o Município de Ecoporanga. Este complexo rochoso, conforme consta em mapa anexo, possui área superior a 110.000 há e inestimável potencial ecológico, biológico, turístico e econômico.

Ressaltamos que esta área foi incluída, por solicitação dos municípios da região através da Associação Nacional de Meio Ambiente - ANAMMA e do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, na proposta de ampliação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Fase V, já aprovada pelo COBRAMAB e encaminhada pelo Governo Brasileiro para análise e reconhecimento da UNESCO/Paris.

Sabemos que a referida inclusão é um primeiro passo, que contribuirá fortemente para a conservação dos referidos monumentos rochosos, da flora e fauna características da área. Por outro lado, consideramos também importante que tal medida seja complementada, transformando este patrimônio de rara beleza e importância ambiental, em Unidades de Conservação legalmente protegidas, passando assim a constituir parte da zona núcleo da RBMA, o que será fundamental para reforçar as garantias de sua proteção.

A proposta de criação de uma **Unidade Federal de Proteção Integral dos Pontões Capixabas e igualmente, no âmbito estadual, de uma Área de Proteção Ambiental** no seu entorno, correspondendo à Zona de Amortecimento da RBMA, conta igualmente com o apoio de todas as instituições antes relacionadas. O manejo destas duas Unidades de Conservação poderá ser integrado através da figura de um mosaico, na forma estabelecida pelo SNUC.

No último dia 7, em reunião realizada na sede do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera do Estado do Espírito Santo, ficou constituído um **Grupo de Trabalho**, com representantes do Comitê Estadual da RBMA, da ANAMMA/ES, da Secretaria Estadual para Assuntos do Meio Ambiente, do Instituto Estadual do Meio Ambiente, do Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica, do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo; da Unidade de Coordenação Estadual do Projeto dos Corredores Ecológicos e do IBAMA/ES, que tem por compromisso reunir e levantar as informações técnicas que possam subsidiar o detalhamento desta proposta e dos instrumentos jurídicos e administrativos necessários à sua concretização.

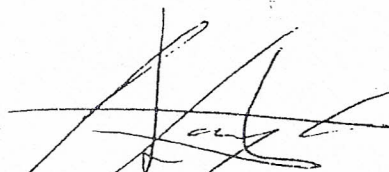
Diante do exposto, o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, em nome das instituições acima mencionadas, solicita vosso empenho e devida prioridade para a criação e implementação da referida Unidade Federal de Conservação de forma integrada com a Unidade de Conservação Estadual.

Visando respaldar e agilizar os trabalhos no sentido do atendimento desta solicitação, que sabemos ir ao pleno encontro da política adotada em Vossa gestão, encaminhamos anexo a seguinte documentação já reunida pelo Grupo de Trabalho de Pontões Capixabas:

- Carta de apoio do Excelentíssimo Secretário de Estado para Assuntos do Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo;
- Moção aprovada no Congresso Estadual da ANAMMA com apoio dos Prefeitos da Região
- Moção aprovada no III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação;
- Cartas de apoio da Professora da Universidade de São Paulo Nanuza Luiza de Menezes, e do eminente botânico, recém falecido, Professor Luis Emygdio, que discorrem sobre as maravilhas observadas em suas visitas à Região;
- Mapa com delimitação da Área de Interesse;
- Caracterização Técnica da Área de Interesse (Carta Consulta) com Documentação Fotográfica.

Ao finalizar, agradecemos antecipadamente a atenção e o empenho de Vossa Excelência no sentido do atendimento de nossa solicitação e reiteramos nossos votos de apreço e consideração, colocando-nos à disposição para o que se fizer necessário.

Cordialmente,



CLAYTON FERREIRA LINO
PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DA
RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

CARTA CONSULTA
CRIAÇÃO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO
INTEGRAL NOS PONTÕES CAPIXABAS

1 - PROPOSTA

Sendo o Brasil, considerado o país com maior biodiversidade do planeta (Mittermeier *et al*, 1997), possuindo quase 100% do bioma da Mata Atlântica em território Nacional e tendo a perda da diversidade biológica em regiões tropicais alcançado proporções alarmantes, torna-se de suma importância a conservação de espaços legalmente protegidos para a garantia do desenvolvimento sustentável e da qualidade de vida desta e das futuras gerações.

Na Mata Atlântica, as Unidades de Conservação representam apenas 4,4% do total da área originalmente coberta por esse tipo de vegetação, onde o isolamento, a falta de um manejo sustentável, que integre as áreas de entorno dessas unidades, e a crescente pressão antrópica constituem os problemas mais prementes.

As ameaças enfrentadas pelas áreas protegidas são diversificadas, dependendo da região, e incluem: titulação de terra, caça, incêndios florestais, turismo sem controle, invasão de terras, extração de palmito e de outros produtos de valor comercial. As pressões populacionais nas vizinhanças das Unidades de Conservação revelam, na maioria das vezes, conflito latente entre as necessidades de conservação dos recursos naturais e as demandas dessas populações. Essa é, talvez, a questão mais urgente a ser equacionada no Bioma Mata Atlântica..

Ao mesmo tempo em que as Unidades de Conservação sofrem pressão, parte da sociedade brasileira começa a descobrir a grande importância das áreas naturais protegidas, como forma de uso e ocupação do solo, onde estas já não são mais vistas como áreas estanques para o desenvolvimento e progresso, mas sim, como as derradeiras alternativas de manutenção do ambiente natural. Reconhecem, cada vez mais, sua contribuição para perpetuar espécies animais e vegetais, gerar fármacos, melhorar o ciclo das águas, regular o regime de chuvas, evitar processos erosivos e assoreamento de rios, lagos, canais e mares, bem como propiciar a investigação científica, notadamente para conhecimento de nossa biodiversidade, educação ambiental e recreação em ambientes silvestres, entre outros (Silva, 1999).

Particularmente, na região Noroeste do Espírito Santo, a expansão da exploração madeireira, da lavoura cafeeira e da pecuária foi demasiada, tornando os remanescentes de vegetação nativa muito mais raros que nas demais regiões do Estado. Exceção se faz a pequenos fragmentos no entorno de afloramentos rochosos de difícil acesso e da vegetação rupestre na extensa área dos pães-de-

açúcar (pontões) capixabas. Esses remanescentes encontram-se ameaçados por uma nova atividade econômica e de grande impacto ambiental, a mineração de granito.

Frente a esse quadro, a Criação um Parque Nacional ou Monumento Natural, dentro do estabelecido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, adequado e eficiente às necessidades de conservação de remanescentes florestais e monumentos paisagísticos, é uma das estratégias primordiais para a manutenção da diversidade biológica do Noroeste do Espírito Santo, sendo que tal estratégia integra-se com os objetivos de um PARNA, por exemplo, que são a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico, além da manutenção dos recursos naturais em seu estado original, para usufruto das gerações atuais e futuras.

A Criação de uma unidade de conservação no noroeste do Espírito Santo é uma necessidade expressa já há alguns anos por diversos pesquisadores, como por exemplo, o ilustre botânico, Professor Luiz Emygdio de Mello Filho, que, em carta de próprio punho, enaltece as belezas e a importância da cobertura florestal e rupestre da região de Pancas, conforme se segue:

*"Conheci a região do Pancas em 1948, quando realizei uma expedição para observação e coleta de material de espécies do gênero Strychnos, no contexto de uma pesquisa botânica, química e clínica, realizada pelo Instituto Vital Brasil, de Niterói.
Partindo de Colatina, tomei a estrada para Santa Luzia e nos instalamos, éramos quatro médicos no que fora o último aldeamento dos indígenas, depois removidos para Minas Gerais.
Tivemos o concurso valioso de um mateiro da região, profundo conhecedor de seus valores, o Sr. (Dr.?) Almerindo e percorremos os arredores de nossa sede. A topografia monumental do terreno, com uma infinidade de morros graníticos, com o formato de Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro, emprestava-lhe um valor cênico indiscutível.
Logo a primeira pergunta, Porque numa região tão nobre, dotada ainda de resíduos de floresta (ainda as havia recém derrubadas, para a formação de pastagens) onde foi possível reconhecer espécies florestais de maior valia.
E as escarpas plenas de bromélias, orquídeas, palmeiras e aráceas, cada uma com sua vegetação típica, cada uma em realidade um mini jardim botânico, ??? de biodiversidade.
A seguir pensamos esse ??? é o sítio ideal para a instalação de um parque nacional ou estadual e nunca mais esse propósito se enfraqueceu. Fizemos, nesse sentido, sem sucesso, gestões ante o antigo IBDF e o Governo do Estado do Espírito Santo.
Mais tarde, quando Diretor de Parques do Rio de Janeiro, fiz uma excursão ao Pancas, com companheiros tão ilustres como Roberto Burle Marx, Rino Levi e Luiz Correia de Araújo, para a composição vegetal do jardim em frente ao Aeroporto Santos Dumont.
Desse trajeto resultou a presença de Clusia, três espécies, no jardim do Aeroporto, que Basset Maguire, especialista no gênero, ao visitá-lo, declarou-se encantado pela temática desse plantio. Eram 18 indivíduos, hoje resta um grande indivíduo que é talvez a árvore mais importante do jardim.
No Brasil de hoje, quando avançamos em direção ao futuro do grande país que fugindo à globalização subordinada, é esse o momento de criar o grande Parque Nacional do Pancas, preservando uma das paisagens mais singulares do Sistema Atlântico de Vegetação e atraindo brasileiros e estrangeiros para o desfrute dos valores ambientais ali concentrados.
Bem delimitado, bem administrado e com as estruturas necessárias para o proposto Parque, será ele um local para o ecoturismo em bases ecológicas que é o que as gerações exigem em suas maneiras atuais de ??? e de compreender a relação complexa entre o ser humano e a natureza.*

O Brasil, se quiser ser um país com um grande futuro terá que preservar novos sítios de suas fabulosas paisagens e oferecer aos habitantes da terra como um local de visita, de encanto e de aprendizagem ecológica.

Nenhum outro lugar do país merece tanto ser conceituado como um modelo de Parque, com uma paisagem única e com uma reprimenda aos administradores que até o presente não se interessaram por essa nobre causa."

Luiz Emygdio de Mello Filho
Janeiro de 2002

IBAMA
Fls. 09
Rub. Marcia

Motta (1991), em sua dissertação de Mestrado sobre a Identificação de Novas Unidades de Conservação no Estado do Espírito Santo, propôs a criação de duas unidades de conservação para a região noroeste do Estado, uma com aproximadamente 2.500 ha no vale do Rio Pancas e outra com aproximadamente 1.350 ha nos municípios de Água Doce do Norte e Barra de São Francisco. Pacheco & Bauer (s.d.) também incluíram estas duas áreas na lista daquelas prioritárias para conservação de aves no Espírito Santo e Conservation International *Et all.* (2000), destacaram-nas na lista de áreas prioritárias de Mamíferos, Invertebrados e da Flora do Estado.

2 – JUSTIFICATIVA

Considerando os aspectos acima mencionados, este projeto de criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral nos Pontões Capixaba, se justifica pela necessidade de conservação de parte dos maciços rochosos ali presentes, que vem sofrendo severas agressões com a extração de minerais.

A criação da referida Unidade de Conservação (UC) significará um *input* turístico para os municípios da região, sendo que a beleza das cadeias montanhosas ali presentes servirá de atrativo ecoturístico, podendo se constituir num novo modelo de desenvolvimento, ambientalmente sustentável, para a região.

Destaca-se também o fato de que este instrumento garante a preservação e recuperação de um dos últimos remanescentes de mata atlântica do Noroeste do Estado, possibilitando a criação de um meio eficaz de preservação de áreas, convívio sócio-ambiental e compromisso das autoridades e entidades locais (Secretarias de agricultura, de educação, ONG's), nos municípios onde será implantada a UC.

Há um interesse expresso de Órgãos Governamentais Federais (IBAMA-ES, UFES, MBML); Estaduais (SEAMA, IEMA, IDAF, Cia. de Polícia Ambiental); Municipais (Prefeitura Municipal de Pancas, Águia Branca, Barra de São Francisco, São Domingos do Norte, Vila Pavão, Ecoporanga, Nova Venécia, São Gabriel da Palha); ONG's (ANAMA, IPEMA, Fundação Sementes, APTA) e Colegiados (Conselho Nacional e Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Unidade de Coordenação Estadual do Projeto dos Corredores Ecológicos) na necessidade urgente de criação de instrumentos legais que preservem esta região do Noroeste do ES.

10
março

A criação de outras categorias de Unidades de Conservação que possam ter sua gestão integrada em forma de mosaico, como previsto no SNUC também são objeto de interesse do Estado e dos Municípios, como forma estratégica de ampliar os territórios protegidos para favorecer o fluxo genético, a conservação da fauna e flora existente, o planejamento adequado do uso do solo e a geração de novas alternativas de renda que integre as atividades econômicas com a conservação.

3 – OBJETIVOS

Criar e implantar o Parque Nacional dos Pontões Capixabas na região que abrange os Municípios de Pancas, Águia Branca, Barra de São Francisco, Vila Pavão, Nova Venécia e Água Doce do Norte.

4 – ÁREA DE ABRANGÊNCIA

A Unidade de Conservação proposta está localizada em uma área de interesse de **110.000 hectares**, cortando os municípios de Pancas, Vila Pavão, Nova Venécia, Águia Branca, Água Doce do Norte, Ecoporanga e Barra de São Francisco (Mapa Anexo).

5 – PRÉ-DIAGNÓSTICO

5.1 – Introdução

A Mata Atlântica é um bioma recentemente classificado como um "hotspot", de acordo com metodologia estabelecida pela Conservation International. Ou seja, apresenta alta diversidade biológica, com alto grau de endemismo, além de ser uma das florestas tropicais mais ameaçadas do mundo. A presença de cerca de 20.000 espécies de plantas vasculares, das quais 6.000 endêmicas, e de 1.361 espécies de vertebrados (exceto peixes), das quais 546 endêmicas fazem da Mata Atlântica o sexto "hotspot" em importância, numa lista de 25 regiões prioritárias para a conservação em todo o Planeta (Myers *et al.*, 2000).

Grandes extensões da Mata Atlântica foram reduzidas a um conjunto de pequenos fragmentos florestais, que podem sofrer processos de erosão de diversidade biológica em grande escala (Fonseca, 1992), já que a fragmentação altera significativamente as condições ecológicas e a composição de espécies biológicas (Terborgh, 1992), como mostram estudos feitos na Amazônia (Lovejoy & Bierregaard, 1990) e na própria Mata Atlântica (Chiarello, 1999).

O Estado do Espírito Santo tem como característica rural, a propriedade familiar, onde a pequena propriedade representa 63% do total de imóveis rurais existentes, ocupando 45% da área total do Estado, sendo responsável por 60% da área

TR. A. M. A. D. I. R.
Fis. 11
Rub. Marcie

plantada, 65% do valor da produção das culturas temporárias e emprega 70% da força de trabalho fixada pela agricultura (citação). Este mesmo Estado apresenta uma perda de mais de 90% de seus ecossistemas originais (Fundação SOS Mata Atlântica, 1998) e possui 68 % da sua área com déficit hídrico anual de, no mínimo, 200 mm, o que motivou, em 1998, a inclusão de 27 municípios do Norte Estado na área de abrangência da ADENE (Agência de Desenvolvimento do Nordeste).

A Mata Atlântica, considerada um dos ecossistemas mais ameaçados do planeta (Mittermeyer *et al.*, 1982), apresenta uma enorme diversidade biológica e um alto grau de endemismo (Passamani *et al.*, 2000), o que reforça a necessidade de preservação de seus remanescentes. O Estado reúne também, nestes remanescentes florestais, muitas espécies animais e vegetais raras e ameaçadas, cuja sobrevivência, em fragmentos, precisa ser melhor compreendida para proposição de programas de conservação (Mendes, 1995; Chiarello, 1999; Brown e Freitas, 2000; Passamani *et al.*, 2000).

A área de abrangência da UC aqui proposta, está inserida na área de ampliação proposta na Fase V, da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, encaminhada pelo Governo Brasileiro, no mês de julho de 2002, para reconhecimento pela UNESCO. A proposta de inclusão desta área na RBMA, se dá a partir do reconhecimento do seu alto valor biológico e paisagístico, dos riscos iminentes que a extração de granitos oferecem à região e da necessidade de adoção de medidas que visem à manutenção dos processos ecológicos e genéticos naturais que aí ocorrem.

5.2 – Meio Físico

5.2.1 – Geologia

Silva (2000), descreve a geologia da região como contida dentro dos domínios das rochas de idade Pré-Cambriana Indivisa, englobando parcialmente a Série Paraíba Desengano, envolvendo granito, gnaisses, gnaisses granitóides, migmatitos, sienitos, charnockitos, dioritos e outras rochas de composição semelhante, tendo estruturalmente sofrido atividades tectônicas, o que tornou seu padrão complexo.

Segundo RadamBrasil (1983), Folha Rio Doce, são reconhecidas como unidades geológicas que compõem a região de estudo o Complexo Paraíba do Sul, Complexo Montanha e as rochas da Suíte Intrusiva Aimorés.

Complexo Paraíba do Sul

Machado Filho *et all* (1983) dividiram o Complexo Paraíba do Sul em cinco Unidades: Unidade Indivisa (гнаisses e milonitos com lentes de quartzitos, anfíbolitos, metabasitos, etc.), Gnaisses Granitóides, Rochas Enderbíticas e Charnockíticas (enderbitos, charnockitos, noritos e máciços homogêneos) Gnaisses Graníferos e Gnaisses Kinzigíticos. Representa um embasamento

regional de rochas antigas, onde predominam metamorfos de médio a alto grau. As rochas que compõem este complexo foram geradas em ciclos orogênicos sucessivos e superimpostos, iniciando-se provavelmente no arqueano, permanecendo ao longo do Proterozóico (apud, Evangelista e Freitas-Filho, 2002).

IBAMA/DIN
Fls. 12
Rub. Marcia

Complexo Montanha

As rochas deste complexo apresentam manifestações graníticas em larga do final do Proterozóico, composta basicamente por feldspato, quartzo, biotita e granada, freqüentemente similanita e mais raramente cordierita, apresentando abundantes megacristais de feldspato conza, constituindo assim a presença de granitóides grosseiros (Evangelista e Freitas-Filho, 2002).

Estas rochas posicionam-se no Proterozóico Superior, onde se supõe que representem uma fase intermediária no processo de fusão de rochas do Complexo Paraíba do Sul, resultando na geração de granitóides porfiróides sintectônicos (Complexo Montanha) e tarditectônicos (Complexo Mediana) em relação ao ciclo orogênico Brasileiro (Evangelista e Freitas-Filho, 2002).

Suíte Intrusiva Aimorés

A Suíte Aimorés representa um magmatismo intrusivo, pós orogênico, porém certamente formado a partir de materiais originários de regiões mais profundas da crosta, confirmados pelos seus componentes charnockíticos básicos de coloração verde. Esta Suíte é composta por ortopiroxênios granitóides porfiróides de coloração verde e granulação grosseira a média com grandes semelhanças com as rochas do Complexo Medina (Evangelista e Freitas-Filho, 2002).

5.2.2 – Geomorfologia e Pedologia

Segundo RadamBrasil, Folha Rio Doce (1983), a região está inserida no domínio morfoestrutural de Maciços Plutônicos, que apresenta uma configuração alongada de direção de direção Norte-Sul, estando mais especificamente a região englobada pela unidade geomorfológica do Bloco Montanhoso Central.

A Unidade Bloco Montanhoso Central apresenta um aspecto montanhoso relacionado aos diversos núcleos plutônicos, a partir de retomadas erosivas devido ao abaixamento dos níveis de base das drenagens, em consequência das oscilações e movimentações estruturais. Possui altitudes em torno de 500 a 700 metros, alcançando até mais de 1000 metros nas elevações serranas (Silva, 2000).

A região apresenta latossolos associados às rochas cristalinas pré-cambrianas, constituindo solos antigos, de textura predominantemente argilosa, com pequena diferenciação entre os horizontes A e B, tanto em relação a cor quanto a textura (Silva, 2000). Sendo predominantemente classificados como Latossolo Vermelho Amarelo Distrófico, possui fertilidade variando de pequena a baixa e pH em torno de 5,0 (Fabris 2001).

5.2.3 - Clima e Hidrografia

A Região esta na zona tropical chuvosa e megatérmica, estando o clima, segundo classificação de Koppen, correspondendo as variedades AW, clima tropical semi-úmido com estação chuvosa no verão e seca no inverno, com precipitações médias anuais de 900-1000mm (Evangelista e Freitas-Filho, 2002).

A temperatura apresenta-se em torno de 23°C e 16°C , sendo o período quente de setembro a março, com médias superiores a 25°C, com os meses mais quentes sendo dezembro e janeiro, onde as temperaturas máximas ultrapassam 32°C. Os meses mais frios são junho e julho, apresentando médias anuais mínimas em torno de 12°C e 16°C (Evangelista e Freitas-Filho, 2002).

A hidrografia da região está inserida nas bacia dos rios Pancas e São José afluentes do Rio Doce, e do Rio Cricaré na parte norte, que são importantes corpos hídricos da região noroestes do Espírito Santo.

5.3 – Meio Biótico

5.3.1 – Flora

Segundo RadamBrasil (1983) a vegetação da região insere-se na Floresta Estacional Semidecidual, estando presa ao clima de duas estações, seca e chuvosa, que condicionam a estacionalidade foliar dos elementos arbóreos dominantes, com adaptação fisiológica à deficiência hídrica ou à baixa temperatura por certo tempo.

Essa região abrange os tabuleiros costeiros e os planaltos interiores da Serra da Mantiqueira e áreas dissecadas do Pré-cambriano, e pequenas áreas do Quaternário, sendo caracterizado por período seco de 90 a 120 dias. Esta floresta que no passado revestia 45% da grande região leste (SP, MG ES e BA), hoje está muito reduzida devido a forte ação antrópica (RadamBrasil, 1983).

RadamBrasil (1983), subdivide a Floresta Estacional Semidecidual em quatro formações, sendo a Floresta Estacional Semidecidual Submontana encontrada no Noroeste do ES. Motta (1991), descreve a existência ao norte do ES de duas áreas, uma no extremo norte do município de Ecoporanga e outra ocupada por diversos municípios como Pancas, Mantenópolis, Colatina, Barra de São Francisco, São Gabriel da Palha, Nova Venécia, Baixo Guandu, Itaguaçu, Itarana e Afonso Cláudio, onde algumas poucas áreas florestadas são encontradas nestes municípios, em situações de maior declividade ou sobre pontões rochosos, sendo que o restante da formação cedeu lugar à pastagens e á agricultura.

5.3.1.1. Particularidades da Influência do relevo sobre a vegetação

A existência de afloramentos graníticos abundantes em vales encaixados, de longos comprimentos, formados me função de falhas geológicas, com relevos abruptos, depositos de sopé que se aprofundam á medida que se aproxima dos fundos de vales, além do clima quente e relativamente mais seco criam peculiaridades em relação a toda a Mata Atlântica. A imponência dos afloramentos rochosos, particularmente, criam um ambiente de beleza incomparável. A variabilidade espacial ocasionada pelo sombreamento dos Pães de Açúcar, pela profundidade variável do solo e que afeta a disponibilidade de água para as plantas cria um mosaico de vários ambientes em pequenos trechos. A vegetação nativa varia em poucos metros desde as florestas subperenifólias de várzea e de encosta a florestas caducifólias nos sopés dos afloramentos até a vegetação rupestre sobre os afloramentos, criando condições locais muito favoráveis para a diversidade biológica.

5.3.2.- Fauna

A escassez de trabalhos realizados no noroeste do Espírito Santo, tornam a flora e fauna da região desconhecidas, sendo que o seu conhecimento nestes fragmentos, poderá subsidiar o poder público na elaboração de propostas de criação de novas UC's, de zoneamento, de regulamentação de uso do solo e dos recursos naturais e de implementação de sistemas participativos de gestão. Estes conjuntos de ações são instrumentos indispensáveis à manutenção da conectividade e implementação de corredores entre as áreas na Mata Atlântica.

Passamani, J.A. (Com. Pessoal) observou na região noroeste do Estado a presença das seguintes espécies de mamíferos, Gambá (*Didelphis aurita*), Ouriço-cacheiro (*Sphigurus* sp), Cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), Macaco-prego (*Cebus apella*), Sagüi-da-cara-branca (*Callithrix geoffroyi*), Barbado (*Alouatta fusca*), Lontra (*Lontra longicaudis*), Gato-do-mato (*Leopardus tigrinus*), Mão-pelada (*Procyon cancrivorus*) e, em entrevistas realizadas com técnicos das Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente e produtores rurais dos municípios de Águia Branca, Nova Venécia, Vila Pavão e Barra de São Francisco, foi possível registrar, a mais, a presença de Tatu-galinha (*Dasyopus novemcinctus*), Tatu-testa-de-ferro (*Euphractus sexcinctus*), Tamanduá-de-colete (*Tamandua tetradactyla*), Preguiça-comum (*Bradypus variegatus*), Preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*), Caticoco (*Sciurus aestuans*), Paca (*Agouti paca*), Capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*), Quati (*Nasua nasua*) e o Gato-maracajá (*Hepailurus yagouaroundi*), estando muitas das espécies acima referidas na lista oficial do IBAMA da fauna brasileira ameaçada de extinção (Bernardes, 1989) (Tabela 1). Para aves foi registrada a presença de 118 espécies, em observações diretas e em entrevistas, em viagens as fazendas da região, (Tabela 2).

Tabela 1: Espécies de Mamíferos registradas para região.

Nº	ORDEM / Família	ESPECIE	Registro	Localidade
DIDELPHIOMORPHIA				
1.	Didelphidae	<i>Didelphis aurita</i>	RE, V * ³	1, 2, 3
XENARTHRA				
2.	Myrmecophagidae	<i>Tamandua tetradactyla</i>	RE	3
3.	Bradypodidae	<i>Bradypus variegatus</i>	RE	1, 2, 3
4.		<i>Bradypus torquatus</i> * ¹ * ²	RE	1, 3
5.	Dasypodidae	<i>Dasypus novencinctus</i>	RE	1, 2, 3
6.		<i>Euphractus sexcinctus</i>	RE	1, 3
7.		<i>Cabassous vilosus</i>	RE	3
PRIMATES				
8.	Callitrichidae	<i>Callithrix geoffroyi</i> * ²	RE, A	1, 2, 3
9.		<i>Callithrix jacchus</i> ou <i>Kuhlli</i>	RE	1,
10.	Cebidae	<i>Alouatta fusca</i> * ¹ * ²	RE, V * ³	1, 2, 3
11.		<i>Cebus apella</i>	RE, V	1, 2, 3
RODENTIA				
12.	Sciuridae	<i>Sciurus aestuans</i>	RE	1, 3
13.	Muridae	<i>Mus musculus</i>	RE	1, 2, 3
14.		<i>Rattus novergicus</i>	RE	1, 2, 3
15.		<i>Rattus rattus</i>	RE	1, 2, 3
16.	Caviidae	<i>Cavia aperea</i>	RE	1, 2, 3
17.	Agoutidae	<i>Agouti paca</i>	RE	1, 2, 3
18.	Hydrochaeridae	<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>	RE	1, 2, 3
19.	Erethizontidae	<i>Sphigurus sp</i>	RE, V * ³	1, 2, 3
20.	Leporidae	<i>Sylvilagus brasiliensis</i>	V, RE	1, 3
CARNIVORA				
21.	Canidae	<i>Cerdocyon thous</i>	RE, V * ³	1, 2, 3
22.	Felidae	<i>Leopardus sp</i> * ¹	V, RE	1, 2, 3
23.		<i>Panthera onça</i> * ¹	RE	1
24.		<i>Herpailurus yagouaroundi</i> * ¹	RE	1, 2, 3
25.	Procyonidae	<i>Procyon cancrivorus</i>	Ve, RE	1, 3
26.		<i>Nasua nasua</i>	RE	1, 3
27.	Mustelidae	<i>Lontra longicaudis</i> * ¹	Ve, RE	1, 2, 3

v= visual, a = auditivo, ve = vestígio, RE - Registro de entrevista

Observações efetuadas por Jacques Passamani em: 1 - Nova Venécia (13/08/2002); 2 - Águia Branca (17/07/02); 3 - Vila Pavão (14/08/2002).

*1 - Ameaçada de Extinção; *2 - Endêmicas da Mata Atlântica; *3 - Observado atropelado na rodovia.

Tabela 2: Aves observadas na região Noroeste do Espírito Santo

IBAMA/CT
 Fls. 16
 Rub. marca

Nº	ORDEM / Família	ESPÉCIE	Registro	Localidade
TINAMIFORMES				
1.	Tinamidae	<i>Rhynchotus rufescens</i>	RE	1, 4
2.		<i>Crypturellus tataupa</i>	RE, V	1, 2, 3, 4
3.		<i>Crypturellus</i> sp	RE	4
4.		<i>Nothura</i> sp	RE	4
PODICIPEDIFORMES				
5.	Podicipedidae	<i>Podilymbus podiceps</i>	V	1, 4
6.		<i>Podiceps dominicus</i> cf	V	4
7.				
CICONIIFORMES				
8.	Ardeidae	<i>Casmerodius albus</i>	V, RE	1, 2, 4
9.		<i>Egretta thula</i>	V, RE	1, 2, 4
10.		<i>Bubulcus ibis</i>	V, RE	1, 2, 3, 4
11.		<i>Nycticorax nycticorax</i>	V, RE	1, 3, 4
12.		<i>Butorides striatus</i>	V	4
13.	Cathartidae	<i>Coragyps atratus</i>	V	1, 2, 3, 4
14.		<i>Cathartes aura</i>	V	1, 4
15.		<i>Cathartes burrovianus</i>	V	1, 2, 4
ANSERIFORMES				
16.	Anatidae	<i>Amazonetta brasiliensis</i>	V, RE	1, 3, 4
17.		<i>Dendrocygna viduata</i>	RE	1, 4
FALCONIFORMES				
18.	Acciptridae	<i>Rupornis magnirostris</i>	V	1, 2, 3, 4
19.		<i>Buteo albicaudatus</i>	V	1, 4
20.	Falconidae	<i>Polyborus plancus</i>	V, RE	1, 2, 4
21.		<i>Milvago chimachima</i>	V, RE	1, 2, 3, 4
22.		<i>Falco</i> sp	RE	2
GALLIFORMES				
23.	Cracidae	<i>Penélope superciliaris</i>	RE, V	1, 2, 4
24.		<i>Ortalis araucan</i>	RE	1, 4
GRUIFORMES				
25.	Rallidae	<i>Aramides</i> sp	RE	1, 4
26.		<i>Aramides cajanea</i>	V	2
27.		<i>Porzana albicollis</i>	A	2
28.		<i>Gallinula chloropus</i>	V	1, 3, 4
CHARADRIIFORMES				
29.	Charadriidae	<i>Vanellus chilensis</i>	V	1, 3, 4
30.		<i>Vanellus cayanus</i>	V	4
31.	Cariamidae	<i>Cariama cristata</i>	RE	1, 4
32.	Jacanidae	<i>Jacana jacana</i>	V	1, 2, 4
COLUMBIFORMES				
33.	Columbidae	<i>Columbina talpacoti</i>	V	1, 2, 3, 4
34.		<i>Columbina picui</i>	V	2, 3, 4
35.		<i>Columba picazuro</i>	V	1, 3, 4
36.		<i>Columba plúmbea</i>	RE	4

v= visual, a = auditivo, ve = vestígio, RE - Registro de entrevista.
 Dados coletados por Jacques Passamani em: 1 - Nova Venécia (13/08/2002); 2 - Águia Branca (17/07/02); 3 - Barra de São Francisco (01/08/02); 4 - Vila Pavão (14/08/2002).
 *1 - Ameaçada de Extinção; *2 - Endêmicas da Mata Atlântica.

Tabela 2: Aves observadas na região Noroeste do Espírito Santo (continuação)

Nº	ORDEM / Família	ESPECIE	Registro	Localidade
COLUMBIFORMES				
37.		<i>Columba Livia</i>	V	2, 3
38.		<i>Columba sp</i>	V	2
39.		<i>Leptotyta sp</i>	V	4
PSITACITACIFORMES				
40.	Psittacidae	<i>Brotogetis tirica</i>	V	2
41.		<i>Forpus xanthopterygius</i>	V	4
42.		<i>Pyrrhura frontalis</i> *1	V	2, 4
43.		<i>Pionnus sp</i>	RE	2
44.		<i>Amazona rodochoryta</i> *1 e 2	V, RE	2
45.		<i>Amazona sp</i>		
CUCULIFORMES				
46.	Cuculidae	<i>Crotophaga ani</i>	V	1, 2, 3, 4
47.		<i>Guira guira</i>	V	1, 2, 3, 4
48.		<i>Tapera naeiva</i>	A	1, 4
49.		<i>Piaya cayana</i>	V	2
STRIGIFORMES				
50.	Strigidae	<i>Speotyto cunicularia</i>	RE, V	1, 4
51.		<i>Glaucidium brasilianum</i>	V	4
CAPRIMULGIFORMES				
52.	Caprimulgidae	<i>Nyctidromus albicollis</i>	RE	1, 4
APODIFORMES				
53.	Trochilidae	<i>Eupetomena macroura</i>	V	1, 2, 3, 4
54.		<i>Chlorostilbon aureoventris</i>	V	2, 4
55.		<i>Amazilia fimbriata</i>	V	3, 4
56.		<i>Amazilia sp</i>	V	1, 2
57.		<i>Phaetornis pretrei</i>	V	4
58.		<i>Aphantochroa cirrhochloris</i> *2	V	4
CORACIIFORMES				
59.	Alcedinidae	<i>Chloroceryle amazona</i>	V	2
60.		<i>Ceryle torquata</i>	V	3
PICIFORMES				
61.	Ramphastidae	<i>Ramphastos vitellinus</i>	A, RE	1, 2, 4
62.		<i>Pteroglossus aracari</i>	RE	1, 2, 4
63.	Picidae	<i>Colaptes campestris</i>	V	1, 2, 4
64.		<i>Picumnus cirratus</i>	A, V	1, 2, 3, 4
PASSERIFORMES				
65.	Thamnophilidae	<i>Thamnophilus caeruleus</i>	V	2, 3
66.		<i>Taraba major</i>	V	2
67.	Furnariidae	<i>Furnarius rufus</i>	V, A, Ve	1, 2, 3, 4
68.		<i>Furnarius figulus</i>	V	1, 3, 4
69.		<i>Certhiaxis cinnamomea</i>	V, A	1, 2, 4
70.		<i>Phacellodomus rufifrons</i>	V, Ve	1, 3
71.		<i>Phacellodomu erythrophthalmus</i> *2	Vê	1, 4
72.		<i>Synallaxis spixi</i> cf	A	4

v= visual, a = auditivo, ve = vestígio, RE - Registro de entrevista.

Dados coletados por Jacques Passamani em: 1 - Nova Venécia (13/08/2002); 2 - Águia Branca (17/07/02); 3 - Barra de São Francisco (01/08/02); 4 - Vila Pavão (14/08/2002).

*1 - Ameaçada de Extinção; *2 - Endêmicas da Mata Atlântica.

Tabela 2: Aves observadas na região Noroeste do Espírito Santo (continuação)

Nº	ORDEM / Família	ESPECIE	Registro	Localidade	
73.	Tyrannidae	<i>Fluvicola nengeta</i>	V	1, 2, 3, 4	
74.		<i>Arundinicola leucocephala</i>	V	2, 4	
75.		<i>Elaenia Flavogaster</i>	A	1, 2, 3, 4	
76.		<i>Serpophaga subcristata</i>	V	1, 4	
77.		<i>Machetornis rixosus</i>	V	1, 2, 4	
78.		<i>Todirostrum cinereum</i>	V	3, 4	
79.		<i>Camptostoma obsoletum</i>	V	4	
80.		<i>Pitangus sulphuratus</i>	V	1, 2, 3, 4	
81.		<i>Tyrannus melancholicus</i>	V	1, 2, 3, 4	
82.		<i>Todirostrum poliocephalum</i> *2	V	2	
83.		<i>Myozetes similis</i>	V	2, 3, 4	
84.		<i>Megarhincus pitangua</i>	V	2, 3, 4	
85.		<i>Myiodynastes maculatus</i>	v	3	
86.		Hiruninidae	<i>Notiochelidon cyanoleuca</i>	V	1, 2, 3, 4
87.			<i>Stelgidopterys ruficollis</i>	V	2, 3
88.	<i>Progne chalybea</i>		V	3	
89.	<i>Tachycineta albiventer</i>		V	4	
90.	<i>Tachycineta leucorrhoa</i>		V	4	
91.	Mimidae	<i>Mimus saturninus</i>	V	1, 4	
92.	Muscicapidae	<i>Turdus leucomelas</i>	V	2, 3, 4	
93.		<i>Turdus Amaurochalinus</i>		4	
94.		<i>Turdus rufiventris</i>	V	2, 4	
95.	Troglodytidae	<i>Troglodytes aedon</i>	V	1, 2, 4	
96.		<i>Thryothorus genibarbis</i>	A	3	
97.	Emberezidae	<i>Molothrus bonariensis</i>	V	1, 2, 4	
98.		<i>Gnorimopsar chopi</i>	V	1, 2, 4	
99.		<i>Icterus cayanensis</i>	V	1, 2, 4	
100.		<i>Cacicus haemorrhous</i>	V, A	1, 2, 4	
101.		<i>Cacicus cela</i>	V	4	
102.		<i>Coereba Flaveola</i>	V	1, 2, 3, 4	
103.		<i>Euphonia chlorotica</i>	V	1, 2, 3, 4	
104.		<i>Dacnis cayana</i>	V	4	
105.		<i>Tangara cayana</i>	V	4	
106.		<i>Thraupis sayaca</i>	V	1, 2, 3, 4	
107.		<i>Thraupis palmarum</i>	V	2, 3, 4	
108.		<i>Thraupis cyanoptera</i> *2	V	4	
109.		<i>Volatinia jacarina</i>	V	1, 3, 4	
110.		<i>Sicalis flaveola</i>	V, RE	4	
111.		<i>Ammodramus humeralis</i>	V	4	
112.	<i>Zonotrichia capensis</i>	V	4		
113.	<i>Sporophila Caerulescens</i>	RE, V	1, 2, 3		
114.	<i>Sporophila sp</i>	V	2		
115.	<i>Sporophila bouvreuil cf</i>	V	4		
116.	<i>Saltator sp</i>	RE	4		
117.	<i>Passerina brissonii</i>	RE	4		
118.	Passeridae	<i>Passer Domesticus</i>	V	1, 2, 3, 4	

v= visual, a = auditivo, ve = vestígio, RE - Registro de entrevista.

Dados coletados por Jacques Passamani em: 1 - Nova Venécia (13/08/2002); 2 - Águia Branca (17/07/02); 3 - Barra de São Francisco (01/08/02); 4 - Vila Pavão (14/08/2002).

*1 - Ameaçada de Extinção; *2 - Endêmicas da Mata Atlântica.

5.4 - Meio Sócio-Econômico

A área proposta para criação da UC abrange os municípios de Pancas, Águia Branca, Vila Pavão, Água Doce do Norte, Ecoporanga, Nova Venécia e Barra de São Francisco, municípios do Estado do Espírito Santo, estando os dados socioeconômicos dos mesmos descritos a seguir.

5.4.1 – Uso e Ocupação do Solo

O modelo de desenvolvimento brasileiro é marcado por desigualdades regionais e grandes concentração de renda, com o aporte migratório para os centros urbanos, em busca de oportunidades e melhorias de vida, provocando um acelerado êxodo rural e um quadro caótico de degradação ambiental no interior, em consequência do efeito do uso indevido do solo agrícola e da concentração de investimentos econômicos e sociais nas metrópoles. A região Noroeste do Estado é um exemplo dessa prática, onde a expansão da agricultura e pecuária avançou sobre os recursos naturais, devastando extensas áreas de florestas nativas para assentamentos agropecuários.

Até 1925 o norte do rio Doce era praticamente um grande sertão. Em 1928, a ponte Florentino Avidos foi concluída, com 750 metros de comprimento, e, após a desistência da idéia de construção da estrada de ferro que ligaria Colatina a São Mateus, ficou sendo importante via de acesso de pedestres e veículos para São Silvano e redondezas. A partir daí, a produção de várias culturas começou a se desenvolver; produção essa que era escoada para outras regiões através da cidade de Colatina (centro), que centralizava todas as outras cidades comerciais da região (<http://orbita.starmedia.com/~casotti11/colonizacao.htm>).

Com a travessia fácil para o norte, a extração de madeira começou a se intensificar. Mais tarde, a produção de café também contribuiria para mais uma etapa de desmatamento da região. Sendo assim, as derrubadas foram aumentando sucessivamente, com os madeireiros avançando mais para o norte, abrindo picadas e estradas rumo a São Domingos e Águia Branca. Um outro grupo de pioneiros se dirigiu também para o Córrego da Liberdade, Governador Lindemberg e Marilândia. Esse desbravamento foi feito por italianos que, em grande número, fixaram residência no interior, enquanto que outros se concentraram na região que é hoje o bairro de São Silvano (Ibidem).

Em 1938, terminada a crise cafeeira, novos pioneiros se dirigiram para o norte, em busca de extensas áreas favoráveis ao plantio de café. A Companhia Territorial S/A contribuiu muito para a ocupação da área, com demarcação, loteamento e venda das terras nos seus 10 anos de funcionamento em Colatina, a partir de 1923 (Ibidem).

A Companhia Territorial S/A foi muito importante para a ocupação do norte colatinense, sendo que, no final de 1932, haviam 1.368 famílias, perfazendo 7.940 pessoas, nos lotes que ela vendera. Eram, em sua maioria, brasileiros; contudo, também ocupavam a região grande número de imigrantes italianos, alemães,

portugueses, espanhóis, poloneses, Sírios e Russos. Na verdade, a Companhia Territorial S/A foi responsável por cerca de 10 mil assentamentos. Na época da expansão dessas terras, o norte do rio Doce, em Colatina, compreendia os municípios de Baixo Guandu, Pancas, São Gabriel da Palha e Linhares (Ibidem).

Os Municípios da Região, apresentam hoje o seguinte cenário:

5.4.1.1 – Pancas

- Uma população de 20.402 habitantes, concentrada em sua maioria na zona rural (IBGE, 2000);
- Não servida por um sistema de rede e tratamento de esgotos de forma satisfatória, com comprometimento dos mananciais;
- Diminuição da vegetação nativa em substituição a monoculturas e conseqüente perda da biodiversidade;
- Atividades de extração mineral causando impactos significativos no ambiente, interferindo diretamente no uso e ocupação do solo.

A primeira ocupação do território de Pancas teve início em 1918, quando mineiros chegaram por ali desafiando febres, animais selvagens e índios. Mais o maior número de colonizadores só chegou entre 1925 e 1930. Inicialmente chamada de Nossa Senhora da Penha, depois de Santa Luzia, Vila Pancas só chegou a somente Pancas em 1963, na data de sua (http://www.seculodiario.com/turismo/turismo_14_11_2001.htm).

O Vale do Pancas é formado por rochas de belíssimos contornos, como a Pedra do Camelo, de 720m, localizada a 3Km da sede, e a Pedra da Agulha, de 500m, que fica a 6Km da cidade, ambas tombadas como bens paisagísticos naturais do Estado. Outras montanhas famosas e bastante utilizadas na prática de rapel e escaladas são as Pedras da Colina e do Leitão. A primeira é também conhecida nacionalmente como a Rampa de Pancas, utilizada para a prática de Parapente, já tendo sido palco de competições importantes deste esporte. A vista do salto de Pancas é considerada uma das mais belas do país. Lá de cima podem ser observadas as cachoeiras do Bassani e do Moraes, além das outras pedras que formam o Vale, e uma grande área verde com remanescentes da Mata Atlântica (ibidem).

5.4.1.2 – Águia Branca

- Uma população de 9.599 habitantes, concentrada em sua maioria na zona rural (IBGE, 2000);
- Não servida por um sistema de rede e tratamento de esgotos de forma satisfatória, com comprometimento dos mananciais;
- Diminuição da vegetação nativa em substituição a monoculturas e conseqüente perda da biodiversidade;
- Atividades de extração mineral causando impactos significativos no ambiente, interferindo diretamente no uso e ocupação do solo.

A criação do município se deu através da Lei nº 4.070, de 11 de maio de 1988. A instalação se deu em 1º de janeiro de 1989. O município de origem foi São Gabriel da Palha. O município de Água Branca localiza-se a uma latitude sul de 18°, 59' e 2" e a uma longitude oeste de Greenwich de 40°, 44' e 23", possuindo área de 450 km², equivalente a 0,99% do território estadual. Limita-se ao norte com os municípios de Barra de São Francisco e Nova Venécia; ao sul, com Pancas e São Domingos do Norte; a leste, com Nova Venécia e a oeste, com Mantenópolis e Pancas. Dista de Vitória cerca de 219 quilômetros. O município é constituído somente pela sede, com altitude de 150 metros. O relevo apresentado é fortemente ondulado e montanhoso. A bacia que compõe a paisagem hidrográfica do município é a do rio Doce-suruaca, cuja área é de 450 km², tendo como destaque o rio São José. A colonização teve início com a vinda de poloneses para a região através da Sociedade de Colonização de Varsóvia. Os colonos recebiam lotes e a mata era derrubada. Os antigos habitantes — caboclos — ensinaram aos europeus a plantar produtos desconhecidos: mandioca, banana e milho (<http://www.sefa.es.gov.br/painel/>).

5.4.1.3 – Barra de São Francisco

- Uma população de 37.597 habitantes, concentrada em sua maioria na zona urbana (IBGE, 2000);
- Não servida por um sistema de rede e tratamento de esgotos de forma satisfatória, com comprometimento dos mananciais;
- Diminuição da vegetação nativa em substituição a monoculturas e conseqüente perda da biodiversidade;
- Atividades de extração mineral causando impactos significativos no ambiente, interferindo diretamente no uso e ocupação do solo.

A criação do município se deu através da Lei nº 15.177, de 31 de outubro de 1943. A instalação se deu em 1º de março de 1944. O município de origem foi São

22
Rub. *Matru*

Mateus. O município de Barra de São Francisco localiza-se a uma latitude sul de 18°, 45' e 37" e a uma longitude oeste de Greenwich de 40°, 53' e 18", possuindo área de 935 km², equivalente a 2,05% do território estadual. Limita-se ao norte com o município de Ecoporanga; ao sul, com Mantenópolis e Água Branca; a leste, com Nova Venécia e Vila Pavão e a oeste com Água Doce do Norte e com o Estado de Minas Gerais. Dista de Vitória cerca de 261 quilômetros. Além da sede, com altitude de 350 metros, é compreendido pelos distritos de Cachoeirinha de Itaúnas, Itaperuna, Monte Sinai, Paulista, Poranga e Santo Antônio. O relevo apresentado varia de fortemente ondulado a montanhoso. A bacia que compõe a paisagem hidrográfica do município é a do rio São Mateus, cuja área é de 935 km², destacando-se como principais rios o São Francisco, o Braço Sul do São Mateus e o Preto. O clima é caracterizado por um período frio e seco no inverno e quente e úmido no verão, quando a temperatura na sede atinge 39°C. Os primeiros colonizadores vieram de Minas Gerais, sul do Espírito Santo e de Colatina e a base da colonização foi o café. Em vários períodos um conflito se repetiu: a questão dos limites entre Espírito Santo e Minas Gerais (<http://www.sefa.es.gov.br/painel/>).

5.4.2.2 – *Água Branca*

Em 1996, 9.784 pessoas residiam em Água Branca o que representava 0.35% da população estadual (IBGE, 1996). Hoje o Município de Água Branca conta com 9.599 habitantes, o que representa 0,31% da população do Estado, sendo que cerca de 24.39% vivem nas áreas urbanizadas e 75.61% na área rural do município (IBGE, 2000)

5.4.2.3 – *Barra de São Francisco*

Em 1996, 36.635 pessoas residiam em Barra de São Francisco o que representava 1.31% da população estadual (IBGE, 1996). Hoje o Município de Barra de São Francisco conta com 37.597 habitantes, o que representa 1.22% da população do Estado, sendo que cerca de 54.94% vivem nas áreas urbanizadas e 45.06% na área rural do município (IBGE, 2000)

8 – IMPACTOS PREVISTOS

Extensão das áreas legalmente protegidas da Mata Atlântica do Espírito Santo

Aumento na eficiência dos mecanismos para a conservação da Biodiversidade, além de contribuição para a realização de pesquisas técnico-científicas e atividades de Educação Ambiental.

Interesse dos órgãos públicos Municipais em preservar parte dos pontões rochosos, que deverá se refletir com a criação de novas Unidades de Conservação no entorno.

Inserção das UC's em um sistema integrado de paisagens para garantir a conservação da biodiversidade e dos processos ecológicos essenciais.

Valorização do potencial ecoturístico da região, possibilitando novas atividades econômicas, ambientalmente sustentáveis, e a criação de oportunidades de geração de emprego e renda.

Aumento da possibilidade de conectividade entre as Unidades de Conservação com formação de corredores biológicos, que propiciarão uma manutenção mais eficiente da fauna, possibilitando menor exposição e garantindo a permanência das espécies, mesmo em ambientes que devido ao seu isolamento seria praticamente impossível a existência da fauna.

7 - REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BERNARDES, A.T.; MACHADO, A.B.M. & RAYLANDS, A.B. (1989): Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção. Fundação Biodiversitas, Belo Horizonte, 62 pag.

BROWN-JR, K.S.B. & FREITAS, A.V.L. (2000): Diversidade de Lepdoptera em Santa Teresa, Espírito Santo. *Boletim do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão (Nova Série)*, 11/12: 71-116.

CHIARELLO, A.G. (1999): Effects of the fragmentation of the Atlantic Forest on mammal communities in southeast Brazil. *Biological Conservation*, 89: 71-82.

Conservation International do Brasil; Fundação SOS Mata Atlântica; Fundação Biodiversitas; Instituto de Pesquisas Ecológicas; Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo; SEMAD/Instituto Estadual de Florestas-MG. **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos**. Brasília: MMA/SBF, 2000. 40p.

EVANGELISTA, TM & FREITAS-FILHO, WM (2002): Plano de Controle Ambiental e Projeto de Recuperação de Área Degradada da Braçimpex Importação e Exportação LTDA. *Relatório Técnico não Publicado*.

FABRIS, J.G. (2001): Projeto técnico de desenvolvimento de medidas de recuperação ambiental em área degradada – Granrochas, Mineração e Exportação LTDA. *Relatório Técnico não Publicado*, 33pag.

IBAMA - 11111
Fls. 24
Pub. Marcu

FONSECA, G.A.B. (1992): **Biodiversity**. In *Ecology in Brazil: myths and realities*. Ed. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS & INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (1998): Atlas da Evolução dos Remanescentes Florestais e Ecossistemas Associados no Domínio da Mata Atlântica no Período de 1990-1995. São Paulo, 29p.

<http://orbita.starmedia.com/~casotti11/colonizacao.htm>

<http://www.cooabriel.com.br/>

http://www.seculodiario.com/turismo/turismo_14_11_2001.htm

<http://www.sefa.es.gov.br/painel/>

<http://www.sqpnet.com.br/>

IBGE (1996): Contagem da População – 1996. Extraído de www.ibge.org.br

IBGE (2000): Senso 2000. Extraído de www.ibge.org.br

LOVEJOY, T.E. & BIERREGAARD, R.O.JR. (1990): Central Amazonian forest and the minimum critical size of the ecosystem project, pp 60-71. In *Four Neotropical Rainforest*, A.H. Gentry (ed.), Yale University Press, New Haven.

MENDES, S.L. (1995): Importância dos Remanescentes Florestais do Estado do Espírito Santo para a Conservação de Primatas. *Cadernos de Pesquisa da UFES*, 4: 1-14.

MITTERMEIER, R.A.; COIMBRA-FILHO, A.F.; CONSTABLE, I.D.; RYLANDES, A.B. & VALLE, C.M (1982): Conservation of primates in the Atlantic forest of Brazil. *Int. Zool. Yearbook*, 22: 2-17.

MITTERMEIER, R.A.; GIL, P.R.; MITTERMEIER, C.G. (1997): **Megadiversity: Earth's Biologically Wealthiest Nations**. Ed. CEMEX, México 501pp.

MOTTA, E.V.R. (1991): Identificação de Novas Unidades de Conservação no Estado do Espírito Santo Utilizando o Sistema de Análise Geo-Ambiental / SAGA. *Dissertação de Mestrado*, Viçosa, UFV, 140p.

MYERS, M.; MITTERMEIER, R.A.; MITTERMEIER, C.G.; FONSECA, G.A.B. & KENT, J. (2000): Biodiversity Hotspots for Conservation Priorities. *Nature*, 403: 853-858.

25

mar

PACHECO, J.F & BAUER, C. (s.d.): **Estado da arte da ornitologia na Mata Atlântica e Campos Sulinos**. Extraído do site www.bdt.org.br em 09/10/2002.

PASSAMANI, M.; MENDES, S.L. & CHIARELLO, A.G. (2000): Non-volant Mammals of Santa Lúcia Biological Station and adjacent areas of Santa Teresa, Espírito Santo – Brasil. *Boletim do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão (Nova Série)*, 11/12: 201-214.

RADAMBRASIL. **Levantamento de Recursos Naturais**. Volume 32, 775p. Rio de Janeiro: MME, 1983.

SILVA, A. J. (2000): Projeto de Extração e controle ambiental para mineração de granito – Granrochas Mineração e Exportação LTDA. *Relatório Técnico não Publicado*.

SILVA, C.E.F. (1999): Desenvolvimento de Metodologia para Análise da Adequação e Enquadramento de Categorias de Manejo de Unidades de Conservação. *Dissertação de Mestrado*, Rio Claro, UNESP.

TERBEORGH, J. (1992): Maintenance of Biodiversity on Tropical Forests. *Biotrópica*, 24(2b): 282-292.

8 – EQUIPE TÉCNICA

NOME	FORMAÇÃO	INSTITUIÇÃO
Aladim Cerqueira	Eng. Agrônomo, M.Sc.	IEMA
Alexandre Schloegel	Eng. Florestal	IEMA
Andréa Allegro	Arquiteta	IEMA
Heloísa Dias	Socióloga	Cons. Nac. Res. Biosf. M. Atlântica
Hycerem Santos Machado	Geólogo	SEAMA
Ivani Zecchinelli	Bióloga, M. Sc.	ANAMMA
Jacques A. Passamani	Biólogo, M.Sc.	Proj. Corredores Ecológicos
José Olímpio Vargas	Eng. Agrônomo	IBAMA
Marcelo Mores	Eng. Florestal	Proj. Corredores Ecológicos
Mário Sartori	Engenheiro	IDAF

IBAMA, DIRETORIA
Fls. *16*
Rub. *marca*

Esta página corresponderia a uma mapa.
Porém não foi possível viabilizarmos a reprodução do mesmo porque o IBAMA
está sem recursos.

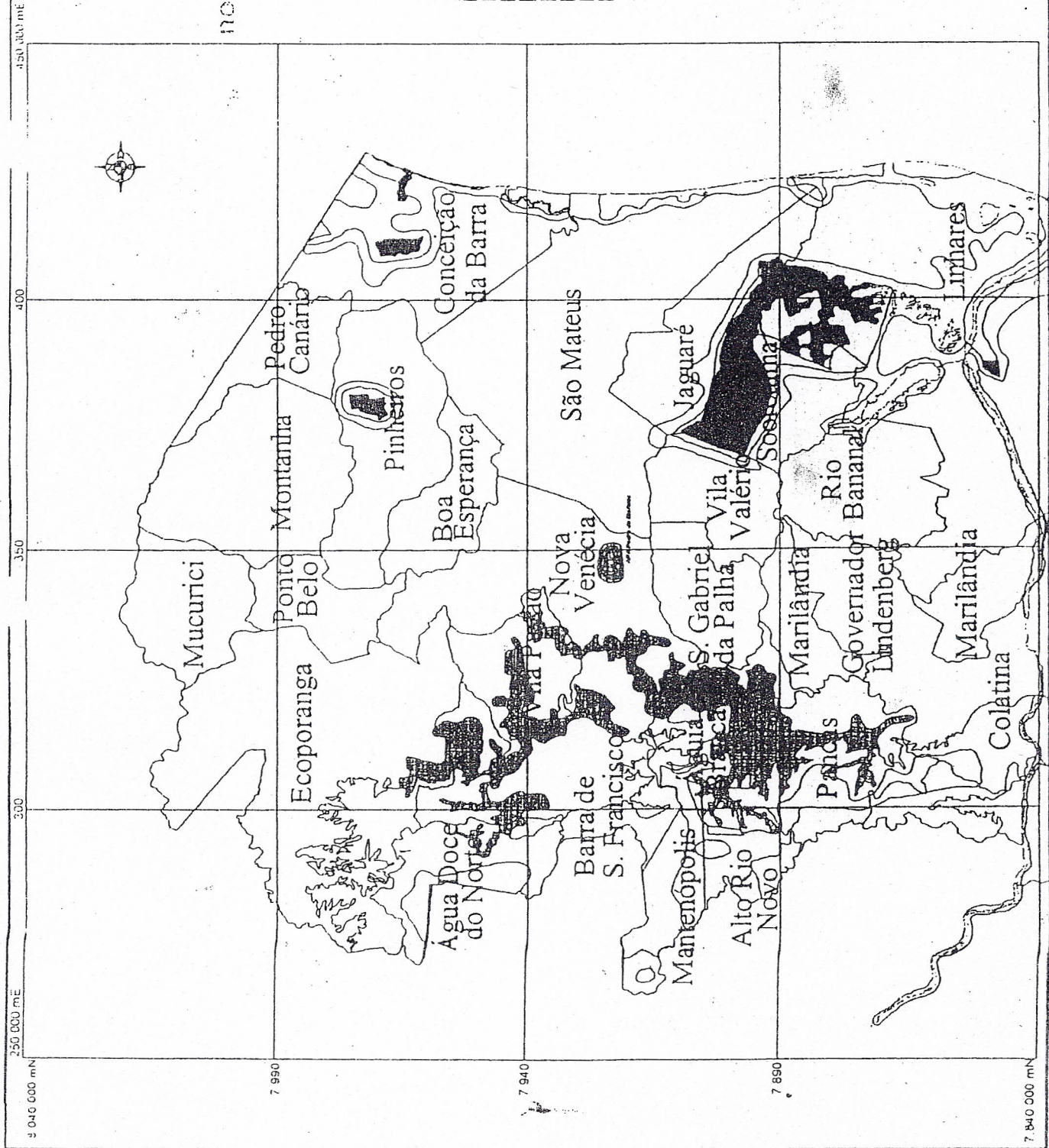
Área Proposta
para ampliação da
Reserva da Biosfera
da Mata Atlântica
no Estado do Espírito Santo

IBAMA
Fls. 24
Rub. Mariana

- Zonas da Reserva
- Zona de Transição
 - Zona Núcleo I - Reserva
 - Zona Núcleo III - Recuperação
 - Zona Tampão
 - Área Proposta para ampliação da RESBIO
 - Zona de Transição proposta
 - Zona Núcleo I proposta
 - Zona Tampão proposta
- Linha de Costa, Rios e Lagoas
— Limites Municipais

Esc.: 1:1.200.000
ESCALA GRÁFICA
0 10 km

CZANP
Laboratório de Cooperativismo Ambiental



Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SEAMA/DIRET
Fls. 40
Rub. Marcia

OF/SEAMA/GS/Nº684/2002

Vitória, 15 de outubro de 2002.

Assunto: Adesão ao movimento para criação e implantação da Unidade de Conservação de Proteção Integral dos Pontões capixabas.

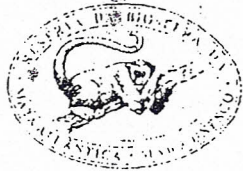
Excelentíssimo Senhor Ministro,

Considerando todos os aspectos apresentados na moção de solicitação ao Ministério do Meio Ambiente e ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, tratando-se a referida moção de priorização frente à criação e implantação da Unidade de Conservação de Proteção Integral dos Pontões Capixabas, tendo sido acionada pelos participantes do III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, ocorrido na Cidade de Fortaleza – Ceará, manifestamos o nosso apoio a essa importante iniciativa para a conservação de tão expressivo conjunto rochoso da Região Noroeste do Estado do Espírito Santo.

Respeitosamente,

212 [assinatura]
- DOMINGOS SAVIO PINTO MARTINS
SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Exmº
JOSÉ CARLOS CARVALHO -
MINISTRO DO MEIO AMBIENTE



CONSELHO NACIONAL DA RESERVA DA
BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA

IBAMA/DIRET
Fls. 41
Rub. <i>marca</i>

MOÇÃO

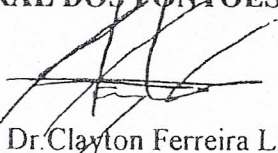
Os participantes do III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, reunidos na cidade de Fortaleza – CE, de 22 a 26 de setembro de 2002,

Considerando que:

- A Região Noroeste do Espírito Santo possui uma geografia e geomorfologia de aspectos singulares, com a presença de centenas de pontões rochosos, de beleza cênica incomparável, que constituem um dos grandes complexos rochosos de *inselbergs* do mundo, com área superior a 110.000 hectares;
- Estes pontões constituem um dos maiores patrimônios ambientais do Espírito Santo e do Brasil, sendo habitat de espécies endêmicas, particularmente de espécies rupestres das famílias das Orquidáceas, Bromeliáceas e Velloziáceas;
- Ali se concentram os últimos remanescentes de Mata Atlântica da Região, com variedade significativa de espécies animais e vegetais características, destacando-se sua avifauna e seu inestimável potencial ecológico, biológico, turístico e econômico;
- A proposta de criação e implantação de uma Unidade de Conservação Federal de Proteção Integral dos Pontões Capixabas, já conta com o manifesto apoio de várias instituições, incluindo o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica; a Secretaria Estadual para Assuntos do Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo; a Cia. de Polícia Ambiental/ES; a Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente/ES; as Prefeituras Municipais de Águia Branca, Vila Pavão, Pancas, Ecoporanga, Barra de São Francisco, São Gabriel da Palha e Nova Venécia; o IBAMA/ES; Fundação Luterana de Sementes; Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica/IPEMA, entre outras entidades que também se manifestaram como parceiras para sua concretização,

Resolvem:

SOLICITAR AO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E AO INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS QUE SEJA DADA A MÁXIMA PRIORIDADE À CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL DOS PONTÕES CAPIXABAS.


Proponente: Dr. Clayton Ferreira Lino
Presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

MOÇÃO

Os participantes do “Congresso Estadual da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente” – ANAMMA/ES, realizado na cidade de Santa Teresa/ES, nos dias 16 e 17 de maio de 2002, resolvem manifestar-se a favor da proposta de inclusão dos pontões da Região Noroeste do Espírito Santo, na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, conforme proposição da ANAMMA encaminhada e aprovada pelo Comitê Estadual e pelo Conselho Nacional da Reserva da Mata Atlântica, por entender que:

1. Essa proposta significa uma proteção aos monumentos cênicos, em formato de pontões rochosos, que pela sua composição geológica e vegetação característica dos habitats rochosos, estão sendo danificados irremediavelmente, para exploração de granito e comercialização de bromélias, de forma ilegal e clandestina;
2. A proteção assegurada pela inclusão dos pontões e sua vegetação nativa na Reserva da Biosfera, será de grande importância para o planejamento regional, que poderá ser realizado de forma a estabelecer um zoneamento ecológico-econômico, com proposição de normas e usos possíveis, para os recursos naturais da região;
3. A paisagem, que tanto significado tem para a região e para sua economia, deve ser preservada, em seus elementos mais representativos para as gerações futuras;
4. O planejamento da região deve levar em conta, a integralidade da paisagem e de seus ecossistemas e a participação e o controle social desses recursos.

IBAMA/LICENÇA
Fis. 43
Rub. Marcia



Ofício ANAMMA n.º 035/2002

Vitória, 22 de outubro de 2002.

Senhor Ministro,

A Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente –ANAMMA/ES, vem expressar seu total apoio e incentivo à iniciativa do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica/CNRBMA e de diversas instituições do Estado do Espírito Santo na proposição e solicitação ao Ministério de Meio Ambiente, de criação e implantação da **Unidade de Conservação Nacional de Proteção Integral dos Pontões Capixabas**.

Inegavelmente, a região onde se propõe a criação e implantação da UC é uma das mais belas e representativas da biodiversidade do Espírito Santo, resguardando os últimos remanescentes da Mata Atlântica, com características endêmicas e particularidades geomorfológicas que a situam como um sítio de valor paisagístico e ecológico inestimáveis.

A proposta de criação de uma Unidade de Conservação Nacional de Proteção Integral vem ao encontro das expectativas dos Municípios do Noroeste Capixaba, que anseiam preservar a natureza singular da região para as gerações futuras, ao invés de legarem as marcas eternas da degradação, como testemunho da exploração desenfreada e irregular de granito, transformada em uma das atividades econômicas da região, ao lado da agricultura.

Com a preservação dos Pontões Capixabas sob a forma de Unidade de Conservação Nacional de Proteção Integral, associada à criação de uma Área de Proteção Ambiental Estadual em seu entorno e como Zona de Amortecimento da UC, a região Noroeste do ES poderá estabelecer um novo modelo de desenvolvimento econômico e social, com a instalação de atividades ligadas ao turismo e ecoturismo, que mudará significativamente os destinos da região, transformando-a num pólo de desenvolvimento sustentável, gerando divisas para os Municípios e suas populações e conservando o meio ambiente.

44
Marcia

Desse modo, a ANAMMA se compromete a mobilizar os Municípios da Região Noroeste em torno da proposta e se coloca à disposição para tornar realidade a criação e implantação da Unidade de Conservação de Proteção Integral, articulando-se também com o Governo do Estado do Espírito Santo para a criação e implantação da APA dos Pontões Capixabas.

Finalizando, reafirmamos nosso apoio irrestrito à solicitação do CN-RBMA e do Estado do Espírito Santo de criação e implementação da Unidade de Conservação Nacional de Proteção Integral dos Pontões Capixabas e agradecemos, antecipadamente, todo o empenho e prioridade que, certamente, serão estabelecidos por Vossa Excelência para a sua consecução.

Cordialmente, reiteramos nossos votos de estima, apreço e consideração.

Jarbas Ribeiro de Assis Júnior
Secretário Municipal de Meio Ambiente de Vitória
Presidente Estadual da ANAMMA
Presidente Nacional da ANAMMA
(em exercício)

Excelentíssimo Senhor
José Carlos de Carvalho
Ministro do Meio Ambiente

VANÇAS — Uma publicação
de Notícia

IBAMA, DIREC.
Fls. 45
Rub. Maria

Conheci a região do Paracal, em 1948,
quando participei uma expedição para
observações e coleta de material de
espécies do gênero Strychnos, no contexto
de uma pesquisa botânica, química e
clínica, realizada pelo Instituto Vital
Brasil, e heteroi.

Partindo de Colatúna, tomei o estrada
para São Luiz e nos instalamos, em um
quintal, no que fora o último aldeão.
meio do mato, depois de um
para meus pais.

Tivemos o concurso valioso de um médico,
de nível profundo conhecedor de seus valores,
o Dr. Aluísio de Jesus e ferreiros os arredores
de nossa sede. A topografia montanhosa
do terreno, com uma infinidade de
montes frondosos, com o fôlego do
... no Rio de Janeiro e suas

Ujias Tão nobre, detida ainda
de resíduos de fustes (ainda o nome
recebeu derivada, por a formação de
fortalezas) onde foi possível preencher
espaços fustais de maior valor.

E as escays plain de fustais, orgânicas,
falucios e arcos, cada um com sua
refecção típica, cada um com
velocidade um pouco diferente,
estrutura de bis diresidade.

~~Solo~~ A seguir pensamos essa refecção é o
sítio ideal para a instalação de
um parque nacional ou estadual e
nunca mais esse propósito se enfraqueceu.
Temos, nesse sentido, ~~feito~~ seu sucesso,
gestos ante o aut. go IBDF e o governo do
Estado do Espírito Santo.

Nesse todo, quando Dueto, o Parque de Rio de
Janeiro, fez um excurso ao Brasil, com
companheiros das ilhas com Roberto Paulo
Marx e Ruo Lera e São, com a arany,
... (a) ... do jardim e

Alusia, três espécies, no jardim do
Aerogato, que Bassit Maguire, especialista
no gênero, ao visitar-lo declarou encadear
fela tematic desse flandio. Hoje São
18 indivíduos, hoje resta um grande
indivíduo que é talvez o avô mas
insuficiente do jardim

No Brasil de hoje, quando avocamos
em direção as futuras do futuro, que
precisa fugindo a globalização subduada,
é esse o momento de criar o grande
orgão nacional de fauna, preservando
um dos países mais simples do
Sistema atlântico de vegetação e atrair
brancos e estrangeiros por o desfrutar
dos valores ambientais ali encontrados.

Para delimitar, bem administrado e
com a estatuto necessários para o projeto
parque, recitar local por o entusiasmo
em bases ecológicas que é o que as
gerações exigem em suas necessidades atuais de

✓ un parte futuro tri que fusivos
non sites de sus fabulos fusgen
a ofreces en an habitante e ten
como un loul de visite, de lucas
e de aprendisgem eulific.

BAMA/DI
Fls. 48
Rub. Marc

Gracias otra lupo do jois merece
tanto ses concertado como un
modelo de pague, como un feyage
unice e como un repenent do
adunstrador fin ate a presente uao
se interessaran por esta nohe
Cura

L. S. Mt

PANCAS – Uma Sublimidade da Natureza

"Conheci a região do Pancas em 1948, quando realizei uma expedição para observação e coleta de material de espécies do gênero Strychnos, no contexto de uma pesquisa botânica, química e clínica, realizada pelo Instituto Vital Brasil, de Niterói.

Partindo de Colatina, tomei a estrada para Santa Luzia e nos instalamos, éramos quatro médicos no que fora o último aldeamento dos indígenas, depois removidos para Minas Gerais.

Tivemos o concurso valioso de um mateiro da região, profundo conhecedor de seus valores, o Sr. Almerindo e percorremos os arredores de nossa sede. A topografia monumental do terreno, com uma infinidade de morros graníticos, com o formato de Pão de Açúcar, no Rio de Janeiro, emprestava-lhe um valor cênico indiscutível.

Logo a primeira pergunta, Porque numa região tão nobre, dotada ainda de resíduos de floresta (ainda as havia recém derrubadas, para a formação de pastagens) onde foi possível reconhecer espécies florestais de maior valia.

E as escarpas plenas de bromélias, orquídeas, palmeiras e aráceas, cada uma com sua vegetação típica, cada uma em realidade um mini jardim botânico, ??? de biodiversidade.

A seguir pensamos esse ??? é o sítio ideal para a instalação de um parque nacional ou estadual e nunca mais esse propósito se enfraqueceu. Fizemos, nesse sentido, sem sucesso, gestões ante o antigo IBDF e o Governo do Estado do Espírito Santo.

Mais tarde, quando Diretor de Parques do Rio de Janeiro, fiz uma excursão ao Pancas, com companheiros tão ilustres como Roberto Burle Marx, Rino Levi e Luiz Correia de Araújo, para a composição vegetal do jardim em frente ao Aeroporto Santos Dumont.

Desse trajeto resultou a presença de Clusia, três espécies, no jardim do Aeroporto, que Basset Maguire, especialista no gênero, ao visitá-lo, declarou-se encantado pela temática desse plantio. Eram 18 indivíduos, hoje resta um grande indivíduo que é talvez a árvore mais importante do jardim.

No Brasil de hoje, quando avançamos em direção ao futuro do grande país que fugindo à globalização subordinada, é esse o momento de criar o grande Parque Nacional do PANCAS, preservando uma das paisagens mais singulares do Sistema Atlântico de Vegetação e atraindo brasileiros e estrangeiros para o desfrute dos valores ambientais ali concentrados.

Bem delimitado, bem administrado e com as estruturas necessárias para o proposto Parque, será ele um local para o ecoturismo em bases ecológicas que é o que as gerações exigem em suas maneiras atuais de ??? e de compreender a relação complexa entre o ser humano e a natureza.

O Brasil, se quiser ser um país com um grande futuro terá que preservar novos sítios de suas fabulosas paisagens e oferecer aos habitantes da terra como um local de visita, de encanto e de aprendizagem ecológica.

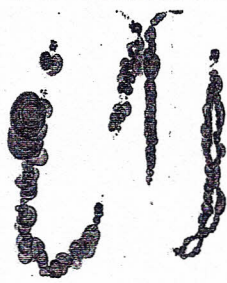
Nenhum outro lugar do país merece tanto ser conceituado como um modelo de Parque, com uma paisagem única e com uma reprimenda aos administradores que até o presente não se interessaram por essa nobre causa."

Luiz Emygdio de Mello Filho

Carta de próprio punho, escrita em dezembro de 2001, cujo original se encontra na sede da ANAMMA/ES.

O Prof. Luiz Emygdio Mello Filho, falecido em junho de 2002, foi Diretor do Museu Nacional, Diretor de Parques e Jardins do Rio de Janeiro, e Presidente do Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro.

A carta foi transcrita por José Tabacow, arquiteto-paisagista, Doutor em Geociências, ex-Diretor do Museu de Biologia Mello Leitão e amigo do Prof. Luiz Emygdio.



PANCAS – essa maravilha!

Nanuza Luiza de Menezes
Professora Titular
Universidade de São Paulo

Estive na região do PANCAS em companhia do grande amigo e grande conservacionista, Roberto Burle Marx. Jamais vou esquecer a impressão que a exuberante vegetação me causou. Embora meu interesse específico fossem as canelas-de-Ema (plantas da família Velloziaceae) fiquei emocionada com a verificação da grande diversidade. A presença de “inselbergs” cobertos por uma vegetação especialíssima e exuberante e o vale do rio Pancas constituiram um espetáculo para ser admirado por pessoas de todo o mundo.

Mais emocionada eu ficava ao imaginar as adaptações anatômicas dessas plantas que cresciam sobre pedras. Milhões de anos foram necessários para que as mutações permitissem que essas plantas sobrevivessem em altas temperatura e luminosidade, além dos ventos constantes.

Lá encontramos, entre outras Velloziaceae, *Pleurostima purpurea*, *Vellozia candida* e *Nanuza plicata*.

Uma região como a do PANCAS deve ser preservado em todas as suas características e tudo que estiver ao meu alcance farei, para que se concretize a criação de um parque ou uma reserva nesta magnífica região.

IBAMA/SIR
Fls. 52
R.ub. Marcu

EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2002

Nº Processo: 0200000193200211. Contratante: MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE E DA AMAZONIA LEGAL. CNPJ Contratado: 08388099000184. Contrato: TRANSQUADROS MUDANCAS E TRANSPORTES LTDA. Objeto: Prestação de serviços de transporte no avião local e interestadual de mudanças de servidores e bens do Ministério do Meio Ambiente. Fundamento Legal: Lei 8666/93 Vigência: 12/11/2002 a 11/11/2003. Valor Total: R\$20.000,00
Fonte de Recurso: 110000000 Nota de Empenho: 2002NE900491

Data de Assinatura: 12/11/2002.

SICON - 13/11/2002) 440001-00001-2002NE900491

EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2002

Nº Processo: 0200000193200211. Contratante: MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE E DA AMAZONIA LEGAL. CNPJ Contratado: 61641031000116. Contrato: GRANERO TRANSPORTES LTDA. Objeto: Prestação de serviços para a prestação de serviços de transporte rodoviário local e interestadual de mudanças de servidores e bens do Ministério do Meio Ambiente. Fundamento Legal: Lei 8666/93 Vigência: 12/11/2002 a 11/11/2003. Valor Total: R\$50.000,00
Fonte de Recurso: 185000000 Nota de Empenho: 2002NE900493

Data de Assinatura: 12/11/2002.

SICON - 13/11/2002) 440001-00001-2002NE900493

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 123/2002

Nº Processo: 02000002894200228. Objeto: Renovação de Assinaturas do Guia Paana-Is. Total de Itens Licitados: 160001. Fundamento Legal: Artigo 25, Caput, da Lei 8666/93. Justificativa: Atender as necessidades do Setor de Apoio Administrativo-SPOA. Declaração de Inexigibilidade em 11/11/2002. FRANCISCO JOSE PEREIRA DA SILVA, Coordenador Geral de Serviços Gerais. ANNA FLÁVIA DE SENNA FRANCO, Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração. Valor: R\$ 510,00. Contratada: PANROTAS EDITORA LTDA. Valor: R\$ 510,00

(SIDEG - 13/11/2002)

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato Administrativo: nº 026/ANA/2002. Processo nº: 02501.000367/2002-RR. Contratante: Agência Nacional de Águas. CNPJ do Contratante: 04.204.444/0001-08. Contrato: Poliedro Informática Consultoria e Serviços Ltda. CNPJ do Contratado: 02.660.441/0001-12. Objeto: Prestação de serviço de mão-de-obra especializada em serviços técnicos com vistas a prover suporte à execução das políticas, programas, projetos e ações governamentais na esfera da modernização administrativa e gestão da informação e informática. Fundamentação Legal: Inciso II, Alínea "c", art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Vigência: 12 meses. Valor Estimado: R\$ 408.693,34. Empenho: 2002NE9001741. Assinam o contrato: Em 13/11/2002 por Jerson Kelman - Diretor - Presidente da ANA e Luiz Carlos Garcia Sôcio - Diretor da Poliedro Informática Consultoria e Serviços Ltda

(Of. El. nº 663/2002)

CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

EXTRATO DE ADIAMENTO DE OFÍCIO

ESPÉCIE: Adiamento de ofício. Concedente: Ministério do Meio Ambiente. CNPJ nº 37.113.375/0001-07, por intermédio do Fundo Nacional do Meio Ambiente-FNMA, CNPJ nº 37.113.375/0004-50. Conveniente: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB, CNPJ/MF nº 63.692.479/0001-94. Processo nº 02000.009100/2001-16. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência do Convênio MMA/FNMA nº 078/2001 para 26 de dezembro de 2002. Respaldo Legal: art. 7º, IV, da IN/STN nº 1, de 15 01 97. Data de registro: 25/10/2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
AVISO DE CONSULTA PÚBLICA

O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA torna público, em observância ao disposto no art.22, §2º e 3º, da Lei n.9.965,

de 18/07/2000, e de acordo com o art. 5º, § 1º, do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que está estudando a criação/ampliação de unidades de proteção integral, conforme elencado a seguir:

Criação de Parque Nacional nos Campos do Sul do Amazonas - AM

consultaempcamazonas@bde.ibama.gov.br
No sul dos municípios de Alvarães e Novo Aripuanã, no Estado do Amazonas, existe uma área considerada como de importância biológica extrema, de elevada beleza cênica, com extensas matas de galeria, campos naturais e inúmeras cachoeiras, que está sendo estudada para a criação de um parque nacional. Com aproximadamente 250.000 hectares a unidade de conservação em estudo apresenta um grande enclave de cerrado, ainda em bom estado de conservação, dentro da mata amazônica contínua.

Criação do Parque Nacional do Catimbuá - PE

consultacatimbu@bde.ibama.gov.br
Nos municípios de Ibmimir, Tupanatinga e Buíque, na região central do Estado de Pernambuco, existe uma região de exuberantes paisagens compostas por paredões areníticos e por esculturas coloniais de pedra, vegetação e inúmeras inscrições rupestres, que atrai grande número de visitantes para um turismo de aventura e de contemplação. Com o propósito de resguardar os atributos biológicos e paisagísticos da área está sendo estudada a criação de um parque nacional no local.

Criação do Parque Nacional da Serra de Itajai - SC

consultajta@bde.ibama.gov.br
A Serra de Itajai, situada na região nordeste do Estado de Santa Catarina, guarda uma expressivo remanescente de Mata Atlântica de extrema importância biológica. Situada em terras dos municípios de Aprim, Blumenau, Botuverá, Brusque, Guabiruba, Indaial, Presidente Nereu e Vidal Ramos, no Estado de Santa Catarina, a área está sendo objeto de estudos para a criação de um parque nacional.

Criação do Monumento Natural dos Camyons - GO

consultacam@bde.ibama.gov.br
As matas deciduais e semideciduais, formações caracterizadas pela perda de folhas das árvores durante a estação seca, são uma das mais ameaçadas florestas do País, pois ocorrem de forma dispersa, possuem espécies de alto valor comercial, como a anjeira e a arinda, no caso de Goiás, se localizam em regiões que estão sendo rapidamente desmatadas para ocupação por agricultura e pecuária. No extremo nordeste do Estado, os rios Corrente e seus afluentes formam belíssimos camyons escavados nas formações calcáreas, em região onde ainda existe a ocorrência de expressivos remanescentes de florestas deciduais, e que estão sendo avaliados para constituírem o primeiro monumento natural brasileiro.

Criação do Refúgio de Vida Silvestre das Veredas - BA

consultaver@bde.ibama.gov.br
No oeste baixo os afluentes da margem esquerda do rio São Francisco correm quase paralelas entre si, cortando grandes superfícies tabulares que estão sendo cada vez mais transformadas para utilização agrícola. Ao longo destes rios formam-se importantes áreas de refúgio para a fauna e a flora, que precisam de proteção especial e estão sendo estudadas neste momento. A área enfocada engloba a região das cabeceiras dos rios Pratúdio e Pratúdiomio.

Ampliação do Parque Nacional do Grande Sertão Veredas - MG/BA

consultagrandeserto@bde.ibama.gov.br
Localizado no extremo noroeste do Estado de Minas Gerais, o parque nacional Grande Sertão Veredas tem limites e área inadequados para garantir a proteção do importante patrimônio natural da região. Sua expansão para o norte englobando o principal afluente do rio Carinhonha, o rio Itapuarí e uma vasta extensão de Cerrado ainda em excelente estado de conservação mas que está sendo rapidamente substituído por grandes plantações agrícolas comerciais, está sendo estudada.

Ampliação do conjunto Parque Nacional da Serra Geral/Parque Nacional de Aparados da Serra - SC/RS

consultaser@bde.ibama.gov.br
Os Aparados da Serra, região do extremo nordeste do Rio Grande do Sul e sudeste de Santa Catarina, são uma região de espetacular beleza cênica e importância biológica ímpar. Na área existem os parques nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral que precisam de ajustes aos seus limites para melhor proteger os valores naturais que têm a função de preservar. A ampliação destas unidades com este fim está sendo objeto de estudo.

Ampliação do Parque Nacional de São Joaquim - SC

consultasaojoaquim@bde.ibama.gov.br
Localizado na região sudeste de Santa Catarina, na Serra Geral, o Parque Nacional de São Joaquim não inclui em seus limites algumas áreas de grande importância biológica e paisagística situadas ao longo da Serra Geral. Paisagens especiais, com montanhas, campos, florestas com araucária, mata atlântica, rios cristalinos, canyons e cachoeiras caracterizam a região. Está sendo estudada a inclusão de algumas dessas áreas, notadamente a área conhecida como Campo das Pedras, ao norte do atual limite da unidade. Alterações no padrão de uso do solo, aliadas a outras atividades, estão provocando grandes impactos e transformações na região, exigindo a adoção de medidas conservacionistas de imediato.

Criação do Parque Nacional da Mata Escura - MG

consultamataescura@bde.ibama.gov.br
Um dos últimos fragmentos de Floresta Estacional Decidual e de Floresta Ombrófila Densa Submontana do nordeste do Estado de Minas Gerais está localizado nos municípios de Jeriquitinhã e Almeida. Foram considerados como de alta prioridade biológica para conservação por ocorrer ali uma alta incidência de espécies de mamíferos ameaçadas de extinção, dentre as quais se destaca o muriqui, maior primata do Brasil e das Américas. A área está sendo estudada para constituir um parque nacional.

Criação de unidade de conservação na região da Ilha das Francesas - SC

consultafrancesas@bde.ibama.gov.br
A região da Ilha das Francesas, na costa do Estado do Espírito Santo, com seus cânions rochosos, foi classificada como sendo de extrema importância biológica e está sendo estudada para constituir uma unidade de conservação de proteção integral.

Criação de unidade de conservação na região dos Pântanos Capixabas - ES

consultapantanos@bde.ibama.gov.br
Na região noroeste do Estado do Espírito Santo, entre os municípios de Pancos, Barra de São Francisco e Nova Venécia existe uma espetacular concentração de formações rochosas do tipo "pão-de-açúcar", que está sendo estudada para criação de uma unidade de conservação de proteção integral.

Maiores informações sobre cada área e mapas dos limites propostos podem ser obtidas no endereço do IBAMA na internet: www.ibama.gov.br

Qualquer sugestão ou contribuição para o processo de criação dessas unidades deve ser enviada por correio eletrônico para o endereço especificado em cada área ou por correspondência, para o endereço abaixo, explicitando no envelope a que unidade proposta se refere o conteúdo:

IBAMA/Diretoria de Ecossistemas
Coordenação Geral de Conservação de Ecossistemas
Setor de Criação de Unidades de Conservação
Consulta Pública
SAIN - Av. L4 - 70818-900 BRASÍLIA - DF
O prazo para recebimento de sugestões e contribuições é de 15 dias a partir da data de publicação deste documento

ROMILDO LUIZ FERREZ BARRATO MULLER

(Of. El. nº 1053/2002)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2002

Número do Contrato: 4/2002. Nº Processo: 0200100455-001-36. Contratante: INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIENTE DOS REC NAT RENOVÁVEIS. CNPJ Contratado: 02310032000108. Contratado: TELEBRASILIA CELULAR S/A. Objeto: Sucessão de direitos e obrigações do contrato nº 00402 firmado com a TELEBRASILIA CELULAR S.A., em virtude da incorporação desta empresa pela TELE CENTRO OESTE CELULAR PARTICIPACAO ES S.A. Fundamento Legal: Art. 65 da Lei n. 8.666/93. Vigência: 13/11/2002 a 28/02/2003. Data de Assinatura: 13/11/2002.

SICON - 13/11/2002) 193099-19211-2002NE900066

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2002

Número do Contrato: 4/2002. Nº Processo: 020230010180187. Contratante: INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIENTE DOS REC NAT RENOVÁVEIS. CNPJ Contratado: 00464073000134. Contratado: RADIOBRAS EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICACAO S/A. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto dar nova redação a subcláusula quarta da cláusula quinta e a cláusula segunda da vigência. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 04/09/2002 a 03/09/2003. Valor Total: R\$16.800,00.
Fonte de Recurso: 150193034 Nota de Empenho: 2002NE9000407

Data de Assinatura: 02/09/2002.

SICON - 13/11/2002) 193099-19211-2002NE900166

CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS DO LITORAL NORDESTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2002

Número do Contrato: 3/2001. Nº Processo: 020300001601-91. Contratante: INSTITUTO BRAS DO MEIO AMBIENTE DOS REC NAT RENOVÁVEIS. CNPJ Contratado: 41102641000134. Contratado: EMPRESA NORDESTINA DE CREDITO LTDA. Objeto: Prorrogação do contrato de operacionalização das embarcações deste Centro pelo período de 12 meses. Fundamento Legal: Lei 8666/93 Vigência: 17/10/2002 a 17/10/2003. Valor Total: R\$457.737,60.
Fonte de Recurso: 160060050 Nota de Empenho: 2002NE9000802

Data de Assinatura: 15/10/2002.

SICON - 13/11/2002) 193099-19211-2002NE900666

CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS DO LITORAL SUDESTE E SUL

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 1/02

Espécie: Acordo de Cooperação Técnica que celebraram o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Sudeste e Sul - CEPESUL e a Fundação Educacional da Região de Joinville - FURJ, mantenedora da Universidade do Região de Joinville - UNIVILLE, visando a integração técnico-científica entre as partes.

Consulta Pública

Pontões Capixabas - ES

IBAMA/DIRE
Fls. 53
Rub. Marcio

Prazo para envio de sugestões e comentários: 15 dias a partir de 20/11/2002

A região noroeste do Espírito Santo foi, até o final da década de 1920, inteiramente coberta pela floresta atlântica. Com a cafeicultura, iniciou-se a ocupação mais intensa e a quase total transformação da área, fazendo com que hoje os remanescentes de vegetação nativa sejam muito raros. Uma particularidade regional ajudou a preservar alguns destes fragmentos, em locais quase inacessíveis: a presença de centenas de inselbergs, aqueles morros com formato de pão-de-açúcar, que conferem à região uma beleza singular.

Os maciços se distribuem por uma ampla região entre os municípios de Pancas e Ecoporanga. São compostos principalmente por granitos muito antigos, que originaram solos pobres e ácidos. Os rios que drenam a área são afluentes do rio Doce e do rio Cricaré. O clima é do tipo tropical semi-úmido, com estação chuvosa no verão e seca no inverno. Dezembro e janeiro são os meses mais quentes e junho e julho os mais frios.

A vegetação original é a floresta estacional semidecidual submontana. Esta floresta, onde parte das árvores perde as folhas na estação seca e fria, foi praticamente dizimada em sua área de ocorrência no Espírito Santo, substituída por agricultura e pastagem. Os remanescentes correspondem a áreas de maior declividade ou acesso difícil, como o topo dos pontões rochosos.

Estes pontões formam vales fluviais alongados e encaixados, com relevo bastante abrupto, que criam condições peculiares para a floresta, em função de sombreamento, profundidade variável do solo e disponibilidade de água. A vegetação varia em pequenas extensões desde floresta subperenifolia de várzea e de encosta até florestas inteiramente caducifólias (onde a maior parte das árvores perde as folhas no inverno), nos sopés dos afloramentos, e vegetação rupestre sobre os afloramentos, criando condições que favorecem a existência de alta diversidade biológica.

A fauna do noroeste capixaba foi muito pouco estudada e fortemente impactada pela ocupação humana e alteração do ambiente. Ainda são citados para a região a ocorrência da preguiça-de-coleira, da paca, do gato-do-mato, do gato-maracajá, do tamanduá-de-colete, do barbado, do sagui-de-cara-branca e da lontra, entre os mamíferos. Mais de 118 espécies de aves foram registradas.

A região apresenta uma ocupação rural de pequenas propriedades, com pastagens, café e outras culturas de subsistência. Os estudos em desenvolvimento objetivam definir um perímetro de unidade de conservação que provoque o menor impacto possível sobre as atividades já estabelecidas. A criação de um parque nacional, associada à beleza ímpar da região, irá proporcionar um crescimento do turismo, gerando novas opções econômicas para os municípios envolvidos.

A categoria proposta é de proteção integral, que implica na necessidade de aquisição pelo Governo, depois de criada a unidade, das terras de particulares existentes e na relocação de eventuais ocupantes tradicionais, de acordo com o que estabelece a Lei. A população do entorno será altamente beneficiada pelo controle da qualidade ambiental, pela regulação do processo de ocupação do solo, pela geração de novas oportunidades diretas e indiretas de emprego e trabalho, e pelo estímulo ao desenvolvimento regional de forma organizada e equilibrada.

Veja os mapas com a localização no Brasil, localização regional e municípios

Qualquer manifestação a respeito, deve ser enviada por e-mail para consulta@pontoes@sed.ibama.gov.br, por carta para:

IBAMA/Diretoria de Ecossistemas
Coordenação Geral de Conservação de Ecossistemas
Consulta Pública Pontões Capixabas
SAIN - AV. L-4 Norte Ed. Sede do IBAMA
Cep: 70.818.900 - Brasília - DF

De	Assunto	Recebido em
Carlos Alberto M...	Para que os Pontões Capixabas permaneçam	qui 5/12/2002 14:57
Carlos Manoel A...	Opinião Consulta Pública - UCs	qua 4/12/2002 10:50
cirojrm	Eu apoio	qua 4/12/2002 1...
Clickarvore	Criação de novas UC's no bioma Mata Atlântica	qui 5/12/2002 08...
Cristina Crispim	Auditoria pública	qua 4/12/2002 1...
Dewton de Mora...	PARQUE	qua 27/11/2002 12:37
Emilio	criação	qui 5/12/2002 23...
Flávio Rodrigues	criação de UC	qua 4/12/2002 1...
Gambá	Apoio Criação de UC's	qui 5/12/2002 10...
Gambá	Carta de apoio a UC's na Mata Atlântica	qua 4/12/2002 1...
Gambá	Carta de apoio a UC's na Mata Atlântica	qua 4/12/2002 1...
gcartapatti	manifestação	qua 4/12/2002 0...
Glauber Carvalh...	consulta pzblica	qua 27/11/2002 22:50
IDA	apoio à criação da UC de Pontões capixabas	dom 24/11/2002 19:...
Ines Marocco	a favor	qua 27/11/2002 22:15
Info	Apoio SPVS	qua 4/12/2002 1...
Instituto de Pesq...	pontos capixabas	sex 22/11/2002 10:07
Jorge Paladino	Portoes Capixaba	qua 4/12/2002 1...
linsker	Posição sobre Consulta Publica	qui 5/12/2002 16...
Luciano Petro...	Apoio a criação da UC dos Pontões capixabas	qua 4/12/2002 1...
Maíra	SOU A FAVOR	sáb 30/11/2002 19:38
marisemoulie...	(Sem assunto)	qui 5/12/2002 03...
Marlon Machado	Pontões Capixabas	ter 26/11/2002 07:48
Marucia Britto	Pontoes Capixabas	ter 3/12/2002 13...
Natashia Barb...	opinico	qui 5/12/2002 11...
Nema	Apoio - UCs	qui 5/12/2002 11...
RC Lages	Parque Nacional Pontões Capixabas [ES].	dom 24/11/2002 14:...
Rede Pro-UC	Apoio à criação e implementação de unidade de conservação nos Pontões Capi...	qua 4/12/2002 1...
Reinaldo Louri...	apoiamos a criação	qua 4/12/2002 1...
ReservaBio@a...	Manifestação de apoio	qui 5/12/2002 22...
Sérgio	Pontões Capixabas	sáb 30/11/2002 14:20
Suryen Choinski	CRIAÇÃO DE PARQUES NA FLORESTA ATLÂNTICA SOB CONSULTA PÚBLICA	qua 4/12/2002 0...
ubervalter@se...	Consulta - resposta	qua 4/12/2002 1...

IBAMA/COBREC
 FIC. 54
 Rub. Marcia

Consulta

De: Carlos Alberto Montes Perez [carlos.perez@museudoindio.org.br]
Enviado em: quinta-feira, 5 de dezembro de 2002 13:32
Para: consultapontos@sede.ibama.gov.br
Assunto: Para que os Pontões Capixabas permaneçam

IBAMA / D-1
Fls. 55
Rub. Marcia

Estou sempre propenso a acreditar e ter esperanças de que poderemos deter a avassaladora destruição dos bens naturais em nosso país. No entanto, a violência do processo de destruição ambiental avança velozmente, não nos sendo dado o direito de nos omitirmos frente as urgentes medidas de proteção que os ambientes mais vulneráveis estão a merecer. A mata atlântica já perdeu muito de sua pujança e toda nova unidade que vier a resguardar seus remanescentes é medida que não deve ser postergada.

Carlos Perez

--

Esta mensagem foi verificada contra virus e materiais perigosos. O antivírus acredita que seu conteúdo seja inofensivo.
Museu do Índio - RJ
Proteção dada por: MailScanner mail protection.

Consulta

De: Carlos Manoel Amaral Soares [CarlosAmaral@correios.com.br]
Enviado em: quarta-feira, 4 de dezembro de 2002 11:22
Para: consultapontos@sede.ibama.gov.br
Assunto: Opinião Consulta Pública - UCs

IBAMA/DIRE
Fis. 56
Rub. Marcac

Senhores técnicos responsáveis do IBAMA,

Na condição de cidadão brasileiro preocupado com o desaparecimento ou degradação das últimas paisagens naturais deste País, venho manifestar-me favoravelmente à criação da UC Pontões Capixabas, que muito contribuiria para a preservação daquela belíssima paisagem, bem como para a qualidade de vida das comunidades locais mediante a geração de renda e empregos, de forma sustentável e a longo prazo.

Muito boa sorte nessa trabalho que, tenham a certeza, se coroado de êxito, será lembrado pelas futuras gerações.

Atenciosamente,

Carlos Amaral
Rua da Paz, 396, ap. 2002
0060-160 - Curitiba/PR

IBAMA, L. REC
Fls. 57
Rub. Marcia

Consulta

De: cirojrm [cirojrm@uol.com.br]
Enviado em: quarta-feira, 4 de dezembro de 2002 13:33
Para: consultapontos@sede.ibama.gov.br
Assunto: Eu apoio

A criação deste parque seria de extrema relevancia, uma vez que estamos no ano "simbolico" das montanhas, e este seria mais um esforço para a preservacao desses ecossistemas...

Somo todos gente de montanha.

2002 ANO INTERNACIONAL DAS MONTANHAS

<http://www.montanhas2002.org/>

--
UOL, o melhor da Internet
<http://www.uol.com.br/>

Consulta

De: Clickarvore [clickarvore@sosmatatlantica.org.br]
Enviado em: quinta-feira, 5 de dezembro de 2002 09:31
Para: consultamataescura@sede.ibama.gov.br; consultapontos@sede.ibama.gov.br;
consultaitajai@sede.ibama.gov.br; consultasaojoaquim@sede.ibama.gov.br;
consultaserrageral@sede.ibama.gov.br
Assunto: Criação de novas UC's no bioma Mata Atlântica



Nilson Máximo
de Oliveira.vcf

Caros senhores,

Gostaria de manifestar-me aqui, na qualidade de cidadão, sobre a importância da criação de novas unidades de conservação para o bioma Mata Atlântica.

Independentemente de conhecer mais a fundo as qualidades ambientais, e os possíveis conflitos sociais, econômicos e políticos que envolvem a criação de UC em especial na categoria Parque, a criação das mesmas justificam-se pelo simples fato da Mata Atlântica representar um dos ecossistemas mais ricos em biodiversidade e também um dos mais ameaçados do mundo.

Ainda que, para a grande maioria das pessoas, a extinção de espécies, a fragmentação e o empobrecimento genético dos ecossistemas sejam assuntos fora da sua realidade e que aparentemente, isto não represente nenhum prejuízo direto, cabe aos cidadãos mais informados e principalmente ao poder público resguardar este bem comum do povo, conforme prevê nossa Constituição Federal.

Portanto manifesto aqui meu apoio incondicional e irrestrito a criação dessas novas UC's para uma estratégia de conservação, e que sem dúvida nenhuma deverá ser acompanhadas de outras, para que o discurso da sustentabilidade saia do campo ideal e venha para o dia a dia das pessoas como uma forma de conservar a vida na sua plenitude.

Atenciosamente,

Nilson Máximo de Oliveira
Fundação SOS Mata Atlântica
Programa Clickarvore
Tel.: 11-38871195 ramal 43

IBAMA/DIREC
Fis. 110
Rub. marca



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DESPACHO/PROGE/IBAMA Nº 2431/2002
PROCESSO nº 02001.009139/2002-12
INTERESSADO: DIREC
ASSUNTO: Criação do PARNA dos Pontões Capixabas

Senhor Presidente,

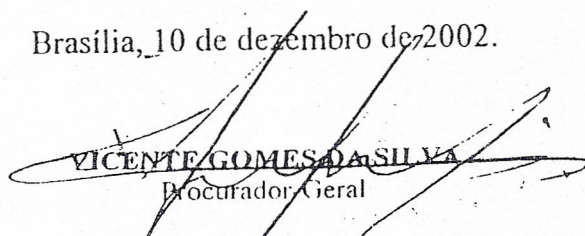
A Diretoria de Ecossistemas submete o presente processo para apreciação desta Procuradoria Geral, de proposta de criação de Unidade de Conservação, em cumprimento ao estabelecido no Decreto nº 2.954/99, alterado pelo Decreto nº 3.495, de 30 de maio de 2000.

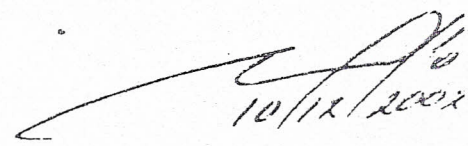
Analisando o processo em referência, verifica-se que foram cumpridas todas as exigências técnicas e legais para criação da Unidade de Conservação, caracterizando assim, a motivação do ato administrativos em razão da oportunidade e conveniência, conforme manifestado na Informação Técnica subscrita pelo Analista Ambiental Sérgio Brant Rocha, devidamente acolhido pelo Sr. Diretor da DIREC.

Os objetivos estabelecidos na Exposição de Motivos/Decreto atendem os pressupostos legais esculpido na Lei 9.985, de 18.07.00, bem como, o processo de ampliação obedece também aos ditames estabelecidos no § 6º do artigo 22 do mesmo diploma legal.

Deste modo, encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos, justificativa da proposta e proposta de Decreto, para conhecimento e aprovação, e posterior encaminhamento ao Senhor Ministro de Estado do Meio Ambiente para as demais medidas de estilo.

Brasília, 10 de dezembro de 2002.


VICENTE GOMES DA SILVA
Procurador Geral

De acordo
Ho
MMA/66618/1
providencia necessaria

10/12/2002



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas


Informação Técnica n° 176/2002

Brasília, 11 de dezembro de 2002.

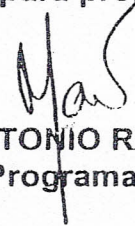
O Processo n° 02001.009139/02-12 – IBAMA, trata da criação do Parque Nacional dos Pontões Capixabas, no estado do Espírito Santo. Criação esta que além de vir ao encontro do Objetivo Setorial 5, das Orientações Estratégicas do MMA, qual seja: promover a implantação, consolidação e gestão das áreas protegidas e do sistema nacional de unidades de conservação; recai sobre uma área identificada no Workshop "Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos", promovido no âmbito do PROBIO, como de extrema importância para a conservação da flora e de alta importância em relação aos fatores abióticos, esta última referência devida exatamente à presença das formações rochosas que predominam na área.

Além da sintonia com as orientações estratégicas do MMA e com as prioridades para a conservação da biodiversidade brasileira, a proposta recai sobre uma área que abriga diversos ecossistemas representativos da Mata Atlântica, além de ecossistemas associados influenciados pela geomorfologia e litologia.

Somos favoráveis à criação da unidade nos termos propostos.


ANTÔNIO EDSON GUIMARÃES FARIAS
Gestor Governamental


De acordo, para prosseguimento.


MARCO ANTONIO RAMOS CAMINHA
Diretor do Programa Nacional de Áreas Protegidas

*A LOUZUR
por meio de
MCS
12.11.2002*

À Secretaria de Biodiversidade e Florestas-SBF, para aguardar publicação do decreto de criação da Unidade de Conservação, tendo em vista o encaminhamento à Casa Civil da Presidência da República.

Brasília, 13 de dezembro de 2002.


Roberta Rubim del Giudice
OAB/DF 14.520



Senado Federal
Subsecretaria de Informações

IBAMA/DEC
Pis. 119
Sup. maturo

Data Link
19/12/2002 Referência

DECRETO DE 19 DE DEZEMBRO DE 2002

Cria o Parque Nacional dos Pontões Capixabas, nos Municípios de Pancas e Águia Branca, no Estado do Espírito Santo, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 11 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Parque Nacional dos Pontões Capixabas, localizado nos Municípios de Pancas e Águia Branca, no Estado do Espírito Santo, com o objetivo de preservar os ecossistemas ali existentes, possibilitando a realização de pesquisa científica e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental e de turismo ecológico.

Art. 2º O Parque Nacional dos Pontões Capixabas abrange três áreas distintas, com aproximadamente dezessete mil, quatrocentos e noventa e seis hectares, com os limites descritos com base nas cartas topográficas, em escala 1:100.000, MI-1504, 1ª edição, editada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, com os seguintes memoriais descritivos:

I – Área 1, com a seguinte delimitação: começa na foz do córrego Palmital com o Ribeirão Panquinhas, de coordenadas planas aproximadas (c.p.a.) E=311852 e N=7871791 (ponto 1); segue o Ribeirão Panquinhas, a montante, pela sua margem esquerda, até o ponto de c.p.a. E=309709 e N=7872392 (ponto 2); daí, segue por linhas retas, ligando os pontos de c.p.a. E=309479 e N=7872795, (ponto 3), E=309548 e N=7872955 (ponto 4), E=309862 e N=7873134 (ponto 5), E=309860 e N=7873187 (ponto 6), E=309672 e N=7873562 (ponto 7), E= 309359 e N=7873806 (ponto 8), E=309137 e N=7873755 (ponto 9), E=309171 e N=7873580 (ponto 10), E=309119 e N=7873048 (ponto 11), E=309017 e N=7872858 (ponto 12), E=308462 e N=7872876 (ponto 13), E=307909 e N=7873258 (ponto 14), E=307271 e N=7874017 (ponto 15), E=306959 e N=7875095 (ponto 16), E=306740 e N=7876123 (ponto 17), E= 306515 e N=7876942 (ponto 18), E=306556 e N=7878069 (ponto 19), E=306159 e N=7877845 (ponto 20), E=305573 e N=7878051 (ponto 21), E=305469 e N=7878294 (ponto 22), E=305832 e N=7878795 (ponto 23), E=304817 e N=7879273 (ponto 24), E=305038 e N=7880118 (ponto 25), E=305158 e N=7880968 (ponto 26), E=304946 e N=7881263 (ponto 27), E=304165 e N=7881833 (ponto 28), E=304004 e N=7882180 (ponto 29), E=304354 e N=7882893 (ponto 30), E=304024 e N=7883140 (ponto 31), E=303546 e N=7883799 (ponto 32), E=303692 e N=7884712 (ponto 33), E=303279 e N=7884954 (ponto 34), E=303416 e N=7885488 (ponto 35), E=303951 e N=7885627 (ponto 36), atingindo a cabeceira de um afluente da margem direita do Córrego do Roque, ponto de c.p.a. E=303796 e N=7886008 (ponto 37); segue, a jusante, pela margem direita desse afluente, até sua foz no Córrego do Roque, ponto de c.p.a. E=303629 e N=7886826 (ponto 38); segue, a jusante, pela margem direita do córrego do Roque, até o ponto de c.p.a. E=304420 e N=7887125 (ponto 39); segue por linhas retas, ligando os pontos de c.p.a. E=305798 e N=7887024 (ponto 40), E=307177 e N=7886575 (ponto 41), E=307596 e N=7886767 (ponto 42), E=308352 e N=7887249 (ponto 43), E=309757 e N=7886939 (ponto 44), E=310600 e N=7886799 (ponto 45), E=311541 e N=7886511 (ponto 46), E=311896 e N=7885903 (ponto 47), E=312241 e N=7885488 (ponto 48), atingindo a margem de uma estrada no ponto de c.p.a. E=312918 e N=7885678 (ponto 49); segue por esta estrada em direção a Lajinha até o ponto de c.p.a. E=313554 e N=7884039 (ponto 50); daí, segue por linhas retas, ligando os pontos de c.p.a. E=312553 e N=7883556 (ponto 51), E=312606 e N=7882272 (ponto 52), E=312570 e N=7881693 (ponto 53), E=312959 e N=7880933 (ponto 54), E=313010 e N=7880105 (ponto 55), E=313778 e N=7879536 (ponto 56), E=313985 e N=7878517 (ponto 57), E=314279 e N=7877931 (ponto 58), E=314417 e N=7876740 (ponto 59), E=315538 e N=7875705 (ponto 60), E=315521 e N=7875446 (ponto 61), E=315763 e N=7874480 (ponto 62), E=315038 e N=7872961 (ponto 63), E=314261 e N=7872478 (ponto 64), E=314572 e N=7871736 (ponto 65), E=314581 e N=7871270 (ponto 66), E=312838 e N=7871546 (ponto 67), E=312717 e N=7871736 (ponto 68), E=312838 e N=7872202 (ponto 69), E=312372 e N=7872530 (ponto 70), E=312268 e N=7872754 (ponto 71), E=312320 e N=7873306 (ponto 72), E=311802 e N=7873272 (ponto 73), E=311820 e N=7873065 (ponto 74), E=311992 e N=7872633 (ponto 75), E=311865 e N=7872359 (ponto 76), E=311847 e N=7872185 (ponto 77), E=311775 e N=7871975 (ponto 78); daí, segue em linha reta até o ponto

1, fechando o perímetro desta descritiva, perfazendo uma superfície total aproximada de doze mil, trezentos e quatro hectares;

II – Área 2, com a seguinte delimitação: começa na margem de uma rodovia, no ponto de coordenadas planas aproximadas (c.p.a.) E=322847 e N=7891313 (ponto 1); daí, segue por linhas retas, ligando os pontos de c.p.a. E=322483 e N=7890784 (ponto 2), E=322119 e N=7890760 (ponto 3), E=321633 e N=7890942 (ponto 4), E=320497 e N=7891002 (ponto 5), E=319486 e N=7891124 (ponto 6), E=318988 e N=7891270 (ponto 7), E=317993 e N=7890748 (ponto 8), E=317605 e N=7890784 (ponto 9), E=317544 e N=7890602 (ponto 10), E=317168 e N=7890044 (ponto 11), E=317702 e N=7889704 (ponto 12), E=318163 e N=7888831 (ponto 13), E=318115 e N=7888285 (ponto 14), E=317538 e N=7887751 (ponto 15), E=317138 e N=7887278 (ponto 16), E=316701 e N=7887205 (ponto 17), E=316276 e N=7886877 (ponto 18), E=315949 e N=7887739 (ponto 19), E=315767 e N=7887945 (ponto 20), E=314711 e N=7887338 (ponto 21), atingindo a foz de um afluente da margem esquerda com o córrego do Brejo, ponto de c.p.a. E=314322 e N=7886659 (ponto 22); segue a montante pela margem esquerda do córrego do Brejo até a foz de um afluente pela margem esquerda, ponto de c.p.a. E=313379 e N=7887144 (ponto 23); segue por esse afluente a montante até o ponto de c.p.a. E=313224 e N=7888329 (ponto 24); daí, segue por linhas retas, ligando os pontos de c.p.a. E=313103 e N=7888449 (ponto 25), E=312982 e N=7888843 (ponto 26), E=312545 e N=7889292 (ponto 27), E=312436 e N=7890105 (ponto 28), E=312776 e N=7890736 (ponto 29), E=313285 e N=7890857 (ponto 30), E=313516 e N=7891063 (ponto 31), atingindo a foz de um afluente sem denominação da margem direita do córrego da Pedra Bonita, no ponto de c.p.a. E=313852 e N=7891846 (ponto 32); segue pela margem direita do córrego da Pedra Bonita, a jusante, até sua foz no córrego da Vargem, no ponto de c.p.a. E=314484 e N=7893035 (ponto 33); segue a jusante pelo talvegue do córrego da Vargem até a ponto de c.p.a. E=316214 e N=7892303 (ponto 34); segue pelo talvegue do córrego da Vargem até a foz do córrego Parado, de c.p.a. E=316488 e N=7892272 (ponto 35); segue pelo talvegue do córrego Parado, a montante, até a foz de um seu afluente pela margem esquerda, ponto de c.p.a. E=316609 e N=7892904 (ponto 36); segue a montante pelo talvegue deste afluente até o ponto de c.p.a. E=316791 e N=7893095 (ponto 37); daí, segue por linhas retas, ligando os pontos de c.p.a. E=318285 e N=7894024 (ponto 38) e E=318960 e N=7894198, situado na margem de uma rodovia estadual (ponto 39); segue por essa rodovia na direção sudeste até atingir o ponto 1, fechando o perímetro desta descritiva, perfazendo uma superfície total aproximada de três mil, quinhentos e oitenta hectares; e

III – Área 3, com a seguinte delimitação: começa na margem direita do Córrego Jabuticaba, no ponto de coordenadas planas aproximadas (c.p.a.) E=319167 e N=7894251 (ponto 1); daí, segue por linhas retas, ligando os pontos de c.p.a. E=319580 e N=7894703 (ponto 2), E=319289 e N=7895447 (ponto 3), e E=319500 e N=7895865, situado na foz de um afluente da margem direita do Córrego Jabuticaba (ponto 4); segue o Córrego Jabuticaba, a jusante, pela sua margem direita, até o ponto de c.p.a. E=322852 e N=7896186, situado no cruzamento com uma estrada (ponto 5); segue por essa estrada até o cruzamento com o Córrego da Onça, ponto de c.p.a. E=325131 e N=7895998 (ponto 6); segue a montante do Córrego da Onça até o ponto de c.p.a. E=325116 e N=7894740 (ponto 7); segue a montante pelo Córrego da Onça até o cruzamento com uma estrada, no ponto de c.p.a. E=324629 e N=7894141 (ponto 8); segue pela margem da estrada até cruzar novamente com o Córrego da Onça, no ponto de c.p.a. E=324000 e N=7893497 (ponto 9); segue a montante pelo talvegue do Córrego da Onça até cruzar novamente uma estrada, no ponto de c.p.a. E=323491 e N=7892996 (ponto 10); segue por essa estrada na direção sudoeste, até cruzar novamente o Córrego da Onça, no ponto de c.p.a. E=323177 e N=7892711 (ponto 11); segue a montante pelo talvegue do Córrego da Onça, até o ponto de c.p.a. E=321556 e N=7892546 (ponto 12); daí, segue em linha reta até a margem direita do Córrego Jabuticaba, ponto de c.p.a. E=320758 e N=7892874 (ponto 13); deste ponto, segue a jusante pela margem direita do Córrego Jabuticaba até o ponto 1, fechando o perímetro desta descritiva, perfazendo uma superfície total aproximada de um mil, seiscentos e doze hectares.

Parágrafo único. O subsolo integra os limites do Parque Nacional dos Pontões Capixabas.

Art. 3º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, os imóveis particulares constituídos de terras e benfeitorias existentes nos limites descritos no art. 2º deste Decreto, nos termos dos arts. 5º, alínea 'I', e 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4º Caberá ao IBAMA administrar o Parque Nacional dos Pontões Capixabas, adotando as medidas necessárias à sua efetiva proteção e implantação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Carlos Carvalho

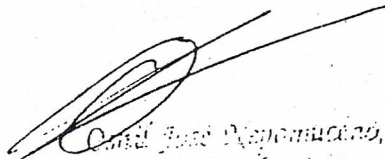
IBAMA/DIRE
Fig. 117
Rub. Marcia





A CBECO,

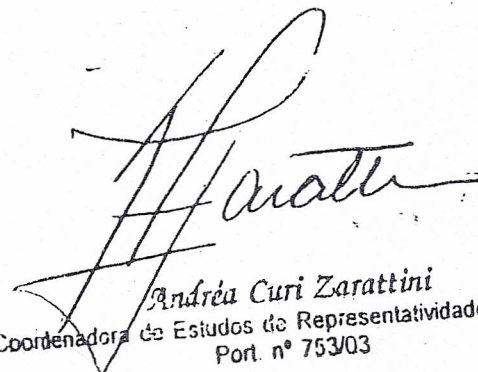
Por solicitação.


Curi José Romancini,
Coordenador Geral de
Registros e
Arquivos

12/12/03

Jo Nilho de Moraes,
por testemunha,

19.12.03


Andréa Curi Zarattini
Coordenadora de Estudos de Representatividade Ecológica
Port. nº 753/03

Anexo 03: Diários de Olindina Binow Naitzel

19/1/2002

Hoje é 19 de janeiro de 2002, estes 19 dias
chuvem todos os dias umas pancada de chuva
não parou nem uma noite sem chuva
grasas a Deus. ~~o~~ que chuveu muito
mas eu não posso reclamar da chuva.
por que não nós deu prejuizo nen uma
deu muita alegria porque com chuva
tudo fica verde nós não podemos pedir
que tenque ser do nosso jeito tudo vem
de Deus se for a vontade de Deus que
chove entao temos entrega nas mãos
de Deus si ^{for} chuva é bem recebido por
nós. si for sol também ficamos
alegres tudo verde é muito bonito.
mas não vamos reclamar que seja
feita a vontade de Deus, o que merecemos
Deus nunca deixara faltar vamos
sempre pensar com carinho o que Deus
faz por nós si pensamos nunca vamos
achar um defeito em nosso bom Deus
e nen uma razão para reclamar a terra
e de Deus nós presisa dela para viver
e trabalhar se nós trabalha com fé. temos
sempre o retorno não adianta querer fazer
o trabalho com conta proprio porque é em
primeiro lugar temos sempre pedir a ~~força~~
força e a benção quando vamos trabalha
indo com calma sempre aseita tudo
como Deus manda sempre com carinho
e o amor que temos uns aos outros
isto é que Deus quer é o amor ao proximo
si for assim que seja feita com carinho.

Natal de 2002

24

25 de Dezembro de 2002 passou com chuva
trovejo muito mas não chuveu algumas
partes parecia que ~~estava~~ estava chovendo, não na
nossa região, dia 26/12/002. Chuveu muito bem
grasas a Deus que bênção, as plantações estavam
já bem muito mas já dá recuperar tudo,
o café, está tão bem carregado que faz prazer de
ver, como é bom poder viver ~~com~~ com tantas
coisas que nós animam, por que Deus nós
abenção todos os dias e tudo o que nós temos
é de Deus. Deus quer falar de todos os dias
com nosco agradeço Ti o Pai de todo poderoso
que nós prodejeztes de todos os perigos e
do mal, que vivemo neste ano sobre a tua
proteção, no trabalho e lar na casa nos
transitos, e assim por adiante. Hora de pensar
nas coisas boas que Deus, nós deu neste ano
que paramos temos muitas coisas boas pra
falar por exemplo dias com Sol muito quente,
mas ao mesmo tempo chuva também, não
precisamos molhar o café nem uma vez, que
Deus sempre molha quando era necessário
é assim agradeço a Deus por tudo que nós
deste neste ano que parou, o amor ao próximo
mesmo que perdemo uma pessoa muito querido
que foi morar com Deus, mais isto não é nunca
é da nossa vontade sempre é sim da vontade de
Deus, nós sempre precisamos nos preparar
pra tudo sem reclamação, a veres fiquen doente
mas nós não devem reclamar precisamos passar por
muitas provas de Fé, mi perdoe o Deus por
tudo as veres por pensamento e são muito falar perdão.

9 no ano de 2003

o ano de 2003 foi um ano de pouca chuva me
foi um ano de muitas provas de fé.
parece que Deus quer falar com agente e
tocar na gente com amor e carinho para abrir
os nossos olhos, e tocar no coração da gente,
para prevenir a vinda de Jesus Cristo. todo
estavam tristes e ja até aborecidos da vida
com a estigagem e deste ano foi um ano de
muita pouca chuva as lavouras dos morcos
parecia tão ceça de da do de vez nunca
vi tanta tristeza que nem este ano olhava
para as lavouras de café em vez das folhas
de café ta verdentava tudo ceicos muitas
lavouras foram cortadas ou ~~ca~~ rancadas do
chão que não tinha mais jeito de reformar
mais. se for a vontade de Deus que seja
alim Deus sabe o que faz, em varios lugar
morreram muitos gado de fome, ou as vezes
até ~~cedi~~ cedi, os pastos todos queimados que
fazia medo de ver, as criação de porco
galinha em alguns lugar não ~~tr~~ sabia mais
o que tratar tava tudo ceço^{as} banana acabar
ran quem não ^{tinha} inhame para trata de porco tingué
compra ração para tratar de porco, mas ~~gr~~
grasas a Deus que parou tudo no dia 23 de
outubro começou a chover e como logo mudou
agora ja ta tudo brotando ja ficou verde
de novo grasas a Deus, agora o povo planta
com fé e colhe, com ajuda de Deus.
Obrigado Deus por esta chuva maravilhosa
que nós deste que alegro todo mundo que
tava triste com a tua bênção si alegro com amor
at ter filho Jesus Cristo. amen

dia dos firmados 2/11/003

Janeiro 2004

com
começo o ano 2004 ^{com} muita chuva no dia 12/1/004 deu a maior enchente dos últimos anos em Laginha a Rua Principal matogrosso estava tudo coberto de água em varias casas entre água tinha pessoas que andava na Rua como se fosse um rio a água dava até na cintura pra muita gente os moços preferirão por tudo alto pra não estragar a noite do dia 15/1/004 repetiu a enchente novamente tudo de baicho da água outra vez. na estrada da Cerrinha caiu barreira na estrada que matou tres vacas do Palo Milk em Laginha caiu barreira e tambem ao lado da pedra do Borcatê Sabado dia 17/1/004 ja diminuiu a chuva no Domingo 18 ja manheceu estiado com Sol e brilhando como Deus e bomdoso com a umidade quando estava seco o povo reclamava e a gora com chuva tambem continuo reclamando qui pecado. que o povo faz Deus e sempre que o melho mas o povo não reconhece o poder de Deus Ele e misericordioso amoroso e Fiú com Deus nós temos tudo e só confiar e não duvidar no poder de Deus se nós alembra o que Deus fez por nós deu o Seu unico Filho Jesus Cristo na Cruz para nós Salvar do pecado que podemos sempre ter certeza que Ele sempre esta no meio de nós com todo amor que tem ao seu povo nós que somos fracos em tudo a Fé a Gente conquista com amor esperança e união. que nós nunca ~~separa~~ nós se separa de Deus. vamos lutar para nós seguimos o caminho de Deus nós unir com muita esperança que Jesus esta sempre conosco no nosso coração.

nos como os jovens...

Ano novo de 2004

ano novo foi um dia muito ~~gentil~~ Kente o dia inteiro mas no dia 2 de janeiro ~~o~~ cedo estava Kente também mas na parte da tarde choveu muito graças a nosso bom Deus eu peço ti ó Deus que abençoe este ano de 2004 com amor e carinho que nós podemos sempre lembrar o quanto que Deus nós ama. peço ti que olhas pelas crianças abandonadas e os idosos que são muitas vezes maltratadas que não é para ser assim. toca no coração destas pessoas que cuidam das crianças que elas tenham a paciência com todos. que o Espírito da guarda proteja a todos, e de um ano de paz, e alegria pra cada um, que elles possam si sentir amada e possam aprender a palavra de Deus os mandamentos que são muito importante na vida de cada um de nós. e assim peço também por estas pessoas idosos, que também devem ser bem tratadas com carinho que eles vejam crianças outra pequeno com criança depois dos 70 anos muitas vezes viva criança dinovo. não podemos abandonar os pais temos dar carinho e amor a todos não abandonar. que o nosso dia chega também a vida da gente é tão curta. vamos pensar nisso com carinho. Deus cuida de todos sendo rico ou pobre somos todos filhos e filhas de Deus. ~~o~~ a nossa vida depende de Deus. da nós paz da nós união e esperança que podemos sempre nós ajudar com palavras de consolo as vezes pre cívamos duar para as pessoas carentes. Deus da nos sempre uma oportunidade de perdoar e ajudar a quem precisa não olhas por cima quem ama ajuda com carinho

Seg Ter Qua Qui Sex Sáb Dom Em 2004, Quando Começo 1/2004

Falar do parque, dessa região. De Panças, Todos ficaram assustados, por que ninguem conheci o que é parque, esta pergunta fica o que é um parque? Todos queremos saber. Todos estamos tristes por esta gente que cuidaram tão bem das terras deicharam as matas para o bem dos filhos netos e bisnetos e agora? Como vão fazer Todos estão tristes por causa do parque, que o povo começa muintos já, Estão com medo o olhar triste que dá dó, De ve: por que nenquen que perde a terra onde trabalhou tanto, pra conseguir comprar, com tanto esforço. Trabalhar na Róssa, não é facio não, as vezes o Sol, esta tão quente mas tenque ta lá. Pra tenta salva uma planta, e a colheta precisa de muinto esforço, e fé em Deus. Para não desistir de trabalhar, com tantas orientações, de todo lado que vem de fóra, que ~~me~~ nunca trabalha na Róssa? não sabem como e planta e nen colher nada. na Róssa, mas se for a lei. Aonde vamos parar. Como vamos organizar as nóssas Terras? Se não temos mais direito de nada. Que custou, o trabalho de uma vida inteira, para esa gente, pra agora entrega isto tudo? isto não vai a contecer, por que nós temos um Pai, Seloso que nos acompanhara, nunca nos abandonara, acima de tudo é Deus. Que olha lá de cima para cada um de nós. Ele que tem poder sobre todos e todas. esta gente, que mora a qui. Nesta Região, por que são muinta gente, que precisa de apouio e orientação, bem poucos que sabem ler e escrever, que não poderão estudar tique trabalha para o sustento de família, por que todos precisarão comer, nunca ganharam nada de ajuda de ninguem, nen do governo so a ajuda de Deus. . . Olindina Binow Naitzel

por Ti, fui com graça trazido na verdadeira luz da vida, o
 que vem de Deus. Tu es o que me ilumina, Santo que é
 certo, na Fé. Tu consolas-me, em todo sofrimento, faz
 me alegre na tristeza, que erqueste-me na solidão.
 Tu Espírito da graça, que das orações verifica em
 mim o consolo, dá-me a graça e seja meu testemunho
 no meu Espírito, que eu sou um filho de Deus. Acorda-me
 para oração, dá-me conhecimento na oração,
 dá-me alegria a pós a oração, vem, deischa nós
 orar de joelho, e cair diante do Senhor. O que
 nós crio, que nós somos o teu povo, que crio a sua
 lónjura; Ele é o univerço no seu caminho, que não é
 pegavel no seu ser." Com ele e por-ele que só dele
 são todas as coisas, dele vei o amor e o ~~valor~~ valor
 em todo o sempre! Tu Eterno Deus e Senhor, deischa-
 me no seu entendemeinto sem-pre acordado como
 entender, dá, que eu Ti alcanço na Fé. Com a sua
 Santa palavra, Segurar. O que eu não posso alcançar,
 o que o coração crer. O que eu tenho Fé, para ver
 até onde vai. Meu pai, cubra-me com as tuas
 Sagradas asas, que abençoa-me. Senhor Jesus,
 Lava-me com Teu Sangue, e a bençoa-me.
 Santo Espírito, Elumine e abençõe-me, que eu posso
 flutuar em tua luz, com a tua luz lá encima no
 infinito com alegria ver a luz brilhar.

(este verso foi traduzido do livro alemão)

(Starks Gebetbuch) N° 352) (Dreieinigkeitsfest)

(Olindina Binow Naitzel.)

Quando os primeiros pomeranos vieram pra cá, lutaram muito por um pedacinho de terra, e conseguiram compra com muita fadiga e suor, que foi pingando de gota, em gota, do rosto de cada um, com tanto sofrimento que enfrentaram na mata com as crianças medo do "Bicho pega?" e à noite com uma lamparina de querosene e um fogão improvisado na mata, meu pai sempre nos contava esta história. Como os pomeranos sofreram na aquela época, e quando o marido saía para compra o querosene e o sal, a mulher morria de medo. Com as crianças dentro do barracão sem nenhuma segurança, que durava dias pra voltar, com tempo foram se organizando, mas ninguém sabia falar em português. Com tempo precisaram aprender falar o português, o nosso povo sempre já foram judiados. Nunca tiveram valor nem apoio de nada mas nunca deixaram de lutar sofrendo mas sempre enfrentaram a realidade, por que sabiam que Deus o nosso pai, Estende a mão poderosa sobre todos, que pedem ajuda, e sempre venceram. E a cima nós também vamos vencer por que Deus, tem misericórdia de nós, vamos ter fé. Em primeiro lugar, com ajuda de Deus. Nós vamos vencer. As terras são de Deus, mas Ele criou o ser humano, pra trabalhar e tirar o seu sustento, e a cima, cada pedaço de terra tem o seu dono, uns herdaram dos pais. Outros compraram. Ninguém gostaria de perder a terra? E agora vamos lutar pelo o nosso direito com a ajuda de Deus. Que Deus nós vá a companhia cada passo. Cada reunião, cada palavra Deus nos ponha na boca, através do Espírito Santo. E a cima seja com a amor união. Força e coragem de cada um. Olíndina Binow Naitzel

Seg Ter Qua Qui Sex Sáb Dom (como foi antigamente) 25/11/011

como o povo começou a plantar café! Isto foi tudo plantado com muda lavada, o que é muda lavada? era rancada do chão, e lavava as mudas, cortava as raízes curtinho ~~pra~~ para plantar pra crescer raízes novas. Na época era tudo Terra nova se, plantava a muda com uma cavadeira, entre os paus que com tempo se podrecia. Quando começava carrega custava no mínimo trez anos, para da a primeira colheita, como o povo colhia o café? era colhido de grão em grão. As mulheres amarravam um avental, pegava as duas pontas da Saia do avental para fazer o embornal. O Homem já pegava o embornal de pano para colher o café. E Secava no Terreiro de chão, depois de Seco era tudo socado no pilão. E Vendido por Kilos ou arroba e o povo passava com isto, de Kilos passo por sacos, e depois da lavoura formada, daí a colheita era diferente, por que o café, era todo ruado, o que é ruado? e tirado o cisco abaixo dos pez de café, e jogado no meio da carreira de café, fazia os montes de cisco e cobria com terra parra que não se espalla logo, e quando o café estiver maduro era derrissado tudo pro chão, e juntava tudo com Rastelo. Nos montes e era banado tudo com uma peneira. Enchia lonas de três ~~alqueire~~ alqueiro e carregava tudo nas costas pro terreiro, pra sécar só que a metade era basta de minhoca e Secava no terreiro de chão, Quando estava quase seco tinha que ser lavado todo o café. Era cavado um buraco no canto do terreiro. E Enchia de água, com panelas ou lata de querosene, carregava longe a água. Quando chegava com a Segunda Viagem

2 Olindina Binow Naitzel

FORONI ↗

Seg Ter Qua Qui Sex Sáb Dom (a continuação da história) 27/11/07
 de água, a primeira já tinha secado. Custava encher o
 poço para lavar o café, como o povo sofria, porque
 isso era tudo lavado de madrugada. Com lua clara, ou
 com lamparina de querosene. Cada família colhia o
 seu café, com muita luta, força de vontade, espalhando
 o café, e mexendo quatro ou cinco vezes por dia.
 iam longe na roça a pé, mas a tarde teria de
 vir embora para juntar o café no monte e tampar
 com folha de banana, para que não fosse molhar quando
 chovia. nós ainda passamos por isto também. por isso
 eu posso conta esta história que é real. Nós derrissava
 o café pro chão, o dia seguinte nós juntava tudo nos
 montes, para ser banado. E carregado pra casa nas
 costas. E de pois do café. panhado daí teria de
 capina e espalhar o cisco tudo no meio das carreiras
 isto que era o adubo, isto que era a nossa esperança
 pro próximo ano. e agora, o povo lá de fora vai
 querer mandar aqui nestas terras. que o povo luto
 tanto pra conservar e deixar para aqueles que
 ainda vem eles também querem plantar colher. olha
 o povo de fora, não tenho nada contra vocês, que sou
 uma simples dona de casa, eu não conheço as leis.
 mas Deus é pai. Ele nunca abandona Seus filhos.
 E nunca vai abandonar. Ele nós ama, e nós chama
 pelo nome de cada um, vamos confiar. E acreditar
 ter esperança, por Ele que nós ajudara ter
 força ânimo e Fé. Em nosso Bondoso Deus e pai.

Olindina Binow Naitzel